

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

**DE SEM-TERRA A “POSSEIRO”, A LUTA PELA TERRA E A CONSTRUÇÃO  
DO TERRITÓRIO CAMPONÊS NO ESPAÇO DA REFORMA AGRÁRIA: O  
CASO DOS ASSENTADOS NAS FAZENDAS RETIRO E VELHA – GO**

**MARTA INEZ MEDEIROS MARQUES**

**Tese de doutorado apresentada ao curso de Pós-  
Graduação em Geografia Humana do  
Departamento de Geografia FFLCH – USP  
como requisito para obtenção do Título de  
Doutor.**

**Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo U. de Oliveira**

**SÃO PAULO  
2000**

Dedico esta tese que fala de luta a Fred, meu irmão querido,  
que me ensinou que na vida se deve lutar até o fim.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>Iª PARTE: CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL</b>	<b>34</b>
<b>1º Capítulo – A GESTAÇÃO DE UMA MENTALIDADE RADICAL ENTRE OS CAMPONESES DE GOIÁS VELHO E DESDOBRAMENTOS RECENTES NO CAMPO DE LUTAS DA QUESTÃO AGRÁRIA</b>	<b>35</b>
<b>1.1. A ruptura do contrato: mudanças nas relações sociais no interior da fazenda</b>	<b>36</b>
<b>1.2. Luta e resistência camponesas no estado de Goiás</b>	<b>46</b>
<b>1.3. O trabalho da “Igreja do Evangelho” e da CPT em Goiás Velho</b>	<b>51</b>
<b>1.4. Outros mediadores: MST e STR</b>	<b>65</b>
<b>1.5. Latifundiários e fazendeiros</b>	<b>76</b>
<b>1.6. O Estado, do nacional ao local</b>	<b>82</b>
<b>IIª PARTE: O CASO DOS ASSENTADOS NAS FAZENDAS RETIRO E RETIRO VELHO</b>	<b>96</b>
<b>2º Capítulo: DE SEM-TERRA A “POSSEIRO”: ENTRE PROJETOS E IDEOLOGIAS, A REALIZAÇÃO DA PASSAGEM</b>	<b>97</b>
<b>2.1. A origem das famílias e o projeto camponês dos assentados em Retiro e Retiro Velho</b>	<b>99</b>
<b>2.2. A política de Reforma Agrária do INCRA</b>	<b>103</b>
<b>2.3. O movimento de luta pela terra enquanto processo ritual e o surgimento de novas identidades</b>	<b>112</b>

<b>3º Capítulo: A LUTA PELA TERRA</b>	<b>126</b>
<b>3.1. Os sem-terra: formação do grupo e preparação para a luta</b>	<b>126</b>
<b>3.2. Da ocupação à conquista da terra: história e memória</b>	<b>132</b>
<b>3.3. O acampamento: organização social e política e forma de espacialização</b>	<b>139</b>
<b>4º Capítulo: A LUTA NA TERRA</b>	<b>161</b>
<b>4.1. A organização da produção</b>	<b>165</b>
<b>4.2. A família e o lote</b>	<b>186</b>
<b>4.3. A comunidade e o assentamento como território</b>	<b>207</b>
<b>4.4. A relação com a sociedade envolvente</b>	<b>218</b>
<b>IIIª PARTE: CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>223</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>226</b>
<b>ANEXOS</b>	

## RESUMO

Este trabalho analisa a organização social e forma de espacialização dos trabalhadores assentados nos assentamentos de Reforma Agrária Retiro e Retiro Velho-GO, nas fases de *luta pela terra* e *luta na terra*. A pesquisa teve como objetivo refletir através da perspectiva geográfica sobre as seguintes questões: em que base se organiza a luta dos trabalhadores sem-terra e como estes reconstróem suas vidas no assentamento.

O grupo estudado se organiza e inicia a *luta pela terra* num contexto regional marcado pela emergência de uma série de lutas envolvendo posseiros e sem-terra a partir do final dos anos 70 e pelo apoio decisivo prestado a estes trabalhadores pela Diocese de Goiás. A luta destes sem-terra é motivada por um projeto de vida camponês e vivida como um ritual de passagem. O espaço do acampamento é construído a partir da vivência de uma comunidade utópica mobilizada pela luta política.

A abordagem da fase de *luta na terra*, que tem início com a criação do assentamento, visou apreender como eles constróem a sua relação com a terra neste novo espaço a partir da análise da forma como organizam sua produção, a unidade familiar e as relações comunitárias estabelecidas entre eles neste período. O que permitiu a identificação de um complexo processo de mudança social que caminha no sentido da recampesinização dos trabalhadores assentados e da construção de um território camponês na área dos assentamentos, entrando em conflito com os ideais de modernidade que orientam o Programa de Reforma Agrária do Estado Brasileiro. Neste processo, que envolve aspectos objetivos e subjetivos, o aprendizado político destes trabalhadores, realizado a partir da experiência de luta e de sua trajetória como assentado do INCRA, constitui o principal fator de inovação.

**Palavras-chave:** camponês, sem-terra, luta pela terra, reforma agrária, assentamento, território, campesinidade, cultura e geografia.

## ABSTRACT

This study analyses the social organization and the form of spatialization of the settled rural workers in the land reform settlements of Retiro and Retiro Velho during the “struggle for land” and the “struggle in the land” periods. From a geographic perspective, the research aimed at reflecting on the following issues: the basis upon which the struggle of the landless workers is organized and how they reconstruct their lives in the settlement.

The group organized itself and starts its struggle for land in a regional context characterized by the emergence of a series of conflicts involving *posseiros* and landless workers from the end of the seventies and by the decisive support given to these rural workers by the Diocese of Goiás. Motivated by a peasant project of life, the struggle of the landless workers is experienced as a *rite of passage*. The settlement’s space is constructed from the experience of a utopic community mobilized by the political struggle.

The study of the “struggle in the land” period, initiated with the settlement formation, intended to understand how they construct their relationships with the land in this new space from the analysis of the organization of production, the familiar group and the communitarian relations established between them in this period. The research allows the identification of a complex process of social change towards the *re-peasantryization* of the settled rural workers and the building up of a peasant territory in the settlement’s area, in a conflict with the modern ideals that orient the Brazilian Land Reform Program. In this process, in which are involved objective as well as subjective aspects, the political apprenticeship of the rural workers, realized from their experience of struggle and their trajectory as land reform’s beneficiaries, constitutes the main factor of innovation.

**Keywords:** peasant, landless workers, struggle for land, land reform, settlement, territory, peasant ethics, culture and geography.

## **Agradecimentos**

Agradeço a todos aqueles que, de diferentes maneiras, me ajudaram nesta longa caminhada e em especial:

Ao casal de assentados e amigos Maria José e Wilson Costa - sem a especial acolhida deles, este trabalho teria sido muito mais difícil – e a todos os assentados dos assentamentos Retiro e Retiro Velho;

Ao Prof. Ariovaldo U. de Oliveira, pela amizade e por dividir comigo os seus ensinamentos;

A José Roberto Pereira, amigo e companheiro no trabalho de campo realizado para esta pesquisa;

À Prof. Ellen Woortmann, pela gentileza em discutir comigo questões sobre campesinato e cultura;

A Regina Sueli de Sousa, que me apresentou ao campesinato Goiano;

Ao CNPq, que me concedeu a bolsa de doutorado;

À toda minha família, que me deu suporte em todos os momentos deste trabalho, e, em especial, a João e Pedro.

## Apresentação

### 1. O objetivo da pesquisa e estrutura do trabalho

O presente trabalho de tese se insere numa trajetória acadêmica de mais de dez anos voltados para o conhecimento do campesinato brasileiro e suas diferentes formas de luta por sua reprodução social. Ao refletir sobre a Reforma Agrária hoje em andamento no país, duas importantes questões se impuseram à análise: (1) em que base se organiza a luta dos trabalhadores sem-terra e (2) como estes trabalhadores reconstróem suas vidas depois de assentados.

Esta pesquisa foi o caminho concebido para responder a estas questões a partir de uma perspectiva geográfica e assim contribuir para a reflexão mais geral a respeito do significado do movimento de luta pela terra e do processo de Reforma Agrária para os trabalhadores sem-terra e para a sociedade brasileira. Ela se refere a um estudo de caso realizado nos assentamentos Retiro e Retiro Velho em Goiás com o objetivo de compreender a organização social e a forma de espacialização dos trabalhadores aí assentados, nas fases de *luta pela terra* e *luta na terra*.<sup>1</sup>

Os assentamentos Retiro e Retiro Velho foram criados pelo INCRA em terras contíguas dos municípios de Goiás e Itapirapuã, respectivamente.<sup>2</sup> Eles abrigam famílias originárias de um mesmo grupo de sem-terra que ocupou a área pela primeira vez em abril de 1988 e constitui hoje uma única comunidade.<sup>3</sup> As duas propriedades foram desapropriadas em momentos distintos, 1989 e 1991. Com a liberação da primeira, Fazenda Velha, o grupo instalou-se no interior da mesma e lá permaneceu acampado aguardando a liberação da outra. O longo período de existência destes

---

<sup>1</sup> Fernandes (1996), baseado em Oliveira (1992), analisa a expressão espacial apresentada pelo MST de São Paulo nestes dois momentos do processo de Reforma Agrária, assumindo uma posição teórica diferente daquela por nós adotada, conforme será visto na parte final da introdução.

<sup>2</sup> Por motivo de praticidade e em conformidade com a nomenclatura local, também será empregada a expressão “Retiro e Velho” para se referir aos dois assentamentos.

<sup>3</sup> Segundo Nisbet (1977:256): “Na tradição sociológica, de Comte e Weber, o contraste conceitual entre o comunitário e o não-comunitário é evidente e está perfeitamente definido. Foi Tönnies quem, em fins do século passado, lhe deu expressão através dos termos *Gesellschaft* e *Gemeinschaft*.” Entende-se comunidade conforme definido por Tönnies, ou seja, como um princípio de organização social caracterizado por relações pessoais, face a face, vínculos de vizinhança, em que o envolvimento interpessoal é integral e direto. Tönnies trabalha a oposição entre *Gemeinschaft* (comunidade) e *Gesellschaft* (sociedade), esta última marcada por relações impessoais e laços contratuais. (cf. Nisbet, 1986:41-61)

assentamentos favorece a apreensão do processo de mudança social desencadeado pela política de Reforma Agrária de maneira mais aprofundada.

A tese se encontra dividida em três partes e quatro capítulos: a primeira refere-se à contextualização do caso estudado e é formada pelo primeiro capítulo apenas; a segunda trata da análise do caso propriamente dito, sendo composta pelo segundo e terceiro capítulos e a terceira corresponde às considerações finais.

Esta estrutura é antecedida por uma introdução que procura situar a atual questão agrária na história do conflito entre diferentes *territorialidades*<sup>4</sup> que marca a reprodução social camponesa na sociedade brasileira a partir da segunda metade do século XIX e que se relaciona de forma direta com a luta pela terra e pela Reforma Agrária que surge em momentos distintos do século XX. Além disso, é discutida a origem cultural dos sem-terra e, apresentada a teoria do espaço adotada.

O primeiro capítulo trata do contexto sócio-cultural e político em que se dá o aparecimento da luta pela terra em Goiás Velho. Tal contexto é marcado, por um lado, por mudanças verificadas ao longo de gerações nas condições de vida e de produção dos trabalhadores rurais e pelo conseqüente surgimento de tensões sociais crescentes e, por outro, pela atuação de mediadores junto aos trabalhadores como “alavancas de consciência” em resposta a este processo.<sup>5</sup> Em decorrência disso, verifica-se uma reação violenta dos grandes proprietários, que se organizam na UDR e formam milícias particulares para defender a sua terra.

A atuação do grupo estudado só pode ser compreendida se considerada a sua interação com os outros sem-terra e os demais atores sociais que participam ativamente do campo de lutas definido em torno da questão agrária na região.<sup>6</sup> São eles, os agentes de mediação<sup>7</sup> – como a Diocese de Goiás e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o

---

<sup>4</sup> Entende-se territorialidade como um conjunto de relações associadas à organização do espaço em áreas distintas e exclusivas, ao menos parcialmente, para seus ocupantes ou aqueles que as definem. Para Raffestin, a territorialidade “reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade”. (1993:158) Retomando o pensamento de Soja, este autor afirma que ela é composta por três elementos distintos: senso de identidade, senso de exclusividade e compartimentação da interação humana no espaço. (op. cit.:162)

<sup>5</sup> Sobre o que se entende a respeito da atuação dos mediadores como “alavancas de consciência”, sobretudo no que se refere ao trabalho de base desenvolvido pela Diocese de Goiás, ver os itens que tratam especificamente destes atores no primeiro capítulo.

<sup>6</sup> Campo social ou campo de lutas é um conceito adotado por Bourdieu em sua teoria da prática. O campo é o locus onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão. (cf. Ortiz, R., 1994:19)

<sup>7</sup> Entende-se mediação como o ato de traduzir, e ou introduzir falas e linguagens, o que pressupõe diferenças culturais e assimetria econômica e política entre as partes em contato. (cf. Novaes, 1994:178-179) Toda tradução dá origem a uma versão e esta sempre aparece comprometida com uma determinada

Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's) -, o Estado em seus diversos níveis e os grandes proprietários.

Cada um destes atores apresenta uma ação distinta em seu conteúdo, forma, espacialidade e significado, com variações ao longo do tempo, como se verá ainda no primeiro capítulo. A maioria deles possui também atuação em escala nacional, o que dá aos embates travados localmente maior expressão política e confere à realidade enfocada certa representatividade em relação ao que acontece no conjunto do país.

No segundo capítulo, contrapõe-se o objetivo da luta pela terra para o grupo estudado ao objetivo apresentado pelo Programa de Reforma Agrária do INCRA e constata-se que, enquanto para o primeiro a razão principal de sua luta é a realização de um projeto de vida camponês por meio da conquista da terra, para o segundo a Reforma Agrária visa a integração dos sem-terra na sociedade de mercado.

Também é analisada neste capítulo, a forma como ocorre o envolvimento das pessoas do grupo no processo de luta, que é vivido como um *processo ritual* nos termos de Turner (1974), constituído pelas fases de separação, transição e reagregação. A primeira etapa do processo tem início quando os trabalhadores, juntamente com as suas famílias, assumem a identidade de *sem-terra* e entram na luta. As fases seguintes correspondem aos períodos de *luta pela terra*, no qual o termo sem-terra torna-se sinônimo de *acampado*, e *luta na terra*, no qual eles passam a se ver como “*posseiros do INCRA*” ou simplesmente “*posseiros*”.<sup>8</sup>

O terceiro capítulo trata da fase de *luta pela terra*, que se inicia com a ação de ocupação e se estende por todo o tempo de acampamento. Esta fase é vivida como um estado transitório. As famílias acampadas, inspiradas por um discurso político-religioso, partilham uma experiência de ruptura em relação a modos normais de ação social e se submetem a situações extremas como um meio para alcançar o objetivo desejado. O *acampamento* é um espaço de luta e resistência e é também o lugar “provisório” de morada dos sem-terra. Nele, a vida se organiza em função da luta política e o cotidiano é marcado pela imposição de uma forte disciplina.

---

visão de mundo. São considerados agentes de mediação, seja entidades de apoio e assessoramento, seja entidades de representação dos trabalhadores. Muito frequentemente, estes agentes defendem posições, direcionam a luta e falam por eles próprios embora em nome do seu público, atuando como *agentes externos* no sentido empregado por D’Incao (1995), dada a sua exterioridade e interferência sobre o grupo.

<sup>8</sup> Emprega-se aqui o conceito de identidade como representação conforme Bourdieu (1989).

O quarto capítulo analisa a *luta na terra*, que começa quando o grupo é assentado. Neste período, os assentados vão estabelecendo as bases de sua *reprodução social*,<sup>9</sup> estruturando as condições objetivas de sua existência e construindo “por dentro” o espaço da Reforma Agrária a partir de uma relação contraditória com o INCRA e suas determinações referentes ao uso da terra. O *assentamento* é a unidade sócio-espacial fundamental criada neste processo. Nele, o cotidiano das famílias assentadas vai adquirindo relativa estabilidade, e práticas e valores impressos no *habitus*<sup>10</sup> destas tendem a ser recriados, inaugurando um tempo marcado por descompassos entre o processo de mudança social e o peso da história.

Qualquer ação que tenha em vista opor o possível ao provável, isto é, ao porvir objetivamente inscrito na ordem estabelecida, tem de contar com o peso da história reificada e incorporada que, como um processo de envelhecimento, tende a reduzir o possível ao provável. (Bourdieu, 1989:101) (grifo do autor)

A história acumulada define o futuro provável ao estabelecer as bases a partir das quais os atores sociais realizam as suas ações. Através da dialética da objetivação e incorporação são criados as estruturas e o habitus, e as escolhas passadas tendem a determinar os limites em que se darão as ações futuras.

(...) toda ação histórica põe em presença dois estados da história (ou do social): a história no seu estado objetivado, quer dizer, a história que se acumulou ao longo do tempo nas coisas, máquinas, edifícios, monumentos, livros, teorias, costumes, direito, etc., e a história no seu estado incorporado, que se tornou habitus. (Bourdieu, 1989:82)

---

<sup>9</sup> O processo de reprodução social passa pela reposição das condições objetivas e subjetivas de existência de uma sociedade ou segmento social. Ele implica a reprodução de um determinado modo de vida e dos vínculos, valores e crenças a ele relacionados, envolvendo questões de caráter social, econômico, político e cultural. A reprodução de um grupo social é definida a partir de um conjunto de estratégias adotadas pelos seus diferentes agentes de acordo com o contexto com o qual se deparam e o capital simbólico e material por eles acumulados ao longo de suas trajetórias de vida. (Bourdieu, 1977 e 1980)

<sup>10</sup> Conjunto de princípios inconscientes do *ethos*, esquema de percepção, pensamento e ação que corresponde ao senso comum, o habitus é produto de um aprendizado dominado por um tipo determinado de regularidades objetivas. Ele possibilita o encadeamento de ações que são objetivamente organizadas como estratégias sem implicar uma busca consciente de fins, como concebe o modelo puro da ação racional. (Bourdieu, 1980:106)

## 2. Considerações metodológicas

A opção de partir de um estudo de caso<sup>11</sup> para analisar as questões acima enunciadas decorre do pressuposto de que, para o entendimento de tal problemática, se faz necessária a compreensão, em suas múltiplas determinações, do complexo processo de mudança social ao qual estão relacionadas, caracterizado por intensos conflitos e uma realidade social marcada por indefinições, instabilidades, ambiguidades e contradições. Assim, além de analisar de forma aprofundada ditas questões com base numa reflexão sobre a dinâmica social interna ao grupo, também se procurou realizar a sua contextualização em relação à realidade mais ampla na qual se inserem, com particular atenção para o nível regional.

Esta abordagem se filia a uma tradição, bastante representativa entre aqueles que se ocupam da temática da geografia agrária, que concebe o espaço e/ou o território como produtos sociais e prioriza a análise dos processos sociais dos quais estes se originam, combinando de forma diferenciada a influência marxista com aportes da geografia regional francesa, que procura compreender os processos que determinam a formação de uma dada configuração espacial ou paisagem.

Esta vertente do pensamento geográfico tem desenvolvido inúmeros trabalhos no sentido de compreender a forma de apropriação e organização do espaço apresentada por diferentes categorias sociais em suas atividades econômicas. Dentre eles estão estudos de autores “clássicos” da geografia brasileira como Manuel Correia de Andrade, Orlando Valverde e autores mais recentes como Manoel Fernando G. Seabra e José Grabois, dentre outros.

A pesquisa também registra a influência do pensamento de Ariovaldo U. de Oliveira que, a partir da dialética, tem desenvolvido, de forma sistemática, um conjunto de trabalhos de importância fundamental para se compreender o campo brasileiro em seu desenvolvimento desigual e combinado, dedicando à questão camponesa atenção especial.

No entanto, enquanto estes autores têm privilegiado, em geral, a análise da dimensão econômica, no presente trabalho, em face do teor da problemática aqui

---

<sup>11</sup> Sobre este tipo de pesquisa qualitativa ver Triviños (1987), que define o estudo de caso como uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa aprofundadamente. (op. cit.:133)

analisada, que se refere a um processo de luta política motivado por um projeto de reconstrução de um modo de vida, a dimensão cultural se impôs, ocupando o primeiro plano da análise. Assim, este estudo buscou apreender valores e subjetividades, enfim, a visão de mundo que informa a luta dos sem-terra e o processo de apropriação da terra no assentamento.

Mais do que explicar a produção do espaço enquanto realidade objetiva e forma de concretização dos processos sociais, trata-se aqui de apreender o significado da terra para o segmento social estudado e a lógica que rege o seu uso e determina a territorialidade do grupo. Sem, contudo, abrir mão de um esforço de contextualização, visando captar a influência das demais dimensões atuantes sobre o processo. Tal perspectiva também tem sido adotada por autores como Regina Sader, Rogério H. da Costa, Mirian Claudia L. Simonetti etc.

A discussão sobre cultura e suas implicações para o processo de espacialização desenvolvida neste trabalho, toma o conceito de modo de vida como referência básica. A divulgação deste conceito a partir da geografia regional de origem francesa data do início do século, com a obra de Vidal de La Blache, que a considera um importante fator geográfico responsável pela diferenciação entre os grupos humanos e os lugares.<sup>12</sup> Porém, como, para La Blache, os gêneros de vida se constituíam em tipos geográficos distintos a partir do grau de fixidez que atingiam, a sua análise privilegiou seus aspectos mais estáveis, negligenciando o tratamento da dinâmica social.

Entende-se por modo de vida a forma como se realiza a vida cotidiana, envolvendo os modos de fazer, ser, interagir e representar produzidos socialmente.<sup>13</sup> O emprego desta categoria na geografia atualmente resulta de sua renovação a partir de um diálogo produtivo estabelecido com outras áreas das ciências sociais preocupadas com a análise da questão cultural e com o redimensionamento do peso e do significado das relações macro-estruturais na análise dos processos sociais, como os antropólogos e os historiadores das mentalidades coletivas.

Assim, considerando-se que este trabalho tem como objetivo compreender o desenrolar de um processo a partir da atuação de grupos sociais com valores e vontades próprios, optou-se por realizar uma pesquisa qualitativa com base nas seguintes

---

<sup>12</sup> A história do uso dessa noção entre os geógrafos foi tratada no primeiro capítulo de nossa dissertação de mestrado. Ver Marques (1994) em “O modo de vida camponês e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira-PB”.

técnicas: a observação participante, a entrevista em profundidade e o DRP ou diagnóstico rápido participativo. Também foi feito o levantamento de material documental referente à questão agrária na região e aos principais atores envolvidos.

O processo de investigação foi se desenvolvendo de forma progressiva com momentos articulados. Cada etapa se caracterizou por uma visita ao campo seguida da sistematização e análise dos dados. Tal procedimento tornou possível o ajustamento constante da pesquisa à realidade estudada, permitindo o desenvolvimento de hipóteses a partir do material coletado e, com isso, uma melhor elaboração do problema da pesquisa.<sup>14</sup>

O levantamento documental foi iniciado no segundo semestre de 1996, antes de nossa primeira viagem a campo, e acompanhou todas as fases do processo, complementando as informações sobre questões que foram surgindo ao longo do trabalho. Foram pesquisados artigos de revistas especializadas, livros, teses e comunicações acadêmicas que tratam da temática estudada, além de documentos publicados pelo MST, INCRA e CPT e artigos, entrevistas e reportagens da imprensa sobre os sem-terra e a reforma agrária. Em junho de 1997, visitou-se à CPT Nacional e à CPT Regional Centro-Sul em Goiânia-GO e consultou-se os seus arquivos para o levantamento de informações de caráter histórico, referentes à fase de ocupação das fazendas Retiro e Retiro Velho.

A flexibilidade no emprego das técnicas em que se baseia esta pesquisa não pode ser confundida com falta de rigor. A utilização de técnicas e materiais diversos teve como princípio a sua adequação ao objeto em estudo e às condições práticas de realização da pesquisa. Como lembra BOURDIEU:

(...) a pesquisa é uma coisa demasiado séria e demasiado difícil para se poder tomar a liberdade de confundir a *rigidez*, que é o contrário da inteligência e da invenção, com o *rigor*, e se ficar privado deste ou daquele recurso entre os vários que podem ser oferecidos pelo conjunto das tradições intelectuais da disciplina – e das disciplinas vizinhas (...) Evidentemente, a liberdade extrema que eu prego, e que me parece ser de bom senso, tem como contrapartida uma extrema vigilância das condições de utilização

---

<sup>13</sup> Sobre esta questão, ver na introdução o item a respeito da “origem social e cultural dos sem-terra”.

<sup>14</sup> Este método é bastante utilizado pela pesquisa qualitativa, que apresenta maior flexibilidade que a pesquisa quantitativa para formular hipóteses à medida em que se realiza o estudo. Para mais informações sobre esta questão ver Triviños, A. (1987) e Becker, H. (1994).

das técnicas, da sua adequação ao problema posto e às condições de seu emprego. (grifos do autor,1989:26)

Na observação participante o pesquisador deve procurar tornar-se parte do ambiente social (cultura ou grupo) que está estudando. O objetivo é estar sempre atento, procurando captar e registrar todos os aspectos relevantes. Em geral, o pesquisador busca descrever a situação social o mais detalhadamente possível, enfatizando aspectos que possam apresentar interesse particular em relação à problemática estudada. No emprego desta técnica, muitas vezes, é importante a identificação de informantes-chave para apresentar o pesquisador a outras pessoas do grupo e ajudá-lo a penetrar na compreensão da realidade analisada. No nosso caso, os nossos anfitriões desempenharam esta função.<sup>15</sup>

A entrevista em profundidade pode ser não-estruturada ou semi-estruturada. Nela o pesquisador procura obter informações com a maior riqueza de detalhe possível e de forma espontânea, o que Queiroz (1988) denomina de “depoimentos”. As perguntas freqüentemente buscam o esclarecimento de questões identificadas em fases anteriores da pesquisa. Nesta técnica é muito importante a seleção das pessoas a serem entrevistadas, o que pode ser feito a partir da observação participante ou com a ajuda de um informante-chave, como mencionado acima.<sup>16</sup>

O Diagnóstico Rápido Participativo ou DRP<sup>17</sup> consiste num conjunto de técnicas que procura instrumentalizar a participação para a obtenção de informações. A população ou comunidade pesquisada é tomada como a principal fonte de informação e a arte do diagnóstico está em promover a participação a partir de técnicas coletivas que facilitem a expressão do conhecimento do grupo pesquisado. Além disso, algumas técnicas coletivas têm como função estimular o debate e a troca de idéias, oferecendo ao pesquisador um momento privilegiado para a observação.<sup>18</sup>

---

<sup>15</sup> Sobre observação participante ver: Bailey, K. (1978) e Cardoso, R. (1986).

<sup>16</sup> Sobre entrevista em profundidade ver Triviños, A. (1987).

<sup>17</sup> Rapid Rural Appraisal/RRA ou Participatory Rural Appraisal/PRA foi desenvolvido na década de 70 por técnicos de agências não-governamentais e governamentais européias que trabalhavam com projetos de desenvolvimento rural em países do chamado terceiro mundo, especialmente na África e na Ásia. A origem dessa metodologia deve-se à procura de novas formas de pesquisa que possibilitassem a difusão de tecnologias e planejamento de projetos de desenvolvimento rural, no sentido de aumentar a eficiência da intervenção técnica, onde diferenças sócio-culturais impossibilitavam uma relação adequada entre conhecimento científico e saber-fazer dos agricultores. (cf. Pereira, 1998)

<sup>18</sup> Ver Whiteside, M. (1994), Pereira, J. R. (1998) e Klausmeyer, A. e Ramalho, L. (1990).

Apesar de a rapidez ser contraditória com a precisão da informação, dependendo do objetivo do trabalho pode ser preferível sacrificar um pouco este aspecto a arrastar o diagnóstico por muito tempo. Em nossa pesquisa o DRP foi empregado como recurso complementar no estudo de caso. Assim, a limitação quanto à precisão pôde ser compensada pelo emprego das outras técnicas

O trabalho de campo referente ao estudo de caso foi realizado em conjunto com José Roberto Pereira, hoje Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília-UnB. Esta experiência mostrou-se bastante rica por possibilitar a troca constante de idéias no desenrolar das atividades de campo e facilitar o acesso ao grupo pesquisado na medida em que nos permitiu melhor contornar algumas barreiras relacionadas à questão de gênero.

Em nossa primeira ida a área em março de 1997, fomos acompanhados por Regina Sueli de Sousa, professora no curso de Serviço Social da Universidade Católica de Goiás, que nos apresentou a algumas famílias assentadas. Regina havia desenvolvido um trabalho de educação popular com o grupo de Retiro e Velho em fins dos anos 80 em conjunto com profissionais que o assessoraram em outros assuntos, no âmbito de uma ação desenvolvida pelo Instituto Brasil Central (IBRACE).

Ficamos instalados na casa dos assentados Maria José e Wilson Costa, que generosamente nos acolheram também nas três fases seguintes, que se sucederam em junho e agosto de 1997 e em abril/maio de 1998, por períodos de cinco a quinze dias. Maria José é uma importante liderança do grupo que, antes de se tornar uma sem-terra, havia atuado como coordenadora de uma Comunidade Eclesial de Base na cidade de Goiás. Wilson, apesar de não assumir uma posição de evidência como liderança política, é muito respeitado e ouvido no assentamento. O fato de estarmos sendo recebidos por este casal facilitou muito a nossa penetração no grupo.

A primeira etapa do trabalho de campo caracterizou-se pela realização de um estudo exploratório. Visitamos os assentamentos Retiro e Retiro Velho e fizemos um trabalho de reconhecimento da área, realizando algumas entrevistas com o objetivo de obter uma visão geral da situação do grupo, desde a fase de luta até os dias de hoje no assentamento. Na segunda etapa, realizamos entrevistas voltadas para a reconstituição da história dos assentados desde o início da organização do grupo. Foram momentos de descontração e longas conversas, nos quais surgiram relatos emocionados sobre o sofrimento e os atos de bravura que marcaram a luta pela terra.

Nas etapas seguintes, foram realizadas novas entrevistas em profundidade e um diagnóstico rápido sobre a situação atual dos assentamentos, com a aplicação de técnicas coletivas como o Diagrama de Venn, Entra e Sai, Mapeamento e Calendário Sazonal.<sup>19</sup> Neste período, buscou-se o aprofundamento de questões relacionadas à espacialização da reprodução social do grupo, a partir dos seguintes planos de análise: a organização da produção e as relações família/terra, família/comunidade e comunidade/sociedade.

Durante todo o trabalho, nos mantivemos como observadores, participando um pouco da vida do lugar. Com isso, tivemos a oportunidade de vivenciar algumas situações bastante significativas. Fomos a duas festas, uma no assentamento, comemorativa de dez anos de luta, e outra em Itapirapuã. Contribuímos para a organização da primeira, participando dos preparativos realizados na casa do festeiro, Sr Abelardo, no dia da festa. Acompanhamos uma pescaria no ribeirão Taquari, assistimos à realização de mutirões e outras formas de cooperação e também partidas de futebol, numa das quais José Roberto fez belos gols.<sup>20</sup> Além de tudo isso, participamos intimamente do cotidiano da família anfitriã, da qual nos tornamos amigos.

Visitamos algumas propriedades situadas na vizinhança dos assentamentos, além das cidades de Itapirapuã e Goiás. Na primeira, cidade mais próxima à área, observou-se a forma de integração dos assentados com a população local de uma maneira geral. Na segunda, fizemos entrevistas com representantes da CPT diocesana e com lideranças ligadas ao MST, que atuaram junto ao grupo de Retiro e Retiro Velho.

Também foi visitada a cidade de Goiânia, onde entrevistamos um agente da CPT regional que tem acompanhado de perto a luta dos trabalhadores rurais da região de Goiás. Foi nesta ocasião que se consultou os arquivos da CPT Nacional e da CPT regional Centro-Sul. Em Brasília, contamos com o apoio do pessoal do INCRA, que nos forneceu gentilmente informações e documentos necessários para a pesquisa.

---

<sup>19</sup> Em Whiteside, M. (1994) e Pereira, J. R. (1998) encontra-se a descrição destas técnicas.

<sup>20</sup> Certas experiências vividas com o grupo são mencionadas no quarto capítulo com o objetivo de melhor caracterizar alguns aspectos referentes à vida nos assentamentos.

## INTRODUÇÃO

A história do campesinato no Brasil é marcada, de um lado, por sua luta para se reproduzir no seio da sociedade, o que implica diferentes tipos de embates com outros segmentos sociais, dentre os quais se destaca o dos grandes proprietários de terra, de outro lado, pela ação estratégica do Estado visando enquadrá-lo em seu projeto de desenvolvimento excludente a partir da adoção de uma diversidade de políticas.

Este trabalho trata do embate entre a *territorialidade camponesa*, orientada por valores tradicionais, e a *territorialidade capitalista*, orientada pelo mercado e valores da modernidade e defendida pelo Estado, a partir da análise da trajetória de um grupo de sem-terra que conquista a terra e se transforma em assentado da Reforma Agrária. A organização social e a espacialização do movimento de luta pela terra e dos assentados da Reforma Agrária serão abordadas com base no cruzamento das seguintes temáticas: o processo de reprodução social camponesa, que inclui a luta política como uma de suas estratégias; a ação estratégica do Estado na questão agrária; e o conflito entre modernidade e valores camponeses.

A atual problemática agrária brasileira tem a sua origem mais remota na forma como se deu a ocupação do território nacional a partir do período colonial. O processo de colonização baseou-se no estabelecimento de grandes unidades agrícolas voltadas para o abastecimento do mercado europeu, criando uma estrutura fundiária extremamente injusta.<sup>21</sup> A concentração de terras nas mãos de sesmeiros e depois de grandes proprietários impôs aos camponeses uma posição de subordinação social, econômica e política desde o início. Porém, a forma de dominação a que esta classe é submetida varia de acordo com as diferentes situações encontradas e também ao longo do tempo.

A formação do campesinato brasileiro está relacionada com uma existência dependente como agregado no interior das grandes fazendas e como posseiro ou sitiante, ocupando pequenas áreas em terras marginais, tanto do ponto de vista econômico como espacial. Nesta fase, a base da economia empregava o trabalho escravo, cabendo ao campesinato a produção de gêneros alimentícios de consumo interno.

Somente com a crise do trabalho escravo e a necessidade de se assegurar uma oferta de mão-de-obra livre, é que foi promulgada a Lei de Terras em 1850, proibindo a aquisição de terras devolutas por outro meio que não a compra. São, assim, redefinidas as condições de existência do campesinato, que, a partir daí fica impedido formalmente de se estabelecer na terra por meio da posse.<sup>22</sup> Inaugura-se o conflito entre a territorialidade camponesa e a territorialidade capitalista.

Antes “posse” e “sesmaria” correspondiam a lógicas distintas e combinadas, podendo a concessão de sesmaria ocorrer em terras já tomadas por posseiros, problema que se resolvia pela superioridade jurídica da sesmaria e pelo vínculo de dependência que tal superioridade supunha do posseiro em relação ao sesmeiro. Agora o espaço camponês passa a ser um e o espaço do fazendeiro passa ser outro. (Martins, 1981:43)<sup>23</sup>

A modificação do regime fundiário dá as bases para a eliminação de formas camponesas mais antigas ao mesmo tempo em que abre caminho para um novo campesinato. Trata-se de um campesinato composto por pequenos proprietários e dependente do mercado, cuja existência é mediatizada pela mercadoria terra. O direito de propriedade que então define a terra como mercadoria em nossa sociedade serve a duas formas contraditórias de apropriação, a familiar camponesa e a capitalista, que correspondem a *territorialidades* distintas.

Ao longo do século XX, ao mesmo tempo em que a expansão capitalista cria e recria condições para a produção camponesa em determinadas áreas do país, em outras o avanço do processo de privatização e valorização das terras se dá paralelamente à difusão das relações de produção capitalista na agricultura, em detrimento de diferentes formas de existência camponesa.<sup>24</sup> Nestes casos, a reprodução camponesa é cada vez mais ameaçada e as principais estratégias adotadas para enfrentar esta situação têm sido historicamente as seguintes: a migração para novas áreas e a resistência à expropriação

---

<sup>21</sup> Como lembra Prado Jr. (1948), o sentido da colonização brasileira foi o da exploração, diferente do que ocorreu na América do Norte, onde predominou uma colonização de povoamento.

<sup>22</sup> Martins (1986b) analisa de forma aprofundada este momento da história e suas consequências para o campesinato brasileiro quando trata das mudanças que antecedem e dão sustentação ao sistema de colonato nas fazendas de café em São Paulo.

<sup>23</sup> Para compreender a situação da posse no sistema de sesmarias e as mudanças institucionais relacionadas à passagem para um novo regime de terras, ver Cirne Lima (1954).

<sup>24</sup> Sobre as contradições do desenvolvimento capitalista na agricultura, ver Oliveira (1996).

por meio da luta. Estas duas alternativas têm na questão do acesso à terra o seu principal motor.

O campesinato brasileiro não é um enraizado, ele é um migrante e seu deslocamento tem sido determinado em grande parte pelo avanço da propriedade capitalista sobre a terra. Ao serem expulsos ou perderem sua propriedade, eles geralmente retornam à terra, mesmo que em outro lugar. Os posseiros têm uma história de constante deslocamento pelo território nacional, o que acontece igualmente com os camponeses proprietários do Sul. (cf. Martins, 1981:17) Além de resultar de um processo de expulsão, a migração também pode ocorrer para viabilizar a reprodução camponesa em melhores condições na área de origem. (cf. E. Woortmann, 1995:101-127) Tais deslocamentos são influenciados pelo Estado de diferentes maneiras, seja direta ou indiretamente, como se verá a seguir.

Nos anos 30, o Estado inicia uma política de orientação das migrações internas e de colonização<sup>25</sup> com o objetivo de reduzir o potencial de tensão social onde havia “excedente populacional”, como as áreas atingidas pela seca no Nordeste, transferindo parte de sua população para as áreas com problema de escassez mão-de-obra, como as cidades do Sudeste, e “vazios” demográficos, na Amazônia e Oeste do Brasil. (cf. Santos,1993)

A partir da segunda metade deste século podem-se identificar três momentos distintos na história brasileira em que a questão agrária ganha maior importância no debate público, gerando diferentes respostas por parte do Estado. Em cada um destes períodos, a Reforma Agrária surge como solução para tipos distintos de luta, que possuem como personagem principal, sucessivamente: (1) de meados dos anos 50 ao início dos anos 60: os rendeiros ou foreiros<sup>26</sup>; (2) de meados dos anos 70 ao início dos anos 80: os posseiros e (3) do final do período militar até os dias de hoje: os sem-terra.

---

<sup>25</sup> Até então, a estratégia desenvolvida pelo Estado, no começo do século, no sentido de viabilizar a ocupação do espaço brasileiro e garantir a oferta de mão-de-obra agrícola, era a de promover a entrada de migrantes estrangeiros e sua instalação em fazendas sob o regime do colonato ou em núcleos coloniais por meio da distribuição de lotes em terras devolutas. As principais áreas atendidas por esta política foram as regiões sul e sudeste. (cf. Martins, 1973)

<sup>26</sup> O foreiro corresponde a um tipo específico de rendeiro, que paga uma quantia anual ao proprietário da terra, denominada “foro”. Sobre este tipo de relação, entre outras existentes nos engenhos pernambucanos neste período, ver Andrade (1980:250-263).

A luta pela Reforma Agrária, ela também é um dado do próprio processo histórico, mudando e sendo mudada por ele. Mesmo não ocorrendo Reforma Agrária – entendida como ruptura com o modo de organização social da produção na agricultura e quebra das bases materiais e políticas que o sustentam – a luta condiciona as estratégias para o campo e sofre as suas consequências. A luta pela Reforma Agrária renasce sempre em novas condições. (Grzybowski, 1991:77)

Em meados dos anos 50, o campesinato emerge como ator social, enfrentando a violência da polícia e dos proprietários de terra e exigindo do Estado uma política de Reforma Agrária. Uma conjuntura particular marcada por governos populistas e pelo predomínio de uma ideologia desenvolvimentista permite o avanço significativo da organização da luta camponesa e sua expansão em nível nacional.<sup>27</sup> É neste período que o movimento das “Ligas Camponesas”<sup>28</sup> alcança maior expressão e surgem os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais, tendo o Partido Comunista Brasileiro (PCB) como principal força política de referência.

A base social que reivindicava terra à época era formada por rendeiros, foreiros e parceiros, ameaçados de expulsão ou submetidos a uma relação de arrendamento precária e extorsiva. (cf. Martins, op. cit.:10-11) Em resposta a esta situação, o Estado, inicialmente, cassa o PC do B, afetando a organização dos trabalhadores e reforça a política de colonização.

Porém, assiste-se a uma intensificação das lutas no campo no início dos anos 60, com a generalização de conflitos em torno da disputa pela terra e da luta por direitos trabalhistas e pela liberdade de organização. Por outro lado, a crise econômica, política e social que marca essa época trouxe o apoio de setores nacionalistas, industriais e da Igreja para a causa da Reforma Agrária. Ela passa a ser vista como caminho para a aceleração de nosso desenvolvimento e redução das tensões sociais.

O peso do Estado como ator político cresce no campo. Em 1962 é constituída em nível federal a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA) e, em 1963, o Estado aprova a organização da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

---

<sup>27</sup> Ver Medeiros (1989).

<sup>28</sup> Esta denominação tem origem no movimento de organização dos horticultores da região de Recife pelo Partido Comunista do Brasil, quando os sindicatos eram inconstitucionais nos anos 40. Porém, a expressão “Ligas Camponesas” ficou conhecida nacionalmente a partir da luta contra a elevação do

(CONTAG), que agrupa camponeses e assalariados do campo em sindicatos de base municipal reunidos em Federações em nível estadual, com o objetivo de manter o movimento sindical sob a sua tutela.<sup>29</sup>

Com o golpe militar de 1964, os movimentos populares em geral são alvo de dura perseguição e repressão do Estado, o que é agravado no campo pela violência desenvolvida pelos grandes proprietários. Os sindicatos sofrem intervenção e ganham um caráter marcadamente burocrático. É criado o Estatuto da Terra como lei de desenvolvimento rural que propunha a Reforma Agrária e a modernização da agricultura.<sup>30</sup> Logo o governo substitui o discurso pró-reforma pela defesa da colonização em áreas de fronteira e da modernização técnica da agricultura familiar visando transformá-la em classe média rural de perfil empresarial.

Na década de 70, a política de colonização dispõe de todo um sistema jurídico que foi sendo montado em anos anteriores, paralelamente à criação pelo Governo de outros instrumentos para incorporar a Amazônia à economia nacional, como a lei de incentivos fiscais. No mesmo dia em que foi criada a SUDAM, em 27 de outubro de 1966, foi assinado o decreto 59.428, que especifica a natureza jurídica da colonização, definindo as atribuições do Estado e demais instituições envolvidas no processo.<sup>31</sup>

A política de ocupação das fronteiras baseada em grandes projetos agropecuários apoiados em pesados subsídios abre espaço para a especulação e atrai o capital financeiro para o campo. Tais mudanças agudizam os problemas aí existentes. A instalação dos grandes projetos causa a expulsão maciça de posseiros, observa-se um intenso êxodo rural e uma violência crescente, com a reativação das lutas em nível local.

O sindicalismo se reestrutura sob a orquestração da CONTAG. O clima de medo e repressão reinantes somados à desmobilização do período levam essa entidade a optar pela luta pelo cumprimento dos direitos já assegurados na legislação. A lei é transformada em um campo de disputa e os sindicatos montam assessorias jurídicas. Em

---

“foro” travada pela associação de foreiros do Engenho Galiléia em Vitória de Santo Antão-PE na década de 50. (cf. Oliveira, 1988)

<sup>29</sup> Sobre as dificuldades da CONTAG relativas às suas limitações estruturais e enquanto órgão de representação de uma diversidade de categorias de trabalhadores rurais, ver Grzybowski (1991:61-65).

<sup>30</sup> Outros aspectos relativos ao Estatuto da Terra, assim como o aprofundamento da análise sobre a atuação recente do Estado na questão da Reforma Agrária, serão tratados no primeiro capítulo juntamente com a análise dos demais atores envolvidos neste processo na região estudada.

<sup>31</sup> Este decreto juntamente com o Estatuto da Terra são os principais instrumentos legais em que se baseia a execução da atual política de Reforma Agrária naquilo que diz respeito ao programa de assentamento, segundo informação do procurador da Superintendência Regional do Entorno, em Brasília. Esta questão será retomada no segundo capítulo.

1973, acontece o II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, quando é defendida uma reforma agrária de verdade, que não pode ser confundida com uma política de colonização.

À medida que os conflitos se avolumam e ganham maior dramaticidade fica evidente a fragilidade dos sindicatos como mediadores. É neste contexto que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) é criada em 1975 e passa a denunciar a violência no campo, sobretudo contra os posseiros, e a oferecer aos camponeses um serviço de articulação, assessoria e apoio à organização popular.<sup>32</sup> A questão agrária passa a ser identificada, em nível nacional, com a luta dos posseiros, iniciando-se o segundo período identificado acima.

O final dos anos 70 corresponde ao começo da liberalização do regime militar e a luta no campo adota novas formas de ação. Cresce a resistência dos trabalhadores na terra. No III Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais em 1979, as principais reivindicações apresentadas foram: Reforma Agrária ampla, massiva, imediata e com participação dos trabalhadores; o cumprimento das leis trabalhistas e liberdade sindical.

A luta pela terra passa a contar com os novos atores criados a partir do intenso desenvolvimento do capitalismo no campo. São os seringueiros expulsos dos seringais, os desalojados pelas barragens dos grandes projetos hidrelétricos, além dos excluídos em geral pelo avanço da modernização agrícola e da especulação com a terra. A noção do direito de se manter na terra e defender seu espaço social e cultural, seu território,<sup>33</sup> é cada vez mais difundida entre eles. A soma dessas lutas particulares possibilitou a atualização do debate em torno da Reforma Agrária e de seu significado nos anos 80.

O Estado busca a neutralização política dos conflitos no campo, concentrando esforços em duas frentes: a repressão e a regularização de terras em áreas de migração “voluntária”. Em 1981, foi aprovada a lei de Usucapião Especial, que reduzia à metade o prazo para o posseiro ter direito ao título de propriedade, passando a ser de 5 anos. (cf. Santos, 1993:61)

Ocorre a centralização e militarização da questão agrária, que é tratada como problema de segurança nacional. Em 1982 foi criado o Ministério Extraordinário de

---

<sup>32</sup> O trabalho da CPT será abordado no contexto da análise da atuação da Diocese de Goiás junto aos camponeses de sua região no primeiro capítulo.

<sup>33</sup> Sobre o conceito de território, ver o terceiro item da introdução, quando são trabalhadas noções gerais da teoria do espaço adotada.

Assuntos Fundiários (MEAF) sob a chefia do Secretário do Conselho de Segurança Nacional. A CPT expande o seu trabalho em favor de um “sindicalismo de base” e põe a terra como ponto central de sua atuação.

No início da década de 80, emerge a identidade de trabalhador rural sem terra a partir de experiências de luta diversas na Região Sul e em São Paulo. “As lutas condensadas em Ronda Alta (Rio Grande do Sul), através de ocupações de fazendas, e o Acampamento de Encruzilhada Natalino, a luta do MASTRO (Movimento dos Sem-Terra no Oeste do Paraná), desdobramento das lutas dos expropriados pela barragem da hidrelétrica de Itaipu, e certas ocupações de fazendas no Sudoeste do Paraná e em Santa Catarina, todas no final dos anos 70 e início dos 80, dão a forma inicial ao movimento ao se articularem.” (Grzybowski, 1991:23) Fernandes (1996) chama a atenção para a importância do Movimento dos Sem-Terra do Oeste do Estado de São Paulo e o Movimento dos Sem-Terra de Sumaré, além destes que estavam ocorrendo no Sul, para explicar a gênese do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra enquanto organização de caráter nacional.

No entanto, a categoria “agricultor sem terra” e a tática do acampamento à beira das estradas surgem no Rio Grande do Sul nos anos 60, com o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). (cf. Santos, 1989:77-78) Este movimento tinha como principal reivindicação “terra para quem nela trabalha”, o que vem a ser o primeiro slogan adotado pelos sem-terra, de 1979 a 1984, sendo substituído pela frase “sem Reforma Agrária não há democracia” com a mudança de regime político em 1985.<sup>34</sup>

Santos (1989 e 1993) chama a atenção para a importância da participação da categoria dos “colonos retornados” dos programas de colonização em ocupações e acampamentos verificados por volta dos anos 80 na região Sul. Filhos de colonos que recusam a proletarização no campo ou na cidade e que não conseguem mais se reproduzir como camponeses via migração para as regiões de fronteira agrícola, parceiros e rendeiros, agregados e assalariados temporários, expropriados de barragens e um significativo contingente de *lumpen* do campo, que vagava pela Região Sul,

---

<sup>34</sup> Segundo a Agenda do MST de 1997, para cada período o movimento adota um slogan diferente, marcando momentos distintos da história da luta.

compõem a base social inicial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).<sup>35</sup>

A CPT tem um papel decisivo na gênese do MST, tanto por seu trabalho de conscientização junto aos camponeses, como por promover a articulação inicial das lutas empreendidas em diferentes pontos do país. O movimento se estende rapidamente em direção ao Rio de Janeiro e a Mato Grosso do Sul, onde surgem organizações locais de agricultores sem terra.

Em 1984, é fundado o MST durante o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Cascavel-PR, que contou com a presença de representantes de dezesseis estados do país. No ano seguinte, o MST se estrutura como organização, dando o primeiro passo no sentido de sua consolidação como movimento social autônomo. Porém, somente nos anos 90, ele alcança efetiva projeção nacional, demonstrando grande poder de mobilização e brilhante desempenho junto à mídia. Hoje o movimento está organizado em mais de vinte estados da Federação.<sup>36</sup>

A luta pela permanência na terra é substituída pela luta por desapropriação. Antes, os proprietários e depois os grileiros negaram os direitos dos camponeses, hoje, eles tomam a iniciativa, questionando os direitos daqueles que, sendo possuidores de grandes propriedades, não dão um destino social às suas terras. Ocupam áreas e organizam acampamentos, obrigando o Estado a intervir no processo.

O sentido político da luta dos sem-terra não decorre das relações mais imediatas que eles mantêm, mas está no fato de porem a nu a sua comum situação de excluídos, devido à estrutura agrária vigente, e de exigirem do Estado medidas que lhes garantam o acesso à propriedade da terra e a sua reintegração econômica e social como pequenos proprietários. (Grzybowski, op. cit.:24)

É importante ressaltar o descolamento que a identidade política de sem-terra apresenta em relação a uma categoria social específica, agregando uma grande diversidade de grupos sociais que partilham a condição de excluídos e lutam para “entrar” na terra. A identidade de camponês adotada pelos movimentos sociais no primeiro período de luta pela Reforma Agrária aqui analisado também possuía caráter

---

<sup>35</sup> Sobre esta questão, ver Grzybowski (op. cit.)

<sup>36</sup> Sobre a origem do MST, seus objetivos e forma de organização, ver Stédile e Fernandes (1999).

político, porém, vinculava-se a uma base social restrita, formada por rendeiros, foreiros e parceiros.

Em 1985, o Governo da Nova República lança o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), que, por motivo da forte reação apresentada pelos grandes proprietários de terra<sup>37</sup> e por falta de sustentação política na base do governo, é iniciado timidamente. O Governo Sarney não chega a realizar 10% da meta de assentamento estabelecida para o seu mandato. Segundo Silva, o PNRA, publicado em outubro de 1985, estipulava a meta de 1,4 milhão de famílias assentadas no período 1985/89, porém só foram assentadas 82.689 famílias. (1996:69 e 112)

A temática da Reforma Agrária apresenta grande importância no atual momento histórico brasileiro e o Governo Fernando Henrique tem sido levado a intensificar e acelerar o seu Programa de Assentamentos em resposta às fortes pressões sociais.<sup>38</sup> Os principais fatores que têm contribuído para isso são, de um lado, o nível de organização atingido pelos movimentos sociais que reivindicam terra, como é o caso do MST, e, de outro, as transformações que vêm ocorrendo na agricultura e a estagnação da economia brasileira verificadas nas décadas de 80 e 90 e que têm feito crescer a demanda por terra no país.

O salto tecnológico que vem ocorrendo na agricultura é responsável pelo aumento da produtividade e por uma substancial redução dos postos de trabalho no campo. Segundo dados do censo agropecuário, entre 1985 e 1995, registrou-se pela primeira vez uma diminuição em números absolutos do emprego rural, que ultrapassa cinco milhões de pessoas. As baixas mais significativas aconteceram entre os parceiros e empregados temporários, categorias com vínculos mais instáveis com a terra e com o mercado de trabalho. (cf. Gasques e Conceição, 2000:85-109)

Houve também, neste mesmo período, uma queda no número de estabelecimentos, com maior incidência no estrato com até 10 ha, que é constituído em grande parte por não-proprietários como rendeiros,<sup>39</sup> parceiros e ocupantes, atingindo 22,15%. O que possivelmente está relacionado com a aceleração da migração rural-

---

<sup>37</sup> Ver item que trata da atuação recente dos latifundiários e fazendeiros no campo de lutas da questão agrária no primeiro capítulo.

<sup>38</sup> Ver a este respeito o item sobre o Estado no primeiro capítulo.

<sup>39</sup> Estes são chamados indevidamente de arrendatários pelo IBGE. Sobre esta questão, ver Oliveira (1996:65-69)

urbana<sup>40</sup> e com o aumento da pressão nos pequenos estabelecimentos, onde se verifica o crescimento do número de pessoal ocupado - nos estabelecimentos até 100 ha verificou-se uma variação de cerca de 5% entre 1985 e 1995. (cf. Gasques e Conceição, op. cit.)

Assim, tem-se observado uma tendência de acúmulo de desempregados disfarçados ou mão-de-obra excedente no âmbito da produção agrícola familiar – conhecido refúgio de trabalhadores rurais ou urbanos afetados pelo desemprego – e de trabalhadores sem terra e sem função econômica nas vilas e pequenas cidades. Tudo isso tem gerado o aumento das tensões sociais no campo e o avanço da luta pela Reforma Agrária.

A mudança de base social dos movimentos de luta pela terra, de rendeiros a posseiros e depois sem-terra, reflete diferentes momentos de nosso desenvolvimento excludente, que sempre criou ao longo de sua trajetória uma população sobranete. O conflito pela terra na história recente foi iniciado a partir da destruição do mundo relacional da fazenda e projetou-se para fora dela na medida em que a grande propriedade ganhava novos espaços e, por fim, retorna para dentro dela, por meio das ocupações, quando a migração em busca de outros espaços, sejam urbanos ou rurais, não mais representa, real ou simbolicamente, a possibilidade de melhoria de vida e reprodução social para estes trabalhadores.

Por não terem a qualificação necessária, muitos deles se viram fora de um mercado de trabalho (urbano) cada vez mais seletivo e exigente, o que tornou o trabalho como volante a única saída. Em outras situações, continuaram migrando em busca do trabalho no campo. (Simonetti, 1999:116)

As modificações nas relações de produção que se intensificaram a partir dos anos 60 não geraram a expropriação pura e simples dos camponeses, transformando-os em proletários. A realidade é mais complexa. Muitos se transformaram em população sobranete, desempregados, peões-de-trecho, migrantes temporários que, mesmo na cidade, mantêm o vínculo com o campo, quer no trabalho volante ou bóia-fria, quer como moradores junto aos pais em pequenos sítios, ou eventualmente trabalhando como

---

<sup>40</sup> Sobre o êxodo rural neste período, ver Abramovay et al. (1997).

parceiros ou rendeiros em várias regiões do país, e também em situações específicas de trabalho na cidade. (cf. Simonetti, op. cit.:115-116)

O camponês brasileiro é um migrante e sua expropriação não tem representado uma ruptura total de seus vínculos com a terra. A maioria deles mantém alguma relação com o campo, seja ela mais próxima ou mais distante – relação direta de trabalho, vínculos familiares, relação de origem etc. O que explica, em parte, a permanência entre eles de um conjunto de símbolos e valores que remetem a uma ordem moral ou lógica tradicional. É por isso que o acesso à terra se apresenta como uma alternativa para pobres do campo e da cidade que buscam assegurar a sua sobrevivência mantendo a dignidade de trabalhador. Porém, o processo de “recampesinização” que se verifica a partir de seu retorno à terra é marcado por conflitos, ambiguidades e contradições, que traduzem a difícil passagem da ideologia à prática.

#### **- A origem social e cultural dos sem-terra**

Os sem-terra constituem um segmento social que tem origem nas classes subalternas.<sup>41</sup> Estas são formadas sobretudo por trabalhadores pobres do campo e da cidade, categorias sociais que ocupam diferentes posições em relação ao processo de produção material. Porém, uma série de fatores contribui para o surgimento de identificações e alianças entre elas, tornando, muitas vezes, difícil a distinção nítida entre os representantes de uma e outra categoria social.<sup>42</sup>

A origem rural de grande parte dos trabalhadores da cidade é um dos fatores que explica tais identificações. Por um lado, muitos deles se mantêm ligados à área de procedência por meio de vínculos familiares, sendo possível o seu retorno em momentos de crise, sobretudo quando a família possui um pedaço de terra. Por outro, observa-se que valores e tradições do modo de vida anterior são reinterpretados e recriados no contexto urbano, refletindo-se, de diferentes formas, nas práticas e estratégias por eles adotadas em seu dia-a-dia.

---

<sup>41</sup> O conceito de subalternidade aqui empregado, de inspiração gramsciana, refere-se à dominação a partir de uma perspectiva multidimensional, ou seja, considerando as dimensões econômica, política e cultural. (Martins, 1989:99)

<sup>42</sup> As considerações aqui apresentadas a respeito das classes subalternas ou populares no Brasil baseiam-se principalmente nos trabalhos de Chauí (1980 e 1989), Zaluar (1985) e Martins (1989).

Na cidade, o trabalhador pode passar da condição de operário para a de autônomo, desempregado ou inativo e uma mesma família pode possuir membros correspondentes a várias categorias. Com exceção de um segmento mais qualificado, uma ampla maioria de trabalhadores tem a sua trajetória marcada pela insegurança, instabilidade e precariedade dos vínculos com o trabalho. A alta rotatividade no emprego e a frequente mudança de ocupação, somadas à baixa remuneração e à assistência estatal limitada e ineficiente, tornam os trabalhadores pobres dependentes de uma rede de relações desenvolvida no local de moradia com base em laços de parentesco, vizinhança e procedência. Esta rede de relações é mais estável e significativa que as relações formais e impessoais que eles estabelecem com a sociedade envolvente, seja no mundo do trabalho, seja através de instituições de serviços urbanos ou organismos públicos. (cf. Zaluar, op. cit.)

O trabalho e a família aparecem como valores centrais para estas pessoas. O primeiro, porque confere autoridade moral àqueles que o exercem, uma vez que se constitui o meio legítimo de assegurar o sustento da família e permite distingui-los dos miseráveis e dos bandidos. Já a importância da família, ela pode ser atribuída a uma série de fatores, como bem relata Chauí (1989) na passagem a seguir:

É na família que se constitui um destino comum, que se elabora um saber sobre o espaço, o tempo, a memória, a transmissão de conhecimentos e de informações, que se compensa a pouca escolarização com outros aprendizados transmitidos oralmente e por contato direto. (...) (A família) Possui uma ‘estratégia de sobrevivência’, para o presente, e constrói um ‘projeto para o futuro’, além de avaliar o que foi seu passado. (Chauí, op. cit.:144)

A homogeneidade das múltiplas práticas cotidianas dos habitantes de favelas ou bairros pobres da periferia das cidades e a troca de experiências realizada entre eles são a base a partir da qual se desenvolve uma cultura popular. A cultura dos pobres da cidade bem como a cultura camponesa representam manifestações específicas da cultura popular, que, por sua vez, apresenta-se inserida no contexto da dinâmica cultural brasileira. A utilização do termo popular visa realçar os elementos culturais comuns existentes nos diversos modos de vida engendrados pelas classes subalternas em nossa

sociedade.<sup>43</sup>

Entende-se cultura no sentido denso, que engloba os modos de fazer, ser, interagir e representar produzidos socialmente e que definem o modo pelo qual a vida social se desenvolve. (cf. Macedo, 1982:35) Ou seja, a cultura corresponde a um conjunto de práticas sociais cotidianas relacionadas a uma determinada ideologia – ou sistema de representações sociais organizado de forma coerente –, que constitui o seu fundamento interpretativo.<sup>44</sup>

A menos que nós compreendamos que as relações sociais então representadas são elas mesmas signos e constructos sociais definidos por categorias de pensamento que são também produtos da sociedade e da história, nós permaneceremos vítimas e apologistas da semiótica que estamos tentando compreender. Para decifrar a qualidade oculta e ficcional de nossa realidade social, o analista tem a mais dura tarefa de trabalhar através da aparência que o fenômeno adquire, não tanto como símbolo, mas como resultado da interação com as categorias de pensamento historicamente produzidas que têm sido impostas a ele. (Taussig, 1980:9)<sup>45</sup>

Não se trata aqui de uma visão do processo histórico como algo fechado e repetitivo. A realização de normas, regras, habilidades e saberes incorporados envolve interesses e valores divergentes e encerra contradições,<sup>46</sup> dando origem aos diversos conflitos que constituem a dinâmica da vida cotidiana.

A cultura não se apresenta de forma fixa e cristalizada, mas é um produto social resultante das estratégias desenvolvidas nos diversos campos de lutas por uma determinada classe ou grupo social em seu processo de reprodução social. A cultura

---

<sup>43</sup> Faz-se necessário destacar a diferença entre esta abordagem e aquela que associa o termo popular à idéia de nacional, vinculando-o a um discurso populista. Para uma reflexão mais aprofundada sobre o conceito de cultura popular como cultura subordinada, ver “Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil” de Chauí (1980).

<sup>44</sup> O conceito de cultura, amplamente empregado na antropologia, possui uma variedade de significados. A definição acima apresentada se baseia na tradição de um materialismo dialético sensível à problemática antropológica, que tem a sua origem em contribuições como as de Gramsci, Thompson, Lefébvre, entre outros.

<sup>45</sup> Taussig (op. cit.) lembra que o conceito de fetichismo da mercadoria em Marx aparece como crítica à cultura capitalista e suas categorias de pensamento.

<sup>46</sup> “Toda contradição é um conflito de valor, tanto quanto um conflito de interesse; em cada necessidade há um afeto, ou vontade, a caminho de se transformar num dever e vice-versa.” (Thompson, 1981:189-190) Bourdieu também ressalta esta relação entre interesse e valor em diversas passagens de sua obra, sintetizando-a na seguinte expressão: “a necessidade se faz virtude”.

popular expressa os embates relativos ao processo de dominação e a posição social dos subalternos nos diferentes momentos da história, oscilando entre conformismo e resistência.

As categorias e valores da lógica tradicional tendem a se tornar as principais referências na visão de mundo destes sujeitos por sua história, porque se opõem à dominação da ideologia moderna e devido ao fato de que a subalternidade no Brasil está geralmente relacionada a uma situação de acesso limitado ao conhecimento e ao saber produzidos pela sociedade moderna capitalista.

O modo de vida camponês é constituído por uma forma social e cultural específica, que apresenta simultaneamente uma relação de subordinação e estranhamento com a sociedade capitalista. Se, por um lado, o mercado domina o campesinato, por outro, ele não o organiza (Taussig, 1980:10).

A principal dualidade da posição dos camponeses na sociedade consiste em serem, por um lado, uma classe social (de baixa “classicidade” e de uma maneira geral dominados por outras classes) e, por outro, um “mundo diferente”, uma “sociedade em si mesma” muito auto-suficiente, que apresenta os elementos de um padrão de relações sociais separado, distinto e fechado. (Shanin, 1979:228)

O campesinato possui uma organização da produção baseada no trabalho familiar e no uso como valor. O reconhecimento de sua especificidade não implica a negação da diversidade de formas de subordinação às quais pode apresentar-se submetido, nem da multiplicidade de estratégias por ele adotadas diante de diferentes situações e que podem conduzir ora ao descampesinamento, ora à sua reprodução enquanto camponês.

A campesinidade corresponde a uma qualidade encontrada em diferentes tempos e lugares, que expressa a importância de valores da ética camponesa para indivíduos ou grupos específicos.<sup>47</sup> Os sem-terra apresentam maior ou menor grau de campesinidade segundo a trajetória de vida de cada um e a forma anterior de integração à sociedade moderna capitalista.

---

<sup>47</sup> A abordagem do campesinato a partir de sua ética apóia-se no trabalho de K. Woortmann (1990) “Com parente não se neguecia: o campesinato como ordem moral”.

A ética camponesa apresenta terra, trabalho e família como valores morais e categorias nucleantes intimamente relacionados entre si e tem como princípios organizatórios centrais a honra, a hierarquia e a reciprocidade. Estes dois últimos podem ser expressos pela categoria “ajuda”.<sup>48</sup> Ela forma uma ordem moral de forte inspiração religiosa, constituindo uma ideologia tradicional oposta à ordem social da modernidade.<sup>49</sup> Na realidade social estudada, a ética do catolicismo rústico se confunde com a ética camponesa.<sup>50</sup>

A ordem social moderna é organizada pelo mercado e pelo princípio de competição, tendo como valores o indivíduo e a razão. Coerente com o reconhecimento da consciência e do consentimento como atributos do indivíduo, a lógica moderna tem na noção de poder o equivalente funcional da idéia tradicional de ordem e hierarquia. Nela, as categorias terra, trabalho e família são definidas independentemente uma da outra, como coisas explicáveis em si mesmas, de acordo com uma visão mecânica e atomística da realidade.<sup>51</sup>

A sociedade brasileira caracteriza-se por uma relação ora contraditória, ora complementar, entre as lógicas tradicional e moderna em todos os níveis. A hierarquia e o conteúdo moral das relações sociais convivem com a igualdade e a impessoalidade. O que corresponde à dialética entre “pessoa” e “indivíduo” retratada por Da Matta (1983) ou à dialética entre diferentes temporalidades apresentada por Martins (1989 e 1994). Assim, os diferentes grupos e classes sociais têm assumido uma ou outra face de acordo com o capital cultural e social disponíveis e os interesses em jogo em cada situação. No caso estudado, todo o processo de luta pela terra e criação e organização sócio-espacial do assentamento é marcado pelo diálogo constante entre a forte campesinidade dos trabalhadores assentados e influências modernas de ordem social, política e econômica.

Buscar-se-á compreender em que bases está sendo estruturada a reprodução social dos sem-terra assentados e sua territorialização, considerando-se a relação

---

<sup>48</sup> A categoria “ajuda” se apóia nos princípios de reciprocidade e hierarquia. Espera-se, daquele que tem mais, uma ajuda - que seria como uma obrigação social dos mais afortunados -, ao que se deve retribuir com gratidão, o que pode ser demonstrado de diferentes formas. A ajuda ocorre entre iguais quando alguém está passando por uma situação de “precisão”, ou seja, quando a “igualdade” é afetada. (cf. Lana:1995)

<sup>49</sup> K. Woortmann (op. cit).

<sup>50</sup> Sobre a proximidade entre a visão de mundo camponesa e a ética religiosa camponesa no Brasil, ver a seguinte afirmação de C. R. Brandão: “o sistema religioso camponês é o que mais se empenha na defesa dos símbolos e dos códigos de vida e de representação da vida tradicionais do campesinato”. (1986:301) Não é por acaso que a família é, ao mesmo tempo, categoria central da ética camponesa e o grande modelo organizador do imaginário rústico da Bíblia.

dialética entre tradição e modernidade que perpassa toda a cultura brasileira. Entende-se que o sentido da luta pela terra é definido ao longo de sua própria história pelos desdobramentos que provoca no campo de lutas que se forma em torno da questão agrária. Não se acredita que haja um papel pré-determinado para o campesinato na sociedade em que vivemos.

- **Sobre a espacialização dos processos sociais: a teoria e o caso estudado**

O *espaço*<sup>52</sup> é uma categoria social que expressa o tipo de espacialidade ou estrutura espacial apresentada pelo conjunto de relações sociais característico de uma determinada sociedade. Assim como as demais formas de objetivação das relações sociais, ele concorre para a constituição do *habitus* e incorporação do senso comum. Juntamente com o conceito de tempo, o espaço fornece um sistema de referência por meio do qual nós nos localizamos em relação ao mundo em que vivemos. A estrutura espaço-temporal atua como um princípio ordenador que situa e limita eventos e relações sociais, contribuindo de maneira significativa para a atividade de identificação e para o processo de reprodução social.

Ao ser representado como uma relação natural entre as coisas ou pessoas, o espaço é naturalizado em seu contexto social de origem, implicando o que Soja (1993) chama de dialética sócio-espacial: “o fato de as relações sociais serem, simultânea e conflitadamente, formadoras do espaço e contingentes ao espaço.” (op. cit.:155)<sup>53</sup> A dialética sócio-espacial corresponde a uma face da dialética da objetivação e incorporação de que fala Bourdieu (1977), e está diretamente relacionada com o processo de reprodução social.

Tal fato é bastante significativo, seja em sociedades dominadas pela cultura oral ou de quase ausência da escrita, seja na sociedade moderna, dominada pela tecnologia e pela razão instrumental. Na primeira, o espaço é o locus privilegiado da objetivação do simbólico, apresentando um grande peso no processo de formação do *habitus*. Neste

---

<sup>51</sup> Ver K Woortmann (1990), L. Dumont (1992a), e T. Taussig (1980).

<sup>52</sup> O conceito de espaço aqui apresentado toma como referência a teoria sobre a produção do espaço de Lefévre (1974), considerando contribuições da teoria da prática de Bourdieu (1977) e a análise sobre a matriz espacial do Estado Moderno em Poulantzas (1981).

<sup>53</sup> É neste sentido que se entende, na obra de Lefévre, a qualificação do espaço como abstração concreta, semelhante à categoria mercadoria na sociedade capitalista.

caso, a configuração espacial se confunde, em parte, com a própria tradição. (Bourdieu, 1977:87-95) Na sociedade moderna, a crescente mobilidade no espaço e a intensidade das transformações do espaço aliam-se ao fato de este aparecer como mercadoria, desencadeando um processo de desenraizamento e o surgimento do conceito de espaço abstrato. O espaço abstrato, concebido como vazio em conteúdo social, é manipulado pelo Estado e pelos capitalistas que, por meio de estratégias territoriais, garantem sua dominação e a afirmação da lógica de mercado.<sup>54</sup>

A espacialidade da sociedade moderna capitalista transforma o espaço em mercadoria e distingue o uso e a apropriação da propriedade da terra.<sup>55</sup> O espaço abstrato, lógico-político e instrumental, atravessa o espaço vivido, prenhe de significados, onde se realiza o cotidiano e se define o modo de existência social. Não há *um* espaço social, mas vários que existem de forma imbricada. “Os espaços sociais se interpenetram e/ou se superpõem. Eles não são coisas, limitadas umas pelas outras, opondo-se pelo contorno ou pelo resultado de inércias.” (Lefébvre, 1974:104)

O *lugar* hoje resulta do intercruzamento de diferentes movimentos, atuantes em diferentes escalas, adquirindo um caráter particular. O espaço local não desaparece absorvido pelas escalas maiores (regional, nacional e mundial), não há uma coincidência entre ordem próxima e ordem distante. Múltiplos fluxos cruzam o espaço. Cada fragmento do espaço analisado não guarda uma relação social, mas uma multiplicidade de relações que a análise desvenda. (Lefébvre, op. cit.:105-106)<sup>56</sup>

O espaço da modernidade tende à mundialização.<sup>57</sup> Sua expansão se dá pela dominação e subordinação de novas áreas, gerando conflitos com outras formas sócio-espaciais e submetendo-as à sua influência homogeneizante e a níveis diferenciados de integração. Nos casos em que a forma sócio-espacial englobada se mantém enquanto reduto e se torna circunscrita, ela constitui um território distinto. Ou seja, um espaço delimitado, sob o controle de uma sociedade ou segmento social que lhe confere um

---

<sup>54</sup> Sobre o conceito de espaço abstrato, ver Lefébvre (op. cit.).

<sup>55</sup> Sobre a contradição entre “uso” e “propriedade”, segundo o pensamento de Lefébvre, ver Seabra (1996).

<sup>56</sup> Este conceito de lugar difere do apresentado por Yi-fu Tuan (1983), que muito se aproxima do conceito de território aqui empregado, sobretudo no que se refere ao seu conteúdo sócio-antropológico.

<sup>57</sup> “O espaço moderno nasceu assim: um espaço no qual é possível nos deslocarmos indefinidamente cruzando separações, onde cada lugar se define por sua separação dos outros, espaço no qual a expansão se faz assimilando novos segmentos que devem ser homogeneizados, deslocando-se as fronteiras” (Poulantzas, op. cit.:114)

conteúdo específico. É neste contexto que tem sentido falar em território indígena e território camponês inseridos no território capitalista.<sup>58</sup>

Se todo território pressupõe um espaço social, o inverso não é verdadeiro. Enquanto o conceito de espaço na sociedade moderna relaciona-se com a idéia de abertura e com a possibilidade de intercruzamento de influências diversas, o conceito de território remete à idéia de fechamento e alteridade, vinculando-se a um determinado contexto social. O recorte espacial assim determinado pode se relacionar com a formação de uma identidade territorial específica na medida em que for alvo da atribuição de significados.<sup>59</sup>

Esta abordagem se apóia na contribuição de autores como Raffestin (1993), que considera o poder como inerente às relações existenciais ou produtivas, independentemente da escala espaço-temporal considerada, e propõe a aplicação do conceito de território para além de realidade do Estado-nação.<sup>60</sup> A Geografia Política Clássica, que tem na obra de Ratzel uma de suas principais referências, identifica a questão do poder com o Estado, concebendo o território nacional como o território por excelência.

Porém, diferentemente de Raffestin, adota-se o conceito de espaço, nos termos acima referidos, como categoria social e forma de objetivação das relações sociais. Raffestin concebe o espaço como “a realidade material pré-existente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar” (op. cit.:144). Para ele “o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido”. (op. cit.:147)

Entende-se *território* como o espaço de reprodução da existência de uma sociedade ou grupo social, formado com base em um contrato social firmado entre os

“O MPC (Modo de Produção Capitalista) se realiza totalmente enquanto totalidade: mundialidade. Através de conflitos os mais sangrentos, através dos obstáculos. O mundial tal qual ele se desenha, contém em si aquilo que o nega, o que o fragmenta, o que o ameaça.” (Lefévre, 1980:248)

<sup>58</sup> Segundo Mesquita (1995:76-92), o conceito de território vem do latim - “terra” (terra) e “pertencente a” (torium) - e teria sido originalmente aplicado aos distritos que circundavam uma cidade e sobre os quais esta tinha jurisdição, como nos caso das cidades-estado da Grécia clássica. Em sua acepção mais frequente, território designa uma extensão de terra que depende de um império, uma província, uma cidade, uma jurisdição.

<sup>59</sup> Sobre a dimensão simbólica e identitária do território, ver Costa (1995:60-63).

<sup>60</sup> Souza (1995) desenvolve uma reflexão sobre o conceito de território a partir desta vertente. Para este autor, o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder e deve ser entendido como: “todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. (op. cit.:78)

seus membros e definido a partir de relações de apropriação e domínio. O contrato social corresponde a um conjunto de princípios, explícitos ou não, que regem e orientam as relações sociais numa dada forma social, inclusive as relações que definem as formas de apropriação da terra e o regime de propriedade.<sup>61</sup> Aqueles que compartilham um mesmo território devem estar submetidos a uma mesma “lei”.<sup>62</sup>

O território deve ser visto não apenas na perspectiva de um *domínio* ou controle politicamente estruturado, mas também de uma *apropriação* que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, podemos dizer, afetiva. (Costa, 1995:60) (grifos do autor)

A apropriação, nos termos de Lefévre (op. cit.), refere-se ao uso e está relacionada ao costume e ao modo de existência cotidiano. Pensar o território a partir das relações de domínio e apropriação que o definem significa optar por um recorte analítico que põe em primeiro plano as dimensões jurídico-política e sócio-antropológica.

Tal concepção de território difere da adotada por Oliveira (1992), que privilegia a dimensão econômica do processo social. Oliveira define território como síntese contraditória, unidade dialética, da espacialidade que a sociedade desenvolve, como espaço transformado pelo trabalho e lugar da luta cotidiana da sociedade no processo de produção de sua existência. (op. cit.:12 e 13) “Dessa forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território.” (ibidem:2) Para ele, a terra camponesa corresponde a uma “fração do território capitalista dominada pelos camponeses”. (ibidem:40)

Fernandes (1996), baseado em Oliveira, analisa o processo de territorialização do MST com o objetivo de registrar o avanço da luta dos sem-terra. Ele define o acampamento como espaço de luta e resistência e o assentamento como o resultado da territorialização da luta pela terra, ou processo de conquista de frações do território pelo

---

<sup>61</sup> Tais princípios constituem a matéria-prima das representações com que o próprio sistema social “pensa sobre si”, formando o que se pode entender como sua ideologia de base. (cf. Brandão in Brandão e Ramalho, 1986:122)

<sup>62</sup> O “contrato social” corresponde a um fato social total, no sentido empregado por Mauss em seu clássico “Ensaio sobre o dom”.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e por outros movimentos sociais. Quando o autor se refere à conquista do território, ele está falando de frações do território capitalista que vão para as mãos do movimento e tornam-se um trunfo na luta.

O assentamento é o território conquistado, é portanto um novo recurso na luta pela terra que significa parte das possíveis conquistas, representa sobretudo a possibilidade da territorialização. (...) A territorialização da luta pela terra é aqui compreendida como o processo de conquista de frações do território pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra e por outros movimentos sociais. (Fernandes, op. cit.:241)

Simonetti (1999), em seu estudo sobre o Assentamento Reunidas em Promissão-São Paulo, procura compreender e explicar, a partir da perspectiva geográfica, como e por que trabalhadores que sofreram o processo de expropriação e proletarização e migraram para a cidade alimentam o desejo de retorno à terra. Para isso, a autora defende a necessidade de serem considerados outros elementos para entender a presença e persistência dos camponeses na sociedade contemporânea, principalmente aqueles ligados à cultura, mesmo admitindo que o desenvolvimento do capitalismo no campo gera ao mesmo tempo a expansão do trabalho assalariado e do trabalho familiar camponês. (op. cit.:56)

Para estes trabalhadores, o trauma vivenciado na cidade (moradia em lugares insalubres, violência, dificuldades de toda ordem no trabalho, separação da família, desemprego, transporte, fome, trabalho nas fábricas, controle do trabalho e do tempo etc.) explica a recusa e a resistência a esta proletarização, fazendo emergir o desejo de mudança, através da luta pela terra e da reafirmação de um projeto de vida que tem a terra como fundamento de um modo de ser, de pensar e de estar no mundo. (ibidem:118)

Ela reconhece que a presença do camponês assentado não nega de todo a lógica do capital, que, em sua reprodução ampliada, continua subordinando o campesinato, mas afirma:

Ao mesmo tempo que o camponês está subordinado à lógica do capital, ele também

descobriu caminhos para o rompimento dessa submissão, fazendo escolhas para viver em sociedade, de acordo com seus valores. (ibidem:56)

Para ela, o assentamento é o lugar conquistado pelos camponeses por meio da luta pela terra, e que, portanto, está sob o seu controle/poder, mesmo que parcial. O assentamento:

O assentamento é a expressão concreta da territorialização do movimento. Não é somente o lugar da *produção*, mas também o lugar da *realização da vida*. (...) E a vida, para esses camponeses, como se verifica em seus relatos, não é somente ter comida, ter casa, mas uma vida plena, uma vida cheia de significados, na qual aquilo que eles crêem tem possibilidade de continuar sendo respeitado e existindo: sua cultura, sua autonomia, sua visão de mundo, sua capacidade de crescer a partir de suas próprias potencialidades, enfim seu universo simbólico. (op. cit.:70-71)

A autora trabalha com a teoria sobre território e territorialização de Oliveira para explicar as grandes transformações que ocorreram na região por ela estudada, mas define a realidade do assentamento como um território e não apenas uma fração do território capitalista dominada pelos camponeses. Ela concebe o assentamento como uma terra que está sob a hegemonia camponesa e que, por isso, é o “lugar” onde se dá um complexo e sofisticado processo de (re)construção do “território camponês”. (Simonetti, op. cit.:1-12 e 70-71)

Simonetti nos convida a pensar o assentamento como território a partir da incorporação da dimensão cultural e recorre ao pensamento de Raffestin para dar sustentação ao seu argumento. (op. cit.:8) Concorda-se com Simonetti sobre a importância de se considerar a dimensão cultural para compreender o significado do movimento de luta pela terra existente hoje no Brasil e a forma como os assentados organizam a vida e o espaço nos assentamentos. Até porque o sujeito analisado corresponde a esta “estranha classe” que é o campesinato, que constitui um “mundo diferente” ou uma “sociedade em si mesma” (cf. Shanin, 1972 e 1979).

Mas, “é claro que, apesar de priorizarmos este caráter político-cultural na definição de território, seria absurdo sugerir algum tipo de autonomização em relação

aos processos econômicos.” (Costa, op. cit.:65) O próprio processo de reprodução social, que dá sentido ao conceito de território aqui empregado, tem na produção material uma de suas bases e a história de transformação da *territorialidade* nas antigas fazendas da região estudada está relacionada com a expansão da economia de mercado, mudanças nas relações de produção e o avanço do processo de privatização da terra na área.<sup>63</sup>

Neste trabalho, o *acampamento* também é entendido como espaço de luta e resistência e principal forma de espacialização do movimento social dos sem-terra no Brasil hoje. Ele será analisado como uma unidade sócio-espacial, formada sob o signo de um marcado processo de enquadramento político-estratégico da vida cotidiana, que possui caráter transitório e móvel, ou seja, não se apresenta vinculada a um substrato material específico. Pode-se ainda dizer, ao menos em relação ao caso estudado, que a organização social do acampamento apresenta traços significativos da comunidade utópica, sobretudo quando este se encontra em sua fase inicial.

Já o *assentamento* é visto como um espaço conquistado pelos sem-terra e criado formalmente pelo Estado por meio de uma ação reformista. Ele apresenta limites bem definidos em decorrência da forma como é concebido e administrado pelo INCRA. Este órgão mantém a área do assentamento sob o seu controle, submetendo-a, por um determinado período, a normas especiais, tanto no que se refere ao seu uso, quanto à forma de acesso a ele. O assentamento é uma área sob intervenção do Governo Federal, encravada no município.

Apesar do status especial conferido à área pelo INCRA e das implicações daí decorrentes, com o passar do tempo ele tende a se transformar num território, cujo conteúdo é dado, de fato, pelo *modo de vida* dos assentados e a espacialidade de suas relações sociais. Os assentamentos Retiro e Velho são, conforme se pretende demonstrar ao longo desta tese, um *território camponês* - ou parte do descontínuo território constituído pelo campesinato nacional - *em processo de construção*.

Assim, o *lote*, ou parcela, denominação estabelecida pelo Estatuto da Terra e empregada pelo INCRA<sup>64</sup> e pelos assentados em referência à porção de terra que cabe a cada um deles no interior do assentamento, corresponde ao lugar privilegiado da

---

<sup>63</sup> Como será analisado no início do primeiro capítulo.

<sup>64</sup> Denominação também utilizada por este órgão para se referir a parcelas situadas em Projetos de Colonização.

reprodução da família. O lote também pode ser chamado por eles de propriedade ou posse, dependendo das circunstâncias e do interlocutor.<sup>65</sup>

---

<sup>65</sup> Ver o item sobre “O movimento de luta pela terra enquanto processo ritual e o surgimento de novas identidades”, em que é tratada a questão da identidade de “posseiro”.

## **Iª PARTE: CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL**

## **1º Capítulo – A GESTAÇÃO DE UMA MENTALIDADE RADICAL ENTRE OS CAMPONESES DE GOIÁS VELHO E DESDOBRAMENTOS RECENTES NO CAMPO DE LUTAS DA QUESTÃO AGRÁRIA**

Uma série de fatores contribuiu para o surgimento de uma “mentalidade radical”<sup>66</sup> entre os camponeses em Goiás Velho, predispondo-os para a ação política. O movimento de luta pela terra estudado ocorre neste contexto.

A expansão da lógica da economia de mercado na área dá início uma história de expropriação<sup>67</sup> continuada, vivenciada pelo campesinato local. Verificam-se mudanças significativas no contrato social em vigor no interior da fazenda desde o século anterior, causando uma série de conflitos, o que se agrava com o avanço da “modernização agrícola”, sobretudo a partir dos anos 70.

Em face das tensões crescentes no campo, a Igreja passa então a atuar como agente de mediação junto aos trabalhadores sem terra, influenciando diretamente o processo organizativo destes e, a partir daí, estabelecendo novas bases para o desenvolvimento do movimento de luta pela terra. Assim, ela contribui de maneira decisiva para a redefinição do campo de lutas criado em torno da questão agrária na região.

Neste capítulo, serão abordados os principais fatores atuantes neste processo numa perspectiva histórica, a partir da análise das seguintes questões: a evolução do contrato social no interior da fazenda na região a partir do século XIX; a história da luta e resistência camponesas no estado de Goiás e a caracterização do campo de lutas relacionado à questão da terra na região nas últimas décadas a partir da análise da atuação dos outros atores sociais envolvidos, além dos sem-terra, quais sejam: os agentes de mediação – como a Diocese de Goiás e a CPT, o MST e os STR's -, os grandes proprietários de terra e o Estado em seus diversos níveis.

---

<sup>66</sup> Como diriam os historiadores sociais. Dentre eles, destaca-se E. P. Thompson pela importância de sua obra “The making of the English working class”.

<sup>67</sup> Trata-se, aqui, da expropriação das condições de produção de uma maneira geral e não especificamente da propriedade da terra. Tal utilização do termo expropriação baseia-se em Palmeira (1976).

### **1.1. A ruptura do contrato: mudanças nas relações sociais no interior da fazenda na região**

A seguir, será apresentada uma breve narrativa<sup>68</sup> sobre o processo de ocupação de Goiás Velho<sup>69</sup> a partir do século XIX, privilegiando a análise das relações sociais que definem a forma de acesso à terra para o campesinato em diversos momentos da história e nos dias de hoje. Estas relações serão pensadas a partir de uma perspectiva englobante, o que permite apreender o “contrato social” no qual elas se inserem, ou seja, as bases em que se dá a espacialização e reprodução social camponesas.

A região estudada é uma das primeiras áreas ocupadas no estado no período colonial. Sua história é muito semelhante à do próprio estado em geral, marcada pelos principais processos e acontecimentos que lá ocorreram. A descoberta de minas de ouro na região no início do século XVIII motivou a fixação de exploradores nos locais de mineração e implicou o extermínio de indígenas. Nestas áreas, dava-se preferência à exploração do ouro em detrimento de outras atividades, sendo grande parte dos produtos consumidos importada de outras regiões.

Após um período de cerca de 50 anos, veio a decadência da mineração e, com ela, a região passa a sofrer uma série de mudanças. Os arraiais são esvaziados e a população se dispersa pelos Sertões, observando-se um processo de ruralização. A pecuária torna-se aos poucos o setor mais dinâmico da economia e a fazenda constitui-se a principal unidade sócio-espacial. A partir do século XIX até os dias de hoje, podem-se identificar ao todo 3 fases, de acordo com o tipo de contrato social predominante na fazenda. Tais fases serão analisadas a seguir.<sup>70</sup>

---

<sup>68</sup> A história da região foi reconstituída a partir da consulta de trabalhos de diversos autores, além de um levantamento realizado por meio de entrevistas para o período mais recente. As principais obras de referência foram: “História de Goiás” de Luís Palacín e Maria Augusta S. Moraes (1998); “História de Goiás em documentos” de Luís Palacín e outros (1995); “Dos Bulhões aos Caiados” de Maria Luiza A. Rosa (1984); “Campesinato goiano: três estudos” de Carlos R. Brandão e José R. Ramalho (1986); “A revolta camponesa de Formoso e Trombas” de Maria Esperança F. Carneiro (1986).

<sup>69</sup> A região de Goiás Velho aqui considerada corresponde à área de atuação da Diocese de Goiás. Situada na porção oeste do estado de Goiás, ela engloba municípios das microrregiões geográficas de Rio Vermelho, Centro Goiano, Anápolis, Iporá e Anicuns (estas quatro últimas compunham a antiga microrregião do Mato Grosso de Goiás). A denominação Goiás Velho é utilizada localmente para se referir à cidade, que outrora possuía este nome. Ver tabela com os municípios que compõem a região no final deste item.

<sup>70</sup> Tal periodização inspirou-se em grande parte nos artigos: “Conhecimento camponês e forças produtivas: a fazenda goiana” de Motta (1983) e “Posse e uso da terra e relações de trabalho em Mossâmedes” de Ramalho (1986). Mossâmedes é um município da região de Goiás Velho.

A primeira delas tem início quando a grande fazenda tradicional torna-se a instituição dominante. Neste período, a fazenda vivia numa condição de quase isolamento e constituía uma unidade autônoma, na qual vigorava uma ordem social regulada pelo princípio de reciprocidade. Predominava a *economia do excedente*<sup>71</sup>, ou seja, a prioridade era dada à subsistência do grupo e vendia-se o produto obtido com o uso dos fatores de produção excedentes. A escassez de moeda, a quase inexistência de vida urbana - apenas uma pequena parcela da população residia em cidades e vilas - e as dificuldades de comunicação limitavam o desenvolvimento do mercado interno. A grande dificuldade de circulação de mercadorias, por outro lado, restringia muito as possibilidades de uma produção voltada para mercados distantes.

O gado era o principal produto comercializado, embora fosse vendido apenas pelas grandes fazendas. Ele destinava-se à praça de mercado da cidade de Goiás, centro consumidor de maior importância na área, ou era levado a pé pelos tropeiros para Bahia ou Minas Gerais. O incipiente comércio da região subordinava-se à produção, constituindo-se em mais uma atividade que estava sob o controle do grande proprietário. Os comerciantes das cidades e vilas costumavam ser prepostos dos latifundiários.

Esta classe monopolizava inclusive o pequeno comércio existente em Goiás, pois, além de ser a única a ter o que vender e os meios para fazê-lo, dedicava-se, ela própria, também ao comércio: os comerciantes das cidades costumavam ser prepostos dos latifundiários, pois cada lojista representava os proprietários de determinada região do Estado, não podendo exercer livre comércio com todos os produtores. (Rosa, 1984:33)

As fazendas abrangiam grandes extensões de terra exploradas de forma bastante extensiva e contavam com o trabalho de agregados e vaqueiros, também conhecidos como retireiros. Cada vaqueiro cuidava de um certo número de cabeças de gado que pastavam num determinado retiro - área sob sua responsabilidade na fazenda.

O gado era criado solto em meio à pastagem natural. A agricultura, além de produzir os alimentos - arroz, feijão, milho, mandioca e cana -, produzia a pastagem. Derrubava-se a mata perto dos córregos e nascentes e plantava-se roça durante cerca de 3 anos consecutivos, quando o local era abandonado e o campo invadido por capim

---

<sup>71</sup> Ver Martins (1975:45).

nativo. Depois de um certo tempo, a pastagem voltava a ser mata e era novamente utilizada para o cultivo.

As fazendas abrigavam inúmeros agregados, cuja função era a de formar de pasto. Eles, muitas vezes, instalavam-se com suas famílias onde queriam e havia casos em que estes não sabiam ao certo quem era o dono da propriedade. Era o “tempo da fartura”, quando a apropriação da terra pelo grande proprietário não era feita como um empreendimento estritamente econômico.

Existia um padrão de troca recíproca e irrestrita no interior da fazenda. O produto da roça era fornecido pelo agregado, a carne e os subprodutos de origem animal, como o queijo e a manteiga, eram fornecidos pelos “retireiros”. Os instrumentos de trabalho e os bens de consumo só encontrados no mercado eram fornecidos pelo fazendeiro.

A “gente do sítio” fazia tudo e raramente ia à cidade ou vila comprar sal, munições e baeta. Todos faziam fio de algodão que as tecedeiras transformavam em tecidos, com o qual se confeccionava a roupa: camisolão até os joelhos para meninas e meninos, às vezes somente saia para as meninas, camisa e saia para as mulheres, ceroula e camisa para os homens. Fabricava-se em casa o sabão de uso diário. Trançavam-se os chapéus de palha. Andavam geralmente descalços, e os únicos calçados eram a ‘precata’ (alpargata) e o tamanco, feitos igualmente em casa. (Rosa, op. cit.:30)

O vaqueiro era pago pelo “quarto” e, muito freqüentemente, vendia o seu rebanho ao patrão para saldar dívidas acumuladas junto a ele. A autonomia de trabalho caracterizava as relações entre o vaqueiro e os fazendeiros de gado na época. Este último costumava residir nas fazendas e possuía um modo de vida próximo a de seus empregados.

A diferença maior entre as classes sociais se dava em termos de prestígio e de poder. O grande proprietário era o “coronel” e contava com tantos votos e tantas armas como homens. Os coronéis, auxiliados pelo vigário e pelo juiz, respondiam pelo controle da ordem pública e administração da justiça. A fraqueza do poder central se devia sobretudo às grandes distâncias e à pobreza de meios econômicos para impor-se sobre o vasto território nacional.

Com a crise do escravismo, no final do século passado, apareceu o sistema de camaradagem onde havia escravos. Algumas fazendas contratavam o camarada para trabalhar em troca de um salário mensal, porém, este era obrigado a comprar os gêneros de que necessitava no armazém da própria fazenda, pertencente ao fazendeiro. Ao final do mês, era ele quem devia ao fazendeiro.<sup>72</sup> Este sistema é semelhante ao sistema de aviamento encontrado na região amazônica até os dias de hoje e caracteriza um regime de escravidão por dívida. Neste caso, o fim do regime escravista parece não ter representado mudanças significativas para esses trabalhadores.

Os pequenos proprietários de terra eram pouco numerosos e, geralmente, desenvolviam alguma atividade para o latifundiário, trabalhando como camarada ou tarefeiro.

Não existindo uma economia monetária, trabalhar para alguém não significava simplesmente um contrato de serviço prestado e de salário recebido, era principalmente o estabelecimento de um laço pessoal de confiança mútua e de dependência pessoal. (Palacín, 1994:96)

A ocupação da região caracterizou-se pela formação de grandes domínios, cujos limites eram mal definidos. Muitas vezes, não havia uma distinção clara entre a condição de agregado e a de posseiro. Pois, este último, mesmo ocupando terras supostamente sem dono, acabava vinculando-se, de alguma maneira, a um grande proprietário e seu ciclo de dependentes.

A segunda fase ocorre nos anos 30/40 e corresponde a um período de transição marcado pela expansão da *frente pioneira*. Ou seja, é quando se verifica na região a expansão da lógica da economia de mercado, impulsionada pela construção de Goiânia, pela abertura de estradas interligando as principais regiões do estado à nova capital e pela consequente formação de um mercado regional. As mercadorias são transportadas por caminhões.

Nas áreas de predomínio da atividade pecuária, o impacto das mudanças deste período é menor. Porém, nos municípios onde a lavoura é mais importante, verifica-se um fluxo migratório significativo, refletindo no crescimento da população rural. Há um

---

<sup>72</sup> Para maiores esclarecimentos ver “Dos Bulhões aos Caiados” de Rosa (op. cit.:26-27).

progressivo abandono da prática de doação temporária de matas para a derrubada e plantio de cereais. A fazenda passa de uma produção orientada prioritariamente para *valores-de-uso* para a produção de *valores-de-troca*. A valorização mercantil da produção agrícola estimula o processo de privatização da terra.

Redefine-se a forma de acesso à terra, que agora se torna condicionada ao pagamento de uma renda ao fazendeiro. O contrato social muda, a relação entre o proprietário e o camponês vai se restringindo cada vez mais à dimensão econômica. A troca recíproca vai sendo reinventada, passando a vigorar apenas entre os trabalhadores da fazenda. A roça não é mais domínio pleno do agregado e deve ser dividida com o patrão através da parceria ou do arrendamento.

O que anteriormente era cedido sem obrigação de pagamento em dinheiro, e com frouxos compromissos de pagamento em trabalho, passou a ser tratado de modo diferente.(...) Foram implantados e difundidos os sistemas paralelos de ‘arrendo e meia’. O sistema obriga a que o proprietário entregue determinado número de alqueires de terra, mais as sementes, os adubos etc. O lavrador obriga-se a entregar uma percentagem do produto colhido ao patrão, porcentagem esta que varia entre 20 e 50%. (Ramalho in Brandão e Ramalho, op. cit:94)

À medida em que aumenta a importância da cultura comercial, vai-se adotando como padrão a monocultura do arroz nas melhores terras e os produtos destinados à subsistência ficam limitados às “beiradas das terras”. Observa-se uma maior tendência de diferenciação social entre os camponeses no interior da fazenda.

A terceira fase se inicia nos anos 50, quando a construção de Brasília determina a integração de Goiás ao resto do país. A população do estado cresce e se desenvolvem importantes centros urbanos como Goiânia e Anápolis. Observa-se uma nova onda de expansão do mercado e privatização de terras no estado, agora associada à modernização técnica da atividade agrícola.

Ainda neste período, a aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural criado em 1963 determinou a regulamentação das condições de trabalho e sindicalização no campo brasileiro, despertando entre os patrões o interesse no sentido de empregar um número de trabalhadores permanentes o mais reduzido possível. O que também contribuiu para

mudanças nas relações de trabalho na região estudada.

A fazenda se transforma numa nova unidade produtiva, com a utilização de máquinas e insumos modernos. A lógica do mercado passa a dominar em todos os níveis e ocorre a “racionalização” da agricultura. As pastagens agora são plantadas e ocupam as terras de cerrado, que também são utilizadas para a produção agrícola com base em técnicas modernas. A tecnologia substitui o saber tradicional camponês.

Com a adoção de novas técnicas, ocorre a redução da mão-de-obra empregada e sua substituição parcial com o emprego da mecanização. O Estado favorece o processo com créditos facilitados e cessão de máquinas, o que, no caso específico da região, acontece através da Goiás-Rural.

Os fazendeiros passam a ter menos interesse em manter o regime de meia e de arrendamento e se tornam mais exigentes. A relação de parceria vai ficando cada vez mais extorsiva, o percentual do patrão vai aumentando e os gastos com os investimentos necessários para a produção, antes de responsabilidade exclusiva do mesmo, passam a ser divididos com o parceiro. Alguns fazendeiros começam a proibir o meeiro ou arrendatário de plantar roça e criar animais para seu autoconsumo.

Teve um tempo terrível aqui. Era assim: aquele que não aceitasse pagar os 60%, eles (os fazendeiros) punham vaca na roça, cortavam o arame. Era terrível. Muita gente foi pra cidade, mas sempre querendo voltar pra roça. (relato de uma assentada da Retiro, em 1997)

A maior parte da terra cedida é então de médios proprietários. Os grandes preferem evitar problemas trabalhistas e passam a adotar máquinas em ritmo crescente, contratando diaristas nas fases de pico na demanda de mão-de-obra. O vaqueiro tornou-se um trabalhador assalariado, que recebe remuneração mensal. Como os fazendeiros também temem problemas trabalhistas com estes trabalhadores, evitam mantê-los contratados por um período mais longo. Verifica-se uma tendência à rotatividade de vaqueiros entre as fazendas.

Há cada vez mais proprietários e menos terras disponíveis. O cercamento e fracionamento das propriedades levou os donos de terra a um aproveitamento mais exclusivo das terras de cultura e pasto. Pecuaristas que ampliaram suas áreas de

pastagens reduziram suas lavouras e as roças cedidas em meia. Isso também ocasionou a diminuição de moradores agregados nas fazendas e de lavradores sem terra trabalhando em terras alheias, além de conflitos com antigos posseiros.

A condição de agregado, onde ela ainda se mantinha, passou a caracterizar-se pela versatilidade a partir dos anos 70, refletindo as mudanças ocorridas ao longo dos tempos. O agregado continua sendo um trabalhador à disposição do fazendeiro, porém, a utilização de seus serviços tende a se inserir cada vez mais numa nova lógica social, o que caracteriza uma nova forma de relação. Não é mais apenas o produto de seu trabalho que se constitui em mercadoria, mas a sua própria força-de-trabalho. Veja o depoimento de um fazendeiro reproduzido por Ramalho:

O agregado, ele é meeiro, às vezes é assalariado, trabalha só por dia, trabalha só de empreito, num tem às vezes lavoura, mas mora lá comigo e aí vive de pegar empreitada minha. E tem outros que já são meeiros, trabalham à meia, rotina certa. (Ramalho, op. cit.:105)

A saída dos trabalhadores da fazenda aumentou, não só devido à sua expulsão, mas também porque, diante da ruptura da relação de reciprocidade e de uma relação de exploração cada vez mais extorsiva e evidente, o próprio agregado passa a buscar a cidade como uma forma de libertação. Observa-se uma forte migração dos trabalhadores do campo em direção às cidades médias e povoados próximos das áreas rurais. A assistência outrora prestada pelo fazendeiro agora fica ao encargo do poder público urbano.

Mas muitos continuam vinculados ao campo e tornam-se trabalhadores diaristas, realizando serviços como limpa, plantio e colheita de cereais. Durante a “seca”, período do ano em que se reduz a atividade no campo, eles procuram serviço na cidade. Alguns trabalhadores rurais que foram para as cidades, lá não se fixaram em caráter definitivo, ficando entre a cidade e a fazenda, migrando de um lugar para outro.

O camponês proprietário de terras pode vender o seu tempo excedente para o fazendeiro, desenvolvendo um trabalho acessório. Porém, este possui maior poder de resistência em face das pressões dos fazendeiros do que os trabalhadores sem terra. O

vínculo à terra do camponês proprietário representa uma maior estabilidade habitacional e ocupacional.

**GOIÁS VELHO**  
**POPULAÇÃO RESIDENTE POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E MUNICÍPIO**  
 1970, 1980 e 1991

Municípios	Total			Urbana			Rural		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Britânia	2239	3437	4686	1231	2572	3389	1008	865	1297
Carmo do R. Verde	14264	10242	10292	2995	3610	4759	11269	6632	5533
Ceres	39510	31498	22874	11272	13649	16951	28238	17849	5923
Fazenda Nova	9713	9889	7165	2944	3916	3893	6769	5973	3272
Goiás	43242	42958	35785	13348	20715	22809	29894	22243	12976
Heitoraí	4715	3287	3021	1529	1837	1940	3186	1450	1081
Itaberaí	25371	25830	24852	8080	11866	17255	17291	13964	7597
Itaguaru	7024	7131	6450	2946	3598	3940	4078	3533	2510
Itapirapuã	12641	10823	9052	4132	5772	6276	8509	5051	2776
Itapuranga	30086	30366	31215	9214	15461	19885	20872	14905	11330
Jussara	20950	22528	24440	7630	12747	16342	13320	9781	8098
Mossâmedes	12771	12220	9056	2425	3838	4802	10346	8382	4254
Novo Brasil	6808	4966	4798	1145	1902	2646	5663	3064	2152
Sanclerlândia	8478	8545	7353	2433	4239	4938	6045	4306	2415
Uruana	14037	12011	13757	6275	6817	9397	7762	5194	4360

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico – 1970, 1980 e 1991

\*\*\*

A fazenda era um território de reciprocidade, um território dominado por relações pessoais como o compadrio, sistema de trocas, dependência, que incluía o espaço de vida do camponês. A territorialização do fazendeiro não era antagônica à reprodução social do camponês – prevalecia a mesma lógica de valor-de-uso envolvendo a produção dos dois. Todos estavam englobados num universo de prestações totais, no qual as dimensões econômica, social e política não apareciam de forma separada. O princípio de reciprocidade envolvia o conjunto das relações sociais.

Porém, o domínio espacial pertencia, em última instância, ao fazendeiro, caracterizando uma situação de subordinação social do campesinato.

A expansão da frente pioneira a partir dos anos 30 e a consequente valorização da terra estão relacionadas ao crescimento do mercado de produtos agrícolas. Nos anos 50, este processo é reforçado pela ação do Estado através de suas políticas de modernização da agricultura. Onde a lavoura não era muito importante, a valorização da terra se deu de forma mais lenta e o processo de privatização não apresentou a mesma força que em outras áreas, encontrando-se parcelas de terras devolutas ainda nos anos 80 .

As mudanças nas relações de trabalho acontecem gradualmente, refletindo modificações no contrato social. A relação de agregação perde sentido no interior do sistema de produção da fazenda e o produtor se transforma em um trabalhador assalariado. A proteção, antes assegurada pelo fazendeiro, agora deve ser buscada em novas relações sociais. Esses trabalhadores não estão mais inseridos numa ordem social holista como a que vigorava na fazenda, sua posição social passa a ser definida a partir de relações estabelecidas no interior de cada situação social - relação com o fazendeiro, no sindicato, com o Estado, a Igreja etc.

O acesso à terra então se dá com base em uma relação que privilegia a dimensão econômica e é percebida pelos camponeses como sendo crescentemente guiada pela ambição, em substituição à generosidade característica da ideologia de reciprocidade que fundamentava os costumes nos tempos dos antigos. Neste contexto, o relacionamento entre os trabalhadores camponeses e os donos da terra torna-se bastante tenso. A luta pela terra vai se constituindo em alternativa e se apresentando como legítima, entre outras coisas, devido ao trabalho realizado pela Igreja, vinculando-a a valores morais e à busca de uma ordem social mais justa.

Quando os trabalhadores rurais perdem as condições de acesso à terra e vão para a cidade, em muitos casos, lá permanecem como excluídos. A luta pela Reforma Agrária que hoje ocorre na região, semelhante ao que se verifica na maior parte do país, representa sobretudo uma forma de resistência do campesinato que busca sua reprodução social.

A partir do momento em que o sem-terra é assentado e passa a construir a sua existência no assentamento, ele vai tecendo novas relações, estruturando seu modo de

vida e o seu território. Tal processo caracteriza-se pela manipulação da tradição, que é recuperada e reinventada em face do novo contexto social.

## 1.2. Luta e resistência camponesas em Goiás

Os conflitos ocorridos no campo nas últimas décadas no estado de Goiás retomam uma tradição de luta e resistência camponesas que tem a sua origem na primeira metade do século. O primeiro caso de revolta camponesa de que se tem notícia no estado foi o do movimento messiânico de Santa Dica, que aconteceu em 1923 no município de Pirenópolis.

Em torno de D. Benedita Cypriano Gomes, Santa Dica, formou-se um grupo de seguidores em busca de cura e outros milagres. Eles se autodenominavam “Comunidade dos Anjos”. Afirmando que a terra era dom de Deus, eles questionavam a instituição da propriedade privada, apesar de estarem instalados em terras de propriedade da avó de D. Benedita. Por isso enfrentaram batalhas contra os fazendeiros e a justiça.<sup>73</sup>

Mais tarde, os conflitos se sucederam em vários lugares do estado em decorrência da expansão da frente pioneira e da conseqüente privatização de terras devolutas e ocupadas, realizada em grande parte por meio da grilagem. São exemplo os casos de Jussara, Dianópolis, Goianésia, Trombas e Formoso etc. Tais embates impulsionaram a organização dos trabalhadores rurais.<sup>74</sup>

As primeiras “Ligas Camponesas” apareceram em Goiás em meados dos anos 40. Elas atuavam pelas vias legais e tinham como principal reivindicação a “baixa do arrendo”. Na década seguinte, algumas “Ligas” passam a defender a resistência dos posseiros contra a grilagem, como foi o caso da Associação de Lavradores e Trabalhadores de Formoso, fundada em janeiro de 1954, que ficou conhecida pela abrangência de sua organização e repercussão de sua luta.<sup>75</sup> No final dos anos 50, o estado contava com uma dezena de “Ligas Camponesas” sob a forma de associações civis orientadas pelo Partido Comunista Brasileiro.

A partir de 1961, o Governo Mauro Borges, de base populista, acalmou temporariamente os ânimos dos trabalhadores rurais insatisfeitos ao defender uma Reforma Agrária controlada por um sistema de colonização.<sup>76</sup> Neste período foram

---

<sup>73</sup> Ver Vasconcelos (1991).

<sup>74</sup> Ver Carneiro (1986) e Duarte (1998), entre outros.

<sup>75</sup> Ver Amado (1980).

<sup>76</sup> As primeiras experiências de colonização no estado datam do início do século. Em 1924, foi feita a primeira tentativa de colonização européia em Goiás, estabelecendo-se a Colônia Uvá, em Uvá e Itapirapuã, a cerca de 60 km da cidade de Goiás. Em 1943, durante o Estado Novo sob o signo da

criados os núcleos de colonização de Tocantinópolis e Araguacema e “combinados urbanos” como o de Arraias. Com o golpe de 1964, verificou-se a ruptura do projeto populista e a radicalização da opção pelo grande capital.<sup>77</sup>

Ocorre novamente um avanço do processo de grilagem e privatização de terras e de expansão do latifúndio, aumentando as tensões no campo. Contudo, não se observa de imediato uma maior mobilização das organizações dos trabalhadores em decorrência da força da repressão imposta pela ditadura militar. Este período é marcado pela desarticulação das “Ligas” e sindicatos mais combativos e pela expressiva expansão de um sindicalismo rural de postura assistencialista e comprometido com o “peleguismo”.<sup>78</sup>

São criados incentivos governamentais para a expansão e modernização do setor agrícola nos anos 70, com consequências particularmente dramáticas para os posseiros da região do “Bico do Papagaio” no norte do estado, que foram vítimas da ação violenta de grileiros. Tal fato é ainda agravado pela presença do exército, que chega na área a partir de 1972 com o objetivo de combater os militantes do Partido Comunista do Brasil instalados em São Geraldo do Araguaia no sul do Pará.<sup>79</sup> A guerrilha do Araguaia foi sobretudo uma iniciativa de militantes de esquerda, recebendo pouco apoio da população local.<sup>80</sup>

Na ausência de sindicatos ou qualquer outra forma de organização que os defendessem na luta de resistência contra a expulsão, os posseiros procuraram o apoio da Igreja Católica. Em face da gravidade dos conflitos, a Igreja vai se envolvendo de forma crescente com a questão agrária através de sua ala progressista.<sup>81</sup> Isto ocorre ao mesmo tempo em que se verifica o crescimento da influência da Teologia da Libertação no interior desta instituição. Ela passa a atuar de forma mais afirmativa em favor dos trabalhadores rurais, desenvolvendo um trabalho de base junto a eles.

---

“marcha para o oeste”, foi criada a Colônia de Ceres, em terras ao norte de Anápolis, estendendo-se numa área de 90.000 ha. (cf. Bertran, 1988)

<sup>77</sup> Ver Pessoa (1997:52)

<sup>78</sup> Ver Pessoa (1997:61-62).

<sup>79</sup> O controle militar da área culmina com a criação do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) em 1980.

<sup>80</sup> Ver Martins (1986:63-64) e Iokoi (1996:112-123).

<sup>81</sup> Vale lembrar que o envolvimento da Igreja Católica com a questão agrária no estado é anterior a isso, sendo seriamente afetado pela repressão durante os governos militares. Em 1959 a Arquidiocese de Goiânia iniciou uma experiência de Reforma Agrária na Fazenda Conceição, município de Corumbá. Na década de 60, tanto a FAGO (Frente Agrária Goiana) como o MEB (Movimento de educação de Base), iniciativas ligadas à Igreja, desenvolveram um trabalho de educação e orientação do homem do campo em relação aos seus interesses e seus direitos. (cf. Guimarães, 1988)

A Arquidiocese de Goiânia e a Diocese de Goiás são exemplos de Igrejas comprometidas com esta luta. Juntamente com a Prelazia de São Félix do Araguaia e a Prelazia de Marabá, situadas respectivamente no norte do Mato Grosso e no sul do Pará, elas formam na região um grupo de Igrejas Progressistas bastante atuante. Em 1973, bispos do Centro-Oeste produzem um documento intitulado “Marginalização de um povo: grito das Igrejas”,<sup>82</sup> que trata da situação agrária da região e denuncia a crescente miséria dos camponeses, convocando os cristãos para lutarem por transformações sociais.

(...) é um povo que luta e labuta, diário, num trabalho que, se não tira da pobreza os que trabalham, serve para enriquecer mais ainda os que já são ricos.

(...) A lei aqui é feita pelo próprio pessoal e, para falar claro, é feita pelos patrões.

O latifúndio está crescendo, fica mais poderoso. E tem apoio das autoridades. (Grito das Igrejas apud Martins, 1989:54)

Durante um Encontro de Bispos da Amazônia realizado em Goiânia para discutir sobre “Terra e Migrações” em 1975, é criada a Comissão de Terras, que, logo em seguida, é transformada em Comissão Pastoral da Terra.<sup>83</sup> Além de esclarecer os posseiros sobre seus direitos e lhes prestar assessoria jurídica, a CPT se constitui um canal através do qual passaram a ser denunciadas injustiças e violências cometidas contra eles. Os movimentos populares vão se reorganizando aos poucos e cresce a resistência nas posses.

Em vários municípios, sobretudo aqueles situados na área sob influência da Diocese de Goiás, foi crescendo uma oposição sindical mais combativa. Em 1979 a oposição consegue finalmente assumir a direção da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG), cuja presidência era ocupada por um fazendeiro desde a sua fundação.

Os casos mais expressivos de resistência camponesa, e que serviram como referência para estimular a luta em Goiás Velho, foram as posses coletivas. Apesar de as

---

<sup>82</sup> “Marginalização de um povo: grito das Igrejas”, Documento de Bispos do Centro-Oeste, 6 de maio de 1973.

<sup>83</sup> Posteriormente a CPT se torna um órgão vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), status que mantém até hoje.

primeiras propriedades estabelecidas na região datarem do período colonial, havia terras devolutas na área até recentemente, pois o seu processo de ocupação caracterizou-se pela criação de grandes domínios cujos limites eram mal definidos. Tal fato deu margem a disputas judiciais entre posseiros ou agregados e seus requerentes. Ainda na década de 70, os posseiros da Fazenda Maria Alves - município de Itapuranga - resistem na terra até obterem a sua desapropriação.

Segundo Pessoa (1997),<sup>84</sup> em 1981, Helion Barros de Oliveira apresenta-se como proprietário da Fazenda Estiva – município de Goiás – e começa a fazer pressão para que todos os moradores deixem a terra. Com a saída de 5 famílias e a cooptação de outra, a grilagem passou a se referir apenas a Antônio Baiano, que estava lá havia dois anos. O suposto proprietário, além de grilar as terras deste posseiro, mandou queimar a sua casa expulsando-o do local. Revoltado e sabendo que se tratava de terra devoluta, Antônio Baiano convidou nove famílias da periferia de Goiás para juntos resistirem e conquistarem a terra. À sua luta para permanecer na posse, somou-se a ação deste grupo, que realiza o que vem a ser a primeira ocupação de terras da região.

Embora tivessem entrado na luta sozinhos, os ocupantes da Estiva passaram a contar com a ajuda do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Itapuranga e de agentes de pastoral da Diocese de Goiás a partir de 1983. O conflito se arrastou até fins de 1984, quando a fazenda foi desapropriada. Ao longo deste ano, ocorreram vários confrontos armados e, segundo assentados da Retiro, “até a Igreja pegou em armas para defender os posseiros”.

Na Fazenda Serra Branca, situada a 42 km de Itapirapuã, ocorreu um caso semelhante. Em 1983, um grileiro convidou o Sr. José Medrada para trabalhar como agregado na terra da fazenda dizendo-se proprietário. Depois de dois meses de serviço, o pretenso proprietário pôs a terra à venda e Medrada descobriu que ela não era escriturada. Em julho de 1984, Medrada ocupa a fazenda, acompanhado de um grupo de trabalhadores organizados pelo STR de Itapirapuã. O sindicato inicia negociação com o INCRA e, um ano depois, a terra é desapropriada em benefício do grupo. Durante a fase de acampamento, o grupo recebeu apoio da Comissão Pastoral da Terra, de paróquias e sindicatos vizinhos.

---

<sup>84</sup> Grande parte do que será apresentado a seguir sobre a história recente da luta pela terra na região de Goiás Velho baseia-se neste trabalho de Pessoa.

Ao longo das experiências acima relatadas, os trabalhadores rurais sem-terra e as entidades de apoio foram construindo um saber referente à organização da luta e à prática política a ela relacionada. A partir daí, eles passam a tomar a iniciativa, formando e preparando grupos para ocupar a terra: *o eixo de luta desloca-se da resistência na posse para a ocupação de terras.*

Em maio de 1985, é feita a ocupação da Fazenda Mosquito a partir de dois grupos, um de Itapuranga e outro de Goiás. A sua desapropriação ocorre em julho de 1986. Em novembro deste mesmo ano, 64 famílias acampam à beira da BR-153 - saída de Goiânia para Anápolis - reivindicando terra e lá ficam durante quase um ano sem nada conseguir. O grupo, autodenominado grupo da Fazenda Rio Vermelho, era formado por famílias originárias de Goiânia, Itapuranga, Uruana, Itaberaí, Anicuns, Mossâmedes, Itauçu e Goiás. Ele resolve ocupar a Fazenda Rancho Grande - município de Goiás - em agosto de 1987. Em junho de 1989 foram desapropriadas as Fazendas São Felipe, Salvador Bueno, Acaba Vida e Rancho Grande, num total de 1600 ha. Como a área era pequena para o grupo, uma parte dele ocupou a Fazenda Vereda Bonita em agosto de 1989, mas acabou sendo despejada. Depois de muitos conflitos entre o grupo que ficou nas fazendas desapropriadas e aquele que retornou de Vereda Bonita, o INCRA fez a distribuição definitiva das terras, ficando 13 famílias na condição de excedentes.<sup>85</sup>

Em abril de 1988, é a vez da ocupação das fazendas Retiro e Velha – respectivamente nos municípios de Goiás e Itapirapuã – que dão origem aos assentamentos Retiro e Retiro Velho, localizados em áreas contíguas. Eles serão o objeto de análise deste trabalho e a sua história será apresentada mais detidamente a seguir.

A maioria dos grupos de sem-terra na região de Goiás tem a sua origem relacionada ao trabalho desenvolvido pelos agentes de mediação – CPT, MST, STR's e também FETAEG. Poucos se formam de maneira independente, porém, neste caso, acabam geralmente procurando a “ajuda”<sup>86</sup> dessas entidades depois.

---

<sup>85</sup> Sobre a história da formação do assentamento Rio Vermelho, ver Sousa (1997).

<sup>86</sup> A categoria “ajuda” é fundamental para compreender a lógica do sistema social em que os camponeses estudados se inserem, orientada pelo princípio da reciprocidade hierárquica - nos termos expressos por Lanna (1995).

### 1.3. O trabalho da “Igreja do Evangelho”<sup>87</sup> e da CPT em Goiás Velho

Toda a luta de resistência das classes populares na região de Goiás Velho nas três últimas décadas está de alguma forma relacionada ao trabalho da Diocese de Goiás, tal tem sido a sua importância. O que também pode ser evidenciado pelo fato de ser nesta região onde se realizou a primeira ocupação de terras no estado e onde se concentram cerca de 20% dos assentamentos de Reforma Agrária de Goiás. (ver tabela)

A Diocese de Goiás tem atuado em relação aos mais diferentes aspectos da vida social, como educação, saúde, direitos humanos, menores de rua, e questões ligadas à sobrevivência camponesa na terra. Ela está situada na cidade de mesmo nome e abrange 20 municípios: Goiás, Mossâmedes, Sanclerlândia, Buriti de Goiás, Jussara, Fazenda Nova, Itapirapuã, Santa Fé de Goiás, Novo Brasil, Britânia, Itapuranga, Heitorai, Itaguari, Itaberaí, Taquaral, Itaguaru, Uruana, Carmo do Rio Verde, Ceres e Nova Glória.<sup>88</sup>

A partir de 1967, quando Dom Tomás Balduino<sup>89</sup> assumiu o comando desta Diocese, foi iniciado um trabalho de base junto às classes populares e se buscou, de forma crescente, o envolvimento de leigos nas atividades da Igreja. Neste momento pós-Concílio Vaticano II, a Igreja vivia um processo de abertura e seu segmento progressista constituía os fundamentos do que, mais tarde, viria a ser a Teologia da Libertação.

Em 1970, o Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI – do Rio de Janeiro realizou uma pesquisa sócio-econômica na região a pedido da Diocese. Constatou-se que a maior parte de sua população estava no campo e vivia um intenso

---

<sup>87</sup> A adoção de tal denominação pela Diocese de Goiás é posterior ao próprio surgimento desta linha de ação pastoral inspirada na Teologia da Libertação. Esta expressão é criada num contexto de ruptura entre aqueles que fazem uma Igreja comprometida com a emancipação política das classes subalternas como uma etapa do processo de libertação e segmentos conservadores existentes no interior da própria instituição, como se verá a seguir.

<sup>88</sup> Segundo Duarte (op cit:238-239), a Diocese de Goiás encontra-se dividida em 4 regiões: (1) Região do Rio Vermelho, que abrange os municípios de Jussara, Fazenda Nova, Itapirapuã, Santa Fé de Goiás, Novo Brasil e Britânia; (2) Região da Serra Dourada, com os municípios de Goiás, Mossâmedes, Sanclerlândia e Buriti de Goiás; (3) Região do Uru, com Itapuranga, Heitorai, Itaguari, Itaberaí e Taquaral; (4) Região de São Patrício, com Itaguaru, Uruana, Carmo do Rio Verde, Ceres e Nova Glória.

<sup>89</sup> Dom Tomás é bastante comprometido com as questões sociais. Ele assumiu a Diocese de Goiás, onde permaneceu até 1998, após passar um período de 9 anos no Sul do Pará, região marcada pela ocorrência de intensos conflitos agrários.

**PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA EM EXECUÇÃO NA REGIÃO DA  
DIOCESE DE GOIÁS - criados até maio/2000**

<b>Projeto</b>	<b>Município (sede)</b>	<b>Capacidade de famílias</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Data de criação</b>
1- PA Acaba Vida II	Goiás	7	276	1991
2- PA Baratinha	Goiás	25	748	1997
3- PA Boa Vista	Itapirapuã	34	968	1988
4- PA Bom Jesus	Heitoraí	13	432	1998
5- PA Bom Sucesso	Goiás	69	1.539	1997
6- PA Brumado I	Heitoraí	15	432	1998
7- PA Buriti Queimado	Goiás	28	1.202	1996
8- PA Chê	Itaberaí	116	4.090	1998
9- PA Engenho Velho	Goiás	30	1.169	1997
10- PA Fundão	Itaberaí	15	442	1998
11- PA Holanda	Goiás	31	1.357	1996
12- PA Itapira	Itapirapuã	20	1.072	1999
13- PA Lagoa Grande	Heitoraí	23	558	1997
14- PA Lavrinha	Goiás	35	711	1995
15- PA Magali	Goiás	11	384	1998
16- PA Mamoneiras	Fazenda Nova	172	2.588	1987
17- PA Margarida Alves	Heitoraí	13	439	1998
18- PA Mata do Bau	Goiás	63	1.576	1996
19- PA Mosquito	Goiás	41	1.786	1986
20- PA N. S. da Fátima	Fazenda Nova	80	3.821	1998
21- PA Novo Horizonte	Goiás	42	987	1996
22- PA Paraíso	Goiás	50	1.215	1996
23- PA Rancho Grande	Goiás	21	788	1991
24- PA Retiro	Goiás	23	736	1991
25- PA Retiro Velho	Itapirapuã	20	609	1989
26- PA São Carlos	Goiás	233	5.835	1995
27- PA São Felipe	Goiás	13	672	1991
28- PA São João do Bugre	Goiás	9	455	1988
29- PA Serra do Facão	Fazenda Nova	15	459	1997
30- PA Serra Dourada	Goiás	15	159	1999
31- PA Tamboril	Itapirapuã	24	1.141	1997
32- PA União Buriti	Goiás	32	777	1996
33- PA Varjão	Goiás	25	1.189	1998
34- PA Vila Boa	Goiás	33	826	1997
<b>Total da Região (34)</b>	-	1.396	41.438	-
<b>Total do Estado (178)</b>	-	13.603	522.697	-
<b>Região/Estado (19,1%)</b>	-	10,26%	7,93%	-

Fonte: INCRA- DP/DPM

Obs: O município de Goiás é o que concentra o maior número de P.A.'s no estado (21).

processo de expulsão da terra. A Igreja passa então a questionar a situação dos trabalhadores rurais, bem como a deficiência da atuação dos sindicatos em defesa destes, e define-se por uma participação ativa na criação de sindicatos e na renovação de suas lideranças nos locais em que eles já existiam.<sup>90</sup>

No ano seguinte, foi criada a Equipe Diocesana de Goiás para assessorar diretamente o bispo e efetuar a preparação político-pedagógica dos agentes da Igreja. Esta equipe foi responsável pelo estabelecimento do modelo político-pastoral adotado a partir de então. Ela era formada por religiosos e leigos, alterando a hierarquia eclesial e criando tensões no seio da Diocese que resultaram no afastamento de alguns padres e freiras.

É estimulada a criação de “Grupos de Evangelho”, onde são feitas reflexões sobre passagens da Bíblia à luz da realidade e discutidos os principais problemas da comunidade.<sup>91</sup> Estes grupos geralmente deram origem a Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s), comunidades unidas pela fé e em busca de soluções para os problemas da localidade, “em busca da libertação”.

Em 1975, a Diocese rompe abertamente com os conservadores e se autodenomina “Igreja do Evangelho”, tornando cada vez mais clara a sua opção por uma “evangelização conscientizadora”. É estabelecida uma identificação entre religião e política, negando-se importância a outras formas de expressão religiosa, o que restringe a própria concepção de religião. Esta radicalização refletiu-se no afastamento de fiéis e no fechamento dos “Grupos de Evangelho” em relação às outras pessoas da comunidade e, até mesmo, no esvaziamento de alguns destes grupos.

É criada uma “Equipe da Terra” ou CPT Diocesana<sup>92</sup> para realizar a mediação nos conflitos relacionadas à questão agrária, assessorando, interligando e dinamizando as lutas dos trabalhadores rurais, além de fornecer-lhes importante apoio logístico. A

---

<sup>90</sup> A “política do tatu” ou estratégia de infiltração de pessoas nos sindicatos pelegos com o objetivo de estimular a criação de um grupo de oposição foi muito utilizada nesta época.

<sup>91</sup> Em torno destes grupos, também são realizadas outras atividades voltadas para o trabalho de conscientização, dentre elas, movimentos de jovens e de mulheres, festas, teatro, futebol e Romaria da Terra.

<sup>92</sup> O ponto de partida e de chegada da estrutura organizativa da CPT são as equipes locais ou equipes diocesanas. A partir delas são formadas as Regionais, atualmente num total de 21 espalhadas pelo país, integrando um ou mais estados. As Regionais, por sua vez, compõem 6 Grandes Regiões – Norte, Nordeste, Noroeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Além destas instâncias, o Conselho Nacional, o Secretariado Nacional e a Assembléia Geral exercem funções deliberativas e executivas em nível nacional. (cf. Duarte, op. cit: 265-267, e CPT, 1997:179-181).

partir daí, o trabalho da CPT se confunde com o trabalho da própria Diocese no que se refere à questão da luta pela terra.<sup>93</sup>

Os posseiros, como nos casos das Fazendas Maria Alves, Estiva e Serra Branca, começam a resistir à expulsão, à medida que vão sendo esclarecidos sobre os seus direitos e passam a poder contar com uma assessoria jurídica para apoiá-los em ações possessórias, além da ajuda dos sindicatos locais. O STR de Itapuranga, cujos principais representantes haviam sido formados a partir do trabalho pastoral, apresenta uma participação bastante ativa em todas essas lutas.

Segundo Pessoa (1997), o trabalho desta Diocese está relacionado direta ou indiretamente à criação de vários sindicatos dos trabalhadores rurais situados nos municípios de sua atuação. São eles: o de Itaberaí (1971); Britânia, Heitorai, Itaguaru, Itapirapuã, Itapuranga, Jussara, Sanclerlândia e Taquaral (1973); Carmo do Rio Verde (1975); Ceres, Fazenda Nova e Uruana (1977); Goiás (1980) e Novo Brasil (1981).

Verificou-se em nova pesquisa, realizada em meados de 80, que a maioria dos trabalhadores não estava mais na zona rural, tinha migrado para as periferias das cidades. A partir daí, a Igreja adota uma postura mais incisiva em relação à luta dos trabalhadores sem-terra, organizando e apoiando as novas experiências de ocupação e resistência na terra. Neste período, é estimulada a criação de grupos no interior das CEB's para refletir exclusivamente sobre esta questão. Cresce a atuação política de lideranças ligadas à Igreja e cresce também a reação dos latifundiários. Estes promovem desde a desqualificação do trabalho pastoral dos “padres vermelhos” até ameaças e perseguições ao clero e aos trabalhadores rurais, principalmente após a criação da União Democrática Ruralista (UDR) em 1985.<sup>94</sup>

A ocupação da Fazenda Mosquito, realizada nesse mesmo ano, teve a participação direta da Igreja, que procurou o MST Nacional para auxiliá-la no processo de organização e preparação do grupo. A Fazenda Mosquito foi a primeira conquista que contou com a participação do MST em Goiás e é, juntamente com a Rancho Grande, de onde saíram as principais lideranças deste movimento na região.

Foi a CPT Regional e a Diocese de Goiás que promoveram a vinda do MST para o estado. Estimularam o intercâmbio entre trabalhadores goianos e líderes desta

---

<sup>93</sup> Dom Tomás Balduino tem trabalhado junto à CPT desde a sua fundação, atualmente ele é seu presidente.

<sup>94</sup> Maiores informações sobre a atuação dos latifundiários serão apresentadas no item 1.5 deste capítulo.

entidade e em outubro de 1985 trouxeram para Goiás representantes do MST do Paraná para percorrerem as localidades incentivando a criação do movimento. Foram criadas comissões municipais e regionais e, no início de 1986, realizou-se o 1º Encontro Estadual dos Sem-Terra de Goiás com representantes de 22 municípios. (cf. Pessoa, op. cit:94)

Os sem-terra assentados em Retiro e Retiro Velho contaram com o apoio de representantes da CPT Diocesana, MST<sup>95</sup> e STR's locais na fase de organização que antecede à ocupação e durante toda a fase de luta até entrar na terra, de 1988 a 1989. Nesta época, a CPT, o MST e os STR's trabalhavam juntos.

Hoje, além do trabalho de acompanhamento à luta dos camponeses sem-terra, a Diocese também tem incentivado a organização dos pequenos proprietários, contribuindo para a criação de associações de pequenos produtores e para a luta por políticas agrícolas adequadas à agricultura camponesa.

#### **- Algumas considerações sobre o trabalho de mediação da Igreja**

A atuação da Igreja do Evangelho se alinha à de outros segmentos da Igreja na perspectiva da Teologia da Libertação, que teve particular expressão nos anos da ditadura militar. O apoio da Igreja garantiu legitimidade e maior visibilidade às lutas sociais neste período e o seu trabalho de “evangelização conscientizadora” foi responsável pela formação de lideranças políticas combativas e o incentivo à organização de base.

A extrema importância deste trabalho pode ser medida pelo peso por ele apresentado no processo de organização das classes populares no país e, conseqüentemente, por sua contribuição para a “onda movimentalista” verificada nos anos 70 e primeira metade dos anos 80.<sup>96</sup> Devido à sua forma de organização interna,

---

<sup>95</sup> Os membros do MST que atuaram junto a este grupo foram lideranças formadas durante o processo de ocupação da Fazenda Mosquito.

<sup>96</sup> Ampla bibliografia voltada, em grande parte, para os movimentos sociais urbanos deste período adota uma perspectiva bastante otimista em relação a eles. Para citar apenas alguns trabalhos representativos deste momento, há os de Cardoso (1983), Boschi (1983), Evers (1984), Telles (1984), Krischke e Mainwaring (1986), Krischke e Scherer-Warren (1987) e Scherer-Warren (1987). Entre os estudiosos da questão agrária que também foram tomados pelo otimismo, neste caso, sobretudo em relação ao

pautada pela democracia de base, e à sua defesa de autonomia frente ao Estado e partidos políticos, estes movimentos são denominados por alguns autores de “Novos Movimentos Sociais”.<sup>97</sup>

É neste contexto, marcado pelo surgimento de elementos de inovação em nossa cultura política, que o movimento de luta pela terra inicia uma nova fase, com a emergência de diferentes conflitos em diversos pontos do país, inclusive em Goiás Velho. O efetivo comprometimento de setores eclesiásticos progressistas com questões sociais, num período em que se dava o estreitamento do espaço político secularizado, representou a abertura de um canal de expressão alternativo e resultou na “sacralização do espaço político”.<sup>98</sup>

A sacralização da política implica uma refuncionalização do sagrado e a expressão pública passa a se realizar através do ritual religioso: a procissão virou caminhada, a celebração eucarística toma a dimensão de uma manifestação etc. (cf. Lechat, apud Pessoa, 1997:93) Tal refuncionalização é a base a partir da qual se desenvolve a “mística”, importante aspecto da prática política dos sem-terra, que apresenta um papel fundamental no processo organizativo do MST.<sup>99</sup>

Com o objetivo de dar sustentação ao trabalho da CPT e mobilizar o segmento camponês em torno de uma proposta de transformação social a partir da luta pela terra, foi formulada a *Teologia da Terra*.<sup>100</sup> Tomando-se como referência a religiosidade popular e a realidade do campo no país, elaborou-se uma releitura de passagens bíblicas que tratam da questão da terra, sendo a que se refere ao êxodo do Povo Hebreu do Egito para a “terra prometida” a mais significativa delas.<sup>101</sup>

Novos significados foram então atribuídos à sua experiência pelos trabalhadores sem terra a partir de uma interpretação da realidade vivida baseada em categorias

movimento de luta pela terra, pode-se citar Lisboa (1988), Tarelho (1988), Santos (1989), Martins (1989 e 1993), Gomes (1995), Fernandes (1996), entre outros.

<sup>97</sup> Estes novos movimentos se caracterizam por suas lutas para romper com os esquemas populistas do passado, para a criação de formas comunitárias de participação direta das bases ao nível da reflexão, da decisão e da execução, diminuindo ao mínimo a distância entre direção e base do movimento. (Scherer-Warren in Krischke e Scherer-Warren (orgs.), 1987:42)

<sup>98</sup> Processo analisado por Martins (1989 e 1993), nos trabalhos “Caminhada no chão da noite” e “A chegada do estranho”, dentre outros.

<sup>99</sup> Como se pode ver em Stédile e Fernandes (1999:129-137).

<sup>100</sup> Segundo a CPT (1983), entre os vários teólogos que ajudaram na elaboração da Teologia da Terra, não se pode deixar de salientar Carlos Mesters, Milton Schwantes e Clodovis Boff. Este último, irmão de Leonardo Boff e junto com ele um dos principais teólogos da Teologia da Libertação, é filho de colonos do sul.

bíblicas retrabalhadas numa perspectiva de libertação e emancipação. A Teologia da Terra é a fonte da concepção de que “*a luta pela terra através de ocupações é legítima, mesmo sendo ilegal*”, pois considera que “a mensagem e o projeto de Deus revelam que a vida é sagrada e que a terra, como fonte da vida, foi dada por ele a todos os seres humanos.” (Poletto, 1997:42-43) (grifos do autor)

Contudo, a prática da Igreja Progressista reproduz, em certo sentido, a constante tensão existente entre o sistema religioso erudito e doutrinário, que corresponde a uma versão oficial da religião controlada pela hierarquia da Igreja, e o sistema religioso popular.<sup>102</sup> “Gramsci afirma que podem coexistir vários sentidos comuns e várias religiões dentro de uma mesma religião.” (cf. Portelli, apud Brandão, 1986:220) A religião é constituída por um estoque de fundamentos de conhecimento público transmitidos pela Igreja<sup>103</sup> e retrabalhados diferentemente pelas diversas classes sociais no processo de representação de seu próprio mundo.<sup>104</sup>

O sistema religioso camponês tem efeitos da classe e da comunidade para dentro. Como uma forma de religião popular, ele representa um canal de expressão da identidade grupal e contribui para a manutenção de uma postura conformista.<sup>105</sup> A aplicação de princípios religiosos à atividade política, tal como prega a Igreja Progressista, subordina-se a ideais de grupos religiosos eruditos e escapa ao poder de direção dos próprios trabalhadores rurais sem-terra. O uso de práticas da religiosidade popular para fins políticos se dá com a sua desqualificação como expressão religiosa legítima, constituindo um caso de manipulação. (cf. Pessoa, op.cit.:136)

Estas questões demonstram a complexidade que envolve o trabalho de mediação da Igreja. Se, por um lado, ele entra em contradição com a ideologia camponesa, por outro, ele contribui para assegurar a reprodução de seu modo de vida em face das ameaças da sociedade moderna. Como afirma Brandão, “apenas os segmentos de sacerdotes *engajados* podem propor a camponeses e a operários um trabalho político em nome dos princípios da religião, com efeitos da classe para fora”. (1986:301) (grifo do autor)

---

<sup>101</sup> Sobre tal releitura e a relação entre os povos da Bíblia e os “povos da terra” no Brasil, ver Souza (1985) no texto de divulgação da teologia da terra para as bases: “A Bíblia e a luta pela terra”.

<sup>102</sup> Este “se atualiza como um dos setores do saber popular que retraduz dialeticamente, para os seus sujeitos, o modo de vida de suas classes e as suas variações”. (Brandão, 1986:204)

<sup>103</sup> No caso do catolicismo rústico, este estoque de fundamentos é extraído dos textos bíblicos.

<sup>104</sup> A religião é “um complexo setor da cultura especializado na invenção de um tipo de ideologia que participa, diferencialmente, do trabalho simbólico de significação de mundos sociais”. (Brandão, op. cit.:298)

<sup>105</sup> Ver Chauí (1980:73).

As CEB's são o *locus* privilegiado no qual se dá o processo de conscientização. Elas constituem o espaço público onde agentes pastorais, partindo de uma pedagogia popular e da utilização de instrumentos como cadernos e cartilhas, passam a desenvolver um trabalho de educação popular.<sup>106</sup> Neste espaço, as classes subalternas reelaboram sua experiência vivida a partir da apropriação de um repertório discursivo criado em resposta aos problemas sociais de seu tempo, que, apesar da predominância dos elementos ético-políticos de origem cristã, comporta influências de outras instituições, formações e tradições, também envolvidas com o projeto de transformar o “povo” em “sujeito de sua própria história”.<sup>107</sup>

Os lugares públicos decisivos onde se reelaboraram as experiências populares foram constituídos pelas pastorais católicas e expressaram essa hegemonia. Mas essas pastorais não tinham um discurso capaz de dar conta dos problemas das lutas de classe e das condições da sociedade capitalista, tal como requeriam os militantes. Foi por aí que entraram as teses de uma esquerda dispersada. Entraram desarticuladas dos seus discursos de origem, montados como programas e estratégias revolucionárias. (Sader, 1988:178)<sup>108</sup>

Este repertório forma um substrato comum de referência entre os diferentes movimentos populares que marcaram o período, no qual valores como autonomia e direitos de cidadania, referidos à modernidade, convivem com valores tradicionais relativos à comunidade, ao cotidiano, à interpessoalidade e à religiosidade.

Apesar da grande eficácia alcançada pelo trabalho de base realizado nas CEB's, sobretudo no que se refere ao seu núcleo de participantes mais ativos, observou-se entre

---

<sup>106</sup> “Educação popular, diz Brandão, ‘é o nome dado (...) a todo tipo de prática de mediação que promove ou assessora os movimentos populares (...), cuja teoria, desde Paulo Freire, faz a denúncia dos usos políticos da educação opressora e cuja prática converte o trabalho pedagógico do educador em favor do trabalho político dos subalternos’.” (Brandão apud Doimo, 1995:129)

<sup>107</sup> Tarelho (1988) e Martins (1993) celebram a força do processo de socialização política que tem lugar nestes espaços. Enquanto o primeiro enfatiza a sua importância como espaço comunicativo e interativo, o segundo explica que “o fato de que as comunidades de base se expressam através de movimentos, grupos e entidades, frequentemente voltados para objetivos locais ou problemas episódicos, é justamente indicação de que recuperam como base do deciframento da realidade social aquilo que escapa das relações institucionais, aquilo que não está sujeito a relações contratuais.” (op. cit.:147)

<sup>108</sup> Sader (op. cit.), embora ainda bastante otimista em relação ao potencial transformador destes movimentos sociais, aponta um importante caminho para a construção de uma abordagem mais crítica ao analisar as matrizes discursivas a partir das quais os trabalhadores passaram a filtrar a experiência vivida, realizando reelaborações de sentido.

a maioria do grupo estudado a adoção de uma postura ambígua em relação ao discurso político-religioso da Igreja, assumindo-o ou não, segundo as circunstâncias. O discurso da Igreja é aceito e reproduzido sob determinadas condições, mas, apesar de a “evangelização conscientizadora” introduzir novas idéias na mentalidade camponesa, em muitos casos ela não revoluciona a sua visão de mundo.

A sociabilidade comunitarista defendida por este discurso, baseado em noções como “comunidade”, “igualdade” e “solidariedade”, é vivenciada mais intensamente na fase de luta pela terra, em que a consciência de uma situação comum de carência os une.<sup>109</sup> Se, como afirma Martins (1989), existe a tentativa recíproca entre Igreja e campesinato de apropriação da fala do outro e da força do outro, no caso deste último, este processo deve ser compreendido na perspectiva da ambiguidade que marca a sua inserção na sociedade moderna.

Porém, durante a luta, a própria forma de atuação do movimento impôs a necessidade de uma sociabilidade comunitarista. A ação política da luta pela terra, caracterizada pela prática da ocupação e pelo acampamento, tem como principais recursos a mobilização e a pressão, assim como acontece com os outros movimentos populares. Isto implica a necessidade de altos níveis de coesão interna para se alcançar sucesso na mobilização, coesão que é obtida a partir de valores éticos, morais e comunitaristas em substituição aos conceitos políticos (cf. Doimo, 1995:59).

Em vez da lógica racional-competitiva, pautada em critérios precisos e voltada à eficácia decisória, os movimentos de ação-direta são regidos pela lógica *consensual-solidarística*, própria para gerar estados de mobilização e recursos de pressão. (Doimo, op. cit.:59) (grifo da autora)<sup>110</sup>

A seguir serão analisadas algumas limitações da atuação da Igreja do Evangelho

---

<sup>109</sup> Esta questão é tratada no segundo capítulo, quando a luta pela terra é analisada enquanto um processo ritual.

<sup>110</sup> Doimo emprega a categoria “ação-direta” para definir os movimentos sociais orientados pela prática da democracia de base e por seu afastamento de formas de participação institucionais, o que outros autores denominam de “novos movimentos sociais”. Sua análise acontece num momento de crise destes movimentos e de gradativa desagregação de redes movimentalistas locais e constitui um marco na reflexão sobre o tema. A autora recapitula à distância sua rica experiência junto aos movimentos populares e identifica suas principais limitações, relacionando-as à sua lógica consensual-solidarística e defendendo a necessidade de se buscar a criação de novos canais decisórios que a compatibilizem com a lógica racional competitiva da participação política institucional.

junto aos trabalhadores em luta pela terra na região, que se relacionam com dificuldades por eles enfrentadas na fase de assentamento. São elas: a ausência de uma reflexão voltada para a preparação dos sem-terra para a organização da vida/produção no assentamento, o que está relacionado com a existência de interesses divergentes no seio da CPT e com a falta de definição por parte da entidade quanto ao modelo de assentamento que deseja ver implantado; contradições entre o discurso dos agentes de pastoral em favor da autonomia dos movimentos e a postura paternalista destes, alimentando a dependência dos sem-terra da institucionalidade da Igreja; e, por último, o relativo abandono do grupo assessorado depois de assentado.

A Teologia da Terra vincula a defesa do direito à terra com a busca da justiça divina na Terra, envolvendo o chamado para a luta política com um apelo de caráter nitidamente milenarista. Apesar da eficácia simbólica alcançada por esta orientação na fase da luta propriamente dita, ela parece ter dificultado o estabelecimento de uma ampla discussão em torno do projeto político a ser defendido pelos trabalhadores sem-terra, inclusive sua proposta de organização da produção. O que se verifica apenas é a preocupação com a manutenção do *ethos* comunitarista que dá o nexo do grupo na fase de luta.<sup>111</sup>

Em relação à região estudada, pode-se dizer que o trabalho da Igreja não preparou para o “day after na terra prometida”. É dada ênfase à importância da união do grupo, considerada elemento fundamental para a construção de uma vida nova na fase de assentamento, cujas principais características vislumbradas são exatamente aquelas que remetem à utopia camponesa, como a autonomia no trabalho e a auto-subsistência.

A Igreja tava em cima nas reuniões, muitas vezes tinha pessoas que acompanhavam: “Vamos conquistar a terra, a gente vai deixar as dificuldades da vida de lado, a gente vai deixar de pagar 50 % para o dono da Fazenda, vai deixar de trabalhar um dia de serviço

---

<sup>111</sup> A perspectiva milenarista apresenta três características que a revestem de religiosidade: “em primeiro lugar, refere-se à ordem geral do mundo (a injustiça) e não a aspectos isolados da vida social; em segundo lugar, indica o desejo profundo de mudança da ordem vigente aqui e agora (pois é somente quando o movimento milenarista se torna objeto de repressão que a esperança de mudança se desloca para uma outra vida, o que é perfeitamente compreensível); em terceiro lugar, exprime o sentimento dos oprimidos de que eles são mais fracos que os opressores e que só poderão alterar a ordem vigente pela união de todos, formando uma comunidade verdadeira e nova, indivisa, protótipo do mundo que há de vir (sob esse aspecto, não seria irrelevante notar a semelhança entre a comunidade dos justos, em Canudos ou no Contestado, ou nas Irmandades anabatistas e puritanas européias, e a organização das comunidades utópicas do século XIX, bem como a semelhança entre todas elas e a organização dos partidos de vanguarda, de esquerda).” (Chauí, 1989:76)

por 5 reais, você vai ter sua vaca para o seu filho ter leite.” Isso tudo é ótimo, é uma beleza uma coisa dessas. Isso movia a gente e outras pessoas também. Só que, quando você vai e faz, o negócio é diferente. Aí que eu digo que a gente age muito pela emoção, uma coisa é o que você imagina, outra coisa é a realidade. (ex-membro do MST que apoiou a luta do grupo da Retiro, assentado no P. A. Rancho Grande, 1998)

No caso do grupo de Retiro e Velho, os agentes da CPT trataram do processo de organização do assentamento de uma maneira genérica, salientando sobretudo a dificuldade que ele teria em permanecer mobilizado, considerando-se a experiência de outros grupos que o antecederam. E, quando estavam acampados na terra entre 1989 e 1991, a Igreja estimulou o desenvolvimento de práticas coletivas com base na perspectiva comunitarista, apoiando-se na experiência prévia de alguns sem-terra na realização de mutirões para a construção de casas na cidade. É neste contexto que surge a proposta de criação de uma agrovila, que, no entanto, não chega a se concretizar.<sup>112</sup>

Estes camponeses sem terra se envolveram na luta, ignorando as muitas dúvidas e divergências existentes no seio da CPT. Apesar da busca constante de unidade em relação a questões fundamentais referentes à sua prática nos diversos níveis - nacional, regional e local -, a entidade não possuía uma posição bem definida em relação ao projeto de mudança social a ser defendido.

Segundo Poletto (1997)<sup>113</sup>, a CPT é formada por pessoas vinculadas a diferentes tendências políticas de esquerda e que não têm a mesma compreensão política da realidade brasileira, havendo aqueles que idealizam as tradições camponesas como antídoto ao individualismo da vida moderna e aqueles que identificam a cultura camponesa com atraso e fechamento a propostas de transformação social. A utopia que dava alguma unidade ao trabalho da CPT apresentava as seguintes aspirações, entre outras:

Liquidar com o latifúndio e a grande propriedade; liberar o acesso à terra para todos os que desejavam cultivá-la; determinar mais o *direito de uso* do que o *direito de propriedade*; promover formas *coletivas* de domínio e de uso da terra, inspiradas em

---

<sup>112</sup> Outros aspectos relacionados à esta idéia de criação de uma agrovila serão tratados nos capítulos 3 e 4 sobre “Luta pela terra” e “Luta na terra”, respectivamente.

relações comunitárias e democráticas, dando destaque à prática da cooperação em todo o processo de planejamento da produção e da comercialização; garantir um processo de *educação* que promovesse a solidariedade e a aliança dos camponeses com os trabalhadores urbanos, em vista da unificação de forças necessárias para transformar o conjunto da sociedade. (Poletto, op. cit.:39) (grifos do autor)

Na verdade, o ritmo e o desenrolar dos acontecimentos atropelaram o amadurecimento da discussão ideológica no interior da própria CPT e esta se envolve com o apoio direto à luta em nível local, visando potencializar a ação imediata dos trabalhadores sem terra. Por apresentar-se melhor estruturada, ela acaba tomando a frente e coordenando o processo na região de maneira um tanto paternalista. Isto representou o cerceamento ao desenvolvimento autônomo dos movimentos sociais, que até hoje não apresentam uma coordenação geral bem estruturada no estado, apesar de possuírem importantes lideranças.

(...) Agora, o pessoal apoiou mais na Diocese, porque, quando o pessoal ocupava, aí as comunidades todas iam se solidarizar, são 23 município. A Diocese de Goiás tem 3 caminhões e aí colocava esses caminhões para fazer a ação, colocava à disposição para levar alimento, colocava os dízimos das paróquias para comprar alimentos e fazia campanha para alimento. Então, o pessoal falava assim: eu vou me encostar aqui nessa árvore porque a sombra vem dela. Agora, a gente estava um pouco com os olhos vendados porque a gente criou uma divergência ideológica. O pessoal perguntava assim: qual o projeto de assentamento que vocês querem? E nós não tínhamos. E não tem até hoje. Vocês podem perguntar à CPT que assessora, qualquer um da CPT a nível nacional, estadual, aqui, o Luismar. Qual o projeto de assentamento da CPT? Não sabe não, porque não tem. (ex-agente da CPT, 1998)

A CPT não tem um método, entendeu? Aí é um conflito do inferno porque de repente você é um marco de divisão. Quer dizer a CPT em Goiânia sabe da diferença e luta para ser só assessoria. CPT nacional, idem. Os bispos que apóiam, idem. Mas quem está na base, além de saber do marco de divisão, da diferença ideológica, mas você cria laços afetivos, esse é que é o problema. Você também bate, porque se você está só

---

<sup>113</sup> Ivo Poletto é sociólogo e padre. Junto com outros agentes, leigos ou não, ele fez parte da Equipe Diocesana de Goiás criada em 1971. É um dos fundadores da CPT e hoje é assessor da Cáritas Brasileira.

assessorando no escritório, é fácil você falar: “Não, tudo bem!” Mas se você está lá junto com o pessoal, aí você estando lá o MST cria um... “Ah! Mas esse cara aqui, direto aqui, falando de Deus, falando da Bíblia, falando do Projeto de Deus, criando afetividade, dormindo na casa do Fulano e tal.” Aí você acaba passando as idéias né. De repente começam os conflitos. E aí nós fomos acordar isso lá na frente. E aí depois tentamos reuniões, saímos, mas criou a divisão. Criou os assentamentos da Igreja e os assentamentos do MST, infelizmente. (o mesmo ex-agente da CPT, 1998)

Parece haver uma contradição entre o trabalho de mediação no sentido de estimular e apoiar a organização autônoma dos agricultores em luta pela terra e o trabalho pastoral da CPT, o que seria mais visível para os agentes pastorais que atuam diretamente junto às bases.<sup>114</sup> O trabalho pastoral tem inspiração evangélica e implica o envolvimento profundo do agente com a comunidade numa perspectiva de comunhão motivada pela fé religiosa. Não se trabalha com a idéia de emancipação da comunidade assistida, ao menos do ponto de vista religioso...

Porém, após a fase de entrada na terra, o apoio das entidades em geral, inclusive da Igreja, costuma escassear. Ela afirma que a demanda é grande e o apoio durante a fase inicial é mais importante, pois é quando os sem-terra estão passando por maiores dificuldades. No entanto, reconhece a necessidade de estar presente, acompanhando todas as fases do processo.

Tanto a Diocese como a CPT consideram ter “perdido o controle da situação” em face das grandes proporções que o conflito assumiu na região. É neste contexto que ocorre o racha com o MST, surgem novos grupos de sem-terra independentes e aqueles que estavam assentados ficam “órfãos”, sem o apoio da CPT, que se volta para novas ocupações.

Agora, a fase, já estando lá na terra e eles começando a trabalhar, pode se dar mesmo esse abandono. O abandono é no sentido de deixar o trabalho iniciado. É que realmente é muita coisa. Nós fomos pegos “de calças curtas”, por um processo que nos superou

---

<sup>114</sup> Esta contradição reflete certa indefinição, existente no seio da própria CPT, quanto ao papel que ela deve desempenhar no processo. Vários artigos da coletânea “A luta pela terra: a Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois”, 1997, registram uma preocupação entre os pensadores da entidade no sentido de enfatizar o caráter religioso de seu trabalho em oposição ao reducionismo político a que este esteve sujeito em muitos casos.

em termos de volume, de complexidade, e de abrangência muito grande. São em torno de 40 acampamentos, assentamentos, pré-assentamentos. É muita coisa pra uma diocese, que vem assim com o tempo contadinho para as responsabilidades habituais de uma Igreja. (...) Nós não podemos marcar uma presença permanente. É como voltar ao sistema da desobriga antiga. É um “quebra-galho”, não resolve todos os problemas. Há problemas muito sérios do ponto de vista ético, jurídico, pessoal, por exemplo, quem vende a terra. É um retrocesso dentro do processo de Reforma Agrária. (D. Tomás Balduino - bispo da Diocese de Goiás -, 1998)

A CPT diocesana hoje acredita que os assentados devem buscar uma forma alternativa de inserção no mercado, procurando evitar o problema da exclusão social. Ela afirma trabalhar em termos de princípios e não de projetos e reconhece a dificuldade de se viabilizar um projeto alternativo de Reforma Agrária diante dos diferentes interesses que cercam a questão e das limitações impostas pelo sistema econômico em que vivemos.

#### **1.4. Outros mediadores: STR's e MST**

A seguir será apresentado um breve relato sobre a atuação dos dois principais mediadores da luta pela terra na região depois da Igreja/CPT: os STR's e o MST. Como se verá, a trajetória destas entidades só pode ser compreendida a partir de sua interação com os demais atores no campo dos conflitos da terra em suas faces local e nacional.

Tanto os STR's como o MST são entidades de representação que se apresentam articuladas em nível nacional, porém, enquanto os primeiros estão atrelados ao Ministério do Trabalho, o segundo apresenta maior autonomia frente ao Estado. Para os STR's, a luta pela terra constitui uma luta em meio a outras travadas pelos trabalhadores rurais; para o MST, o direito à terra refere-se a uma questão de justiça social e a luta pela terra é vista como o caminho para se alcançar a transformação social.

Em Goiás Velho, a atuação da Igreja do Evangelho na questão da terra é responsável pela criação de condições especiais para o desenvolvimento desta luta. É ali que nasce o MST estadual e onde ele apresenta ação mais expressiva. Em outros locais do estado, a mediação tem ficado em geral a cargo do sindicato e da Igreja.

##### **- Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais**

A importância dos sindicatos como entidade de apoio aos trabalhadores em luta pela terra na região foi fundamental no início do processo, quando forneceram assessoria jurídica e atuaram como seus representantes e negociadores nos casos de resistência na posse. A sua contribuição para os primeiros grupos de sem-terra que se formaram, no entanto, foi menos significativa na medida em que estes contaram com o apoio direto da CPT e do MST. Os STR's ajudaram na divulgação das reuniões preparatórias e cederam muitas vezes espaço físico para a sua realização, além de organizarem campanhas de arrecadação de alimentos para os trabalhadores acampados. O maior envolvimento dos sindicatos da região com a preparação de grupos para a ocupação de terras é relativamente recente.

A maior parte dos assentados em Retiro e Velho parece hoje não reconhecer a

importância do apoio dado pelos sindicatos na época da luta, apesar de eles terem incentivado a formação do grupo e abrigado algumas reuniões preparatórias realizadas nos municípios de Itapirapuã e Itapuranga, entre outras coisas. Para estes assentados, o sindicato é relacionado com a questão da aposentadoria, com os serviços de assistência médica e odontológica e com o trabalho junto aos agregados que têm problemas com o patrão.

Na última década, observou-se um certo esvaziamento dos STR's na região. Segundo D. Tomás Balduino, isto se deve ao fato de o trabalhador em geral ver o sindicato como uma entidade prestadora de serviços, o que ele não pode mais ser.

O sindicato foi esvaziado de uma maneira perversa porque retiraram aquelas vantagens que já achavam no sindicato. Tinha FUNRURAL, tinha não sei o quê, tinha atendimento dentário, tinha várias coisinhas assim. De repente, retirou tudo aquilo. Concretamente o que significava para o pessoal? Muito de concreto. Um laço colocado. Uma população de pouca politização assim como massa. Aí acabou o sindicato. (D. Tomás Balduino, Bispo de Goiás)

O STR de Goiás esteve fechado durante o período de 1989/93 e atualmente funciona de forma precária, com grandes dificuldades financeiras. Possui cerca de 100 associados, que em sua maioria não são trabalhadores assentados. Apesar disso, sua atual presidente, D. Margarida Maria da Silva, é assentada na Fazenda Rancho Grande e viúva de uma liderança do MST. O fato de uma assentada estar à frente do processo de reativação do STR de Goiás é um indicador da importância que tem alcançado esta categoria social no município e da maior sensibilidade para a prática política que ela apresenta.

D. Margarida reconhece que o sindicato está muito distante dos assentamentos e afirma que, quando procurado, o sindicato tem orientado grupos de sem-terra acampados e acompanhado as negociações na fase desapropriação.

Dizem que o sindicato não oferece nada. Hoje temos a assessoria jurídica, mas, como não tem sócio, não dá para oferecer mais. (Presidente do STR de Goiás, 1998)

Historicamente a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG) desenvolveu um trabalho assistencialista, mantendo-se atrelada aos interesses do governo. A partir do Congresso de 1992, uma nova direção formada por trabalhadores ligados à CPT, CUT, PT e PCdoB assume a FETAEG.<sup>115</sup> É dada prioridade à luta pela Reforma Agrária, sendo criada uma Secretaria especialmente para tratar da política agrária. São organizadas manifestações para reivindicar terra e também ocupações, contando com total apoio da CPT. Isto acontece na mesma época em que o MST sai de Goiânia e rompe com a Igreja. Por volta de 1993, o MST racha também com a Federação.<sup>116</sup>

A FETAEG era “pelega”, mas tanto, né Wilson? (...) Achava que não podia ir contra o governo. Mas agora, a FETAEG está bem ligada, porque mudou a direção, porque colocou o menino do sindicato lá de Taguaru. Alair, né? A FETAEG é assim: ajudava quando a pessoa ficava sem dinheiro pra dormir, dormia e comia lá. Mas não tinha pessoas como tem agora. Tem um advogado, tem um assessor pra dar uma mãozinha. Tem uma outra lá pra orientar. Agora já tem coordenação de tudo. (assentada, 1997)

A FETAEG assume de forma pacífica a parceria com a Igreja, estabelecendo uma relação de cooperação. Mas, segundo avaliação de um agente da própria CPT,<sup>117</sup> apesar de o movimento sindical ter hoje maior volume de ação no estado do que o MST, este último apresentaria uma ação política mais eficiente, por saber melhor dar os limites em sua relação com o Estado e agir de forma mais autônoma.

#### - **O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**

O surgimento do MST no estado se deu por intermédio da Diocese de Goiás e da CPT, que trouxeram militantes do sul do país para a região em 1985, um ano depois da formação do movimento em nível nacional. Origem esta que explica a grande

<sup>115</sup> A aproximação entre o sindicalismo rural e a CUT tem origem na ação do sindicalismo de Goiás e Santarém.

<sup>116</sup> A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) só se engajou de fato na luta pela terra a partir de 1995, quando se filia à CUT. Porém, desde a criação do MST, ela o vê como concorrente em seu trabalho junto ao segmento camponês.

<sup>117</sup> Em entrevista realizada na sede da entidade em Goiânia em 11/06/97.

proximidade existente inicialmente entre estas entidades. Grande parte dos militantes do MST, assim como ocorre também com outros segmentos do movimento popular no estado, vieram direta ou indiretamente das CEB's, havendo inclusive ex-seminaristas entre as suas lideranças.

Seus principais quadros na área emergiram das lutas que deram origem aos assentamentos da Fazenda Mosquito e da Rancho Grande e que aconteceram em meados dos anos 80. Muitos deles frequentaram cursos de formação política organizados pelo MST juntamente com a CPT e o Instituto Brasil Central (IBRACE)<sup>118</sup> em Goiânia.

Aí veio o Processo de Formação, o IBRACE, a CPT, o Movimento dos Sem Terra tinham uma ligação, até mesmo porque ele (o MST) estava surgindo naquele momento, davam uns cursos de formação, mas aqueles cursos básicos, história da sociedade..., aqueles cursinhos. Eu fiz algumas etapas e acabei gostando do negócio, fui tomando gosto. E por trás disso foi despertando um pouco a consciência de que era um negócio maior, não era só um pedaço de terra. Aí comecei a militar no MST, começava a discutir a necessidade de tentar fazer a Reforma Agrária e tal. Aí nós ocupamos a área que eu estou assentado. (ex-militante do MST assentado na Fazenda Rancho Grande, 1998)

À medida que o MST se estrutura enquanto organização em nível nacional, verifica-se a sua radicalização nos enfrentamentos com o Estado e com os proprietários. O V Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, que aconteceu em 1989, situa a luta pela terra como um passo para a tomada do poder e a implantação do socialismo. Nesta época, o MST busca assegurar a posição de mediador privilegiado no campo de luta pela terra, o que implica a necessidade de diferenciar-se claramente dos outros mediadores, sobretudo da Igreja. Os representantes do movimento em Goiás passam a

---

<sup>118</sup> Organização não governamental, sediada em Goiânia, que desenvolveu um trabalho de assessoria junto a alguns acampamentos e assentamentos da região no período de 1987 a 1992. Este trabalho envolvia as seguintes áreas: político-social, pedagógica, agro-ecológica e jurídica, entre outras. (cf. Sousa, op. cit.:13)

viajar para outros estados para participarem de cursos de formação organizados pelo MST Nacional e começam a se distanciar das orientações da Igreja.<sup>119</sup>

No início MST, sindicato e CPT trabalhavam juntos. Com a chegada da primeira leva de jovens formados pelo MST no Rio de Janeiro, deu problema dado ao ateísmo... ao método do MST. Enquanto a gente pensava na pessoa do trabalhador e o MST nas estratégias. Um exemplo, num confronto, quando o pessoal já tinha plantado o arroz, a Igreja queria negociar para o pessoal sair depois de colher. Era ano eleitoral e o MST optou pelo confronto. Os trabalhadores acabaram sendo expulsos sem colher. (agente da CPT, 1998)

É colocado (pelo MST) que o assistencialismo da Igreja ele complica no processo organizativo, a religiosidade complica um pouco no enfrentamento e tal, e aí vem outras brigas aí que são muito mais pessoais. (...) Eu não conheço muito da Igreja não, para ser sincero, mas assim, a Igreja é mais assistencialista mesmo. E aí é a base primeiro, é o povo. E tudo é o povo primeiro e deve ser o povo primeiro mesmo, mas ela deixa uma..., um ranço assim de muito basismo no negócio, às vezes passa a ser muito assistencialista, muito basista, qualquer coisa que o MST faz, se não consulta ela, é um motivo de conflito. (ex-militante do MST e assentado no P. A. Rancho Grande, 1998)

A necessidade de diferenciação do MST em relação à Igreja, além de refletir o seu interesse em assumir a “dianteira” do movimento social de luta pela terra, também parece estar relacionado ao clássico conflito entre criador e criatura. Tal conflito é marcado pela necessidade de afirmação e emancipação da criatura em relação ao seu criador e pela dificuldade que este último apresenta em aceitar a perda de poder implícita nesse processo.

Aos poucos, a radicalização do MST avança em Goiás. No entanto, a fragilidade de sua estrutura organizativa no estado e a postura mais conciliadora de certos membros

---

<sup>119</sup> A história do movimento na região envolve, além de questões de caráter local, a influência das diversas fases por que passa este movimento em nível nacional. Torrens (1994) identifica três fases ao longo da história do MST que vai das diferentes formas de conflito que deram origem ao movimento no início da década de 80, passa por sua consolidação organizativa, cujo I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra realizado em 1985 constitui um marco, até a definição da autonomia política de sua direção frente às organizações mediadoras. Este autor toma como referência para a sua análise estudos sobre o MST realizados nos estados do sul do país, região de origem deste movimento.

da Direção Estadual adiaram o seu rompimento efetivo com a Igreja, que continua participando da coordenação política do processo. A ruptura vai se dar somente no início dos anos 90, quando ocorrem mudanças na Direção Estadual do MST, com o afastamento de lideranças mais próximas à Igreja e sua maior submissão às diretrizes definidas pelo movimento em nível nacional. Em Goiás, da mesma forma que em outros estados, a busca por autonomia política do movimento confundiu-se com auto-suficiência e vanguardismo,<sup>120</sup> afastando-o também das outras entidades mediadoras e das bases.

Tinha o Japão, Nagibe, Mauricinho, Zé Elias. Nossa Senhora! O movimento era bom, forte! (...) Porque ele era mais maduro, tinha mais experiências. Depois que saiu o Nagibe, entrou só uma molecada. Foi onde aconteceu a separação da Igreja do movimento. Que a Zenaide foi e chamou esses meninos lá de moleques. A separação foi isso. (assentado, 1997)

Neste período, é feita a transferência da Secretaria Estadual do MST<sup>121</sup> de Goiânia para Itapuranga, o que representa um passo importante no processo de busca da afirmação de sua autonomia. O motivo alegado para tal transferência foi a falta de recursos para manter-se na capital. Mais tarde, ficaria evidente o grande equívoco que foi esta medida. O movimento ficou longe não só da Igreja, mas também do centro das decisões, o que causou uma concentração ainda maior do poder nas mãos da CPT, sediada em Goiânia.

Diferenças ideológicas mais gerais referentes à ética e fé religiosa bem como divergências políticas se confundem com disputas pessoais e briga pelo poder. A personalização das divergências se explica em parte pela forma de relação que se estabelece entre os sem-terra e os agentes mediadores. Trata-se de uma relação de troca marcada por forte assimetria, na qual a “ajuda” recebida pelos sem-terra dos mediadores é “paga” com o reconhecimento e a fidelidade pessoal ao líder, o que constitui também uma relação de dominação. Esta relação é orientada pelo princípio da reciprocidade

---

<sup>120</sup> Torrens (op. cit.:151-153) chama a atenção para esta conduta que levou o MST a um progressivo isolamento e à intensificação dos “estremecimentos” com as outras organizações mediadoras atuantes no campo dos conflitos agrários.

<sup>121</sup> A Secretaria do MST em Goiás foi criada em 1986.

hierárquica ou redistributiva de que fala Lanna (1995 e 1996)<sup>122</sup> e também apresenta características da “dominação carismática” no sentido weberiano (cf. Pessoa, op. cit.:141).<sup>123</sup>

Porque nós da CPT, para nós aqui da roça, nós caímos de gaiato (...) É confuso explicar essas coisas assim um pouco embaraçadas, principalmente questões ideológicas. Porque a questão ideológica ela pega mais a nível geral, mas quem faz o trabalho de base pega as questões afetivas. (...) Quando você contrapõe as estratégias e cria afetividade, o povo vem. Aí você cria um partido. Aí aqui tinha: o partido do Bispo, partido da Zenaide, que é uma freira. (...) E tem partido do Pedroso. Então lá no INCRA o Superintendente falava assim: é o assentamento do MST ou do Pedroso? Isso depois do assentamento do Retiro e Velha, bem depois. Aí o pessoal falava: ‘Não, é o assentamento do Pedroso.’ Isso foi criando divergências. Não que a gente quis, mas por falta de estratégia da Comissão Pastoral da Terra, que não ficou na dela, de assessoria e foi para o campo de batalha, formando grupo, organizando etc. (...) Aqui em casa vinha mil pessoas por dia, por semana. Mil lavradores. Aqui começou a ficar sendo o centro da Reforma Agrária. O erro foi tão grande por isso. Porque o pessoal de Goiânia e a nível nacional, quem fica em escritório é escritório, agora quem vai lá para a casa, a barraca e fica lá e dorme com o pessoal, toma cachaça com o pessoal, uma pinguinha, come um ubre de vaca, você já comeu ubre de vaca? (ex-agente da CPT, 1998)

Paradoxalmente, um movimento social que atinge os fundamentos da estrutura de dominação tradicional no campo, estabelece internamente, entre os agentes mediadores e a base, uma forma de relação claramente hierárquica.<sup>124</sup> Estes camponeses sem-terra constroem uma ação política afirmativa no sentido moderno a partir de valores e práticas nem sempre coerentes entre si. A relação entre o moderno e o

<sup>122</sup> Para Lanna a reciprocidade é uma fonte de subordinação, pois: “(...) por implicar sempre a fundação de um novo movimento, que é uma nova dívida e um novo circuito, a reciprocidade é sempre *desigual*. Por implicar sempre um lapso de tempo e desigualdade do que é trocado, a reciprocidade é sempre *desequilibrada*.” (1996:135) (grifos do autor)

<sup>123</sup> Segundo Weber, a dominação carismática é exercida “em virtude de devoção afetiva à pessoa do senhor e a seus dotes sobrenaturais (*carisma*) e, particularmente: a faculdades mágicas, revelações ou heroísmo, poder intelectual ou de oratória. O sempre novo, o extracotidiano, o inaudito e o arrebatamento emotivo que provocam constituem aqui a fonte de devoção pessoal.” (Weber, 1997:134-135)

<sup>124</sup> A hierarquia é entendida como o englobamento do contrário ou orientação para o conjunto, ou seja, enquanto princípio fundamental da ideologia holista (cf. Dumont, 1992b). Esta noção de hierarquia também orienta a relação que o grupo de sem-terra estudado estabelece internamente com suas próprias lideranças, como se verá melhor a seguir, nos capítulos referentes à organização social dos acampados e dos assentados.

tradicional, que permeia toda a existência camponesa em nossa sociedade, aqui também está presente, gerando contradições e ambiguidades.

Os partidos a que se refere o entrevistado no trecho acima citado correspondem, em certo sentido, à organização de facções no interior do movimento de luta pela terra. Para Alavi (1976), a facção - organização vertical, extra-limites de classe – é a forma predominante de interação política camponesa. Ele afirma que facções rivais representam, em geral, grupos sociais de configuração semelhante, cujos líderes lutam pelo controle sobre os recursos, o poder e o status tal como se apresentam dentro da estrutura social existente e não pela mudança desta estrutura. (Alavi, op. cit.:90) Considerando-se as devidas diferenças, parece ter ocorrido rivalidade análoga no seio do movimento de luta pela terra em Goiás.<sup>125</sup>

Segundo os assentados em Retiro e Retiro Velho, o pessoal do MST ficava sempre junto com eles, às vezes durante semanas, caso fosse preciso. Mas, como hoje são muitos os novos acampamentos e assentamentos, o movimento não pode mais assisti-los como antes. O que, de certa forma, não julgam mais ser necessário: “A gente já aprendeu a caminhar, não precisa mais de muleta.”

O MST se auto-define como um movimento que apresenta três faces complementares, cada uma delas correspondendo a um aspecto particular de sua atuação. São elas: a face sindical, a popular e a política, que tratam respectivamente da luta em torno da produção e questões econômicas, da luta por moradia, saúde, educação etc, e da luta pela terra e Reforma Agrária.<sup>126</sup>

Apesar de algumas lideranças do grupo pesquisado já terem participado da direção do MST, ainda assim o movimento aparece para eles sobretudo como uma entidade de mediação cuja atuação se restringe à fase de luta. Os assentados parecem não reconhecê-lo como entidade de representação de seus interesses enquanto agricultores. A ação do MST no estado se concentra na fase de luta, para a qual possui uma metodologia bastante eficaz. Não existe um trabalho efetivo voltado para os assentados, embora o movimento tenha procurado formar quadros para incentivar o desenvolvimento de experiências coletivas em Goiás.

---

<sup>125</sup> Na eleição para vereador realizada em 1996, apresentaram-se 3 candidatos ligados aos assentamentos no município de Goiás, um pelo PL, outro pelo PT e um terceiro pelo PMDB. Nenhum conseguiu se eleger, embora o total de eleitores de apenas um assentamento como o de São Carlos, que possui 152 famílias, já fosse praticamente suficiente para eleger um deles. A preferência parece ter sido dada a “chefes políticos” mais tradicionais na área.

Em 1988, ano em que ocorre a ocupação da Fazenda Retiro Velho, o MST assume como diretriz nacional a proposta de organização da produção de forma coletiva. No ano seguinte, os sem-terra assentados em Goiás já discutiam sobre cooperativa com “companheiros do Sul” trazidos pelo MST. Porém, o movimento ainda não tinha muita clareza quanto ao modelo de cooperativismo a ser priorizado. Em 1992 foi criada a Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) reunindo as quatro cooperativas centrais estaduais então existentes (do RS, SC, PR e ES), ligadas ao MST.<sup>127</sup>

Com o acúmulo de experiências e depois de muita discussão, o MST Nacional define melhor sua posição em relação à produção coletiva e pública, em 1994, um caderno de formação voltado para a orientação prática dos assentados em relação a este tema, intitulado “Questões práticas sobre cooperativas de produção”. É época em que algumas lideranças da região foram enviadas para receberem cursos sobre cooperativismo em outros estados.

Foram realizadas algumas experiências coletivas nos assentamentos de Goiás Velho e, até agora, nenhum grupo parece ter alcançado sucesso significativo. A dificuldade em desenvolver um trabalho coletivo nos assentamentos resulta de uma diversidade de questões, dentre elas, a necessidade de uma mobilização ideológica permanente por este ser incompatível com a experiência de vida das famílias assentadas.<sup>128</sup>

Martins vê nos projetos de cooperativa, de trabalho, de modernização das relações sociais propostos pelo MST uma possibilidade de reinvenção do mundo camponês em bases modernas (cf. Stédile et al., 1997:65). No entanto, Pereira (2000) identifica no assentamento Santa Maria em Paranacity - PR, organizado sob a orientação do MST em forma cooperativa, uma série de dificuldades e contradições resultantes do conflito entre os valores que sustentam a proposta de modernização do movimento e aqueles que constituem o *ethos* valorativo camponês.

O MST possui estrutura organizativa bastante limitada no estado, dispondo de poucos recursos. Apenas um funcionário é remunerado, o restante deles é voluntário. O Setor de Finanças, de fundamental importância para a viabilização do movimento, não

---

<sup>126</sup> Ver a cartilha “Vamos organizar a base do MST”, MST, 1994.

<sup>127</sup> Sobre o histórico desta discussão a respeito de produção e cooperação agrícola no interior do MST, ver Stédile e Fernandes (op. cit.).

funciona bem até hoje. O único setor que se apresenta de fato organizado no estado é o Setor de Frente de Massa, responsável pela realização das ações de massa como ocupações e acampamentos. Somente a partir de 1995 é que a diretoria do movimento passa a estruturar uma coordenação estadual para apoiar o trabalho da direção.<sup>129</sup>

Na cartilha “Vamos organizar a base do MST” (op. cit.), o movimento propõe a realização de uma “verdadeira campanha” para motivar as bases e organizá-las em núcleos por setor, nos acampamentos e assentamentos e também em nível estadual. O MST Nacional apresenta nove setores organizados, segundo Fernandes (1996:82): Relações Internacionais, Secretaria Nacional, Sistema Cooperativista dos Assentados, Frente de Massa, Educação, Formação, Comunicação, Finanças e Projetos.

Em 1996, o movimento encontra-se isolado e enfraquecido e decide se reestruturar. A Secretaria Estadual volta para Goiânia, para facilitar o contato com órgãos públicos, imprensa e outras instituições. O seu desempenho na organização da “Marcha pela Reforma Agrária” neste mesmo ano e a realização de ocupações de grandes proporções dão ao movimento certo reconhecimento público no estado. A sua atuação liderando a ocupação da Fazenda Santa Rosa em Itaberaí, que se arrastou por mais de um ano, envolvendo 350 famílias, representou uma importante demonstração de força. Em meio a estas mudanças, observam-se alguns gestos localizados de reaproximação entre o movimento e a Igreja.

O MST goiano também foi beneficiado pelo clima favorável à Reforma Agrária que atingiu amplos setores urbanos do país na segunda metade da década de noventa.<sup>130</sup> Neste período, o movimento aumentou a sua visibilidade em nível nacional a partir de ocupações em massa na região do Pontal do Paranapanema em São Paulo, no sul do Pará e em Pernambuco, e da elaboração de um discurso dirigido ao público urbano. As tragédias de Corumbiara – RO, em 1995, e de Eldorado de Carajás – PA, no ano

---

<sup>128</sup> Ver Heller, apud Pessoa (op. cit.:184).

<sup>129</sup> Segundo Fernandes (op.cit.:82), o MST apresenta a seguinte forma de organização: Coordenação Nacional, Direção Nacional, Coordenação Estadual, Direção Estadual, Coordenações Regionais e Coordenação dos Assentamentos e Acampamentos. Porém, como no caso de Goiás, nem sempre são encontradas todas as instâncias correspondentes em cada estado, pois estas têm sua existência determinada pelo grau de organização local do movimento.

<sup>130</sup> Para Martins (1997), o MST é hoje uma organização cuja forma de atuação tem características de um partido agrário popular. Ele seria o único grupo no Brasil a ter conseguido dar estatura política a uma luta popular, dos trabalhadores rurais.

seguinte, contribuíram igualmente para influenciar a opinião pública em favor da Reforma Agrária e do MST.<sup>131</sup>

---

<sup>131</sup> Em pesquisa realizada nas oito principais capitais do país pelo Jornal do Brasil -Vox Populi em maio de 1996, o MST recebeu aprovação de 59% dos entrevistados.

### 1.5. Latifundiários e fazendeiros

A atuação dos grandes proprietários da região na luta pela terra nas últimas décadas não difere muito da apresentada pela classe dos latifundiários em nível nacional. Ela possui duas fases distintas: na primeira, ocorre uma reação acalorada contra o avanço da organização dos trabalhadores no campo e a elaboração de um projeto de Reforma Agrária pelo Governo Federal; na segunda, verifica-se o seu abrandamento e até uma certa ambiguidade na posição dos latifundiários, na medida em que vai acontecendo uma acomodação entre a Reforma Agrária e as estruturas vigentes - a violência contra os sem-terra aparece ao lado da cumplicidade com estes, conveniência e desfrute de benefícios da política fundiária.

O final dos anos 70 e início dos anos 80 é marcado por uma tensão crescente no campo e pelo processo de organização dos trabalhadores incentivado pela Igreja em vários lugares do país. Os grandes proprietários de terras, para fazerem frente à combatividade crescente dos trabalhadores rurais, recorrem cada vez mais à violência. É neste cenário que, em 1985, o governo da Nova República lança para o debate a proposta para elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), deixando alarmada a classe dos latifundiários, em face da possibilidade de o Estado decidir pela realização de uma Reforma Agrária que a contrarie.

Eles reagem criando a União Democrática Ruralista (UDR), entidade classista não atrelada ao Ministério do Trabalho, que se torna a principal representante dos interesses dos latifundiários no debate nacional travado acerca da questão agrária. Seu maior articulador e ideólogo, Ronaldo Caiado, é membro de um dos mais tradicionais clãs políticos de Goiás e sua base social é formada predominantemente por pecuaristas do Centro-Sul, grandes beneficiários da modernização conservadora.

O objetivo declarado da entidade é o de “*defender todos os direitos e interesses dos seus associados, com o mesmo porte da ameaça a esses direitos e interesses, com assistência integral, de qualquer natureza.*” (Senhor, 03/06/86, apud Bruno, 1997:50) A UDR identifica a Igreja Progressista e o MST como seus grandes adversários e incentiva a organização de milícias privadas para o enfrentamento direto em defesa da propriedade, considerando ser a violência inevitável.

Ela lidera uma campanha de mobilização e valorização do segmento que representa em face da opinião pública. É adotado um discurso agressivo em relação a seus adversários, procurando desqualificá-los, ao mesmo tempo em que se afirma a identidade de produtor rural autêntico em oposição à de fazendeiro, fragilizando as críticas ao latifúndio e as denúncias contra a especulação com a terra.

Em outubro do mesmo ano, o governo publica no Diário Oficial da União a versão final do PNRA, registrando um notório recuo, como fica evidenciado pela criação da figura esdrúxula do “latifúndio produtivo”.<sup>132</sup> A partir daí, a UDR já não mais se sente tão ameaçada pela Reforma Agrária do governo e passa a atuar em defesa da propriedade também no campo jurídico.

No Estado de Goiás, eles cantam vitória, afirmando que conseguiram evitar inúmeras invasões de terra programadas pela CPT. A UDR de Goiânia treinou 36 técnicos para orientar os proprietários no recadastramento de suas áreas, e na negociação com posseiros ‘idôneos’ com vistas à regularização de suas situações. (Afinal, 10/06/86, apud Bruno, op. cit.:60)

Na Constituinte de 1988, a UDR obtém vitória significativa na votação do capítulo referente à política fundiária e Reforma Agrária, confirmando a força do bloco anti-reformista no Congresso, que contou com o apoio de lideranças parlamentares expressivas. No início dos anos 90, a entidade sofre esvaziamento e se auto-dissolve, sendo recriada em alguns estados a partir de 1996,<sup>133</sup> onde tem se verificado grande concentração de ocupações, contribuindo para a escalada da violência.

Hoje a opinião pública é mais favorável à Reforma Agrária e a maioria dos latifundiários já não mais se diz contrária a ela, embora seus representantes continuem atuando em várias frentes para dificultar a sua realização. Eles procuram minimizar sua importância, colocando-a ao lado de uma série de outras medidas para a democratização do campo, como o arrendamento de terras ou “terceirização” e a geração de empregos

---

<sup>132</sup> Silva (1987), analisa evolução da discussão em torno da Reforma Agrária na Nova República e chega a quantificar em 125.212.000 ha o tamanho do recuo em área desapropriável resultante do surgimento da figura do “latifúndio produtivo”. (Ver op. cit.:144-146.)

<sup>133</sup> A primeira UDR a ser recriada foi a de Presidente Prudente/SP, em setembro de 1996; a segunda, foi a de Nova Andradina/MS, em janeiro de 1997, seguida da do Sul do Pará, em fevereiro do mesmo ano. (Folha de São Paulo, 22/2/97)

rurais. Além disso, têm agido como se não houvesse o estatuto da função social da terra, questionando a necessidade de torná-la produtiva.

Ele (proprietário) produz mais se tiver lucro. Se isso não ocorrer, ele não vai produzir. A Constituição não obriga o proprietário a se desfazer do imóvel para fim de Reforma Agrária.(...) Há os que exploram mais e os que fazem menos. Sinto que quem vive somente da propriedade não tem condições de melhorar a sua área, por falta de financiamento e preço, que variam de acordo com o mercado. (Roosevelt Roque dos Santos - presidente da UDR de Presidente Prudente, em 1996)<sup>134</sup>

A Bancada Ruralista no Congresso Nacional não possui mais o poder que tinha durante a Constituinte. A aprovação de leis como as do Rito Sumário, da participação do Ministério Público em todas as etapas do processo de reforma e do Imposto Territorial Rural (ITR) em 1996 é bastante significativa nesse sentido, mesmo considerando as longas negociações que se fizeram necessárias.

Por outro lado, há um segmento da classe dos latifundiários que vem se beneficiando do processo de Reforma Agrária ora em curso no país, seja diretamente pelo superfaturamento de suas terras em caso de desapropriação, seja pela venda de gado de má qualidade em condições vantajosas para os assentados etc.<sup>135</sup> Há, inclusive, aqueles que estimulam ou “contratam” a ocupação de suas próprias terras, com vistas à desapropriação.<sup>136</sup> Estas ações adquirem particular relevância num momento em que os preços agrícolas e o mercado de terras encontram-se em baixa.

\*\*\*

---

<sup>134</sup> Correio Braziliense, 15/12/96.

<sup>135</sup> Em visita ao Oeste do Paraná, quando da realização de diagnósticos sócio-econômicos em assentamentos da área para o INCRA, ouviu-se a seguinte denúncia: um agregado teria comprado o direito ao lote em um assentamento, para atuar como testa de ferro do patrão, que, além de explorar a terra, também estava se beneficiando dos créditos especiais destinados a assentados da Reforma Agrária.

<sup>136</sup> “Fazendeiro paga para ter a sua terra invadida no Pará” é o título de um artigo da Folha de São Paulo em 27/09/99, denunciando um desses casos. O valor da indenização a ser paga em caso de desapropriação, segundo cálculos do INCRA, seria de R\$ 40 milhões. O Movimento Brasileiro dos Sem Terra (MBST) teria recebido R\$ 22,3 mil do proprietário para ocupar a área.

As primeiras ocupações de terra em Goiás Velho causaram um grande embate social. O desrespeito à propriedade privada feriu o código de ética em vigor na sociedade local, gerando a reação e reprovação por parte da população em geral, inclusive familiares dos sem-terra. O compadrio e a dívida pessoal do trabalhador rural contraída junto ao proprietário de terras e protetor são elementos fundamentais deste sistema. Muitos trabalhadores mantinham-se de alguma forma vinculados aos fazendeiros, mesmo quando já haviam se mudado para a cidade. A ocupação de terra implica uma ruptura efetiva com os grandes proprietários.

Na época do Rancho Grande, Retiro, Mosquito, então o embate social era muito forte, as pessoas rachavam ideologicamente e rachava com o compadrio. Porque existe muito o compadrio - você é agregado, mas você não é agregado, você faz parte da família do fazendeiro, porque o fazendeiro, ele batizou o meu filho, então, puxa vida! (...) Outros fazendeiros não queriam nem ver a cara, acabou o compadrio. Você é invasor! Você é posseiro, você não presta, você é bandido! Então, você é comunista! (ex-agente da CPT, 1998)

Os fazendeiros acusaram de agitadores “certos membros” da Igreja e dos sindicatos, responsabilizando-os pelo crescimento dos conflitos no campo. Veja abaixo a declaração de Homar Rassi, um dos proprietários das Fazendas Retiro e Velha, à época da primeira ocupação:

Homar Rassi acusou a Comissão Pastoral da Terra de ter comandado a invasão à propriedade rural. “No levantamento que procedemos na quinta-feira, em companhia da Polícia Civil para a identificação dos invasores a fim de possibilitar a impetração de ação de reintegração de posse, foi constatada que a invasão foi comandada.” (Correio Braziliense, 9/04/88)

No discurso do grande proprietário, o sem-terra aparece como posseiro, invasor, bandido e comunista, aquele que age fora da lei. A mesma lei que é por eles esquecida quando perseguem e ameaçam as lideranças do movimento. Além de romperem com relações de dependência, os sem-terra de Goiás tiveram que enfrentar o medo da

violência dos grandes proprietários e de seus jagunços. Houve muita pressão de familiares destes trabalhadores para que eles abandonassem a luta, por temerem pelo pior.

A violência é uma constante na história das principais oligarquias de Goiás Velho. Existem inúmeras narrativas de posseiros e pequenos proprietários que foram expropriados por meio da força pela família Caiado. Também contam que os Caiados possuíam cemitério no quintal de casa para enterrar seus desafetos. Segundo Bruno (1997), a luta pela terra atualiza continuamente a violência do patronato rural brasileiro, cujo padrão cultural a toma como princípio nas relações de antagonismo. (op. cit.:73 e 78)

A garantia de minha propriedade, conquistada pelo trabalho honesto dentro das leis vigentes no país, será mantida com a coragem, que a mim não faltará para reagir em caso de prevalecer a covardia e a falta de solidariedade de determinados marginais fantasiados nos quadros da Comissão Pastoral da Terra. (Declaração de Homar Rassi, proprietário das Fazendas Retiro e Velha, ao “Diário da Manhã” publicada em 8/04/88)

A polarização das posições que caracteriza este período envolve outros segmentos sociais. Pequenos e médios proprietários solidarizaram-se com os grandes, manifestando-se contra a Reforma Agrária, pois temiam que suas terras também fossem ocupadas. Somente nos anos 90, é que tem início uma certa aproximação entre eles.

Em 84, na Reforma Agrária, quando começou aqui na região, até 88/89, os pequenos proprietários eram contra a Reforma Agrária. A partir de 90, começaram a simpatizar, entendeu? (...) Dentro desse processo aí, dos proprietários não gostarem, abandonaram a Igreja porque ela estava com a Reforma Agrária. Não aceitavam a Reforma Agrária porque pensavam que ia ocupar lote. (ex-agente da CPT, 1998)

Hoje alguns pequenos proprietários têm aderido à luta ou comprado lotes em assentamentos para também se beneficiarem dos programas criados especialmente para o público assentado. Nos assentamentos Retiro e Retiro Velho há o caso de um pequeno proprietário que estava enfrentando dificuldades em sua terra e vendeu-a para comprar

um lote no assentamento. Mas, há também pequenos proprietários mais tradicionalistas que fazem questão de se diferenciar dos sem-terra e insistem em sua crítica a eles.<sup>137</sup>

Nos últimos anos, tem-se observado algumas mudanças significativas no comportamento dos fazendeiros da região. Eles, por um lado, têm sido mais “receptivos” em relação aos “invasores” quando apresentam interesse na desapropriação de suas terras – conta-se a história de um fazendeiro que, endividado, desejava “vender” sua terra para o INCRA e a ofereceu aos sem-terra, dando até leite para as crianças das famílias acampadas em sua propriedade. Por outro, têm, muitas vezes, procurado tornar suas fazendas mais produtivas. Um grande proprietário vizinho dos assentamentos Retiro e Velho dividiu a sua terra com os filhos e tornou-a produtiva: “Eles sabem que se não estiverem produzindo a gente bota um pessoal lá dentro para trabalhar.” (assentada, em 1997)

A maioria dos casos de violência registrados recentemente resulta da ação da polícia no cumprimento de ordens judiciais de despejo.

---

<sup>137</sup> A persistência desta postura discriminatória também é encontrada entre camponeses de outras regiões do Brasil, como se pôde observar nas ocasiões em que se visitou outros assentamentos do INCRA, quando da realização de trabalhos para este órgão.

## 1.6. O Estado, do nacional ao local<sup>138</sup>

Em relação a este ator, faz-se necessária a análise de sua atuação a partir do âmbito nacional para que se compreenda a sua participação no campo de lutas enfocado. A política de Reforma Agrária é da responsabilidade do Governo Federal, que atua sobretudo por intermédio do INCRA, órgão encarregado da formulação e execução de sua política agrária desde 1970.<sup>139</sup> Os níveis estadual e municipal têm participado do processo em geral de maneira complementar, atuando diferentemente, segundo os papéis desempenhados por suas respectivas instituições e de acordo com o ambiente político-institucional encontrado em cada lugar. O Estado brasileiro apresenta hoje uma ação diferenciada em relação à Reforma Agrária segundo o nível de governo considerado e a forma de interação verificada entre eles em cada uma das fases deste processo.

Soma-se a isso o fato de que a sua atuação na questão agrária tem apresentado um caráter ambíguo desde os anos 60, refletindo a intensidade dos embates sociais verificados em torno do tema. Assim, apesar de sua relação histórica com as oligarquias agrárias, seja pelo fato de estas estarem diretamente representadas no poder, seja por meio de um Estado de compromisso, este ator não pode ser analisado de forma linear,

---

<sup>138</sup> Entende-se o Estado, nos termos definidos por Lefévre (1973 e 1986), como uma formação política historicamente situada que ocupa uma posição central no mundo moderno. Neste sentido, o termo Estado é aqui empregado como sinônimo de Estado Moderno e Estado-nação. O Estado dispõe de meios, redes múltiplas, instituições variadas (fiscal, de ensino, polícia, justiça etc.) para conservar a unidade nacional e programá-la. Ele possui o poder de repressão e a capacidade legislativa ou contratual, que são utilizados em sua função de gestão e manutenção da ordem estabelecida. O Estado é concebido como uma entidade cuja atuação é pautada pela coerência e a racionalidade, baseadas em regras impessoais que asseguram a igualdade de direitos para todos os cidadãos. Desta forma, ele age como um importante sustentáculo da ideologia moderna capitalista, encobrendo as contradições sociais presentes, inclusive, no interior do próprio Estado. No entanto, na prática, a sua atuação resulta da confrontação entre forças diversas representativas dos interesses, objetivos e vontades das diferentes frações sociais empenhadas na luta política e as concepções dos dirigentes. É no nível da luta política que se define a ação estratégica do Estado.

<sup>139</sup> O INCRA foi criado em 1970, assumindo as atribuições do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA) e do Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural (INDA), criados em 1964 para operacionalizar as propostas do Estatuto da Terra e promover o desenvolvimento rural. Este órgão é representado em nível estadual por uma Superintendência Regional (SR) e, apenas no estado do Pará, por duas.

ignorando-se as contradições internas à sua estrutura e a complexidade<sup>140</sup> de sua atuação no campo de lutas da questão agrária.

A partir do regime autoritário, como analisam Palmeira e Leite (1998), a atuação do Estado neste campo muda devido a transformações por ele sofridas enquanto máquina administrativa, bem como devido à repercussão destas em suas relações com os grandes proprietários e os camponeses. A própria presença do Estado no campo como condutor do processo de modernização técnica da agricultura interfere no esquema de dominação tradicional.

Além disso, a elaboração de uma legislação específica para o campo na década de 60 - com a criação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963 e do Estatuto da Terra no ano seguinte - também permite a reordenação das relações entre grupos, independentemente da efetivação de ações por ela possibilitada, como a Reforma Agrária, a colonização e a modernização agrícola. Tal legislação impõe um novo recorte da realidade ao criar categorias normativas para o uso do Estado e da sociedade, como os conceitos de latifúndio, minifúndio, empresa rural, arrendamento etc, propiciando a formação de novas identidades. (cf. Palmeira e Leite, op. cit.: 116-117)

Outras mudanças se verificam na medida em que os instrumentos de intervenção relacionados a essa legislação, marcada pela ambiguidade, são acionados de acordo com as diferentes conjunturas do jogo de interesses em torno das questões ligadas à terra e à produção rural, construindo uma via de transformação do campo. Assim, o comportamento do Estado se caracteriza pela adoção alternada de medidas numa e noutra direção como artifício para administrar pressões de ordens diversas, dando origem a dois movimentos relativamente autônomos e contraditórios, que levam a questão agrária a uma espécie de impasse nos anos 80. (ainda cf. Palmeira e Leite, op. cit.)

Por um lado, a progressiva ilegitimação das formas tradicionais de dominação levando à multiplicação dos conflitos e à ampliação de seu âmbito. Por outro, as vantagens asseguradas pelo Estado, no bojo da política de modernização, atraindo para o campo capitais de diferentes origens e dando lugar a uma poderosa coalizão de interesses articulada por dentro da máquina do Estado, em torno dos negócios com terra. Isso

---

<sup>140</sup> O recente processo de democratização da sociedade brasileira abriu espaço para a participação do legislativo nas decisões do Estado, o que tem contribuído para que a atuação deste em relação à questão

parece levar a uma espécie de impasse. O primeiro movimento põe a Reforma Agrária na ordem do dia. Mas o peso das interesses agrários dentro do Estado é suficientemente forte para inibir qualquer tentativa mais séria para realizá-la. (Palmeira e Leite, op. cit.: 156)

### **- O Estado e o movimento social de luta pela terra**

As transformações ocorridas na ordem social tradicional da fazenda deram margem a um maior questionamento em relação à estrutura fundiária existente. A concentração de terras inexploradas ou subutilizadas nas mãos dos latifundiários passa a ser vista como ilegítima e os trabalhadores rurais, ao realizarem ocupações de terra, afirmam a prevalência do direito à vida sobre o direito à propriedade.

Assim, esta atitude não representa uma simples ruptura com a legalidade vigente, mas, ao contrário, uma forma de pressão para fazer valer o instituto legal da função social da terra. Desde o início, os sem-terra travam uma luta eminentemente política, elegendo o Estado como o seu principal interlocutor. A luta pela Reforma Agrária, desenvolvida nestes termos, traduz na linguagem do Estado a luta pela terra travada historicamente por segmentos significativos do campesinato brasileiro, para que o governo, por sua vez, reconheça os direitos reivindicados por eles.

Em 1985, com o processo de abertura política e a restauração do regime civil, a questão da Reforma Agrária é retomada pelo novo governo em face da pressão crescente do movimento dos trabalhadores rurais apoiado pela Igreja. Mas, apesar das esperanças geradas pela criação do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD), que foi entregue inicialmente a pessoas comprometidas com a causa, o desenrolar da discussão em torno da elaboração do I PNRA teve um desfecho frustrante, refletindo o poder da aliança dos latifundiários e dos novos de investidores no campo com o Estado. Houve, no entanto, uma mudança de ênfase no trato da questão agrária, do Programa de Colonização para o Programa de Reforma Agrária. Este último refere-se à criação de assentamentos de trabalhadores rurais, de preferência, em suas próprias regiões mediante a desapropriação por interesse social.

A Constituinte de 1988 representa um novo momento nos embates, no qual, a proposta de Reforma Agrária dos movimentos sociais encaminhada sob a forma de emenda popular foi derrotada. A UDR saiu vitoriosa com a adoção do conceito de “propriedade produtiva”, que dificulta a definição das propriedades sujeitas à desapropriação para a Reforma Agrária. Entretanto, paradoxalmente, também foi aprovado o preceito constitucional da função social da terra, o que representou uma conquista para os setores que apoiavam Reforma Agrária.

A aprovação de leis complementares regulamentando a lei agrária somente ocorreu no início da década de 90, quando foram definidas as formas de pagamento das desapropriações, entre outras questões. Neste meio tempo, os órgãos responsáveis pela política agrária, principalmente o INCRA, tiveram que lançar mão de formas alternativas à desapropriação para poder realizar novos assentamentos. (cf. Ferreira, 1994)

O Governo de Fernando Henrique Cardoso, iniciado em 1995, visa a inserção do país na economia globalizada e contabiliza o custo social como algo inevitável.<sup>141</sup> Tal diretriz não é compatível com um compromisso efetivo do Estado com a Reforma Agrária e com uma real integração social dos trabalhadores rurais sem terra, bem como de suas famílias.

Em face das limitações institucionais/legais, as pressões por terra prosseguem por meio de ocupações de terra e de prédios públicos e da organização de acampamentos em vários pontos do país. O que se intensifica com o agravamento da questão social decorrente da reestruturação da economia brasileira orientada pela ideologia neoliberal, levando ao aumento das tensões e dos conflitos no campo.

O Estado é chamado a atuar como mediador e a justiça tem arbitrado, com frequência, em favor dos latifundiários, emitindo liminares de reintegração de posse e ordens de despejo a serem executadas pela polícia. No estado de Goiás, segundo dados da CPT, o número de despejos judiciais em 1995 foi 12 vezes superior ao de 1990. (cf. Duarte, op. cit.: 20)

O crescimento das ações judiciais, em detrimento dos meios tradicionais de violência, pode ser atribuído a dois fatores: à pressão da opinião pública, apoiada numa maior cobertura do tema pela imprensa e à crença dos grandes proprietários em que a

justiça lhes dará ganho de causa. Os representantes da justiça em nível local são, em geral, bastante comprometidos com os interesses das oligarquias agrárias. Esta questão está relacionada ao processo de judicialização da Reforma Agrária de que fala Fernandes (1986).<sup>142</sup>

Em nível estadual tem crescido o número de casos em que os conflitos de terra têm recebido tratamento policial. Em Estados como São Paulo, Pará e Paraná, líderes do MST têm sido presos sob a acusação de formação de quadrilha. Vale ressaltar, que o aparato repressor do Estado não tem agido com a mesma presteza, quando se trata de casos de violência contra os trabalhadores rurais e as pessoas que os apóiam. Ao contrário, a apuração de assassinatos ou ameaças de morte contra estes costuma ser extremamente morosa. Por outro lado, é comum a ocorrência de violência policial em ações de despejo, quando os sem-terra oferecem resistência. O massacre de Eldorado de Carajás (PA), que teve forte repercussão junto à opinião pública, é um exemplo extremo desta prática e resultou da relação promíscua entre a polícia e latifundiários da região.

Na medida em que o movimento social de luta pela terra e pela Reforma Agrária aumenta a sua visibilidade e obtém o apoio do público urbano, a questão é inserida na agenda política do Governo. Inicialmente é nomeado um presidente para o INCRA com status de ministro e, mais tarde, recriado o Ministério Extraordinário de Política Fundiária. São encaminhados e aprovados no Congresso projetos de lei como as do Rito Sumário, do Imposto Territorial Rural (ITR) e da participação do Ministério Público em todas as etapas do processo de reforma,<sup>143</sup> que contribuíram para a aceleração das ações de desapropriação e para uma certa moralização da atividade da justiça nos conflitos agrários. No entanto, a ação do Estado continua a reboque das pressões sociais. Francisco Graziano, presidente do INCRA no ano de 1996, fez a seguinte declaração:

A pressão do MST é fundamental para acelerar a Reforma Agrária. Quando eles dizem que, se não ocupar, o INCRA não vai desapropriar, em geral têm 80% de razão. Há

---

<sup>141</sup> Ver entrevista exclusiva do Presidente Fernando Henrique Cardoso concedida à Folha de São Paulo em 13 de outubro de 1996.

<sup>142</sup> Segundo este autor, a judicialização da Reforma Agrária apresentaria três dimensões: o uso indevido da ação possessória, por exemplo, a grilagem de terras; em caso de ocupação, a realização do despejo em defesa dos interesses e dos privilégios dos latifundiários e em detrimento da vida dos trabalhadores; o não desenvolvimento do processo discriminatório necessário para compreender a razão do conflito.

<sup>143</sup> Conforme mencionado no item anterior.

casos de sem-terra acampados na beira da estrada há 4 anos. (cf. Luís Nassif, Folha de São Paulo, 29/04/96)

Verifica-se um aumento significativo do número de desapropriações e de famílias “assentadas” no governo FHC. (ver tabela) Porém, isto não tem refletido numa melhora do tratamento dado aos assentados. Pelo contrário, para responder à forte pressão por terra hoje existente, o Estado tem priorizado o cumprimento de metas de “assentamento”, o que tem gerado situações caóticas como a existência de áreas onde, há mais de dois anos, as famílias aguardam a demarcação dos lotes acampadas na terra desapropriada.<sup>144</sup> Para efeito de números, estas famílias são consideradas pelo Estado como devidamente assentadas.

**ASSENTAMENTOS RURAIS DO GOVERNO FEDERAL EM EXECUÇÃO  
SEGUNDO O PERÍODO DE CRIAÇÃO DOS PROJETOS  
BRASIL, 1985-1999**

Administração		Projetos de Assentamento	
Governo	Período	Capacidade de Família (nº)	Área (ha)
Sarney	85 a 89	82.689	4.492.813
Collor	90 a 92	38.405	2.577.964
Itamar	93 a 94	15.532	1.086.546
FHC	95 a 99	372.866	8.785.114

**Fonte: INCRA - DP/DPM**

Algumas medidas tomadas em favor da Reforma Agrária têm beneficiado também grandes proprietários, haja vista os inúmeros casos de irregularidade verificados em ações desapropriatórias. Têm ocorrido tanto casos de superavaliação de

<sup>144</sup> Segundo depoimentos de técnicos do INCRA-DF em maio/2000.

terras desapropriadas pelo INCRA<sup>145</sup> e mesmo a aquisição de terras de baixa qualidade, inapropriadas para a implantação de um Projeto de Assentamento (P. A.), como também casos de pagamento de indenizações milionárias em decorrência de processos judiciais.<sup>146</sup> O principal mecanismo de aquisição de terras para a Reforma Agrária foi, de certa maneira, capturado por grupos de interesse historicamente representados no interior desta instituição e em outros setores do Estado.<sup>147</sup>

Para driblar a armadilha do conceito de propriedade produtiva e as disputas judiciais travadas a partir dela nos processos de desapropriação, também tem se adquirido terra por meio de compra. Porém, em geral, este procedimento não está isento da ocorrência de irregularidades. A Superintendência do INCRA em Goiás foi acusada pela FETAEG e pelo MST de ter adquirido 10 fazendas por preço acima do real em terras de má qualidade. Foi aberta uma sindicância para apurar os fatos no início de 1996 e, após sua conclusão, o Superintendente Regional de Goiás, Lázaro Vilela, foi exonerado do cargo em agosto deste mesmo ano. (cf. Duarte, op. cit.:217)

Segundo o Ministro da Política Fundiária, Raul Jungmann, a “indústria de desapropriação” conta com a participação de trabalhadores, que ocupariam terras com o aval de seus proprietários. Como ilustração, ele apresenta os seguintes dados: em cada 100 invasões, 75 proprietários não pedem reintegração de posse. (Estado de São Paulo, 27/11/99)

Os grandes proprietários também têm sido beneficiados por ações que se contrapõem a essa indústria, como é o caso do “Programa Banco da Terra”, criado em 1999 no bojo de um conjunto de medidas alterando a Política de Reforma Agrária em vigor. Este programa visa reduzir a ênfase na desapropriação por meio do financiamento direto da compra de terras “produtivas” por trabalhadores organizados em associações,

---

<sup>145</sup> Uma auditoria nacional realizada no INCRA pelo Ministério da Fazenda em 1997 apurou que em 15 dos 20 estados incluídos no relatório ocorreram casos de superavaliação de terras destinadas à Reforma Agrária. As causas apontadas vão desde a falta de equipamentos precisos para levantamento das áreas até indícios de envolvimento de funcionários do INCRA com fazendeiros na realização das fraudes. (Folha de São Paulo, 21/06/99).

<sup>146</sup> O Ministro da Política Fundiária entregou ao Presidente do Senado um dossiê intitulado “O livro branco das superindenizações – como dar fim a essa indústria” para ser analisado pela CPI do Judiciário. Este documento contém denúncias sobre irregularidades praticadas pelo Poder Judiciário em processos de desapropriação. (Jornal do Brasil, 1/10/99)

<sup>147</sup> PALMEIRA (1994) menciona o amplo acesso de representantes dos grandes proprietários de terra a funcionários e processos do INCRA e a forte influência exercida por estes sobre as decisões deste órgão a partir dos anos 70.

com a intermediação dos estados, mantendo-se, em princípio, a prática da desapropriação para terras improdutivas.<sup>148</sup>

Trata-se de uma “Reforma Agrária de mercado”, que põe em segundo plano a questão da função social da terra e não afeta a estrutura de poder econômico e político que impede historicamente a distribuição de terra e renda no país. Em nome da descentralização e de um suposto ganho em eficiência no processo, o Estado tenta se eximir de responsabilidades e caminha no sentido inverso do que seria necessário para que sua atuação na questão agrária fosse realmente eficiente. Enquanto o Estado não tomar para si a função de regulador do mercado de terras e criar instrumentos para isso, a problemática agrária não abandonará os campos deste país.<sup>149</sup>

#### - A ação do Estado na fase de assentamento

O Estado distribui terras mas não investe capital necessário num planejamento a longo prazo. Não são criadas condições institucionais e financeiras suficientes para uma real estruturação dos assentamentos e de seus sistemas produtivos.<sup>150</sup> Verifica-se, com frequência, o relativo abandono dos assentados pelo INCRA e entidades de ação complementar<sup>151</sup> após a entrada destes no lote e a realização de algumas obras de infraestrutura e, em alguns casos, até mesmo antes.<sup>152</sup> O trabalho da assistência técnica, em geral realizado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), tem se limitado à elaboração dos projetos de financiamento do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA) na grande maioria das vezes.

---

<sup>148</sup> O governo alega que tal programa é apenas complementar às ações de desapropriação, que continuariam a ser a ferramenta básica. Também afirma, contraditoriamente, que, além da divisão de responsabilidades com os estados, este sistema possibilitaria a aquisição de terras com custos menores. Um estudo realizado no Ceará sobre a experiência do Projeto Cédula Rural, que corresponde ao projeto-piloto que deu origem ao Programa Banco da Terra, constatou o seguinte: a compra de terras tornou-se a principal forma de aquisição deste recurso para a Reforma Agrária após a implantação do projeto no estado e os valores pagos pela terra por meio deste sistema foram superiores aos valores pagos em caso de desapropriação. (Pereira e de Paula, 1999)

<sup>149</sup> Esta questão nos parece particularmente relevante e seguramente será alvo de reflexões posteriores e estudos complementares.

<sup>150</sup> Sobre uma análise crítica da ação do Estado em áreas de assentamento, ver Bergamasco e Ferrante (1998).

<sup>151</sup> Dentre elas, encontram-se as instituições de crédito rural, extensão rural, saúde, educação e a prefeitura.

<sup>152</sup> Como tem acontecido hoje com “assentados” acampados em terra desapropriada e aguardando a demarcação dos lotes.

Uma vez assentados, a luta continua para estes trabalhadores. Eles agora se contrapõem diretamente ao Estado, que perde a função de mediador de conflitos e passa a ser abordado a partir de sua face de formulador e condutor de políticas públicas. Conquistas importantes têm sido alcançadas, apesar de persistirem muitas dificuldades. São exemplos a reestruturação do PROCERA e a ampliação dos recursos destinados para investimento e financiamento da produção nos assentamentos, além da criação de programas especiais como o Projeto LUMIAR.<sup>153</sup>

O INCRA não foi reestruturado para se adequar aos novos tempos, mantendo uma forma de atuação centralizada, com base em normas e práticas características de sua intervenção em áreas de fronteira para a criação de projetos de colonização. Porém, ao longo dos últimos 15 anos, ele aprendeu a lidar com os movimentos sociais, na medida em que estes se organizaram, aumentando o seu poder de pressão.

Os movimentos sociais foram se familiarizando com o funcionamento da burocracia do INCRA. Hoje, suas principais lideranças se sentem à vontade no trânsito no interior da instituição e no trato com os seus funcionários. Em alguns estados, onde o MST chega a possuir lideranças especializadas em determinados assuntos, há um relacionamento bastante próximo com alguns técnicos. Assim, os sem-terra têm exercido influência sobre as decisões deste órgão em questões relativas aos assentamentos.

Porém, enquanto nos níveis federal e estadual, onde são tomadas as principais decisões com relação a esta política, os sem-terra apresentam uma maior participação, em nível local se observa uma grande distância entre o técnico e os assentados, principalmente após a instalação destes no lote. Nas áreas em que os assentados se encontram melhor organizados, como acontece com maior frequência nos estados do Sul, este problema parece ser amenizado.

O perfil predominante entre os técnicos do INCRA e das outras instituições envolvidas não se ajusta devidamente a um trabalho participativo junto aos assentados. À postura burocrática incorporada pelos técnicos ao longo de anos se soma a adoção de um discurso competente, baseado na racionalidade técnica, que desqualifica o saber dos assentados e estabelece com estes uma relação de cima para baixo. Além disso, o

---

<sup>153</sup> O Projeto LUMIAR foi criado em 1997 para assegurar um serviço de assistência técnica adequado para o público assentado, atendendo a uma reivindicação dos movimentos sociais. Porém, devido a

INCRA não possui pessoal suficiente para atender a um número cada vez maior de assentamentos.

Considerando as dimensões tomadas pela atuação do INCRA, seu impacto orçamentário e sobretudo político, além da quase inexistência de casos de emancipação após mais de uma década de Reforma Agrária,<sup>154</sup> o Governo FHC decide propor mudanças e lança o programa “Novo Mundo Rural” no início de seu segundo mandato em 1999. Este programa visa a descentralização da ação do Estado, o esvaziamento do poder dos movimentos sociais sobre o processo e a aceleração da emancipação dos assentados. A estruturação econômica dos Projetos de Assentamento é assumida no discurso como prioritária, com o objetivo de se evitar que a situação de dependência do INCRA se prolongue por tempo indeterminado.

Com essas parcerias, a agressividade do MST já não será mais dirigida só contra o governo federal. Terá de ser dirigida contra governos estaduais e prefeituras da oposição. (Raul Jungmann, Ministro Extraordinário de Política Fundiária, Folha de São Paulo, 8/03/99)

Reforma Agrária sem terra produzindo significa a criação de uma *clientela* rural do estado que só vai dar dor de cabeça futura. (Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República, Jornal do Brasil, 11/03/99) (grifo nosso)

Segundo o Governo, o conjunto de normas estabelecidas para a Reforma Agrária pelo Estatuto da Terra levaria a uma relação assistencialista e clientelista com o Estado, o que não mais se sustentaria em face das modificações ocorridas na sociedade brasileira e da incapacidade deste manter tal padrão de relacionamento diante da crise fiscal. Assim, propõe-se que os assentados assumam diretamente, por meio de contratos de financiamento, os custos com a implantação da infra-estrutura, para os quais seriam liberados créditos especiais.

Além dos argumentos apresentados acima, parece haver outras questões em jogo nas mudanças propostas. Como as principais ações do Estado no processo de Reforma

---

mudanças na política de Reforma Agrária que serão analisadas a seguir, o programa foi esvaziado no início de 1999.

Agrária têm se dado em resposta às pressões exercidas pelos movimentos sociais, são estes últimos que aparecem como os mediadores privilegiados para os trabalhadores em luta pela terra. Se, por um lado, tem se criado de fato uma relação de dependência entre os assentados e o INCRA, que os trata como uma categoria especial de produtor agrícola, por outro, as demandas destes têm sido encaminhadas na linguagem do direito e não do favor, o que entra em contradição com a lógica da relação clientelista, pois como conceber um sistema de reciprocidade baseado numa relação impessoal?

De acordo com o Estatuto da Terra, cabe ao poder público prover os assentamentos em infra-estrutura completa como estradas, energia elétrica, boas condições de moradia etc. A cobrança de parte desses investimentos, bem como do que foi gasto para a aquisição da terra, está prevista no Estatuto, embora não venha sendo feita. A efetivação da cobrança está vinculada ao processo da titulação das parcelas, o que praticamente não tem ocorrido até o presente.

Além disso, ao que tudo indica,<sup>155</sup> no momento de entrada na terra, não tem sido explicitado para os sem-terra, na grande maioria das vezes, exatamente o que lhes será cobrado em contrapartida, além da obediência a determinadas regras referentes ao uso da terra. A falta de clareza em relação a esta questão reflete dificuldades técnicas e, principalmente, políticas, do próprio Estado, para definir em que bases deve ser feito o cálculo do valor devido e para impor a sua cobrança. O técnico que trabalha diretamente em contato com os assentados, em geral, não dispõe de informações suficientes sobre esta questão.<sup>156</sup>

O desenrolar dos acontecimentos e as proporções tomadas exigem do Estado uma definição quanto ao status que deve ser dado aos assentados e o real significado da Reforma Agrária por ele realizada. Enquanto os movimentos sociais reivindicam um tratamento especial, alegando que esta política não pode se basear em objetivos produtivistas, o governo decide tratar os assentados como empreendedores que devem almejar a competitividade econômica, inserindo-os nas políticas voltadas para a produção camponesa em geral e diluindo a força de suas organizações representativas. Em julho de 1999, foi extinto o PROCERA e os assentados passaram a ser atendidos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Tal

---

<sup>154</sup> Considerando-se o processo de Reforma Agrária iniciado com a criação do I PNRA em 1985.

<sup>155</sup> Segundo constatação feita em diversos assentamentos que se teve oportunidade de visitar em vários estados do país, quando da realização de outras pesquisas.

<sup>156</sup> Mais informações sobre este assunto, ver capítulo seguinte.

medida parece restringir bastante o alcance da Reforma Agrária e de seu objetivo de inserção social, uma vez que altera, em prejuízo dos assentados, as condições de obtenção dos créditos de financiamento e de custeio.

Veja os depoimentos abaixo, quando as mudanças ainda estavam em fase de discussão:

Não aceitamos a aplicação deste conceito neoliberal para a Reforma Agrária. Os assentamentos têm o objetivo, na maior parte do país, de resolver inicialmente o problema da fome. (Jaime Amorim, liderança do MST, O Estado de São Paulo, 11/03/99)

Reforma Agrária não é esmola. É um crédito subsidiado que se dá a uma família produtiva. Não é ato de piedade, de caridade. (Raul Jungmann, Min. de Política Fundiária, Folha de São Paulo, 03/04/98)

Os assentados precisam virar empreendedores para lidar com as noções de lucro e despesas e para assumir a autêntica cidadania de suas vidas. (Ailton Fernandes, Min. Interino da Agricultura, Folha de São Paulo, 03/04/98)

Além da ocorrência da “reforma da Reforma Agrária”, criada para conter o avanço dos movimentos sociais, o ano de 1999 é caracterizado pela pouca atividade do INCRA devido às restrições orçamentárias determinadas pelo Governo em decorrência do ajuste fiscal.

#### - **O Estado e o grupo analisado**

O ambiente político-institucional encontrado no estado de Goiás até os anos 70 caracterizava-se pela importância do poder das oligarquias agrárias, pelas dificuldades de organização dos trabalhadores rurais, pela quase inexistência de espaços de negociação entre estas classes e pelo arbítrio em favor da ordem do latifúndio. O curto período do Governo Mauro Borges, no início dos anos 60, constitui uma exceção: foram tomadas medidas como a criação de projetos de colonização em terras devolutas, o

apoio à organização de cooperativas e à sindicalização com o objetivo de aliviar as tensões existentes em torno da posse da terra e tutelar as lutas no campo. Neste contexto, é criado o Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO) para tratar da política agrária, quando a maioria dos estados não dispunha de um órgão específico para este fim.<sup>157</sup>

Após este período populista, a intervenção dos governos militares levou à intensificação do conflitos no campo. Na região de Goiás Velho, os trabalhadores rurais se organizam com o apoio da Igreja e as ocupações de terra se sucedem nos anos 80. Em abril de 1988, é a vez do grupo estudado. Num primeiro momento, o Governo do estado desempenha o papel de mediador entre os acampados da Retiro Velho e seus proprietários, apresentando um discurso conciliador e procurando acalmar os ânimos.<sup>158</sup> Porém, diante da pressão crescente dos sem-terra, sua estratégia é alterada. É adotado um discurso semelhante ao dos latifundiários, tentando desqualificar o conflito, atribuindo-o à ação de agitadores. Ao que estes trabalhadores responderam com a afirmação de sua coesão e objetivo comum.

(...) voltaram a ocupar a área certamente estimulados por alguém. (declaração do Presidente do IDAGO, Sr. Edmundo Magela – O Popular, 12/10/88)

Também tentaram apresentá-los como radicais como, por exemplo, na ocasião da segunda ocupação da Fazenda Velha. Veja a declaração abaixo, na qual o Secretário de Justiça critica os sem-terra com base num acordo feito com eles no momento do primeiro despejo, desconsiderando o longo período de espera, cerca de 6 meses, que estes passaram acampados na rodovia entre uma ocupação e outra.

Ao contrário do desalojamento dos ocupantes, fizemos um acordo para a desapropriação das terras, cuja decisão não foi cumprida por eles. (declaração do Secretário de Justiça, Sr Eurico Barbosa – O Popular, 12/10/88)

---

<sup>157</sup> A partir daí, o estado de Goiás inicia ações discriminatórias das terras devolutas por meio deste órgão e da Procuradoria Geral do Estado. Em 1971, o IDAGO passa a colaborar com o INCRA, uma vez que as principais áreas conflituosas do estado localizavam-se na Amazônia Legal e foram transferidas para a jurisdição federal. (Duarte, 1998: 63 e 204)

<sup>158</sup> Como se pôde constatar em registros da imprensa do período, conforme consta nos arquivos da CPT Regional de Goiás.

Em relação ao poder local, pode-se dizer que as prefeituras de Goiás e Itapirapuã não apoiaram o grupo na fase de acampamento e atuaram no sentido de conter a força do movimento. Hoje a situação é diferente, observa-se certa aproximação entre a Prefeitura de Goiás e os assentados em geral, bastante numerosos no município. Estes chegam a participar da atual gestão por meio de lideranças nomeadas para trabalhar na Secretaria do Planejamento.

No que diz respeito à Prefeitura de Itapirapuã, a distância permanece, apesar de ter se criado uma maior familiaridade entre as partes. Este e outros aspectos referentes à ação do Estado em relação aos assentados de Retiro e Velho serão abordados de forma mais detalhada ao longo do texto à medida que forem analisados importantes momentos da trajetória destes trabalhadores.

No entanto, faz-se necessário ressaltar ainda que esta luta se inicia num período em que a política de Reforma Agrária não fazia parte da agenda política do Governo Federal e se apresentava pouco estruturada, dispondo de instrumentos e recursos muito limitados. Várias mudanças ocorreram desde então, como se pôde ver na breve exposição sobre a história recente da atuação do Estado no campo de lutas em torno da questão da terra - a lei agrária, por exemplo, só é regulamentada em 1993. O processo de organização e estruturação dos assentamentos estudados espelha, de certo modo, esta evolução histórica.

Muitas destas mudanças são conquistas obtidas pelos trabalhadores sem-terra por meio da pressão exercida por seus movimentos sociais. Devido a isto, observa-se o surgimento de um sentimento de potência entre as lideranças dos assentados, alimentado pela convicção de que tudo se resolve por meio da luta política. Uma outra face deste “despertar” para a cidadania é, contraditoriamente, a tendência à manutenção e fortalecimento de uma relação de dependência das famílias assentadas frente ao INCRA. As dificuldades do Estado para o estabelecimento e cobrança dos deveres dos assentados aliam-se à cultura política clientelista enraizada na sociedade brasileira, instaurando um ciclo vicioso protecionista cuja origem se deve sobretudo às indefinições da política de Reforma Agrária e à ausência de medidas que assegurem reais condições para a estruturação e emancipação dos assentamentos.

**IIª PARTE: O CASO DOS ASSENTADOS NAS FAZENDAS RETIRO E  
RETIRO VELHO**

## **2º Capítulo: DE SEM-TERRA A “POSSEIRO”: ENTRE PROJETOS E IDEOLOGIAS, A REALIZAÇÃO DA PASSAGEM.**

Para melhor compreender as formas de organização social e espacial apresentadas pelo grupo estudado, objeto dos capítulos que se seguem, é preciso considerar o caráter que adquire o processo de luta analisado, bem como as diferentes identidades apresentadas por estes trabalhadores em suas diversas fases. Os principais fatores construtores deste processo são a herança cultural dos sem-terra, o projeto de vida que os move e a concepção de Reforma Agrária defendida pelo INCRA, além da influência exercida pelas entidades mediadoras e suas respectivas ideologias e do próprio contexto histórico e sócio-político da luta, anteriormente abordados.

O envolvimento do grupo de “Retiro e Velho” com o movimento social de luta pela terra na região se dá por intermédio da ação da Igreja. Isto ocorre quando a ocupação e o acampamento já haviam se tornado as principais estratégias adotadas pelos sem-terra em nível regional e mesmo nacional e o conjunto destas práticas havia adquirido uma forma ritual. Ou seja, quando a luta pela terra passa a ser vista como uma sucessão de ações que, de certo modo, se repete a cada novo conflito.

A ocupação é um ato de desrespeito à lei da propriedade privada e uma afronta à estrutura de poder que sobre ela se apóia. Porém, ocupar não representa neste contexto simplesmente uma transgressão, o objetivo principal desta ação é criar um fato político para, a partir dele, inaugurar um processo de negociação com o Estado. Para além do confronto direto com a polícia e os jagunços, há uma outra face do conflito, mais importante: a luta política. É no plano desta última que é assegurada a conquista da terra e os sem-terra têm consciência disto, como bem demonstra a expressão: “ocupamos novamente para ver se dava uma negociada”. Como lembra Fernandes, a ocupação é quando o movimento traz a público a sua situação. (1996:238)

Quando finalmente são assentados, eles se submetem a um novo ritual. Trata-se do ritual técnico-burocrático estabelecido pelo INCRA, que concebe o “Projeto de Assentamento” como o resultado de uma ação planejada, desenvolvida em três etapas: implantação, consolidação e emancipação.

De um lado, o INCRA visa a inserção das famílias assentadas no sistema econômico em vigor a partir de uma intervenção concebida segundo os parâmetros da racionalidade técnica e os valores da ideologia moderna. De outro, os sem-terra visam tornar-se donos de sua própria terra para realizar um projeto de vida pautado pela ética camponesa. Tais projetos, sustentados por visões de mundo divergentes, remetem a diferentes significados da terra, o que se relaciona com conflitos e ambiguidades existentes no seio do processo de Reforma Agrária. O que não impede a ocorrência de casos de identidade de interesses e complementaridade entre estes dois atores.

## **2.1. A origem das famílias e o projeto camponês dos assentados em Retiro e Retiro Velho**

A maioria dos sem-terra que formou o grupo da Retiro e Retiro Velho é proveniente dos municípios de Goiás, Itapirapuã e Itapuranga na região de Goiás Velho e “trabalhava em fazenda” tocando lavoura ou como vaqueiro na época em que se engajou na luta. Alguns eram comerciantes, carpinteiros ou pedreiros, segundo eles, por se tratarem de atividades mais rentáveis, apesar de preferirem o trabalho na terra.

Embora todos tivessem laços fortes com o campo, sejam de parentesco ou de trabalho, a maioria morava na cidade. A residência urbana, para eles, está relacionada a uma experiência de grande instabilidade profissional e à sujeição ao assalariamento. Contudo, sua proletarianização não ocorre de uma maneira definitiva e a alternância entre a condição de diarista ou empreiteiro e a de meeiro ou rendeiro é frequente. Um assentado retratou bem esta situação ao relatar que: “morava na cidade e trabalhava de arrendo, à meia, de empreito, tudo”. Neste contexto, a atividade de vaqueiro é bastante valorizada, por oferecer em geral maior estabilidade e um salário mensal.

Em que pese a relativa heterogeneidade social do grupo, seus membros apresentam trajetórias de vida bastante semelhantes, predominando entre eles a origem camponesa. São descendentes de famílias com tradições rurais, muitas delas originárias de Minas Gerais ou da Bahia, que migraram à procura de uma vida melhor. Boa parte deles transitou entre diferentes categorias sociais e diferentes lugares, sempre em condição subalterna e enfrentando situações de vida e de trabalho muito difíceis. Assim, a instabilidade constitui uma experiência constante na história destas pessoas.

Um dos assentados, Sr. Abelardo, é natural de Rui Barbosa na Bahia. Ele sempre lidou com a terra e seus filhos cedo aprenderam a trabalhar na lavoura. Na época da ocupação, ele trabalhava como carpinteiro e pedreiro “montando fazendas” e seus filhos como diaristas em propriedades da região. Seu pai teve terra de lavoura em Rui Barbosa, onde plantava milho, mandioca e feijão. Quando a terra ficou “fraca”, ele vendeu e saiu de lá, levando a família para Minas Gerais e depois Goiás. Neste último estado, seu pai trabalhou como rendeiro e conseguiu adquirir uma pequena parcela, que vendeu no momento de sua aposentadoria.

Outro exemplo é o caso do Sr. Ênio. Ele começou a trabalhar na lavoura aos 8 anos para ajudar em casa. Seus pais nasceram em Minas Gerais, onde foram diaristas na

cultura do café, “eram escravos”. Mudaram-se para Nova Veneza em Goiás para trabalhar em sistema de meia nos plantios de arroz, milho e café, com direito ao cultivo de feijão para consumo próprio. Na época da ocupação, aos 39 anos, o Sr. Ênio morava em Itapirapuã e era diarista, “fazendeiro-braçal”, nas terras do vizinho.

O Sr. Olavo, trabalhou como vaqueiro em Itapuranga durante longo período. Relatou que, quando ele estava demorando num lugar, o fazendeiro acertava as suas contas com medo de ele “dar parte”, referindo-se aos direitos sociais dos trabalhadores rurais: “Muitos não gosta de assinar carteira porque tem muito direito, o povo pode pedir os direitos”. O pai dele deixou de herança uma pequena propriedade, mas como eram muitos filhos e houve disputa entre os irmãos, ele preferiu abrir mão de sua parte. Antes da ocupação trabalhava de empreitada e possuía um alqueire de terra em Goiás.

Quando eles se organizaram, já havia o exemplo de outros trabalhadores rurais da região que tinham sido vitoriosos em conflitos pela posse da terra, seja contra grileiros ou supostos proprietários, seja relacionados a processos de ocupação de terra. A luta pela terra aparece para eles como uma alternativa concreta para dar um fim à sua trajetória errante.

A gente via os pais da gente, pra ser franco; meu pai mesmo, era difícil a época que ele tivesse duas camisas pra vestir. E trabalhando para os outros de carreiro, e tocando roça, e tirando leite. Nunca fez nada. Andava descalço. E a gente, lá ia no mesmo caminho - nós partimos pra essa luta muito tarde. Antes tivéssemos ido há mais tempo. Porque a gente está velho, e ainda não tem nada por esse motivo, ficou naquela tradição. Dançamos que só azeitona na boca de banguela. (assentado, 1997)

Eles entram na luta com o objetivo de assegurar a passagem do status de trabalhador sem terra para o de dono de sua própria terra e recriar o modo de vida camponês, que surge como o meio de assegurar uma vida digna para toda a família.

Então, nós trabalhando de bóia-fria; eu, por exemplo, fui diarista uns anos lá em Itapuranga. Nós ia consultando e vendo aquele sofrimento nosso na cidade. Tava passando fome. Emprego na cidade já não tinha, já não existia, tava a mesma coisa de hoje. O que que um homem analfabeto, uma família fraca, faz na cidade num tempo de hoje, e daquela época? Era aquela pobreza. Aí não, nós temos que partir para alguma coisa para nós poder ter vida, porque desse jeito não é viver. Na cidade o desemprego é uma coisa estrondosa. Porque não temos emprego mais. (...) Mas quem realmente

conduz esse país nosso nos ombros, nas costas, nem direito de comer carne duas, três, quatro vezes por semana, não tá tendo. A gente passava por isso tudo, e por aí nós tiramos a coisa... “Não! Vamos para um lugar que a gente possa criar umas vaquinhas, umas galinhas, uma coisa qualquer, para ajudar no nosso trabalho.” (assentado, 1997)

À medida que a lógica capitalista se expandiu na região, afetando a forma de organização da produção e modificando o contrato social em vigor, o espaço camponês foi diminuindo até chegar ao extremo da expulsão destes trabalhadores para a cidade. As dificuldades por eles enfrentadas em decorrência dessas mudanças tornam as categorias que organizam a ética camponesa mais conscientes e a campesinidade se apresenta como um projeto de vida que se opõe à situação em que eles se encontram.

A família na vida da terra é melhor que o filho cair na vida da rua, no mercado. Na rua os pais são mais atarefados e os meninos ficam deixados soltos, não têm um comando especial junto.(...) Não tamos lutando por três alqueires, tamos lutando pela sobrevivência interna das famílias. Estou caçando uma colocação pra os filhos não saírem do ritmo da terra. Quando você constrói uma família não pode soltar para a rua. (fala de outro assentado)

O retorno à terra representa a possibilidade de realização do ideal de autonomia, que é um valor central para estes trabalhadores. Devido ao estágio atingido pelo processo de privatização das terras e expansão da produção capitalista, a realização deste sonho está, em geral, condicionada à aquisição do título de propriedade. A luta pelo acesso à terra via Reforma Agrária, na verdade, significa para eles a luta pela realização de um projeto de vida camponês no seio da sociedade moderna.<sup>159</sup>

Contudo, contraditoriamente, a mesma experiência de vida que os empurra para a luta parece limitar suas expectativas quanto ao futuro. Um agente de pastoral que atua na região, citando Dom Pedro Casaldáliga, afirmou que o campesinato goiano: “é como tartaruga, é um pessoal que caminha devagarzinho, inteligentemente, e, para tirar a cabeça fora do casco, é difícil, só tira, dá uma olhada e volta.”

Para ilustrar a sua argumentação, ele relatou um caso ocorrido durante um seminário sobre cooperativismo promovido pela Prefeitura de Goiás em 1997. Nesta

---

<sup>159</sup> Ao longo desta tese, pretende-se tornar claro quais os principais elementos constitutivos deste projeto e como ele se realiza de forma concreta no caso da realidade estudada.

ocasião, quando um dos conferencistas perguntou à assistência formada por assentados quanto eles gostariam de ter para sobreviver, a grande maioria respondeu que o salário mínimo seria suficiente. Apenas um assentado, originário da periferia de Goiânia, respondeu diferentemente e disse que gostaria de ter uma renda em torno de 10 salários mínimos. Tal declaração foi recebida pela platéia com risadas e comentários de reprovação.

Ao que parece, há grandes receios entre eles em relação à possibilidade de uma inserção no mercado vantajosa, o que justificaria a repressão de visões mais otimistas. A ridicularização do “sonhador” nesta situação funciona como um mecanismo de controle social bastante perverso, por contribuir para a manutenção de uma condição de vida tão modesta.

## 2.2. A Política de Reforma Agrária do INCRA

A Política de Reforma Agrária do INCRA tem como objetivo declarado estabelecer uma melhor distribuição de terras por meio da modificação do regime de posse e uso, para promover a incorporação de famílias de agricultores sem terra ao sistema econômico-social, em condições de produtividade e bem-estar satisfatórias, mediante a exploração racional de unidades agrícolas. (cf. MIRAD/INCRA, 1987) É uma política que visa a inserção dos sem-terra na economia capitalista, a partir de uma distribuição de terras feita, predominantemente, sob a forma de propriedade familiar.

Os principais instrumentos legais em que se baseia a política de Reforma Agrária, sobretudo no que diz respeito à relação entre o INCRA e o assentado, são o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504 de novembro de 1964) e o decreto relativo à “Colonização e outras formas de acesso à propriedade” (Decreto nº 59.428 de outubro de 1966), apesar de algumas mudanças recentes efetuadas na legislação.

O Programa de Reforma Agrária é composto por um conjunto de ações que vão desde a obtenção dos recursos materiais, financeiros e humanos necessários ao processo, até a execução de Projetos de Assentamento (P. A.). Segundo cartilha elaborada pelo INCRA para orientar as ações de seus técnicos no processo de assentamento, são recursos necessários à constituição e execução de um P. A.: a terra, os beneficiários e as instituições de ação complementar. Estas últimas podem ter natureza pública ou privada e serem de nível federal, estadual ou municipal - dentre elas, encontram-se as instituições de crédito rural, extensão rural, saúde, educação e a prefeitura. (cf. MIRAD/INCRA, *op. cit.*)

A obtenção de terra para a Reforma Agrária pode se dar por meio de doação, compra e venda, arrecadação de bens vagos, herança ou legado e desapropriação por interesse social. Esta última forma de obtenção tem sido a mais utilizada. O processo de desapropriação supõe a prevalência do preceito constitucional da função social da terra, em detrimento da propriedade privada. No entanto, na prática, o poder da clientela do Estado proprietária de terras tem se imposto, desvirtuando o processo e cobrando do um alto preço para abrir mão do domínio.<sup>160</sup>

O termo recurso, utilizado neste contexto, tem por efeito esvaziar o conteúdo social daquilo a que se refere, equiparando todos os elementos envolvidos no processo,

que passam a ser tratados como coisas. A terra aparece como um segmento do espaço abstrato<sup>161</sup> a ser manipulado e transformado pela intervenção do Estado e que apresenta as funções de mercadoria e meio de produção. Ela é pensada como uma coisa em si mesma, separada das pessoas, e avaliada a partir de suas qualidades supostamente intrínsecas. Eventos e espaço aparecem como apenas contingencialmente relacionados, em conformidade com uma visão atomística da realidade.<sup>162</sup>

O capitalismo e o neo-capitalismo produziram o espaço abstrato que contém o “mundo da mercadoria”, sua “lógica” e suas estratégias à escala mundial, ao mesmo tempo em que o poder do dinheiro e aquele do Estado político. (Lefébvre, 1974:65)

Sob o domínio da sociedade moderna capitalista, o espaço é racionalizado, servindo de base à reprodução desta ordem social, seja por sua organização em configurações de produção eficientes, seja por meio de sua programação e controle para a imposição de certas práticas sociais. O assentamento é uma área sob intervenção temporária do Governo Federal, encravada no espaço municipal. O INCRA mantém a área do assentamento sob o seu controle, submetendo-a a normas especiais, tanto no que se refere ao seu uso, quanto à sua forma de apropriação, como se verá a seguir.

#### - **O Projeto de Assentamento como espaço de ressocialização**

O P.A. é concebido como o resultado de um conjunto de ações técnicas coordenadas, voltadas para a construção do espaço do assentamento, a partir da atribuição/incorporação de um conteúdo novo ao espaço abstrato. A construção do assentamento implica a construção do assentado e é aí que entra a ação das agências de enquadramento, que devem transformá-los em agricultores integrados ao mercado e

---

<sup>160</sup> Conforme analisado no capítulo anterior.

<sup>161</sup> Sobre o conceito de espaço abstrato enquanto categoria da sociedade moderna capitalista, ver na introdução o item que trata sobre a espacialização dos processos sociais.

<sup>162</sup> A cultura capitalista, segundo Taussig (1980), é a forma cultural que caracteriza a sociedade baseada na mercadoria e cujo modo de apreensão e avaliação do mundo, das pessoas e das coisas é orientado pelo valor-de-troca. Nela as relações sociais entre as pessoas aparecem como relações sociais entre coisas e o interesse pessoal e a mercadoria, não as pessoas, dominam a existência social. O homem é individualizado, como são todas as coisas, e totalidades orgânicas são fragmentadas em seus supostos materiais constituintes. Ela apresenta uma visão atomística e mecânica da realidade, que se contrapõe à visão relacional característica das sociedades tradicionais. Entende-se que tal visão de mundo corresponde ao que Dumont (1992) define como “ideologia moderna”.

organizados em associações e cooperativas. É na perspectiva da ressocialização sustentada pelo acesso à terra sob condições especiais que o P.A. é proposto.

O beneficiário da Reforma Agrária é concebido como um indivíduo genérico a ser enquadrado e cuja identificação com a comunidade de assentados e participação na construção de uma coletividade organizada nos moldes do plano devem ser estimuladas. Ele é tomado como culturalmente desqualificado e sua ressocialização é proposta segundo os parâmetros da sociedade de mercado referentes à produção e à organização social e política. Para o INCRA, o assentado é visto como o “modelado”, “aquele que em princípio deve receber as marcas que lhe são atribuídas” (Neves, 1997:75) e o espaço do assentamento é o *locus* privilegiado deste processo.

Em áreas de colonização mais recente ou em áreas de projetos especiais como os de irrigação, foi dada preferência, em geral, aos candidatos a beneficiários que apresentassem maior qualificação para a atividade agrícola e perfil mais adequado para o desenvolvimento de uma mentalidade empresarial. Os que não se enquadravam às exigências eram excluídos.<sup>163</sup> No caso da Reforma Agrária, porém, o nível de qualificação inicial não possui o mesmo peso.

O objetivo de inserção social defendido por essa política pressupõe uma situação de exclusão e, portanto, não é coerente com a adoção de critérios muito rigorosos para a seleção do candidato a parceleiro. A seleção dos beneficiários segue critérios como idade, experiência de trabalho anterior, tamanho e composição da unidade familiar, dentre outros, definidos basicamente a partir dos Arts. 64 e 65 do Decreto nº 59.428-66.<sup>164</sup>

O processo de ocupação planejada coordenado pelo INCRA na área do assentamento é desenvolvido em três etapas: *implantação, consolidação e emancipação*. Estas são precedidas pela fase de pré-assentamento, que corresponde ao período que se estende do momento em que este órgão se imite na posse da área e instala provisoriamente os beneficiários, até a realização da demarcação e distribuição dos lotes. Durante esta fase, devem ser realizados estudos sobre as potencialidades da terra, o número de lotes que a área comporta segundo critérios técnicos, que geralmente tomam o módulo rural como referência, e questões relacionadas à implantação da infraestrutura necessária.

---

<sup>163</sup> Santos (1993:62) fala da preferência dada aos agricultores vindos do Sul, em detrimento dos de outras regiões, para a colonização da Amazônia a partir da segunda metade dos anos 70.

<sup>164</sup> Sobre cadastro e seleção dos beneficiários da Reforma Agrária, ver INCRA (1998).

Em seguida, *na etapa de implantação*, é prevista a realização de obras de engenharia como a construção de estradas, armazéns, núcleo comunitário etc. Também são previstos os trabalhos de preparação da terra para a exploração agrícola e qualificação do agricultor para administrar o lote, além de discussões sobre alternativas de produção para a definição do Projeto de Desenvolvimento do Assentamento. Conforme documento do MIRAD/INCRA (op. cit.), esta é a fase de “habilitação dos recursos”.

A *etapa de consolidação* corresponde ao período de implantação do projeto técnico responsável pela estruturação do sistema produtivo do assentamento. A *emancipação* ocorreria quando os assentados apresentassem condições de assumirem sozinhos a gestão dos bens comunitários e dos interesses gerais do grupo. O tempo estipulado para todo este processo, desde os estudos iniciais até a emancipação do P.A., seria de cinco anos, sendo que a fase de consolidação abrangeria cerca de três anos e meio. (cf. MIRAD/INCRA, op. cit.) Atualmente o INCRA tem tomado medidas visando a redução do tempo de assentamento previsto.

Considerando a necessidade de uma maior participação dos beneficiários no processo e a escassez de recursos decorrente das dificuldades por que passa o país, a cartilha supracitada sugere a adoção dos princípios de *racionalidade, objetividade e participação* como metodologia para a condução dos projetos. O primeiro princípio se refere ao uso dos recursos de maneira parcimoniosa para a obtenção do máximo de proveito. O segundo fala da necessidade de se orientar as ações a partir das indicações da realidade. O terceiro visa promover o envolvimento dos parceiros nas decisões e na execução de atividades no assentamento para o “desenvolvimento de sua capacidade de organização e participação”. O INCRA reconhece que certas dificuldades vividas nos Projetos de Colonização seriam melhor enfrentadas caso os colonos tivessem algum tipo de organização.

No entanto, na prática, não são criadas condições institucionais e financeiras suficientes para uma real estruturação dos assentamentos e de seus sistemas produtivos. Não há de fato uma política consequente para os assentamentos. O Estado distribui terras mas não investe capital necessário num planejamento a longo prazo, pondo em risco os objetivos de produção e produtividade por ele próprio estabelecidos.<sup>165</sup>

---

<sup>165</sup> Sobre uma análise crítica da ação do Estado em áreas de assentamento, ver Bergamasco e Ferrante (1998).

De uma maneira geral, o modelo tecnológico proposto corresponde ao padrão difundido pelo processo de modernização da agricultura iniciado no final dos anos 60 – tecnificação e mecanização da produção. Porém, o atual estágio de sucateamento de órgãos de apoio técnico e seu trabalho deficiente, em geral voltado apenas para a elaboração dos projetos de financiamento, não têm favorecido a difusão deste modelo. Nos Projetos de Desenvolvimento costumam ser propostas as linhas de produção tradicionais da região, sem se avaliar sua viabilidade econômica.

A concretização da Política de Assentamentos tem se dado a partir de uma série de ajustes que se contrapõem à visão fetichizada da técnica que caracteriza a sua concepção idealizada. Além das dificuldades encontradas no seio do próprio Estado, a implementação desta política depende de sua interação com os demais atores envolvidos no processo. O caso dos assentamentos Retiro e Velho será analisado no quarto capítulo desta tese.

#### **- O status especial atribuído à terra pelo Programa de Reforma Agrária**

Quando o Estado toma a terra sob o seu controle para a realização da Reforma Agrária, ele visa retirá-la temporariamente da influência do mercado e do domínio do sistema de poder que nela se sustenta, conferindo-lhe um status especial, condição em que é vendida aos beneficiários. Segundo o Artigo 189 da Constituição: “Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela Reforma Agrária receberão títulos de domínio ou concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos”.

O início deste processo ocorre geralmente com a desapropriação e segue os seguintes passos. Após a vistoria do INCRA e classificação da terra como improdutiva, o proprietário é notificado e o processo, encaminhado para a Presidência da República, que expedirá o decreto de desapropriação. Depois disso, ele volta ao INCRA e é dada a sua entrada na Justiça.

O INCRA é imitado na posse logo em seguida, embora o domínio permaneça com o proprietário e só seja transferido para este órgão ao final do processo judicial, o que pode levar anos, quando fica decidido o valor a ser pago pela terra.<sup>166</sup> Com a posse da terra, ele leva os acampados para dentro da área e realiza uma avaliação quanto à viabilidade técnica da propriedade, com base na qual propõe o tamanho das parcelas.

---

<sup>166</sup> A imissão de posse é uma decisão interlocutória, que se dá com o processo em andamento.

O cadastro para classificação e seleção dos beneficiários da Reforma Agrária realizado pelo INCRA acontece, em geral, paralelamente aos encaminhamentos referentes ao processo de obtenção da terra, quando os sem-terra estão acampados. Uma vez definido o número de lotes do P. A., é divulgada a lista dos candidatos selecionados numa “assembléia de legitimação”. Se houver famílias excedentes, o INCRA deve buscar a validação de sua classificação junto ao grupo nesta reunião. No caso do grupo estudado, como se verá no terceiro capítulo, o INCRA foi levado a redimensionar o tamanho dos lotes para atender aos interesses da comunidade.

A lista de beneficiários é então homologada e o Contrato de Assentamento entre eles e o INCRA é firmado, ocasião em que os técnicos procuram esclarecer os beneficiários em reunião sobre seus direitos e deveres no assentamento. Assim, a posse é transferida para o assentado por meio de um “contrato de promessa de compra e venda” com cláusulas especiais que definem os compromissos e obrigações entre as partes, bem como as condições de rescisão do contrato. (ver modelo de contrato em anexo)

De um lado, o INCRA se compromete a: medir e demarcar a parcela; implantar a infra-estrutura necessária, o que incluía a instalação de poços e construção de galpões para a armazenagem da produção, dentre outras obras previstas no Projeto de Assentamento, e hoje se limita à construção do sistema viário; conceder os créditos de implantação (crédito de fomento, alimentação e habitação) e realizar a titulação da terra em nome do assentado, se ele cumprir com as condições do contrato.

É dever do assentado: residir com a família na parcela, explorando-a direta e pessoalmente; atender à orientação do INCRA com vista à sua plena capacitação profissional; ressarcir a este órgão as despesas com a demarcação dos lotes, com parte da infra-estrutura, pagar os créditos de implantação e o valor da terra nua. Poderá haver rescisão de contrato por parte do INCRA nos casos em que o assentado não cumpra suas obrigações ou aliene, hipoteque, arrende ou efetue qualquer tipo de transferência de titularidade sem o seu prévio conhecimento.

São ainda motivo de rescisão: o beneficiário não demonstrar capacidade profissional durante um período de dois anos após o recebimento da parcela; deixar de cultivar direta e pessoalmente a parcela por três meses, salvo motivo de força maior; desmatar indiscriminadamente, sem imediato aproveitamento agrícola do solo ou deixar de obedecer a disposições do Código Florestal; tornar-se elemento de perturbação para o desenvolvimento dos trabalhos no P. A..

Sob o Contrato de Assentamento, o assentado tem acesso ao crédito de investimento por meio de um “carta de anuência” concedida pelo INCRA, que o autoriza a contrair empréstimo junto ao banco. No caso do crédito de custeio, como o valor financiado é mais baixo e parte dos recursos utilizados são do próprio INCRA, a garantia tomada pelo banco é o aval de outro assentado. A prática do “aval cruzado”, como chamam os técnicos do INCRA, teria, segundo eles, importante efeito moral, coibindo os casos de inadimplência.

A relação dos assentados com a terra permanece regulada pelo contrato acima referido até que as condições de produção e organização dos lotes sejam avaliadas como satisfatórias. Nesta ocasião, os assentados devem receber um título de propriedade com cláusula resolutiva, que mantém como inegociável a terra por um determinado tempo e vincula a suspensão desta condicionalidade ao pagamento de seu débito junto ao INCRA. Mas, mesmo que o assentado antecipe o pagamento de suas dívidas com este órgão, ele só poderá negociar a terra depois de decorridos dez anos de sua entrada no lote. A titulação das parcelas abre caminho para que se efetue a emancipação do assentamento.

O afastamento temporário da terra em relação ao mercado e sua venda em condições especiais para os assentados se dá geralmente de forma problemática. Primeiro porque, como já foi dito no item referente à ação do Estado no capítulo anterior, a maioria dos assentados não sabe o que terá de pagar para o INCRA quando assina o Contrato de Assentamento.

Comumente eles não são bem esclarecidos pelos técnicos a este respeito, até porque, pelo que se pôde constatar por meio desta pesquisa, estes últimos não dispõem de informação suficiente sobre o assunto.<sup>167</sup> Apesar de muitos poderem listar os itens sobre os quais deve recair a cobrança do INCRA, alguns nem isso, a maioria dos técnicos que atua em campo desconhece como será feito o cálculo dos valores, por exemplo, o que pode ser cobrado em relação à infra-estrutura, em que base será calculado o valor da terra nua etc. Este problema também teria ocorrido na área estudada, conforme os assentados.

Estão cobrando tudo, estrada, eletricidade...coisas que eles fazem com os impostos. Não temos produção para pagar isso tudo. (...) Se soubesse que Reforma Agrária fosse o que

---

<sup>167</sup> Problema semelhante também foi identificado em assentamentos situados no MA, MG, PR, SC e RS, quando da realização de trabalhos de pesquisa nestes estados nos anos de 1997, 1998 e 1999.

é, não convidava ninguém para ocupar terra, não tinha entrado na luta. (assentado, 1997)

Segundo porque, durante a fase de preparação para a luta, o discurso predominante entre as lideranças e os mediadores se refere à conquista da terra e não se ouve falar em compra de terra, gerando muitos mal-entendidos em relação a esta questão.

Em junho de 1997, foram entregues alguns títulos no P. A. Retiro Velho e em outros da região. Na visita a campo feita na época, ouviu-se muitas queixas dos assentados. Um deles contou que seu cunhado havia vendido o lote recentemente na área porque não teria condições de sustentar a família e pagar o lote ao mesmo tempo e disse que iria fazer tudo para não ter de sair também. Para ele: “tem que reunir para descobrir um jeito de ter mais renda para poder ficar na terra.”

Seguem outros depoimentos, obtidos, na maior parte, durante uma reunião coletiva realizada em abril de 1998, na qual o assunto surgiu espontaneamente, alterando os humores dos presentes.

Pode vir mil título, eu não saio. Só se vier um “federal” para me tirar e me jogar lá na cidade... (assentado, 1998)

Agora devemos conquistar a terra definitiva e, para esta segunda etapa, todos devem se unir. (assentada, 1998)

Outros, mais desiludidos, falavam de outra maneira.

Eu tô preocupado sobre o título da terra, eu não tinha cálculo de vender a terra, mas se eles vão cobrar caro, eu vou vender o direito. (assentado, 1998)

Se todo mundo for pensar no título, ninguém fica mesmo. (assentada, 1998)

As lideranças do grupo se uniram a representantes de outros assentamentos e estavam encaminhando em conjunto uma negociação com o INCRA. Afirmaram que, da mesma forma como entraram na terra por meio da luta, também estavam lutando

contra a cobrança do título nos termos propostos pelo INCRA e reivindicando um menor preço e melhores condições de pagamento.

Há ainda uma terceira questão que deve ser considerada em relação a este afastamento problemático da terra em relação ao mercado. Apesar de os assentados não receberem de imediato o título de propriedade definitivo e estarem legalmente impedidos de negociar a terra pelo prazo de dez anos, comercializa-se, com certa frequência, o direito ao lote no assentamento à revelia do INCRA, dando origem a um “mercado paralelo”. Curiosamente, este mercado conta com o aval do INCRA, na medida em que o órgão reconhece os direitos do novo parceleiro. Segundo um técnico de alto escalão da Diretoria de Assentamento do INCRA em Brasília, uma vez que o comprador apresente os pré-requisitos necessários para se tornar um beneficiário, é melhor regularizar a situação do que retirá-lo da terra para colocar um outro qualquer.

O INCRA não logra manter de fato a terra fora do mercado e surge dito “mercado paralelo”. O espaço não é tão abstrato quanto concebe este órgão em sua intervenção planejada. Surpreendentemente, neste caso, é a própria lógica de mercado que se rebela contra o espaço racionalizado por meio da ação de certos sujeitos que rompem com a comunidade do assentamento e optam por uma trajetória individual. A transferência de lotes realizada nestes termos representa, ao mesmo tempo, a negação do controle territorial estabelecido pelo Estado por meio de seu Programa de Reforma Agrária e a negação do território de reciprocidade camponês, nos casos em que ele se encontra em formação, na medida em que leva a uma certa rotatividade de famílias no seio da comunidade.<sup>168</sup>

A política de Reforma Agrária implementada pelo Governo funciona apenas como uma intervenção temporária, e restrita a determinadas áreas, nas vias “normais” de acesso à terra. Apesar de serem inegáveis os seus efeitos positivos, estes são muito limitados, sobretudo considerando-se a abrangência e intensidade do problema agrário vivido no país. Caso houvesse um real interesse em promover o desenvolvimento rural com base numa melhor distribuição fundiária e no fortalecimento da produção camponesa, o Estado deveria assumir o papel de regulador do mercado de terras, estabelecendo um conjunto de regras favoráveis à manutenção e reprodução da propriedade familiar ao longo do tempo.

### 2.3. O movimento de luta pela terra enquanto processo ritual e o surgimento de novas identidades

O processo de luta é vivido pelos camponeses estudados como um período transitório de ruptura em relação às condições normais de vida social que seria necessário para conduzi-los a uma posterior reintegração social em bases mais favoráveis. É neste contexto que ganha força o discurso político-religioso por eles adotado e a conseqüente sacralização da luta pela terra.<sup>169</sup> Mobilizados pela Teologia da Terra, eles consideram a união e a fraternidade como meios fundamentais para alcançarem “um mundo mais justo”.

Por isso, entende-se que este movimento social apresenta semelhanças em relação a “rituais de passagem” encontrados entre sociedades tribais e pode ser analisado com base na teoria de Victor Turner (1974) sobre o processo ritual. Segundo o autor, o *processo ritual* apresenta três fases: *separação*, *transição* ou *liminar* e *incorporação* ou *reagregação*.<sup>170</sup> A primeira fase é marcada por um comportamento simbólico que representa o afastamento do indivíduo ou de um grupo, quer de uma posição anterior na estrutura social, quer de um conjunto de condições culturais, ou ainda de ambos. Ela corresponde ao momento de inserção do “neófito” ou “iniciante” em um tempo e espaço especiais, que rompe com o rotineiro. O período intermediário ou “liminar” distingue-se pela ambigüidade, vive-se num estado que tem poucos atributos da condição passada ou, daquela que se pretende alcançar. Por fim, na terceira fase consuma-se a passagem e o sujeito assume sua nova posição, relativamente estável e claramente definida na totalidade social. (op cit: 116-117 e 1982:24-25)

A liminaridade é considerada como um tempo e um lugar de distanciamento dos modos normais de ação social, sendo potencialmente um período de exame e questionamento dos valores e axiomas centrais da cultura em que ocorre. Ela é um

---

<sup>168</sup> Sobre a questão de transferência de lote, ver ainda o item sobre “A comunidade e o assentamento como território” no quarto capítulo.

<sup>169</sup> Poletto, citando Martins, atribui o processo de sacralização da luta pela terra à relação entre a fé popular, a ação das pastorais da terra e a iniciativa política dos camponeses. (1997:43)

estado do social com grande capacidade de inovação, pois representa a possibilidade de livre recombinação dos fatores culturais nos mais variados padrões.

Turner (1982:45) chama a atenção para o fato de que movimentos da sociedade moderna como insurreições e revoluções podem se constituir em fases liminares totalizantes, em relação às quais a liminaridade dos ritos de passagem tribais são meramente indicações ou premonições. Nestes processos modernos, as sementes da transformação cultural, o descontentamento com a maneira que as coisas são culturalmente e o criticismo social, sempre implícito na liminaridade pré-industrial, tornam-se centrais. Não se trata mais de um problema de interface entre “estruturas fixadas”, mas da questão do desenvolvimento social de uma maneira geral.

Na fase liminar, muitas vezes, desenvolve-se entre os sujeitos a “*communitas*” ou “comunidade utópica”, um tipo de relacionamento baseado em liberdade, igualdade e fraternidade. A *communitas* é um relacionamento não estruturado ou pouco estruturado e de natureza imediata, direta e espontânea, cuja emancipação temporária das normas decorre de escolha consciente de seus participantes.<sup>171</sup> Porém, ela não representa a remoção das normas estruturais da consciência destes.<sup>172</sup> Há uma tensão constante entre *communitas* e estrutura e, para permanecer no tempo, a primeira é levada a criar suas próprias regras. Turner chama atenção para a relação entre estrutura e propriedade e a importância destas no estabelecimento de unidades sociais duradouras. Nas várias formulações de *communitas* analisadas por ele, foi encontrada uma conexão permanente entre igualdade e ausência de propriedade.<sup>173</sup>

Turner relaciona a *communitas* à utopia do homem total, que, segundo ele, está presente em qualquer sociedade, das mais simples às mais complexas, e adverte para o seguinte risco:

O exagero da ‘*communitas*’, em alguns movimentos políticos ou religiosos do tipo nivelador, pode rapidamente ser seguido pelo despotismo, o excesso de burocratização ou outros modos de enrijecimento estrutural. (Turner, 1974:157)<sup>174</sup>

---

<sup>170</sup> Esta periodização adotada por Turner baseia-se no trabalho de Van Gennep, 1960, “The Rites of Passage”.

<sup>171</sup> Turner entende estrutura como essencialmente um conjunto de classificações, um modelo para pensar a respeito da cultura e da natureza, e para ordenar a vida pública. Assim, a natureza da *communitas* se opõe à da estrutura. (cf. Turner, 1974:154-155)

<sup>172</sup> Ver Turner, 1982:47.

<sup>173</sup> Ver Turner, op. cit.:164 e 178.

<sup>174</sup> Doimo lembra, citando Bobbio, que “o cidadão total e o Estado total são duas faces da mesma moeda, pois ambos convergem para a eliminação dos limites entre as esferas pública e privada.” (1995:66)

Turner, assim como Bourdieu, estuda as formas pelas quais os homens se relacionam com os sistemas sociais, porém, cada um deles ilumina em sua análise momentos e aspectos diferentes desta relação. Neste trabalho, estas duas abordagens serão empregadas de forma complementar.

Bourdieu (1977) enfoca esta relação em sua inserção no processo de reprodução social, enfatizando o peso da história incorporada que se constitui como matriz de percepções e apreciações, orientando as ações. Ele ressalta o aspecto social das ações humanas, guiadas por princípios inconscientes do *ethos*, necessidade que se faz virtude.<sup>175</sup>

Turner traz para o centro da discussão a questão da liberdade e da mudança social e os conflitos e emoções humanas que despertam. Ao estudar a sociedade a partir de situações de conflito, Turner privilegia a análise dos momentos em que as ações humanas entram em choque com as regras instituídas e reificadas no cotidiano de uma determinada sociedade, tornando-as conscientes.<sup>176</sup> Ao ver a liminaridade como atributo da condição humana, Turner afirma a existência da vontade de liberdade como um traço irreduzível do ser humano, que, contudo, tende a ser limitado pela realidade social na qual o indivíduo se insere.

O movimento de luta pela terra é marcado pela emergência de uma série de ambigüidades, caracterizando uma situação de liminaridade. O processo de luta possibilita a experimentação do novo e o questionamento na prática de certas normas e instituições, incrementando a capacidade crítica dos trabalhadores sem terra em relação à sua condição subalterna. Este potencial crítico, ou de desvendamento, tem origem em processos anteriores distintos porém interrelacionados: o trabalho de “conscientização”<sup>177</sup> dos agentes pastorais e a crise causada pelas mudanças nas relações sociais no campo, expondo as contradições existentes entre a lógica tradicional e a moderna, em expansão.<sup>178</sup>

---

<sup>175</sup> Fazer da necessidade virtude é : “recusar o que está recusado de toda forma e amar o inevitável.” (Bourdieu, op. cit.:77)

<sup>176</sup> Ver Roberto da Matta, 1977, em “Centralização, estruturas e o processo ritual”, onde o autor resenha o livro “O processo ritual”.

<sup>177</sup> O processo de conscientização não é entendido como uma decorrência direta das condições objetivas, nem como um processo que apresenta uma única face. Acredita-se que, assim como há uma multiplicidade de formas de dominação, também pode-se falar de diferentes formas de consciência. No caso dos sem-terra, trata-se sobretudo da consciência do direito à terra.

<sup>178</sup> Ora, lembrando K. Woortmann, “em momentos de crise aguda numa ordem social e num ordenamento do mundo, os valores tradicionais como que sobem à consciência; o que era dado como natural torna-se mais intensamente pensado”. (1990:22) No caso considerado, houve o desmantelamento de uma ordem

O ator social aqui focado se constitui a partir do próprio movimento social, razão de ser do grupo enquanto tal. Sua força e poder de pressão dependem de sua organização e do número de famílias mobilizadas, bem como da imagem que veicula para a sociedade em geral. Sua ação no sentido de obter reconhecimento social se soma a de outros trabalhadores em luta pela terra e só pode ser compreendida se for considerado o campo definido pelas disputas existentes entre diferentes atores sociais em torno da questão agrária.

Em cada fase do processo ritual, o grupo dá ênfase a determinados atributos para afirmar a sua especificidade, dependendo do segmento social do qual pretende se diferenciar e da posição que ocupa no jogo político. Porém, o tipo de relação que este mantém com a terra se constitui a referência central para a construção de sua identidade em qualquer uma das fases do processo: de sem-terra e, depois, acampado ele passa a assentado ou “posseiro (do INCRA)”.

Entende-se identidade como uma representação ou construção simbólica que corresponde a uma forma de classificação e implica o reconhecimento social da diferença<sup>179</sup>. O reconhecimento de uma determinada identidade ou recorte social como legítimos implica uma luta de classificações para tornar visível as especificidades de um grupo. A identidade social demarca os limites do grupo e indica com quem e como interagir.

O mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto. (Bourdieu, 1989:118)

O processo de reconhecimento apresenta duas direções: uma que parte do interior do grupo, relativa à auto-atribuição de identidade, auto-imagem ou reconhecimento pretendido; outra que tem origem externa e corresponde ao modo como

---

social ancorada no princípio da reciprocidade e sua substituição por relações pautadas pela lógica da mercadoria.

<sup>179</sup> Ver Bourdieu, 1989, “A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região”. Penna, 1992, em “O que faz ser nordestino: identidades sociais, interesses e o ‘escândalo’ Erundina” trabalha com o conceito de identidade de Bourdieu e dá uma importante contribuição para a discussão. Estes dois autores constituem as principais referências aqui adotadas para o tratamento desta questão.

o grupo é reconhecido pelos outros. A luta de classificação dos grupos sociais ocorre no sentido de fazer coincidir estas duas definições, o que configura uma estratégia interessada de manipulação simbólica. Porém, podem ocorrer classificações distintas, não coincidentes, inclusive baseadas em referenciais diferentes. Conforme a situação, também pode-se atribuir diferentes pesos e significados aos mesmos referenciais de identidade.

Tratar a identidade como uma forma de classificação, que agrupa e distingue com base num critério – um traço classificatório que pode ser chamado de marca -, revela a flexibilidade inerente ao próprio processo, uma vez que a tomada de outro critério demarca novos limites e altera o referencial de reconhecimento, o que permite o uso maleável de identidades. (Penna, op. cit.:66)

A primeira fase do ritual, ou momento da *separação*, acontece quando os trabalhadores começam a se ver como *sem-terra*, a partir da ação da Igreja estimulando o questionamento da realidade vivida à luz da Teologia da Terra. Desta forma, o projeto camponês por eles ambicionado recebe influência da utopia da Terra Prometida, de origem bíblica. Ao assumir a identidade de *sem-terra*, estes trabalhadores adotam uma nova postura política, envolvendo-se na luta pelo reconhecimento de seus direitos. O relato abaixo é bem ilustrativo deste momento:

Eu era só animadora de comunidade, e aí meu grupo de reza decidiu que ia ocupar uma terra. Eu não vim aqui pra ocupar terra, não. Eu era só coordenadora, eu e a Luzia. Aí faltava poucos dias Wilson conversou com a Zenaide e a gente percebeu que a gente era também *sem-terra*, que a gente deveria vir pra terra. Faltava poucos dias, né Wilson? Não é porque a gente tinha uma casa e tinha um salário mínimo, que a gente tinha alguma coisa. E foi aí que, ele já estava desempregado, plantava roça, às vezes lá com a minha mãe, o cunhado, né? Mas nunca tinha, assim, arroz suficiente pra despesa. Aí ele entrou pro grupo pra vir também pra terra. (assentada, 1997)

A figura do *sem-terra* surge como identidade política, cuja principal marca refere-se à condição de exclusão do campo vivida por estes trabalhadores, a quem é

negado o acesso à terra de trabalho. A identidade de sem-terra se opõe à do latifundiário, proprietário de grandes extensões de terras inaproveitadas ou subaproveitadas.

Os sem-terra questionam a estrutura fundiária existente no país, dado o seu caráter extremamente injusto, e reivindicam o direito à terra como condição básica do direito a uma vida digna. A unidade inicial do grupo decorre da identificação da existência de um interesse comum e da adoção de um discurso político-religioso que anuncia como legítimo o seu projeto de retorno ao campo.

O aparecimento do sem-terra enquanto sujeito social está relacionado ao conjunto de mudanças que atingiu o universo relacional da fazenda e significa a ruptura da relação de dependência existente entre trabalhadores rurais e grandes proprietários. Pois até mesmo na condição de diarista e residindo na cidade, estes trabalhadores continuavam dependentes e subordinados aos interesses dos fazendeiros em muitos casos, evitando o confronto quando eram, de alguma forma, prejudicados: “para não ficar sujo, não encravavam com o patrão”. Neste sentido, a ação de ocupação concretiza a ruptura desta relação.

A fase de *transição* corresponde ao período de acampamento. Nela o grupo experimenta uma vivência de comunidade do tipo *communitas*, com a emancipação temporária em relação a normas sócio-estruturais da sociedade envolvente. Esta experiência caracteriza-se por uma face espontânea, baseada no sentimento de igualdade e numa vida de partilha e comunhão, e uma face disciplinar, formada por um conjunto de regras relativas à conduta de seus membros. O acampamento nasce no contexto do movimento social como uma estratégia de luta, ele representa um espaço de resistência de natureza transitória, mas de duração indeterminada. A sua continuidade no tempo depende do desenrolar da luta e da forma como o grupo se organiza.

Durante este período, permanece ativo o recorte classificatório da fase anterior. Porém, a identidade de *sem-terra* recebe um conteúdo social característico na medida em que o grupo se espacializa no acampamento e constitui uma organização social própria. O termo *sem-terra* passa a ser sinônimo de *acampado*, que, por sua vez, implica o pertencimento a um determinado grupo e a sua vinculação a uma área específica. Neste momento eles também são identificados como o “*peçoal da Retiro*” ou o “*grupo*

*da Retiro*". Tanto na primeira como na segunda fase, a condição de sem-terra é assumida como algo transitório, a ser superado com a entrada na terra.

A Igreja, através da CPT, teve grande participação no processo de constituição do sem-terra enquanto sujeito social e tem atuado para assegurar o seu reconhecimento público desde então. Em relação a este último aspecto, a sua contribuição inclui a influência na seleção de seus membros, a orientação quanto à conduta que devem apresentar ao longo da luta, entre outras questões.

Assim como a Igreja, o MST também tem exercido grande influência neste sentido, sobretudo devido à sua grande preocupação com o emprego de estratégias de manipulação simbólica voltadas para a criação e manutenção de uma imagem pública favorável aos sem-terra. A luta de classificação apresenta importância fundamental para o jogo político e os agentes mediadores acima referidos têm plena consciência disto.<sup>180</sup>

Veja o seguinte depoimento de uma assentada e ex-militante do MST em relação a um outro grupo de sem-terra:

O acampamento Tamboruiu não está ligado nem à igreja, nem ao MST. Eles aceitam até funcionário público, o grupo aceita todo mundo. Os homens saem para trabalhar e as mulheres passam a semana sozinhas, o MST não aceitaria isso. Os homens plantam roça por aí e trazem o dinheiro. (...) Estão lá faz 8 meses. Estão ficando cansados e vão acabar procurando ajuda. Se o MST entrar, muita gente vai ter que sair, eles não vão aceitar. Com a Igreja seria a mesma coisa. (...) Uns têm carro e deixam no acampamento, não deviam fazer isso. (assentada, 1997)

O uso do termo ocupação pelos sem-terra de todo o país em oposição ao de invasão, preferido pelos grandes proprietários, é outro exemplo do tipo de embate que se dá no campo simbólico. Os dois termos referem-se ao processo de conquista espacial pelos sem-terra. Porém, enquanto o primeiro é utilizado com o objetivo de enfatizar o caráter de apropriação e uso, o termo invasão fala de usurpação, entrada no domínio de

---

<sup>180</sup> “A política é o lugar, por excelência, da eficácia simbólica, ação que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos.” (Bourdieu, 1989:159)

outra pessoa e afirma a ilegalidade desta forma de luta.<sup>181</sup>

É neste contexto que se deve compreender a adoção pelo sem-terra do atributo de trabalhador como uma componente fundamental de sua identidade. Ao afirmar-se como tal, ele procura se distanciar da imagem de bandido e aproveitador, que lhe é frequentemente imputada por seus opositores com o objetivo de deslegitimar a sua luta.

A terceira fase do processo ritual, ou fase de *incorporação*, começa com a entrada das famílias em seus lotes e abrange todo o período de assentamento. Ao serem assentados, os *sem-terra* não se tornam donos definitivos da terra, o INCRA apenas transfere para eles a posse da parcela por meio do contrato de assentamento. Nesta condição, eles se vêem como “*posseiros*”. A aquisição do status de proprietário rural só ocorre de fato com o desfecho definitivo do processo, ou seja, quando eles recebem o título da terra e são emancipados do INCRA.

Eles são introduzidos no ritual técnico-burocrático estabelecido pelo INCRA, ao longo do qual a posse e uso da terra estão submetidos ao cumprimento de determinadas regras, que restringem sua autonomia e pesam sobre eles como uma ameaça de retorno à condição de sem-terra. Enquanto eles permanecem sob a tutela desse órgão, vivem uma situação na qual elementos de autonomia e dependência se alternam. Em certo sentido, o estado de liminaridade vivenciado na fase anterior se prolonga.

Os técnicos do INCRA e de instituições envolvidas no processo de assentamento costumam denominá-los de *assentados*. Este termo, como bem identifica Neves (1997:72), também indica uma modalidade de relação provisória ou precária com a terra. No entanto, diferentemente da categoria posseiro que tem amplo conteúdo sócio-cultural, o assentado aparece como construção intelectual, cujo significado social vem sendo elaborado em período recente. Ao conceber o Projeto de Assentamento, o técnico se baseia num modelo racional visando a ressocialização do agricultor, que é considerado previamente como desqualificado em relação ao perfil de produtor almejado. O assentado é o “modelado”.<sup>182</sup>

---

<sup>181</sup> “O conhecimento do mundo social e, mais precisamente, as categorias que o tornam possível são o que está, por excelência, em jogo na luta política, luta ao mesmo tempo teórica e prática pelo poder de conservar ou de transformar o mundo social conservando ou transformando as categorias de percepção desse mundo.” (Bourdieu, 1989:142)

<sup>182</sup> Neves aborda esta questão quando fala da fetichização da técnica e da construção do beneficiário no item “A reforma agrária e os sistemas de idealizações irrealizáveis”. (1997:74-82)

Além da referência a uma forma específica de relação com a terra, outro componente fundamental da identidade destes “posseiros”, que os distingue de outros, é o fato de eles possuírem uma trajetória de luta comum. Isso implica a passagem pela condição de sem-terra, sendo exceção apenas o caso dos primeiros “posseiros”, que resistiram à expulsão em suas terras.

O camponês assentado apresenta uma posição ambígua em relação à identidade de “*posseiro*”. Eles tanto afirmam como negam esta identidade, de acordo com as circunstâncias e o seu interlocutor. Observa-se uma divergência entre a auto-imagem e a imagem por outros atribuída à figura do posseiro, apesar de este termo remeter à idéia de relação jurídica precária com a terra em ambos os casos.

Para a população local, que faz eco ao discurso do grande proprietário, o termo posseiro aparece geralmente relacionado ao atributo de invasor - aquele que se apoderou indevidamente da terra alheia. Neste caso, o termo é empregado de forma indiscriminada, tanto para referir-se ao assentado, como ao próprio sem-terra. Diante desta situação, o assentado procura ser reconhecido como pequeno proprietário, embora tenha dificuldade em se ver como tal - a conquista efetiva desta posição social depende de sua emancipação do INCRA, condição por eles temida e desejada ao mesmo tempo.

Outra identidade por eles assumida nestas ocasiões é a de *pequeno produtor*. Este termo é geralmente empregado por técnicos de agências de enquadramento como a EMATER e o Banco do Brasil no trato direto com eles, e também, às vezes, pelo próprio INCRA. Para estes camponeses, a denominação de pequeno produtor é vista de forma positiva, pois representaria um status superior, servindo para demarcar a distância que hoje os separa da condição social em que se encontravam antes de serem assentados.

A gente tinha o nome de bóia-fria e hoje é de pequeno produtor. Eu não sinto muito assim, mas aumentou um pouquinho... (depoimento de assentado quando questionado sobre o significado da terra para ele, 1997)

Alguns ainda têm preconceito com a gente. Nós somos pequenos produtores, não posseiros. Mas, para eles, nós seremos sempre posseiros. (depoimento de assentado quando questionado sobre o relacionamento com as pessoas da localidade, 1997)

Segundo Martins (1994:151), existe uma importante diferença entre a categoria de sem-terra e a de posseiro: enquanto o argumento do posseiro é moral, afirmando a sua precedência na terra, com seu trabalho, em relação ao grileiro, mero especulador fundiário, a luta dos sem-terra se desenvolve num terreno econômico, com base no argumento da propriedade improdutivo. Porém, conforme visto acima, há na região uma tendência a equipará-los, negando-se o reconhecimento de qualquer vínculo entre o posseiro e a terra. Ambos são identificados com a figura do invasor e assim desqualificados.

Apesar de mais fraca que a propriedade jurídica da terra, a posse é uma forma de apropriação que tem valor legal e a luta dos posseiros se dá no sentido de fazer reconhecer este direito. Já os sem-terra reivindicam o direito ao acesso a terras alheias indevidamente exploradas. Na prática, a luta pela Reforma Agrária representa uma tentativa de inversão da lógica de apropriação dominante, ou seja, de que a função social da terra prevaleça sobre o instituto da propriedade privada. Não se pode ignorar, no entanto, que o princípio da função social da terra remete, em última instância, a uma questão de ordem moral.

Fatos da história recente parecem contribuir para a identificação do sem-terra e do assentado com a figura do posseiro. Em Goiás Velho, via de regra, o processo de assentamento tem resultado da luta pela terra e esta se inicia na região com a resistência nas posses. O primeiro caso de ocupação é realizado sob a liderança de um posseiro que convida trabalhadores sem terra para se unirem a ele em sua luta para permanecer na área.<sup>183</sup>

Quando é utilizado como categoria de auto-atribuição, o termo refere-se a uma situação em que a forma de apropriação da terra não possui um caráter definitivo, o que só é alcançado com a propriedade jurídica da terra. É resgatada toda uma tradição sócio-cultural, que sobrevive através dos tempos de diferentes maneiras e chega, até mesmo, a constituir-se em projeto para trabalhadores sem terra nos anos 80.

Eu trabalhava em Itapuranga, trabalhava num bar, bar do meu cunhado, tinha uma

---

<sup>183</sup> Ver no primeiro capítulo, item 1.2, o caso da Fazenda Estiva, conflito que tem início em 1981.

sociedade mais ele. E a gente tinha vontade de ter um pedaço de terra, a gente estava vindo da agricultura e tal. Só que chegamos à conclusão que nós iríamos nos desfazer do comércio para ter um pedaço de terra, para comprar um pedaço de terra. Só que era um negócio muito pequeno e não dava. Aí um dia surgiu a possibilidade de comprar uma posse num assentamento já antigo, não era nem assentamento ainda, era indefinido, era uma área indefinida, que é o São João do Bugre, hoje é assentamento. E surgiu essa possibilidade e nós discutimos, vamos vender? Vamos. Aí conversamos com uma pessoa dessas que não tinha uma posse, aí ele falou: “Não, o pessoal está reunindo aí para ganhar uma terra, porque vocês não entram? Quem sabe vocês conseguem?” (ex-militante do MST, 1998)

A precariedade da relação com a terra, no caso do assentado, deve-se ao fato de esta estar submetida ao domínio do INCRA. Tal situação é associada por muitos à relação de agregação, o que fica evidenciado pela existência da expressão: “*posseiro do INCRA*”. São chamados de “posseiros” todos os trabalhadores assentados pelo INCRA, não importando sua condição social anterior.

Como lembra Moura (1988:14-15), até o início do século XIX havia o regime de sesmarias no Brasil e o domínio da terra pertencia ao Rei. O sesmeiro detinha apenas a posse transitória. A partir do processo de privatização da terra, a posse passa a ser concebida nos termos hoje conhecidos: como uma relação provisória a ser transformada em propriedade, o que inclui, em maior ou menor grau, a invasão do que ainda é posse. A propriedade privada torna-se antitética da posse, modo de apropriação da terra mais fluido e, curiosamente, inverte a lógica do processo, transformando o posseiro em invasor.

Moura também enfatiza a existência de uma íntima relação na gênese das categorias de posseiro e de agregado na região por ela estudada, o Vale do Jequitinhonha. Na origem, estas seriam “faces da mesma moeda”. Segundo a autora, o que as diferencia, em última instância, é a presença ou ausência da fazenda enquanto propriedade jurídica da terra. “Os pedintes de terra eram sempre a outra face dos usurpados da terra.” (op cit: 206)

Cândido (1977:59) classifica tanto o agregado como o posseiro como morador transitório, pois, não tendo títulos legais, podem, a qualquer momento, perder a terra

onde moram. O agregado seria aquele que tem permissão do proprietário para morar e lavrar a terra, enquanto o posseiro não a tem. Este último frequentemente desconhece a situação legal da terra que ocupa, que pode ser: terra sem proprietário, com proprietário, ou que virá a ter proprietário.<sup>184</sup>

A ocupação de Goiás Velho caracterizou-se pela formação de grandes domínios, cujos limites eram mal definidos. As fazendas abrigavam muitos agregados, que, às vezes, não sabiam ao certo quem era o dono da propriedade. Nestes casos, não havia uma distinção clara entre a condição de posseiro e a de agregado. Era uma época em que a apropriação da terra não constituía um empreendimento estritamente econômico.<sup>185</sup>

Com o avanço do processo de privatização das terras e a ampla difusão da prática de grilagem, a condição de posseiro inicialmente se diferencia da do agregado que, mesmo sofrendo modificações, ainda oferece certa estabilidade ao trabalhador. Num segundo momento, observa-se a reaproximação destas duas categorias, porém, agora no sentido inverso do que se dava antes. A sobrevivência de ambas as formas de relação com a terra, não importando se interior ou exterior ao domínio, é ameaçada pela expansão da lógica capitalista.

Como “*posseiro*”, o camponês assentado mobiliza um saber construído ao longo de sua trajetória de vida errante, que o leva a lidar com o transitório como algo permanente. Ao entrarem na terra, muitos tendem a manter contraditoriamente certa disposição para a transitoriedade, apresentando algum ceticismo quanto à perspectiva de fixação definitiva.<sup>186</sup> A possibilidade de um novo recomeço ainda é considerada por alguns, sobretudo os assentados mais jovens, apesar da percepção de que há cada vez menos para onde ir.

A sensação de transitoriedade é reforçada pela precariedade das condições de vida e de produção encontradas até hoje entre muitos assentados e pela fragilidade de sua vinculação à terra. Com o início do processo de titulação na área estudada, em 1997, a ameaça de retorno à condição de sem-terra torna-se mais evidente e os “posseiros” de

---

<sup>184</sup> Martins também fala da relação entre as categorias de posseiro e de agregado quando analisa as origens do campesinato tradicional brasileiro em “Os camponeses e a política no Brasil”, 1981:35.

<sup>185</sup> Ver o item 1.1, que trata das mudanças nas relações sociais no interior da fazenda.

<sup>186</sup> Pessoa (1997:112-113) ressalta a importância da migração na trajetória de vida de trabalhadores assentados na região de Goiás Velho. Esta migração tanto pode ser externa como interna ao próprio estado. A grande maioria dos assentados por ele pesquisados é natural de municípios diferentes daqueles em que hoje moram, o que ocorre também entre os camponeses aqui estudados, como se verá mais adiante.

Retiro e Velho passam a falar da necessidade da luta pela “*terra definitiva*”, a terra titulada.

Além dos componentes acima analisados - relação precária com a terra, trajetória de luta comum e disposição para a transitoriedade -, outros atributos são associados à identidade de “posseiros” a partir do modo de vida que se desenvolve no interior do assentamento. Na medida em que a vida vai ganhando normalidade, tradições culturais são revividas, formas tradicionais de solidariedade são recriadas e os “posseiros” vão assumindo um modo de vida camponês.

A comunidade adquire uma nova forma, inspirada no modelo da comunidade camponesa. Laços de parentesco e vizinhança vão sendo criados, o que determina um relativo fechamento do grupo e transforma o assentamento em um território de reciprocidade. Porém, se, por um lado, as alianças entre famílias reafirmam laços estabelecidos entre “companheiros de luta”, por outro, também serve para reforçar divisões no interior do grupo.<sup>187</sup>

Assim, a identidade de “posseiro” se confunde com a identidade da comunidade, que também decorre do trabalho realizado pela memória coletiva do tempo de luta<sup>188</sup> e das relações que eles estabelecem com o lugar. A filiação do “posseiro” a uma determinada comunidade distingue-o dos “posseiros” de outras áreas. Quando se deseja realçar tal distinção utiliza-se às expressões “posseiros da Retiro e Velho”, “posseiros da São Carlos” etc.

Durante a fase de incorporação, o interesse particular de cada família tende a ganhar maior importância em relação à comunidade do que no período anterior. Enquanto a identidade de *sem-terra/acampado* reporta-se a uma comunidade de iguais, a identidade de “*posseiro*” refere-se a um conteúdo social que comporta a diferenciação social interna. Pode-se falar de um bom ou mau “posseiro”, de acordo com os atributos apresentados por determinado produtor, juntamente com a sua família.

A imagem de posseiro que se deseja fazer reconhecer coincide, apenas em parte, com o perfil projetado pelo INCRA para ser atingido pelos assentados, ou seja, de um produtor familiar integrado ao mercado e bem sucedido. Isto fica bem evidenciado pelas

---

<sup>187</sup> Ver reflexão sobre a família no quarto capítulo.

exigências determinadas pelo grupo quando da seleção de um novo membro, em caso de venda de lote. Eles procuram alguém com interesse em trabalhar a terra com a família e que se enquadre bem às normas de sociabilidade estabelecidas no interior do assentamento.

Ao longo do processo ritual, estes camponeses assumem diferentes identidades, ora enfatizando sua face política, ora sua forma de relação jurídica com a terra, ora aspectos culturais etc. Novos atributos se superpõem aos antigos, que são então retrabalhados e ganham outro sentido no contexto de um novo recorte social. Por exemplo, na fase de assentamento, a identidade de sem-terra perde força e torna-se uma componente da identidade de “posseiro”, sobrevivendo na memória coletiva da luta.

---

<sup>188</sup> Como afirma E. Woortmann, o trabalho da memória é dar presença ao passado para dar significado ao presente. Como discurso público, toda memória coletiva é seletiva e retém somente o que é significativo para o grupo que recorda. (1998:90 e 92)

### 3º Capítulo: A LUTA PELA TERRA

#### 3.1. Os sem-terra: formação do grupo e preparação para a luta

Os assentados de Retiro e Retiro Velho são originários de três grupos de sem-terra, que se reuniam no final dos anos 80 respectivamente em Goiás, Itapirapuã e Itapuranga. A maioria é proveniente destes municípios, apenas algumas famílias vieram de localidades vizinhas. Entre eles, os vínculos de origem confundem-se muitas vezes com laços de parentesco. Cerca da metade deles possuía algum parente no interior do grupo no momento de chegada na terra. Veja abaixo a tabela com a distribuição das 43 famílias assentadas por município de origem.

#### DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS POR MUNICÍPIO DE ORIGEM

Municípios de Origem	Assentamentos		
	<i>Retiro</i>	Retiro Velho	Total
Itapirapuã	06	09	15
Goiás	06	07	13
Itapuranga	04	03	07
Goiânia	02	-	02
Itaguaru	02	-	02
Minaçu	01	-	01
Novo Brasil	01	-	01
Uruana	01	-	01
Itaberaí	-	01	01
Total	23	20	43

Fonte: Pesquisa de Campo - junho de 1997.

Obs: Algumas famílias aqui listadas não compunham o grupo desde o início, tendo ingressado neste por razão de desistência ou venda da posse da terra.

A luta pela terra na região tem recebido, desde o início, um apoio decisivo da Igreja. No final dos anos 60, a Diocese de Goiás passa a estimular a formação de grupos

de reza para, à luz do evangelho, refletir sobre a realidade vivida. Grande parte das lideranças do grupo estudado foi formada a partir deste trabalho.

Como a questão agrária foi apresentando cada vez maior peso nas discussões dos grupos de reza, foram sendo criados novos grupos voltados de forma específica para esta temática. No início, os trabalhadores sem-terra não conheciam os seus direitos, nem sabiam a quem recorrer, muitos ignoravam a existência de entidades como a FETAEG e a CPT. Foram realizadas reuniões para conscientizá-los sobre a “função social da terra” e para organizá-los para as ocupações. Eram as “reuniões da Zenaide”<sup>189</sup>, que aconteciam mensalmente, em geral, nas casas paroquiais ou sindicatos destas comunidades.

E a Bíblia, a gente foi lendo e foi achando, assim, que Deus nunca disse que tinha que ser pobre pra ir para o céu, que a gente tinha que passar fome, que tinha que abaixar a cabeça o tempo inteiro para o patrão, para ir para o céu. A gente viu, assim, que Ele, quando tinha alguém em dificuldade; que Ele dava uma mão, porque tinha que ser levantado. Que tinha que se organizar. Sempre aparecia alguém que levava esse povo para algum lugar para mudar de vida. Inclusive Moisés... Êxodo... Começou a olhar por aí, depois, quando fala lá que a terra é para os meus descendentes; não vendeu a terra para ninguém. Não fala nunca que tem escritura, que vendeu a terra. Deixou para os filhos! Vai deixando! A gente fala: “Na Bíblia não diz que tem que comprar terra; que a terra tem escrituras, tem dono. A terra é de quem nela trabalha. É dos filhos! Então, a gente tem que ter uma terra. A gente também é filho de Deus. Abraão! A gente é descendente. A gente também é dono dessa terra.” (assentada, 1997)

O discurso da Igreja, pregando a utopia da terra prometida e a construção de uma sociedade fraterna, apresenta forte apelo entre os sem-terra.<sup>190</sup> Ela não somente mobiliza símbolos de uma “cultura bíblica” partilhada pelo campesinato e a maior parte da

---

<sup>189</sup> A Irmã Zenaide era membro atuante da CPT Diocesana em Goiás até o período de 1997/98, quando se realizou a pesquisa de campo. Ela pertence à Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo-Scalabrinianas, que tem participação muito ativa junto aos trabalhadores sem-terra, tanto na organização das ocupações, como no apoio aos acampados. Esta Congregação foi criada no final do século passado na Itália com o objetivo de dar assistência religiosa e assegurar o bem-estar dos cidadãos italianos emigrados. Ao lado da Irmã Zenaide, também atuaram como agente de pastoral junto aos grupos, respectivamente, Pe. Felipe em Itapuranga, Roneide e Eliete em Itapirapuã e Luzia em Goiás.

<sup>190</sup> Turner menciona a ocorrência de tentativas institucionalizadas de preparação para o advento da ‘communitas’ nas liturgias das igrejas e em outras organizações religiosas em sociedades industrializadas complexas. (1974:168)

população rural brasileira, mas também fala a partir da condição de quem detém uma autoridade moral reconhecida por toda a sociedade<sup>191</sup>.

O envolvimento direto da Igreja representa, para o camponês, sobretudo a possibilidade de legitimação de sua luta para ele mesmo e perante a sociedade. Alguns trabalhadores relataram ter sempre sonhado possuir um pedaço de terra, sem nunca terem tido coragem de ocupar, porque, para eles, considerando seus valores e visão de mundo tradicional, isto seria o mesmo que roubar.

A seleção de pessoas para compor o grupo foi se dando ao longo das reuniões. As lideranças observavam se o comportamento dos pretendentes a ocupantes adequava-se ao perfil necessário. O candidato precisava ser alguém de confiança, que apresentasse uma boa conduta moral e que topasse ir para a briga, mas que fosse capaz de se submeter às decisões do grupo e não gostasse de confusão.

Nossa reunião era no salão da igreja, e aí a coisa foi alastrando porque um contava para o outro. Teve muita gente que foi rejeitada. Nós pegávamos aqueles que as idéias batiam com as nossas. A gente via o padrão da pessoa. Chegava num ponto que, se a pessoa não servia, tinha que falar abertamente: você não dá para ir. (assentado, 1997)

Porém, houve casos em que a indicação do agente de pastoral foi um fator decisivo para a aceitação de um novo membro, mesmo diante da resistência de certas lideranças. O envolvimento da Igreja no processo é marcado pela ambiguidade, seu trabalho em favor da conscientização dos sem-terra não impede a adoção de uma postura paternalista em determinadas circunstâncias.

Além da convicção, era preciso ter outras qualidades para a luta. Cada passo foi dado com muito esforço e representou o enfrentamento de novos desafios. O grupo de Itapirapuã fez uma primeira tentativa de ocupação da área sem sucesso, foram até a porteira da fazenda mas não tiveram coragem de entrar. Foi quando decidiram aumentar seu poder de pressão unindo-se a outros e convidaram os “companheiros” de Goiás e de Itapuranga. Chegaram a reunir até 130 interessados. Alguns parecem ter desistido da ocupação por acharem que a terra escolhida ficava muito distante de seu local de origem. Na ocasião em que ocuparam de fato a área pela primeira vez, o grupo contava com cerca de 80 famílias.

---

<sup>191</sup> Novaes (1997) relaciona a importância do papel da Igreja Católica na luta pela terra com a unanimidade de seu reconhecimento como autoridade moral na sociedade brasileira.

A junção dos três grupos está relacionada com o surgimento de algumas divergências internas desde o início do processo. O grupo de Goiás, sobretudo as suas principais lideranças, já possuía uma longa vivência de CEB e tinha desenvolvido experiências comunitárias como o mutirão para a construção de casas na periferia da cidade. A atuação destas lideranças foi decisiva no sentido de assegurar a organização do grande grupo durante todas as fases da luta, porém, a sua insistência na defesa de ideais comunitários deu origem a atritos internos. É deste grupo que surge a proposta de produção coletiva e organização do assentamento em agrovila, que gerou tanta polêmica na fase de acampamento como se verá mais adiante.

A CPT diocesana coordenou o processo juntamente com as lideranças dos grupos e convidou representantes do MST na região para ajudá-los. Os sindicatos de Itapuranga e Itapirapuã convocaram os companheiros para as reuniões e deram apoio à luta sempre que foram requisitados, no que se destacou o primeiro deles. Em algumas situações, os assentados entrevistados enfatizaram a autonomia e o voluntarismo do grupo com o objetivo evidente de preservar os agentes de mediação da acusação de agitadores.

Pesquisadora: Esses grupos eram animados pela Irmã Zenaide?

Entrevistado: Nesta área sim. Não era “animado”, ela ajudava dando cobertura às nossas idéias. Não é que ela... Você está entendendo? (...) Ela ajudava, incentivava. Aquilo que a gente não entendia, porque a gente é analfabeto, ela explicava aquelas coisas que a gente não sabia. Colocava outras coisas. Então a reuniões com ela, padre Felipe, no salão... Nós reuníamos com o sindicato, o sindicato também incentivava dentro daquilo que era possível. (assentado, 1998)

O papel do MST foi de fundamental importância nesta fase do processo pela discussão de estratégias e preparação do grupo para o confronto, e mesmo depois, pela sua presença no acampamento, sempre que necessário, dando instruções para o dia-a-dia da luta.<sup>192</sup> Apesar de a Igreja defender uma postura menos agressiva com receio de estimular a violência, a sua contribuição também foi essencial na fase de acampamento,

---

<sup>192</sup> Eram os “meninos” do MST, na época Maurício, Nagibe e Japão, quem os instruíam quanto a estratégias de luta.

dada a sua facilidade para realizar campanhas de arrecadação de alimentos e proporcionar assessoria jurídica aos sem-terra através dos quadros da CPT.

Porque a igreja, assim de rezar, falar pra gente, eles são bons, mas a questão de ocupar, de ter uma estratégia, eles não têm. (...) quando falta comida, o padre tem a maior facilidade de pedir para os fiéis lá na igreja, para fazerem uma cesta e mandar pra gente. Mas a questão de ocupar, a igreja tem dificuldade. Eles não sabem. (...) A Zenaide não admite quando a gente fala “leva foice amolada pra cidade”. Ela dá bronca. Aí os meninos, não. Os meninos é assim: “ou tudo, ou nada”. “Vamos pra quebrar. Vamos pra ocupar mesmo. Vamos resistir”. Eles vinham com a gente, ficavam no meio, até a gente aprender a se virar sozinho. Até hoje ainda se faz assim: quando se vai ocupar uma nova terra, vai gente velha pra dar uma mãozinha. (assentada, 1997)

Os preparativos para o momento da ocupação foram muitos, desde aqueles que dizem respeito propriamente à organização do grupo até a escolha da área a ser ocupada com a definição precisa do local onde o acampamento seria instalado. Tudo isso foi feito de forma sigilosa, para que o proprietário da terra não tivesse oportunidade de se proteger e a operação fosse bem sucedida.

Quatro pessoas foram encarregadas pelo grupo de escolher o local da ocupação, tomando como referência um levantamento preliminar realizado em cartórios pelo “advogado dos Sem-Terra”<sup>193</sup>. Faziam parte desta comissão um representante do MST, devido à sua maior experiência no assunto, e uma liderança feminina, cuja participação teve como objetivo disfarçar o real motivo das visitas que realizaram nas áreas vistoriadas. Havia duas terras sendo cogitadas. Além do fato de se tratarem de terras passíveis de desapropriação por estarem sendo subexploradas, os principais critérios considerados foram: proximidade da cidade, para facilitar o escoamento da produção e o acesso a serviços urbanos, dentre eles a escola, e o fato de não apresentar relevo acidentado, “não ter morro”.

As Fazendas Retiro e Velha, localizadas nos municípios de Goiás e Itapirapuã, respectivamente, foram as escolhidas. Elas compunham uma única unidade de exploração e se encontravam praticamente inaproveitadas. Em toda a sua extensão, havia apenas um morador, que cuidava de poucas cabeças de gado. Elas pertenciam à empresa denominada Irmãos Rassi, Engenharia, Comércio e Indústria Ltda - IRECIL,

---

<sup>193</sup> O uso do termo Sem-Terra com letras maiúsculas refere-se ao MST.

com sede em Goiânia.

O trabalho de vistoria também serviu para identificar o local mais propício para a instalação dos barracos, considerando-se tanto o aspecto estratégico quanto suas qualidades habitacionais. A área a ser escolhida deveria apresentar condições de salubridade adequadas e situar-se perto de uma fonte de água de boa qualidade que pudesse garantir o abastecimento do grupo. Deveria ser fácil de ser vigiada, de difícil acesso e com poucas entradas, possibilitando o controle sobre a circulação de estranhos, sobretudo jagunços e policiais. Procurava-se, de preferência, terrenos localizados em área de depressão, para dificultar o despejo do grupo, “para a polícia ter que subir o morro” com os pertences dos sem-terra.

Ao mesmo tempo, a coordenação do grupo pediu para que cada um fosse se preparando com antecedência e comprando os materiais necessários para o acampamento - tais como lona e alimentos -, mas não disse nem quando, nem qual a terra que seria ocupada. Davam apenas recomendações gerais.

“(...) as coordenações não podem falar pro grupo onde há terra. Não pode falar quando. Fica assim: ‘Esse mês fiquem prontos com as panelas, com tudo arrumadinho, comida para uns quinze dias’. Aí a gente avisa. Foi na noite, 5 de abril, a gente ia sair à meia-noite, dez horas a gente saiu de porta em porta: Eu, Advaldo... um grupinho. (...) Deixa tudo arrumado. Não fala nem pro vizinho. Se o vizinho perguntar, fala que a gente vai para um mutirão na Rio Vermelho - Rio Vermelho tava acampado, né? A gente tinha ido visitar, também, Rio Vermelho para conhecer a realidade deles pra não ter furo.”  
(relato de uma liderança dos assentados)

### 3.2. Da ocupação à conquista da terra: história e memória

Na madrugada do dia 6 de abril de 1988, eles ocuparam a Fazenda Retiro. Cerca de 80 famílias chegaram em caminhões e lá instalaram as suas barracas. Estabeleceram a divisão do trabalho no interior do grupo (por meio da criação de comissões) e criaram um estatuto determinando as normas de conduta a serem seguidas por todos os acampados. Devido à liminar de reintegração de posse concedida pelo juiz da comarca de Goiás, foram expulsos de lá pela polícia militar uma semana depois e levados para Itapirapuã.

Nós ficamos uns dias aí, até que coisa alarmou e se esparramou. Aí, logo veio a polícia e ficaram morando com nós uns dias. Aí houve o despejo e nos levaram para a beira da BR em Itapirapuã. Mulher, homem, criança, muita criança tinha. Ficamos lá uns tempos, e depois, nós resolveu voltar de novo. Ocupamos de novo. Fomos despejados novamente. A primeira vez que nós fomos despejados, eu não contei, não vi, mas, pelas notícias, eram quarenta homens que veio. Mas lá junto com nós era só uns vinte, mas ficou um pouco no quarteirão. Então foi por aí. Na segunda vez tinha menos polícia. (assentado, 1997)

Após o despejo, eles se instalaram ao longo da Br 070, na entrada da cidade de Itapirapuã. Realizaram viagens para as cidades de Goiás, Goiânia e, até mesmo, Brasília, para negociar com autoridades, pedir apoio e recolher doações. Decorridos seis meses sem que houvesse nenhuma solução por parte dos órgãos responsáveis, eles voltaram a ocupar a fazenda Retiro no dia 11 de outubro de 1988, “para ver se dava uma negociada”.<sup>194</sup> Eles foram transportados de Itapirapuã para a fazenda em caminhões alugados pelo MST com recursos da Igreja.

Permaneceram na fazenda durante cerca de um mês. Nesse período, receberam a visita de representantes do Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento (MIRAD),<sup>195</sup> que informaram sobre o andamento das negociações, ocasião em que pediram ao órgão alimentos e mais lonas. Foram novamente despejados, agora pelo

<sup>194</sup> Sobre o significado político da ocupação, ver comentário desenvolvido no início do segundo capítulo.

<sup>195</sup> O INCRA esteve extinto no período de 1987 ao início de 1989, quando o MIRAD, que teve um curto tempo de existência, esteve à frente do processo.

IDAGO e pelo Secretário de Justiça de Goiás. A partir daí, passam a ser ameaçados pelo proprietário, que contratou jagunços para vigiar a fazenda.

O grupo voltou para as margens da rodovia na entrada de Itapirapuã, onde ficou acampado até o início de 1989. Foi quando se mudaram para uma área junto ao Fórum de Itapirapuã com o intuito de acelerar as negociações em torno da desapropriação da fazenda. Lá permaneceram por mais 9 meses, período em que o INCRA fez o cadastro das famílias acampadas e passou a fornecer cestas básicas.

Sob a liderança do MST, uniram-se a sem-terra acampados na BR 153 e ocuparam o prédio do IDAGO em Goiânia entre os dias 14 e 16 de março daquele ano, alcançando grande repercussão na imprensa e junto ao público em geral. Reivindicaram a desapropriação das fazendas: Retiro e Velha, Rio Vermelho e Vereda Bonita. Cerca de uma semana depois, quatro representantes do MST foram a Brasília negociar com autoridades do Ministério da Agricultura.<sup>196</sup>

Em meados de 1989, quando foi desapropriada a Fazenda Velha e entrou na propriedade levado pelo INCRA, o grupo havia se reduzido a cerca de 40 famílias. Mesmo assim, a área conquistada não apresentava extensão suficiente para comportar bem todas elas. Instalaram-se em barracos no interior desta Fazenda, onde ficaram acampados aguardando a liberação de outra área para serem assentados definitivamente. Seguiram-se mais dois anos, que correspondem à fase de “pré-assentamento”. A imissão de posse do INCRA na segunda área, que deu origem ao Assentamento Retiro, saiu em 1991, “após a segunda colheita” no local. A ocupação definitiva das parcelas ocorreu gradativamente a partir do sorteio dos lotes realizado em 12 de outubro de 1991. A comunidade criou regras especialmente para disciplinar esta fase de transição.

A distribuição das parcelas contemplou as 42 famílias acampadas mais o único morador da fazenda desapropriada, que trabalhava como vaqueiro. Desconsiderando o que estava determinado na lei, que estabelece a precedência dos antigos trabalhadores da fazenda sobre outras categorias de beneficiários no momento de distribuição da terra (cf. Art.25 do Estatuto da Terra), o INCRA atendeu à reivindicação dos sem-terra e realizou o sorteio dos lotes incluindo todos.

A extensão da terra liberada para os dois P.A.'s, cerca de 620ha para Retiro Velho e 740ha para Retiro, era pequena para ser dividida em 43 lotes. De acordo com os

---

<sup>196</sup> Na época, o MIRAD havia sido extinto e os processos de desapropriação estavam subordinados ao Ministério da Agricultura, que era chefiado pelo ministro Íris Rezende, principal representante do poder oligárquico goiano.

critérios adotados pelo INCRA, a área total comportaria apenas 30 famílias.<sup>197</sup> Segundo relato dos assentados, a fazenda reivindicada tinha tamanho suficiente para abrigá-los, mas os seus representantes não souberam negociar e abriram mão de grande parte da área. Renunciando ao direito de ter uma parcela maior, o grupo se opôs às determinações técnicas e impôs a sua vontade mais uma vez, optando pelo assentamento de todas as famílias nas duas áreas.<sup>198</sup>

A comunidade não podia ajudar a empurrar para fora os que foram desclassificados. O INCRA propôs um lote maior, mas, para caber todos, aceitava até 3 alqueires.<sup>199</sup> (relato de um assentado)

O tamanho médio do lote nos dois assentamentos ficou em torno de 30ha, incluindo 3ha de reservas florestais, o que, nos termos estabelecidos pelo INCRA, pode ser classificado como minifúndio. Este caso, constitui-se um exemplo de conflito entre a racionalidade técnica e a orientação comunitária dos sem-terra, que resultou em prejuízo para estes últimos.

Ao longo deste período, o medo da violência foi um dos principais fatores de “seleção”. Alguns desistiram por medo no meio do processo e outros, quando a terra já estava “negociada”. Eles nos relataram que houve até quem vendesse o lote logo após a sua obtenção por este motivo: “teve um que sonhou com pistoleiros e caiu da cama”. Muitos chegaram a ser pressionados pelos parentes para deixarem a luta, pois estes temiam que o processo tivesse um desfecho trágico.<sup>200</sup>

A fé religiosa foi utilizada como um contraponto ao medo enraizado pela prática da repressão que caracterizou o período militar e pelo tradicional abuso de poder dos coronéis. Foram realizadas missas e rezas, ressaltando o sentido sagrado da luta e

<sup>197</sup> Valor determinado a partir da relação entre a área total desapropriada e o módulo rural definido para os municípios de Goiás e de Itapirapuã, que é de 45 ha. (cf. INCRA, 1997)

<sup>198</sup> O surgimento de um contingente de sem-terra excedente é um problema frequente quando se trata de um assentamento criado para atender à demanda de um determinado grupo de acampados. Esta questão nem sempre é resolvida de forma pacífica, podendo haver conflitos entre os potenciais beneficiários, como bem exemplifica a história do grupo da Rio Vermelho em Goiás. (Ver Sousa, op. cit.) No Sul do país, o MST tem adotado atualmente a tática de formar grandes acampamentos para ter maior poder de pressão. Na medida em que as terras vão sendo desapropriadas, eles sorteiam as famílias que serão assentadas, seguindo critérios como o de antiguidade no acampamento. Ao que parece, este procedimento permite contornar em parte o problema de “excedentes” ao oferecer a perspectiva de continuidade do processo, disciplinando a disputa entre os sem-terra de um mesmo acampamento.

<sup>199</sup> O alqueire goiano, segundo apuramos com os assentados, corresponde a cerca de 4 hectares.

<sup>200</sup> A desistência nem sempre é uma decisão comum do casal. No grupo da Rio Vermelho, houve um caso em que o marido foi embora e a mulher permaneceu acampada com os filhos, assegurando o seu direito a um lote.

contribuindo para reforçar a convicção do grupo em relação à legitimidade de sua reivindicação e a crença na conquista da terra.<sup>201</sup> Na madrugada em que se deu a primeira ocupação, todos estavam muito assustados e só sossegaram quando fincaram uma cruz num descampado como marco e fizeram uma oração em conjunto.<sup>202</sup>

Conforme foi visto, o grupo tem a sua formação e organização influenciadas direta ou indiretamente pelo trabalho de base desenvolvido pela Igreja, assim como a maioria dos sem-terra da região. Tal fato, associado à força que a religiosidade popular apresenta entre eles, explica a importância que a religião e seus símbolos assumem para o grupo durante o conflito. A fé religiosa os une, conforta e anima nos momentos mais difíceis.

Na hora do aperto tem que ter uma fé. Lembrar de Deus: “Oh! Meu Deus do céu!”  
(assentado, 1997)

O dia do jagunço, né Wilson? Foi o Japão: “Reza gente. Reza gente que a coisa está preta.” (assentada, 1997)

#### - **Fragmentos da memória da luta**

As narrativas sobre a fase de luta abordam frequentemente os seguintes temas, além da união do grupo: as situações de confronto com a polícia, jagunços, de ocupação de prédios públicos; a discriminação sofrida e a solidariedade recebida, sobretudo da Igreja. Lembram que a Diocese de Goiás e alguns sindicatos da região coordenaram campanhas de arrecadação de mantimentos. Receberam igualmente apoio de famílias assentadas, que doaram alimentos e cederam terra para eles plantarem.

As entidades que mais nos ajudaram. Em primeiro lugar, foi a Igreja Católica e, segundo, o sindicato, entidade política. Prefeito, nós não tivemos quase nada na ocasião.  
(assentado, 1997)

---

<sup>201</sup> A “mística”, que também é vivenciada em eventos como caminhadas e romarias, é um aspecto fundamental da prática dos sem-terra, esteja o grupo ligado diretamente à Igreja ou não.

<sup>202</sup> Esta cruz existe até hoje e está situada numa área de pomar, atrás da casa de um assentado.

Contam que não obtiveram apoio das prefeituras de Goiás e Itapirapuã, pelo contrário, e que foram muito discriminados pelos seus moradores, que os viam como bandidos. O prefeito de Itapirapuã era filiado à UDR na época e eles suspeitam que ele seja o principal responsável pelo fato de os comerciantes de lá terem se negado a vender mercadorias para os sem-terra no princípio. De um modo geral, eles se queixam de terem sido tratados pela população local de maneira hostil.

O povo de Itapirapuã tinha medo de nós. Eles tinham receio de nós. Consideravam nós marginal, bandidos. O quanto que era bem diferente. Nós estávamos em busca do pão de cada dia para o sustento dos nossos filhos e nosso mesmo, porque nós não sabíamos fazer outra coisa. Não sabemos até hoje. (...) As piores coisas que eu enfrentei, não foi passar fome: é a discriminação que nós passamos. Essa é sofrida, bastante sofrida. (...) Mas, então, as piores coisas que a gente passou foi isso. Não foi a falta de comida - a gente não considera isso como um sofrimento. Aquelas noites chuvosas, menino molhado, polícia despejando a gente. Muitos, até a gente contava como atrevido, mas nunca chegou a tomar um tapa da polícia. Só um companheiro nosso, que tomou uma coronhada, o Orlando. (...) Pior, que os trabalhadores da cidade discriminavam nós. Pobre que nem botina pra calçar não tinha lá. Essa é a verdade. (assentado, 1997)

Nos relatos sobre os momentos de maior tensão, o confronto com a autoridade constituída ora resulta em intimidação, ora em atos de ousadia e, em certos casos, até mesmo deboche. Alguns assentados afirmam que, durante a ocupação do prédio do IDAGO, sentaram nas “cadeiras dos doutores” e colocaram os pés em cima das mesas. Outras vezes, a coragem se alterna com o medo, como se pode ver em muitas narrativas masculinas.

A primeira vez que nós entrou na terra, chegou a polícia: “Como você chama, como você chama rapaz!” E a gente nem deu bola, né. Depois tinha uma tapera véia, onde é o João Cunha, nós acampamos lá. Ele levou nós para um canto véio lá e ficaram escrevendo naquelas maquininhas de... (datilografar). Pessoa que... ficou sentado feito besta lá, pra mim é besta, né? Aí eu falei, não vou assinar isso, não vou dar declaração nenhuma. Ele começou a ralar e eu saí para fora e sentei lá. Aí ele chega: “Você fica aqui”, então tá bão. Era uma multa que vinha para pagar os estragos da área. Eu não falei nada.

Aí o tal do sargento querendo me pendurar de cabeça pra baixo: ‘Você que é o chefe? Você é o cabeça?’ Mas o soldado é burro demais. Tinha uma mochilona. Peguei revolve, qualquer coisa, eu... Era cheio de bolsinho, botei num bolsinho dela. Ela tinha tampa, tampei. Rapaz, o bicho chegou no fraga. Chegou assim de seqüência, puft! Só vi o soldado. Aquele bicho é o cão, agora eu tô lascado! Eles pulando, eu pulando mesmo no chão e falei: ‘Ô desgraça!’. A mochila virou e eles nem... Se eles pegam o meu revolve, queriam saber quem era o dono. Meti o pé nessa mochila, o trem caiu pra lá, aí ficou oiando. Aí fui pro meio deles, pensei: ‘Pode ficar tranqüilo, não vai oiá, mesmo.’ Entrei no meu barraco, fiquei quietinho. (depoimentos de um mesmo assentado, 1997)

As mulheres falam das condições precárias dos barracos, das crianças que adoeciam, mas também lembram de passagens em que a atuação feminina teve importância fundamental. Nestes relatos, a tônica recai sobre a esperteza e os artifícios femininos e não sobre a sua coragem, atributo mais valorizado entre os homens como símbolo de sua masculinidade. Veja a citação abaixo relativa a estratégias por elas adotadas numa situação de despejo:

A gente vem sozinha no caminhão, mas pra voltar eles têm que tirar. Eles têm que carregar pra gente. Aí é a hora da gente começar a encher saco de pedra... Dar trabalho pra eles não querer despejar outra vez. Soltar as galinhas e ficar... Fez isso aqui também. Esses dias estava lembrando disso, eles doido pra ir embora, cada hora uma mulher solta uma galinha: ‘Ah! Não vai embora que a minha galinha tá ficando!’ A polícia morre de raiva. Eles pagam o dinheiro deles pra tirar tudo. ‘Ah! Não vou embora porque meu menino tá com fome, tem que terminar essa mamadeira aqui. Tem que fazer isso aqui, ainda.’ A gente acerta isso, antes, pra cansar a polícia. (...) Muita madeira para o rancho - pra fazer um barraco lá na BR, onde vai ser despejado. Aí põe o soldado pra carregar a madeira pra gente, fala que não tem marido. Eles morrem de raiva. Ele vai deixar a mulher carregar um pau enorme? Ele está pago pra tirar - porque pagam um extra. Fazendeiro, às vezes, até dá um troquinho pra eles, né? (assentada, 1997)

Apesar de temerem a violência da polícia, era dos jagunços que mais tinham medo. Entre outros motivos, devido ao fato de possuírem conhecidos e parentes trabalhando na polícia. Se, por um lado, tal conhecimento os deixava mais tranquilos, por outro, está na origem de julgamentos morais e críticas dirigidas aos policiais, constituindo-se um caso típico em que o processo de dominação divide internamente as

classes subalternas. Fato que pode ser agravado, quando esta divisão se sobrepõe a laços de família, como no caso abaixo.

Soldado não vale nada. Teve um, que o pai estava acampado e o filho veio e nem cumprimentou. (relato de um assentado, 1997)

Há também situações em que o conflito é contornado e os ânimos controlados por meio do “jeitinho”, da dissuasão. Segundo um assentado que trabalhou como segurança no acampamento, a polícia que veio despejá-los na primeira ocupação acabou ficando com eles durante quatro dias, “jogando e tomando café”. Porém, nesta mesma ocasião, quando o oficial de justiça veio apresentar a ordem de despejo, foi cercado pelo grupo munido de enxadas e foices.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, muitos se recordam deste tempo com algum saudosismo. A união e a solidariedade existente entre os “companheiros de luta”, quando eles não tinham quase nada mas dividiam tudo o que tinham, são sempre enfatizadas, em oposição à constatação da intensificação dos conflitos internos após a entrada na terra. A união e a solidariedade são valores que simbolizam este período no discurso da maioria dos assentados e aparecem como os principais recursos que, juntamente com o princípio da organização, permitiram ao grupo atravessar as dificuldades maiores e conquistar a terra.

Contudo, aos olhos de quem estava de fora do efeito de “encantamento” exercido pela vivência de *communitas*, a proximidade dos barracos e a imprecisão na separação entre o público e o privado no interior do acampamento pode ser tomado como uma promiscuidade indesejada. Veja o que pensa uma assentada que entrou no grupo por meio da compra de um lote e cujos pais participaram do acampamento:

Tinha mãe desmanzelada e as crianças queimavam, desidratavam... Era tudo uma bagunça, tudo misturado. As barracas, uma colada na outra. Uns faziam confusão e foram saindo. (...) Até hoje não acho de acordo da pessoa invadir terra porque coloca muito inocente, muita criança no meio. Tinha que fazer um acordo com os fazendeiros e com o INCRA, e não, colocar as crianças na frente. (assentada, 1998)

### 3.3. O acampamento: organização social e política e forma de espacialização<sup>203</sup>

Neste item, pretende-se analisar de forma mais detida alguns aspectos referentes à organização social e política do grupo estudado e à sua forma de espacialização durante o período que vai do início da luta, com a primeira ocupação, até o momento de distribuição dos lotes e o assentamento definitivo das famílias. Ou seja, quando estes sem-terra se espacializam no *acampamento* e passam a ter o seu cotidiano fortemente marcado pela luta política, adotando a identidade de *acampado*.

A criação de um espaço especial de luta e resistência reunindo o grupo confere, a este, maior visibilidade e poder de pressão. Por se tratar também de um espaço de morada, onde os sem-terra e suas famílias levam uma vida em comum, subordinada a um projeto político coletivo, e estão, de certa forma, isolados do contexto social envolvente, o acampamento é uma experiência que favorece a mobilização do grupo e o aprendizado político.<sup>204</sup>

A reunião de famílias de diversas origens num mesmo espaço de vida dá início à formação de uma nova comunidade. Ao lado da componente político-estratégica que representa um dos principais traços da organização social dos sem-terra, observa-se uma influência significativa do modelo da comunidade utópica na vida dos acampados de Retiro e Velho, sobretudo em seus primeiros momentos, quando estes alcançam um maior afastamento em relação à sociedade em que se inserem.

A *fase de acampamento* pode ser subdividida em duas. A primeira, corresponde ao período de *conquista da terra* propriamente dita, o que inclui as duas ocupações e o tempo de estada na BR e em frente ao Fórum de Itapirapuã. Nesta etapa, que durou cerca de um ano e meio, a vida no acampamento é caracterizada pela provisoriade e por uma maior autonomia sócio-política da comunidade. A segunda é a *fase de pré-assentamento*, que vai do momento da instalação do grupo pelo INCRA na primeira fazenda desapropriada até a liberação da outra área, estendendo-se por um período de dois anos. Como sugere o próprio termo pré-assentamento, observa-se a partir daí uma

---

<sup>203</sup> Além dos relatos referentes ao período do acampamento recolhidos em entrevistas realizadas com assentados e agentes de mediação, esta parte do trabalho se utiliza de uma fonte de dados bastante especial: os cadernos de anotação de Maria José F. de Brito Costa. Importante liderança do grupo, Maria José registrou em diário diversas reuniões de que participou na época, procurando copiar as falas dos participantes de maneira o mais fiel possível e, em algumas passagens, acrescentando comentários pessoais. São registros detalhados, cuja riqueza de informações deixaria qualquer pesquisador de campo impressionado. Senti-me descobrindo um tesouro ao folhear os caderninhos de Maria José e sou-lhe imensamente grata por ter podido utilizá-los em meu trabalho.

perspectiva de continuidade, que se relaciona a um processo de vinculação crescente à sociedade envolvente e à tendência de uma maior estruturação da comunidade.

Na *fase de conquista da terra*, desde a primeira ocupação, os sem-terra passam a viver num estado de exceção e o relacionamento de *communitas* se impõe como se fosse uma obrigação ritual. A entrada na luta implica a ruptura das relações de dependência que estes mantinham com as classes dominantes locais e também o rompimento com a família que, em muitos casos, se opõe ao movimento. Este afastamento em relação à sociedade envolvente e o relativo fechamento do grupo no acampamento favorece a união entre eles. Além disso, a vivência da comunidade utópica, de forte inspiração cristã, é estimulada pelo trabalho de mediação da Igreja.

No acampamento, o tempo e o espaço são envoltos pela mística e o grupo enfrenta junto os desafios e dificuldades do embate político e as privações e sofrimentos vividos nos barracos de lona preta, quando tomaram muita “chuva no lombo”. A partilha de um ideal comum e de uma condição de vida extremamente dura gera sentimentos de cumplicidade e de igualdade entre os “companheiros de luta” e dá origem a fortes laços de solidariedade e a um espírito de comunidade entre eles. Tal vivência possui um efeito “mágico”, que cria uma sensação de poder e contribui para que o grupo permaneça mobilizado durante o período de luta.<sup>205</sup> Talvez aqui esteja uma pista importante para se compreender o sucesso relativo, porém efêmero, de experiências coletivistas realizadas neste período, como se verá melhor a seguir.

No entanto, a *communitas* ocorre sob condições muito especiais. Mais do que o protótipo do mundo que se deseja, ela é vivida como uma situação transitória no movimento de retorno do sem-terra à ordem camponesa por meio de uma luta política realizada no tempo e espaço da modernidade. A necessidade de regulação da vida no acampamento para potencializar esta estratégia de luta e as influências estruturais incorporadas no habitus dos sujeitos, entram em contradição com a forma espontânea do relacionamento de *communitas*.

---

<sup>204</sup> Sobre acampamento e espaço de socialização política, ver Fernandes (1996.:237-241)

<sup>205</sup> “A ‘communitas’ espontânea tem algo de ‘mágico’. Subjetivamente, há nela o sentimento de poder infinito.” (Turner, op. cit.:170) Nesta passagem, o autor chama a atenção para a força da experiência mística, fato em relação ao qual as lideranças do MST parecem ter plena consciência. Para o MST, a “mística” corresponde a formas de concretização do ideal de unidade com o objetivo de alimentar a luta. (Stédile e Fernandes, 1999:129-137) Neste sentido, a experiência de *communitas* na fase de acampamento também pode ser entendida como uma manifestação da “mística”.

O acampamento se apresenta organizado a partir de um conjunto de normas e práticas determinadas pelos sem-terra em função de seus objetivos político-estratégicos e das necessidades imediatas do grupo. A experiência do acampamento envolve a reprodução de um saber construído e acumulado ao longo da trajetória do movimento social de luta pela terra que, além de sua manifestação local, também possui expressão regional e nacional. Os acampados de Retiro e Velho, de modo semelhante à maioria dos sem-terra orientados pelo MST ou pela CPT em diferentes estados brasileiros, organizaram-se com base nos princípios da disciplina e da divisão do trabalho.<sup>206</sup>

Com o passar do tempo, observa-se o avanço continuado do processo de institucionalização das relações sociais no interior da comunidade, o que se intensifica durante o *pré-assentamento*. Por um lado, a entrada na terra pelas mãos do INCRA implica a responsabilização do órgão pelo grupo, que, mesmo vivendo de modo muito precário, passa a contar com alguma proteção e assistência. Isto representa um passo importante no sentido de sua integração à sociedade envolvente e às suas leis. Por outro lado, eles já se sentem, de certa forma, donos da terra e de seus recursos nesta fase. Logo depois que entraram na terra, o administrador da fazenda veio retirar uma madeira que já havia sido cortada e eles não o deixaram levá-la.<sup>207</sup>

Tais mudanças afetam de maneira significativa a vida da comunidade. Aumentam as disputas travadas para a definição da posição ocupada por cada um no interior do grupo, acirrando antigos conflitos. O que se prolonga pela fase de assentamento, quando se intensifica o processo de estruturação social.

Um membro da CPT, comparando a fase de acampamento com a de assentamento, enfatizou a diferença existente em relação à vida comunitária em cada uma delas:

(...) no dia da ocupação, você nunca viu coisa bonita na sua vida desse jeito. De madrugada, de noite, o pessoal guarda segredo, pessoal ocupa, que beleza! Todos fazendo o barraco de todos, buscando madeira para todos. O pessoal, quando uma família tá sem alimento nos acampamentos, eles fazem a campanha da xícara. Que significa isso? Cada um dá uma xícara de arroz. Então, de 100 famílias uma xícara de

<sup>206</sup> Stédile (1999:31-56) menciona a existência de sete princípios organizativos que orientariam a prática política do MST, são eles: direção coletiva, divisão de tarefas, disciplina, estudo, formação de quadros, luta de massas e vinculação com a base.

<sup>207</sup> Como lembra Turner (1974), há uma íntima relação entre estrutura e propriedade.

arroz, o cara tem 30 Kg de arroz. Então essa solidariedade, roça comunitária, despejo vai todo mundo junto, volta, tudo comunitário. Recebeu a gleba de terra, 70% hoje põe o cadeado na porteira e começa a brigar com o vizinho. (membro da CPT, 1997)

Este comentário deve ser entendido a partir do compromisso do agente pastoral com o projeto de construção de uma comunidade utópica socialista no assentamento, o seu deslumbramento com a união dos sem-terra e posterior decepção causada pelo desenrolar do processo. Contudo, como se verá no próximo capítulo, outras formas de solidariedade vão ocorrer no assentamento, na medida em que o grupo vai se tornando uma comunidade camponesa.

#### - **A divisão do trabalho: as comissões ou grupos de atividade**

Foram formadas comissões ou grupos de atividade especializados nos diferentes assuntos desde o início da primeira ocupação. Segundo registros de uma de suas lideranças, as primeiras equipes de trabalho criadas e suas respectivas funções eram as seguintes:

- 1- Equipe de coordenação: fazer todas as outras funcionarem bem;
- 2- Equipe de negociação: marcar audiência com autoridades e viajar para tratar dos negócios de interesse do grupo;
- 3- Equipe de caixinha: receber e distribuir o dinheiro de acordo com as necessidades do grupo e prestar conta dos gastos diariamente;
- 4- Alimentação: arrecadar alimentos, receber e distribuir de acordo com as necessidades;
- 5- De recepção: registrar a saída do acampado e marcar o dia de seu retorno e receber as visitas;
- 6- De segurança: escalar os homens que farão a guarda do acampamento;
- 7- De saúde: cuidar de quem estiver doente, levando até mesmo para o hospital se precisar, e receber remédios ou comprar com o dinheiro da caixinha;
- 8- Das crianças: olhar as crianças e chamar os pais se precisar, quando houver algum problema;

Neste período, havia a recomendação para que cada equipe fosse composta por, no mínimo três pessoas, sendo cada uma de uma localidade diferente - Itapirapuã, Goiás e Itapuranga -, especialmente no caso das equipes de alimentação e da caixinha. Tratase de uma tentativa de evitar possíveis divisões internas relacionadas à questão de origem.

Após o segundo despejo, as comissões ficaram um pouco desmobilizadas, permanecendo mais atuante apenas a equipe de coordenação. Para fazer frente ao desânimo causado pelos desgastes da luta e evitar o esvaziamento do acampamento, a organização do grupo foi reestruturada quando eles se instalaram em frente ao Fórum. Em 5 de fevereiro de 1989, foram refeitas todas as comissões e criadas outras com dois membros em média. Veja a lista abaixo:

- |  |                              |
|--|------------------------------|
| 1- Comissão Central;                     | 9 - Cantina;                 |
| 2- Comissão das crianças;                | 10- Reza;                    |
| 3- Arrecadação;                          | 11- Distribuição de roupas;  |
| 4- Coordenação de jovens; <sup>208</sup> | 12- Recepção;                |
| 5- Serviços internos;                    | 13- Farmácia;                |
| 6- Fiscal;                               | 14- Trabalho de base;        |
| 7- Telefones;                            | 15- Comissão de negociação e |
| 8- Caixinha;                             | 16- Segurança                |

Verifica-se o desdobramento de certas funções com uma maior especialização das equipes de trabalho e o aumento do número de pessoas envolvidas nas atividades. A divisão de tarefas contribuiu para a manutenção da unidade do grupo na medida em que valorizou a participação de cada um e reforçou o sentimento de igualdade.<sup>209</sup> A

<sup>208</sup> Os jovens em geral constituem uma categoria especial nos acampamentos, que participa ativamente da luta e do aprendizado político verificado no período. O MST tem procurado reforçar o caráter pedagógico desta vivência, incentivando a formação de grupos de jovens e envolvendo-os nas atividades do acampamento, além de preparar quadros para a militância no Movimento. Esta, dentre outras questões relacionadas aos jovens no processo de Reforma Agrária, possui grande importância e merece uma análise mais aprofundada, que se pretende desenvolver em outra oportunidade.

<sup>209</sup> A ampliação da participação popular no movimento e a necessidade de criação de espaços para que todos possam se envolver em atividades concretas relacionadas ao movimento em seu próprio assentamento ou acampamento têm sido preocupações constantes do MST. Na cartilha “Vamos organizar a base do MST”, além das comissões, é sugerida a criação de grupos de famílias compostos com cerca de

preocupação com a representação por localidade não teve mais a importância de antes. Nesta ocasião - cerca de um ano depois da primeira ocupação-, o grupo já possuía uma história em comum.

A equipe de alimentação, por exemplo, foi dividida em comissão de arrecadação e cantina. Nesta fase, o grupo recebia doações de origens diversas e era a comissão de arrecadação que coletava os alimentos. Ela era encarregada de preparar a lista com o nome das famílias a serem beneficiadas com a distribuição de cestas básicas pelo Estado e emitir recibos para os demais doadores.

A cantina administrava os recursos, realizando a distribuição dos mantimentos conforme a necessidade de cada família, ou seja, o número de bocas para alimentar. Havia no grupo algumas mulheres que eram funcionárias da prefeitura e, quando necessário contribuíam para a cantina com alimentos. Mas, quando alguma coisa faltava em suas casas, elas iam lá pegar.

Tinha a comissão de dividir. Eram quatro pessoas: quatro potinhos de arroz, meio de óleo. Tudo certinho. E a gente tinha um dinheirinho, a gente não buscava, porque o grupo estava apertado. Só se a gente também estivesse feio. Porque, às vezes, gente dividia. Aconteceu, muitas vezes, que eu tinha e ninguém tinha; eu pegava as minhas coisas e colocava na cantina. Aí, quando chegava na cantina, se eu dividi o meu, fiquei sem o mês todo. Aí, eu buscava na cantina aos pouquinhos, outra vez. Ah! O tempo da cantina era uma beleza, porque todo mundo tinha. (assentada, 1997)

Também foram criadas comissões para desempenhar novos papéis como é o caso da equipe de fiscais, de trabalho de base, de reza e a coordenação dos jovens, além do grupo de mulheres. Tal diversificação está relacionada com a identificação de novas necessidades pelo grupo e suas lideranças, que, entre outras coisas, apresenta uma maior preocupação com questões relacionadas à formação político-ideológica de seus membros, sobretudo dos jovens. A existência de uma comissão voltada especificamente para o trabalho de base demonstra bem isso.

---

10 a 15 famílias vizinhas, para discutir sobre questões gerais relativas ao cotidiano da luta e definir posições em questões estratégicas a serem tratadas em assembléia do grande grupo.(1994:11) Em visitas a assentamentos em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, verificamos que, quando existe esta forma de organização, observa-se a tendência a um maior amadurecimento político dos assentados e uma melhor articulação no interior do grupo.

A criação da comissão de fiscais teve como objetivo garantir o cumprimento das regras estabelecidas no estatuto do acampamento e a manutenção da moral e dos bons costumes. Os fiscais tinham autoridade para impor a ordem e intervir em brigas entre os acampados. Segundo os próprios sem-terra:

Quando está todo mundo junto, tem que ter cuidado para não dar confusão. (assentado, 1997)

As comissões eram geralmente compostas por homens adultos e chefes-de-família. Os jovens solteiros tinham uma participação marginal na coordenação dos trabalhos e a participação das mulheres concentrou-se em determinadas áreas, como a comissão de crianças, coordenação de jovens, reza, distribuição de roupas. A presença feminina foi aceita em outras equipes, sobretudo quando era necessário alguém para fazer anotações. Há, no grupo, mulheres melhor capacitadas para a atividade escrita do que a maioria dos homens.

A equipe de coordenação ou comissão central e a equipe de negociação atuavam como representantes legítimos dos acampados, desenvolvendo o trabalho político por excelência. Enquanto uma mesma liderança esteve à frente da primeira durante quase toda a fase de conquista da terra, a comissão de negociação não apresentava uma composição fixa, seus membros eram escolhidos em assembléia a cada nova viagem para tratar com as autoridades sobre o processo de desapropriação.

O motivo declarado para o revezamento entre os negociadores era o da possibilidade de aprendizado da prática política para um maior número de representantes. Porém, como a oportunidade de sair do acampamento e de viajar para Goiânia ou Brasília despertava interesse e era disputada por algumas lideranças, o revezamento também aparece como um meio de contemplar um maior número de pessoas.

A pouca disponibilidade de recursos para empregar no deslocamento da comissão de negociação restringiu o raio de atuação política do grupo, que acabou tendo um melhor desempenho na esfera local. A sua articulação a um movimento com expressão em nível estadual e nacional foi muito importante, embora também estes

dispusessem de poucos recursos. Isto ajudou ao grupo a projetar-se para além das fronteiras locais, conferindo-lhe um maior poder de pressão.

O grupo de mulheres realizava reuniões frequentes para discutir assuntos gerais relacionados ao dia-a-dia no acampamento. Os pontos de pauta mais recorrentes em suas reuniões relacionavam-se ao bem-estar da família e à religião: crianças, escola, lonas para os barracos, abastecimento alimentar, organização de novenas e rezas. O que, juntamente com o tipo predominante de trabalho desenvolvido pelas mulheres nas comissões, revela a permanência, em linhas gerais, da divisão tradicional de papéis entre os sexos no acampamento.

Porém, este grupo parece ter sido o espaço encontrado por lideranças femininas de perfil progressista para atuarem mais livremente, apresentando as suas idéias e avançando nas discussões. Certas propostas apresentadas por lideranças femininas em assembléia foram discutidas e amadurecidas antecipadamente no interior do grupo com o objetivo de fortalecer a posição das mulheres nestas ocasiões. Um exemplo disso foi o da demanda, não atendida, de uma maior democratização do acesso às coordenações das comissões com a definição da participação paritária de mulheres, homens e jovens.

A distribuição das atividades a partir das comissões prossegue durante todo o período de acampamento. Porém, na fase de pré-assentamento, a produção econômica ganha maior importância, refletindo-se em toda a dinâmica interna do grupo e, principalmente, em sua forma de espacialização.

**- Sociabilidade e poder no acampamento: o estatuto, a assembléia e a associação**

Segundo os assentados, o acampamento funcionava bem, tinha uma boa coordenação e era visto como um exemplo de organização em todo o Estado de Goiás. Já na primeira ocupação, foram estabelecidas regras de conduta próprias por meio de consenso, constituindo um estatuto. A adoção deste “sistema regulador alternativo” representou a auto-imposição de um “regime de guerra” entre os acampados. Veja abaixo os termos do Estatuto, que permanece em vigor durante todo o período do acampamento:

### ESTATUTO DO ACAMPAMENTO DOS SEM-TERRA DA FAZENDA RETIRO<sup>210</sup>

- 1- ter disciplina;
- 2- respeitar os colegas;
- 3- ser responsável e ter compromisso com o trabalho;
- 4- não tomar bebidas alcoólicas no acampamento;
- 5- não brigar e não entrar em briga de crianças;
- 6- corrigir as crianças de maneira educativa;
- 7- ficar 20 dias no acampamento e sair 4 para tratar de interesse pessoal;
- 8- avisar com antecedência quando for sair;
- 9- sair apenas 4 pessoas de cada vez;
- 10- ter alguém para evangelizar;
- 11- manter o grupo unido em caso de despejo;
- 12- ter equipes para que cada um saiba a sua função;
- 13- manter a caixinha com 30% da renda pessoal.

Regras de conduta moral que caberiam à tradição e ao senso comum em condições normais são determinadas pelo estatuto, que tem peso de lei. A referência expressa quanto à conduta a ser seguida no trato com as crianças e os relatos recorrentes sobre brigas e atritos entre pais decorrentes de problemas com os filhos demonstram a tensão que existe no acampamento devido ao fato de ele ser, ao mesmo tempo, espaço de luta e de moradia, onde não há uma clara distinção entre o público e o privado.

Normas características da ordem social camponesa são relativizadas. Um exemplo disso é a suspensão de algumas obrigações de parentesco com familiares não acampados na medida em que estas podiam implicar lealdades externas antagônicas aos interesses da comunidade.<sup>211</sup> Em outros casos, verifica-se a existência de jovens solteiros ocupando uma posição equivalente à dos chefes-de-família no interior do

---

<sup>210</sup> Segundo documento apresentado por nossa anfitriã na área.

acampamento, assumindo as mesmas responsabilidades. Isto aconteceu sobretudo nas situações em que alguns jovens representaram temporariamente seus pais no acampamento, quando estes estavam fora, por motivo de trabalho, antes de entrarem na luta.

Todo sem-terra que desejasse possuir a sua própria parcela tinha que participar do acampamento juntamente com a sua família. A condição de acampado se impôs como uma necessidade da luta, tomando o sentido de uma obrigação ritual. Caso o sem-terra tivesse algum impedimento para se integrar ao grupo imediatamente, ele podia mandar alguém em seu lugar para “guardar a vaga”, enquanto se desligava de seus compromissos. Quando tinham filhos ainda pequenos, muitas vezes, deixaram estes com tios ou avós até que as coisas se acalmassem e eles pudessem trazê-los para a área ocupada. O vínculo com a escola justificou a permanência de algumas crianças na cidade, na companhia de suas mães.

O estatuto também impôs limites claros à liberdade de ir e vir do indivíduo, que devia se subordinar às necessidades do coletivo. Quando não se observava o cumprimento das regras, o infrator podia ser simplesmente advertido ou, em situações extremas, punido com a sua expulsão do acampamento. Porém, qualquer tipo de sanção era submetido à aprovação da assembléia. Houve casos em que o afastamento do acampamento por tempo indeterminado foi considerado pelo grupo como desistência e resultou na expulsão do membro ausente.

Durante a maior parte do período do acampamento, até a criação da associação, a assembléia é a instância depositária da autoridade da comunidade. Da mesma forma que ela decide sobre quem sai, ela também delibera sobre quem entra. Todas as vezes em que foi preciso, foi o grupo que selecionou um novo “companheiro” para substituir aquele que partiu. A admissão de novas famílias na comunidade foi uma necessidade frequente na fase da luta, pois, além dos casos de expulsão, houve muita desistência causada pelo medo do enfrentamento com os jagunços e a polícia, sobretudo nas ocasiões das ocupações.

Nestes casos, a assembléia encaminhou ao INCRA documento comunicando o fato e apresentando o nome do novo candidato a parceleiro. Este órgão seleciona as famílias que serão assentadas segundo critérios técnicos, o que, em geral, não entra em

---

<sup>211</sup> Este fato remete à reflexão feita por Levi-Strauss (1986), que atribui à família o papel de formação de grupos, situando-a entre o indivíduo e a sociedade.

conflito com a seleção realizada pelos próprios sem-terra. Porém, isto aconteceu com o grupo de Retiro Velho e este órgão foi levado a alterar a sua lista de cadastrados devido à pressão sofrida, o que não tem sido raro na região.

“(...) o INCRA veio com a lei deles, que tirava e levava os três - aqueles que tinham sido excluídos pelo INCRA. A gente fez valer a nossa autoridade aqui dentro, a gente não deixou. A gente tem que falar, lembrar, que existe organização para fazer valer.”  
(assentada, 1997)

Nesta fase, as assembléias eram frequentes, chegando à média de três vezes por semana nos períodos de maior mobilização, e estavam abertas à participação de todos os membros da comunidade, não importando o sexo e a idade. Eram realizadas constantemente reuniões das comissões de trabalho para discutir os mais variados assuntos relativos ao dia-a-dia da comunidade, o que foi facilitado pela proximidade dos barracos. Também costumavam se encontrar para rezarem juntos.

Por um lado, esta prática mais democrática na condução dos assuntos da comunidade entra em conflito com a tradição camponesa, que concentra na figura do pai de família a autoridade máxima. Por outro, a maior participação das mulheres nestas discussões parece estar relacionada em grande parte ao fato, já mencionado, da difícil separação entre o público e o privado no interior da comunidade. O espaço público aparece melhor delimitado nas relações estabelecidas com a sociedade abrangente, sobretudo quando a comunidade age como entidade política em face do Estado e da classe dos latifundiários. Neste caso, a dominação de gênero é mantida, cabendo predominantemente aos homens a função de representação.

Isto não implica negar a relevância do papel desempenhado por certas lideranças femininas em todas as fases do processo, inclusive atuando na coordenação do acampamento. Porém, trata-se de uma participação que precisa se impor, diante de fortes resistências, a cada passo da luta, muitas vezes lançando mão de artifícios femininos e evitando o confronto direto de posições.

A organização interna do grupo não se apresenta de forma estática durante a fase de acampamento. Pelo contrário, é resultante temporária de um processo bastante dinâmico de constituição do campo social em uma comunidade em formação.

Diferenças relacionadas à procedência das pessoas e à sua formação política, entre outras, deram origem a divergências entre os acampados.

Porém, o principal ponto de discórdia entre eles foi, desde o início, a defesa de projetos distintos para o grupo, o que, num primeiro momento, aparece de forma mais evidente nas propostas de funcionamento interno da comunidade. Havia os que se inspiravam em valores e padrões tradicionais e aqueles que propunham práticas mais “democráticas”, aprendidas nas CEB’s. De acordo com as circunstâncias da luta, a influência destas perspectivas apresentou um peso variável.

Nos momentos de maior mobilização política do grupo, prevalecem as práticas da democracia de base das CEB’s, mais próximas do modelo de *communitas*. Nestas ocasiões, a comunidade aparece como entidade total e verifica-se uma tendência a identificar os interesses comunitários com os interesses individuais, adotando-se o consenso como princípio de contrato social.<sup>212</sup> Nos períodos marcados pelo desgaste provocado pelos embates da luta e pela longa espera, o consenso é questionado e os conflitos internos ganham maior expressão.

Na fase de pré-assentamento, os sem-terra são vinculados ao INCRA. Ao tornarem-se dependentes deste órgão, eles têm a sua autonomia diminuída. Verifica-se a interferência da institucionalidade envolvente na comunidade, afetando os mecanismos de decisão e de representação política em vigor até então. Impõe-se a necessidade de criação de uma associação, entidade juridicamente constituída, para intermediar a relação entre o Estado e os acampados, sobretudo no que se refere ao repasse de recursos. O que causa uma série de impactos na vida da comunidade, como se verá a seguir.

Representantes da Secretaria da Agricultura do Estado realizaram algumas reuniões com os sem-terra para discutir sobre a criação de uma associação e o modelo de estatuto a ser adotado no primeiro semestre de 1990. Em agosto deste mesmo ano, foi fundada a Associação Retiro e Velho com o objetivo de facilitar a negociação da segunda área e a captação de recursos financeiros. Veja a seguinte afirmação de um assentado:

---

<sup>212</sup> Neves (1997:111-123) chama a atenção para o aprendizado do consenso como princípio de contrato social quando trata da forma sacralizada com que certas entidades especializadas em incentivar o processo de organização política dos trabalhadores têm defendido a comunidade como unidade geral encapsuladora de indivíduos.

Tem que ter associação para conseguir os financiamentos. Sem associação não dá em nada. (assentado, 1997)

Entretanto, o surgimento da associação parece ter contribuído para acirrar uma série de disputas internas, sobretudo a mais significativa delas: entre os individualistas e os coletivos. Segundo Pessoa (1997), a questão do individual e do coletivo é um importante complicador da realidade dos assentamentos: “(...) o fulcro das principais dificuldades de entendimento do grupo” que gera uma divisão entre “nós” e “os outros”.(op. cit.:181)<sup>213</sup>

Desde o início do pré-assentamento, havia um grupo, composto com cerca de um terço dos membros do acampamento, que discutia um projeto de agrovila. Eles avaliaram a possibilidade de criação de uma associação só com os interessados nesta proposta, mas concluíram que seria melhor permanecerem todos juntos para negociarem a terra. Pois, desta forma, teriam mais força. Veja o argumento apresentado por um de seus representantes:

Aqui dentro, a maneira de explorar é nós que decidimos, mas, lá fora, a associação é uma só. (assentado na ocasião da discussão, retirado do Diário de Maria José)

O grupo de Goiás, cujas principais lideranças foram formadas no interior das CEB's, estava, na sua maior parte, envolvido com este projeto e tinha a intenção de manter-se firme em sua “união com a Igreja”. Verifica-se uma tendência entre eles para identificar produção coletiva com ideais comunitários. Para estes sem-terra, aqueles que se contrapunham ao seu projeto eram vistos como “individualistas”. Ligadas a este fato, observam-se disputas pessoais pelo poder, que chegaram a envolver composições com o quadro político-partidário local.

Tais divergências vão se acumulando e levam o grupo à criação da segunda associação em 1993, quando já estavam assentados. Neste ano, apareceram pela

---

<sup>213</sup> Pessoa identifica quatro perspectivas possíveis de abordagem da questão tanto para os mediadores como para os trabalhadores rurais. São elas: a moral, a ideológica, a pragmática e a cultural. O autor

primeira vez dois candidatos para a presidência da Associação Retiro e Velho. Depois de realizada a eleição, o candidato derrotado resolveu sair e fundar outra associação, a Associação Nossa Senhora Aparecida, levando junto vários assentados.<sup>214</sup>

Quando perguntados sobre o que teria levado à divisão do grupo em duas associações, muitos não sabem dizer ao certo qual foi o verdadeiro motivo. Apresentaram uma série de explicações, que vão desde pequenas brigas, motivadas por questões pontuais, até uma explicação técnica, que relaciona a divisão das associações à necessidade de haver uma para cada P. A. Veja alguns depoimentos tomados junto aos assentados em 1997.

A divisão se deu por questões políticas (...) O que atrapalha é o individualista, mas a minha Associação é até organizada. O individualista é aquele que quer para ele, não divide nada. (assentado, 1997)

O pessoal tem as suas idéias. O pessoal se dividiu por questões políticas, o prefeito... Mas quem atrapalhou a associação já saiu, já vendeu o lote (...) A outra associação não quer saber de coletivo. (assentado, 1997)

As diferenças é porque o povo não tava entendendo das coisas. O povo queria mandar e não podia, queria fazer festa e o dinheiro não podia. A assembléia liberou dinheiro para a festa e o presidente não queria soltar tudo porque tinha uma viagem a Brasília para cuidar de assunto nosso. (assentada, 1997)

---

analisa esta problemática de forma abrangente, enfatizando que a idéia de organização coletiva sempre resulta da orientação dos mediadores. (op. cit.:180-191)

<sup>214</sup> A seguir será apresentado um pequeno histórico com os nomes dos presidentes e as respectivas datas de suas gestões, tanto para a Associação Retiro Velho quanto para a Associação Nossa Senhora Aparecida até 1997.

1990 – Bento foi eleito o primeiro presidente da Associação Retiro Velho.

1991 – Brás foi o segundo presidente, com muito apoio.

1992 – Bento foi eleito o terceiro presidente.

1993 – Até então sempre havia apenas uma chapa concorrendo. Nesse ano, formaram-se duas chapas, uma encabeçada por Joaquim e outra por Bento. Joaquim venceu. Bento formou a Associação N. S. Aparecida, sendo o seu primeiro presidente.

1994 – Sr. Abelardo foi eleito presidente da Associação Retiro Velho e Sr. Bento da N.S. Aparecida.

1995 – Sr. Emídio foi eleito presidente da Associação Retiro Velho e o Sr. Brás da N.S. Aparecida.

1996 – Joaquim é eleito novamente presidente da Associação Retiro Velho. Nesse ano Zé Tiago foi eleito presidente da Associação N.S. Aparecida.

1997 – Joaquim mantém-se como presidente. Sr. Clovis foi eleito presidente da Associação N. S. Aparecida.

Em 1998 a Associação Retiro e Velho contava com 17 associados e a Associação N. S. Aparecida com 26. Segundo membros da primeira, a saída de pessoas de sua associação para filiar-se à segunda não tem sido mais motivo de conflitos. Atualmente algumas pessoas da Retiro e Velho chegam a pensar na possibilidade de realizar, no futuro, a transferência de todos os sócios para a Associação N. S. Aparecida, reunificando o grupo, uma vez que os principais causadores da divisão já não estão mais no assentamento.

Diferentemente do tempo em que a assembléia da comunidade deliberava sobre tudo baseada na ampla participação dos acampados, com o advento da associação, os líderes, agora reconhecidos oficialmente, tendem a concentrar maior poder em suas mãos. O processo de institucionalização avança e normas adotadas para regular a vida na comunidade refletem ora as exigências do INCRA, ora regras gerais da ordem institucional vigente. A comunidade não detém mais a autoridade total.

Verifica-se a redução da participação das mulheres e dos jovens no processo decisório, pois a eles é vetado o direito a associar-se, sendo permitido apenas a sua presença nas reuniões. A estes, só era concedida voz ativa quando estivessem representando o marido ou o pai. A única mulher que foi admitida como associada foi D. Margarida M. Borba, que era viúva e, por isso, possuía o lote em seu nome. D. Margarida foi uma das pessoas excluídas pelo INCRA e impostas pela comunidade, conforme já se fez referência.

Veja alguns argumentos apresentados pelos homens nesta ocasião: “o lugar da mulher é em casa”; “se a mulher falar aumenta muito o número de falantes”. Sugeriu-se que a participação feminina ficasse restrita aos assuntos internos do acampamento e não se envolvesse com discussões sobre projetos e liberação de recursos: “quando for projeto vêm só os chefes de casa, o dia que for polêmica, vem todo mundo”. Propunha-se, assim, a reprodução da distribuição de papéis tradicional no seio da associação, mantendo-se a identificação entre mulher e esfera privada – que, neste caso, era extensiva à área do acampamento em muitos aspectos.

Tal enquadramento da prática política representou um retrocesso em relação à fase anterior, causando reação por parte dos interessados, sobretudo, as lideranças femininas. Certa ocasião, quando estavam reunidos com uma liderança do MST na

região e o assunto apareceu, esta enfatizou a diferença existente entre um grupo qualquer de produtores que resolve criar uma associação e um grupo de sem-terra. Para ela, devido à experiência de luta e a uma conseqüente maior politização das pessoas, era de se esperar uma prática mais democrática no interior da associação. Depois de muita discussão em torno da questão, finalmente, a Associação Retiro Velho passou a aceitar mulheres como sócias. Porém, até hoje, a participação delas é limitada.

Foi cobrada uma “galinha gorda” como jóia para cada associado, além do pagamento de uma mensalidade com objetivo de reunirem recursos para poderem encaminhar as negociações. Alguns pediram afastamento temporário da associação enquanto a terra ainda não estava dividida, alegando não ter condições de pagar a mensalidade, considerada alta. Neste contexto, diferenças sociais intra-grupo são realçadas e observa-se situações de discriminação. Veja a seguinte declaração registrada no diário de Maria José: “disseram que não podia votar quem não pagou.”

Na época da criação da associação, houve um acampado que se ofereceu a pagar a mensalidade da associação para ter direito aos mesmos benefícios que os sócios, porém sem que tivesse que se tornar um deles. Quando foi informado em reunião que se ele não se associasse não poderia assegurar o acesso às conquistas da associação e que o projeto de custeio pleiteado por eles só sairia no nome dos sócios, falou: “deixa como está, vocês é que mandam”. (registro do diário de Maria José)

Depois de enfrentar tantos desafios e situações inusitadas ao longo da luta, é curioso que um sem-terra apresente tal resistência frente a esta nova forma de organização. Entre outros motivos, esta posição parece estar relacionada ao próprio desconhecimento e estranhamento em relação ao que seria uma associação, prevalecendo a idéia de que o processo decisório via associação escaparia ao seu controle e o ato de se associar poderia representar a legitimação de líderes com os quais não se está de acordo.

A maior centralização do poder na figura do presidente da associação, que se torna o representante oficial do grupo junto a entidades governamentais, traz à tona antigas dificuldades. Desde o final de 1989, já se acumulavam queixas quanto ao desempenho de certas lideranças. Alguns achavam que elas estavam ficando “viciadas” e confundindo a função de coordenação com a de chefia.

A formalização das relações promovida pela associação tem um efeito ambíguo. Se, para os de fora, ela implica o reconhecimento e sustentação da autoridade da entidade, para a comunidade, gera estranhamento, desconfiança e distanciamento. Contrariamente à relativa transparência que caracterizou a prática das assembléias, a “lei” da associação não é de domínio público. A maioria das pessoas desconhece o conteúdo de seu estatuto, que foi lido rapidamente para o grupo numa reunião e não foi afixado em nenhum lugar.

Além disso, a própria idéia de constituição de uma instância de decisão e representação para atuar nos moldes da legalidade vigente, marcada pela impessoalidade, é algo que entra em choque com a visão de mundo predominante entre estes sem-terra. Segundo o assessor jurídico da CPT Diocesana de Goiás, que desenvolve um trabalho de apoio à organização do campesinato local, dedicando-se especialmente à formação de associações, é muito difícil para estes camponeses vislumbrarem o real significado de uma associação. Para ele, esta dificuldade se deve ao fato de a referência da maioria ainda ser a relação com o fazendeiro.

A associação está aberta a outros produtores do município, sejam proprietários, rendeiros etc. Hoje ela conta com a participação de um pequeno proprietário, vizinho do assentamento, instalado há pouco tempo na área e vivendo em condições extremamente precárias, em situação inferior aos assentados. O problema é que a maior parte dos recursos intermediados por esta associação são dirigidos exclusivamente aos assentados.

**- A espacialização dos sem-terra: fase de conquista da terra e pré-assentamento**

O *acampamento* é uma unidade sócio-espacial de natureza transitória e móvel, que se forma tanto no interior da terra ocupada e à beira das estradas como numa praça ou terreno baldio na cidade. Seu tamanho varia muito no tempo e, no caso estudado, ele foi reduzido de cerca de 80 para 42 famílias ao longo do processo de luta. Em geral, cada barraco, construído com lona preta e madeiras retiradas da própria área ocupada, abrigava uma família de sem-terra.

As relações sociais travadas no interior do grupo e entre este e “os de fora” dão o conteúdo do acampamento enquanto unidade sócio-espacial distinta. Na fase de

conquista da terra, salienta-se a importância de sua face político-estratégica, determinando um maior fechamento. Na fase de pré-assentamento, esta face é menos ativa e se associa a uma face econômico-produtiva, relacionada a uma espacialização de caráter mais expansivo.

*Na sua fase inicial*, a organização do espaço do acampamento é determinada sobretudo pelos princípios da unidade e da coesão dos mais fracos contra os opressores numa clara vinculação à perspectiva milenarista. Isto implica a necessidade tanto de controle interno do grupo para assegurar a manutenção desta união como do estrito controle do próprio espaço enquanto reduto a ser protegido de ameaças externas.

Na tentativa de manter a unidade da comunidade através do tempo, apesar das diferenças e conflitos do dia-a-dia, foram criados o estatuto e os devidos mecanismos para fazer valer dita lei, como a comissão de fiscais e a assembléia. Assim, o acampamento adquire o caráter de área de vigilância e controle sobre a conduta de seus membros com o objetivo de reprimir as manifestações de maior potencial desagregador. A distribuição dos barracos de forma concentrada numa pequena área favoreceu o cumprimento dessa função.

Nas duas vezes em que o grupo se instalou na terra ocupada, que constituía um terreno hostil onde a ameaça de violência era uma constante, a questão de sua defesa e segurança assumiu importância central e este espaço ganhou características de fortificação. A própria forma como se realizou a seleção do local para a instalação dos barracos já demonstra a prevalência desse objetivo.

Na primeira ocupação, eles se estabeleceram num descampado situado numa porção mais elevada, de onde se tinha uma boa visão do conjunto da propriedade e a preocupação com aspectos habitacionais parece ter ficado em segundo plano. A área escolhida para o acampamento situava-se num terreno onde não havia água boa para beber. A liderança feminina que participou da vitória para a seleção da área desculpou-se, quanto a este descuido, afirmando que os homens não a deixaram percorrer toda a área junto com eles e que a decisão final sobre o local foi deles.

Esses homens como sempre! Como eu era mulher não precisava vir olhar. Mas aí, o que aconteceu? Uma coisa importante. Eles não olharam no primeiro acampamento que a água era boa. Quando chegou lá, eu perguntei: 'Mauricinho e a água?'. Ele falou: 'Uai, tem uma vereda. É perto de uma vereda.' Mas você olhou se é uma água boa, sadia?... O

que aconteceu quando ocupou? Tem que fazer esse relato, porque a água não era uma água boa para beber, lá onde a Valdemara mora. Agora que arrumou e já tem água. Aí, então, primeiro eles fizeram igual o menino da novela:<sup>215</sup> ocupou um lugar que não tinha água. Aqui aconteceu isso. Tinha uma água, mas não prestava. (assentada, 1997)

Aprenderam a lição e, na segunda ocupação, acamparam numa área cortada pelo Córrego do Lobo e próxima a uma nascente com água de boa qualidade. Apesar da existência de água em abundância, esta área não era boa para lavoura devido ao relevo acidentado. O melhor local para acampar não é obrigatoriamente uma área boa para produzir, podendo haver, neste caso, um descolamento entre lógica produtiva e estratégia reprodutiva. Durante a fase de conquista da terra, praticamente não houve uso produtivo do espaço do acampamento. O caso de Sr. Abelardo, que cultivou milho e formou mudas de diversas plantas quando estavam morando à margem da BR 070 é uma exceção.

A situação de carência das famílias é agravada pela longa duração do período de acampamento. Nesta época, o grupo sobrevivia basicamente de ajudas externas - em alimentos, roupas e remédios – e de algum trabalho realizado fora do acampamento.

A maioria aqui não tinha era nada mesmo. Eu tinha uma casinha de quatro cômodos na periferia e sou funcionária pública. Mas, professora, já sabe o meu salário. Eu era considerada uma mulher que tinha muita coisa aqui dentro. A mulher do Zé Tiago e a do Sr João Cunha, porque eram merendeiras, salário mínimo, também eram consideradas famílias que tinham muita coisa. (assentada, 1997)

Eles possuíam um sistema de revezamento e cada semana alguns acampados saíam para trabalhar enquanto os outros ficavam. A renda de cada um era usada para o seu próprio sustento e uma parte era destinada à “caixinha” do grupo para a compra de remédios, gastos com viagem etc. Quando estavam acampados perto do Fórum, um pequeno grupo plantou arroz em terras do assentamento da Fazenda Mosquito para abastecer toda a comunidade.

---

<sup>215</sup> Referência à novela “Rei do Gado” exibida pela Rede Globo em 1996, que gerou grande simpatia pela causa dos sem-terra na opinião pública.

Também era necessário garantir a segurança do grupo para além da área onde se concentravam os barracos. Para isso, a comissão de segurança mobilizava muitos homens e até crianças. Contam que, certa vez, quando as mulheres estavam lavando roupa num riacho e havia uma criançada tomando banho, o proprietário mandou soltar o gado que havia trazido de outra fazenda em cima deles. Porém, como foram avisados pelos meninos que estavam nas árvores como vigias, alvoroçaram-se e o gado que vinha na frente assustou-se com o movimento e deu meia volta, atropelando aqueles que desciam atrás. Houve muita confusão, mas ninguém ficou ferido, só os animais, “teve bicho com pescoço quebrado, perna torcida e o proprietário perdeu umas cinco cabeças”.

Durante a fase de conquista da terra, o acampamento é um espaço à margem da ordem instituída e ora pode apresentar-se associado a um ato de transgressão, como no caso da ocupação de uma propriedade, ora representa apenas uma ameaça potencial, quando ocupa a beira das estradas ou periferia das cidades. Porém, no *pré-assentamento*, este espaço é, de certa maneira, “capturado” pela ordem dominante. Neste momento, a instalação do acampamento ocorre numa área liberada pelo Estado e este passa a interferir em sua organização, influenciando a definição de normas relativas ao acesso e uso da terra, dentre outras.

O acampamento se torna também o espaço de produção da existência, adquirindo um significado econômico, e os sem-terra passam a depender menos de ajudas externas. A espacialização do grupo agora implica a apropriação dos recursos disponíveis na área de forma regulada, em conformidade com as determinações do INCRA. Neste período, os acampados de Retiro e Velho começam a explorar a terra, retirando madeira, plantando e alugando o pasto. Embora ainda se encontrem numa situação de liminaridade, em que a terra é de todos e, ao mesmo tempo, não é de ninguém. O exemplo do plantio da “roça comunitária” é bastante representativo deste novo momento para a comunidade e sua forma de espacialização.

Em setembro de 1989, quando eles entraram na Fazenda Velha, já estavam às vésperas do início do plantio e os sem-terra não tinham sementes, nem equipamentos e nem recursos e dependiam da autorização do INCRA para poder cultivar a terra. Foi liberada apenas uma área de lavoura comum inicialmente. Fizeram um “projeto de roça comunitária” e obtiveram do INCRA os recursos necessários para começar os

trabalhos. Ao questionar sobre quem participou desta experiência, obtive a seguinte resposta de uma assentada:

Ainda todo mundo, porque não tinha terra pra todo mundo plantar. E ninguém tinha as coisas. O que a gente conseguiu, conseguiu junto. Aí plantamos. Foi o que te falei, tinha gente que falava: “Ah! Eu trabalhava mais do que o outro, e não dividia.” Mas dividia sim! Quem trabalhou três dias, era de acordo com o trabalho que ele recebia. (assentada, 1997)

Houve muita discussão para decidir sobre o estatuto da “roça comunitária”, quais os direitos e deveres das pessoas envolvidas no projeto e em que bases seria feita a divisão da produção. Vale a pena mencionar aqui o depoimento que segue abaixo, no qual fica bem delimitada a passagem de relações mais igualitárias para uma nova situação, em que o sentimento de propriedade em relação ao fruto do trabalho exige a definição de novas regras de distribuição.

Porque a proposta era assim, era dividir a roça “por boca” também. Eles não aceitaram. Como era a cantina, né? Dividir o arroz, por exemplo, pro Jorginho, quanto iria precisar? Pra Deuzila, pra dez filhos. Eles não aceitaram. “Não, vamos por força de trabalho.” (assentada, 1997)

Em novembro de 1989, foram iniciados os trabalhos na “roça comunitária de mandioca”. Feita a colheita, cada um recebeu conforme a força de trabalho empregada, mas, mesmo assim, muitos se sentiram prejudicados com a divisão estabelecida. A reclamação ouvida com mais frequência foi quanto ao fato de uns trabalharem mais do que outros e no final receberem partes iguais. No segundo ano, plantou-se roça ainda de forma coletiva, em pequenos grupos de dez trabalhadores. Porém, segundo muitos, também foi uma experiência problemática. “Só peguei mau trabalhador, quando os grupos foram separados”, disse um deles.

Em 1990, também plantou-se roça individualmente e a abertura de novos campos implicou o desmatamento destas áreas. Para isso, contaram com a colaboração

da CAESGO,<sup>216</sup> que emprestou um trator. É, neste contexto, que tem origem toda uma discussão sobre a exploração e o aproveitamento da madeira da área, trazendo à tona a questão da apropriação privada de um bem coletivo.

A madeira para lenha, seja para queimar ou para vender, deveria ser retirada da roça de cada um e, apenas em casos excepcionais se deveria retirar lenha das áreas de mata rala. “Cada um limpa a sua roça e, quem ficar sem lenha, tira no desmatado.” Em caso de venda, era cobrada uma taxa de 20% sobre o valor da lenha para o caixa da comunidade. Quanto à madeira de lei, ela devia ser preservada para ser utilizada na confecção de postes. Mas, como alguns a estavam explorando individualmente, surgiu a proposta de se fazer um mutirão para extraí-la e depois dividir o resultado, para evitar este tipo de “esperteza.” Pois, “a madeira todo mundo é dono.”

Em setembro de 1991, quando já havia saído a imissão de posse para a área da Fazenda Retiro, mas a divisão das parcelas ainda não tinha sido feita, o grupo se reuniu com o objetivo de definir regras para disciplinar a passagem para o lote definitivo. A principal preocupação na ocasião era a de assegurar os direitos sobre a roça plantada em terra alheia e não comprometer as culturas da safra 1991/92, que estava para se iniciar.

---

<sup>216</sup> Companhia de Águas e Esgotos de Goiás.

#### 4º Capítulo: A LUTA NA TERRA

A partir da criação dos assentamentos Retiro e Retiro Velho, tem início a fase de *luta na terra* e verificam-se mudanças significativas na organização social e forma de espacialização do grupo. A sua unidade não mais resulta de uma vivência comunitária de caráter totalizante, mas do fato de partilharem um mesmo espaço e apresentarem interesses afins e uma história em comum. A comunidade de assentados existe enquanto tal também porque representa um enclave do INCRA na área sob jurisdição da municipalidade, o que mantém os assentados como uma categoria especial, diferenciada em relação aos outros camponeses da vizinhança.

A comunidade perde importância como entidade política e ganha um sentido territorial, pois sua existência passa a se relacionar com a apropriação de um espaço específico. O grupo vai se desmobilizando com o tempo, o trabalho no lote e o fato de agora estarem morando um longe do outro são fatores que contribuem para isso. Porém, sua condição de dependência do INCRA implica a necessidade de manutenção de formas organizativas como a associação, facilitando a conservação de uma certa atividade política entre eles.<sup>217</sup>

A associação continua à frente das negociações com o INCRA e demais órgãos envolvidos no processo de assentamento, como a Secretaria da Agricultura do Estado de Goiás, as Prefeituras de Itapirapuã e de Goiás etc. atuando como principal instância de decisão e representação dos assentados. Os conflitos internos prosseguem e a divisão do grupo em duas associações ocorre em 1993, cerca de um ano depois de sua instalação nas parcelas.

O surgimento da segunda associação é visto por muitos como um marco no processo de dispersão do grupo, que justificaria o fato de terem perdido o apoio das entidades que lhes socorreram desde o início da luta e também do próprio Estado.

Todo mundo era unido até cada um pegar o seu talhão de chão. Então a Igreja não foi mais ajudar a gente, até o INCRA abandonou nós depois que ficou duas associações. O pessoal só ajuda quem tá unido. (assentado, 1998)

---

<sup>217</sup> Trata-se aqui da política consciente de si dos modernos, que corresponde a uma dimensão específica da vida social pautada na noção de poder, conforme apresenta Dumont (1992a).

O MST, que esteve presente nos assentamentos discutindo com eles e ajudando-os sempre que chamado, torna-se praticamente ausente a partir de 1994, apesar de até 1997 ainda haver representantes de Retiro e Velho participando da direção do movimento no estado. As principais causas disto foram o acúmulo de trabalho causado pelo surgimento de novos acampamentos e assentamentos apoiados pelo movimento e o seu afastamento da Igreja, muito próxima das lideranças de Retiro e Velho.

O distanciamento destas entidades de apoio e do INCRA depois da fase inicial de implantação do assentamento é um problema que costuma ocorrer na maioria dos casos, independentemente de questões internas ao grupo assentado. Em relação ao grupo pesquisado, este processo levou as associações a uma perda de importância, contribuindo para o seu relativo esvaziamento.

A vida adquire certa normalidade e antigas práticas e relações sociais tendem a ser recriadas, estruturando-se o *modo de vida* dos assentados. Como a maioria deles havia morado no campo e em pequenas cidades da região, mantendo-se vinculada preferencialmente a atividades agrícolas, e apenas uma minoria chegou a experimentar a realidade das grandes cidades por curto período de tempo, predomina entre eles um habitus de elevada campesinidade.

Enquanto no acampamento prevalece um movimento de identificação entre os companheiros de luta, apoiado num sentimento de cumplicidade que se origina da partilha das dificuldades do dia-a-dia, na fase de assentamento se observa a tendência a uma retomada gradativa do modelo de parentesco vigente entre os camponeses da região.<sup>218</sup> São estabelecidas relações de afinidade entre eles através do matrimônio e do compadrio, reafirmando os laços criados no calor dos embates. As relações de parentesco vão assumindo um peso cada vez maior em relação à organização social do grupo, favorecendo o surgimento de um universo de relações mais estáveis, cujas regras de conduta são conhecidas e previsíveis até certo ponto.

Entende-se parentesco como um princípio organizatório que influencia as relações e condutas no seio de um sistema social. O parentesco é uma “linguagem” ou ficção jurídica que se expressa num idioma de reciprocidade. (cf. Woortmann, E., 1985:76-93) Contudo, como se trata de uma categoria cultural, é preciso que ele

represente um valor para determinado grupo, para que atue efetivamente como linguagem. (cf. Woortmann, K., 1988). No caso do campesinato, as relações de parentesco falam da forma de acesso à posse e do uso da terra. No nível de sua unidade elementar, a família nuclear, observa-se certa correspondência entre as relações estabelecidas em seu interior e as relações na unidade de produção.<sup>219</sup>

O parentesco não é um sistema isolado e estático. As relações que o constituem definem uma prática de reprodução social, que está sujeita a adaptações de acordo com as mudanças verificadas no contexto sócio-econômico. A ordem ideal do parentesco é constantemente reinterpretada para se ajustar a circunstâncias específicas. Neste sentido, as relações de parentesco formam uma estrutura historicamente condicionada, nos termos apresentados por Bourdieu (1977 e 1980) e Leach (1971). As relações de parentesco desenvolvidas pelos “posseiros” de Retiro e Velho refletem contraditoriamente, além da herança cultural camponesa que carregam e de influências da sociedade envolvente, experiências vividas pelo grupo em sua trajetória recente como sem-terra e como assentado.

Na medida em que cada família vai definindo as bases a partir das quais se dá a produção e reprodução de sua existência, o espaço dos assentamentos vai se transformando no território dos “posseiros” de Retiro e Velho. Contudo, não se pode ignorar que este processo ocorre no contexto da sociedade capitalista envolvente e resulta da interação dos assentados com outros atores. Para além dos limites de seu território, a espacialização do grupo se dá por meio da rede de relações que ele estabelece com a sua vizinhança e com as cidades de Itapirapuã e Goiás, dentre outras áreas com as quais mantém diferentes formas de interação.<sup>220</sup>

Os assentamentos Retiro e Velho, semelhantes a outros no país, como o P. A. Reunidas estudado por Simonetti (1999), correspondem a um território camponês em formação. Nestes casos, o processo de Reforma Agrária pode ser entendido como um momento particular no movimento mais amplo da reprodução camponesa no Brasil,

---

<sup>218</sup> Sobre o modelo de parentesco do campesinato goiano, ver o estudo de caso realizado em Diolândia, distrito de Itapuranga-GO, por Brandão em Brandão e Ramalho (1986).

<sup>219</sup> Sobre o parentesco enquanto princípio organizatório do modo de vida camponês ver E. Woortmann (op. cit.).

<sup>220</sup> O processo de reprodução social implica a fixação de formas no tempo e a espacialidade é crucial para a localização e delimitação de cada uma dessas formas na duração de sua existência. Também as representações do espaço e do tempo constituídas a partir do mundo das práticas sociais, tornam-se formas de regulação das mesmas. (cf. Harvey, 1996)

marcado pelo signo da mudança social e pela intensidade dos conflitos que acompanham o processo de “recampesinização” desencadeado a partir dele.

Porém, o assentamento é também um espaço criado e controlado pelo INCRA. Este órgão, conforme analisado anteriormente, atua com base na razão técnico-instrumental moderna e na concepção de espaço abstrato a ela vinculada com o objetivo de promover a ressocialização do assentado e sua integração social como produtor de mercadorias, desconsiderando sua história e sua cultura.

As normas do INCRA, sobretudo aquelas referentes ao uso da terra, contrapõem-se, em determinados aspectos, ao habitus camponês dos “posseiros”, sendo recebidas por eles de forma contraditória. Estas ora são acatadas e servem de base para a afirmação social do grupo, ora são desrespeitadas, em favor da realização de práticas tradicionais, agora tornadas “clandestinas”, como: o aluguel de pasto e o trabalho externo. Esta última não é expressamente proibida pelo INCRA como a primeira, mas os assentados temem que ela seja mal interpretada e tomada como um indicador de abandono do lote ou sinal de sua incapacidade profissional, por isso não é muito fácil de ser assumida abertamente em face de “estranhos”.

Ao lado da ação do INCRA e dos elementos modernizantes encontrados no habitus dos assentados, ocorrem influências modernas de origens diversas, que estabelecem um diálogo constante com a campesinidade destes. Como se poderá observar com base na análise da organização social e forma de espacialização do grupo a partir dos seguintes níveis ou recortes analíticos interrelacionados:

- organização da produção;
- a família e o lote;
- comunidade e território e
- relações com a sociedade envolvente.

#### **4.1. A organização da produção**

Este item apresenta uma caracterização geral da produção nos assentamentos estudados sem, contudo, esgotar o tema. Como a relação com a terra está intimamente relacionada com a organização da família e a sociabilidade no interior do grupo estudado, alguns aspectos referentes à organização da produção também serão abordados no itens que tratam da relação família/lote e comunidade/território.

##### **- Perfil do produtor e objetivo da produção**

A maioria dos assentados não estava preparada para desempenhar todas as funções referentes à sua nova condição de produtor. Apesar de eles dominarem o ofício de lavrador, poucos tinham atuado à frente de uma unidade de produção. Eles apresentam em geral pequena capacidade administrativa, tanto no que se refere à questão produtiva, por faltar-lhe uma visão bem articulada do conjunto das atividades, como financeira, pela pouca experiência no uso de recursos creditícios e deficiências na área contábil. Como bem definiu um assentado, para administrar bem tem que ter “calendário de vida” e saber distribuir as atividades e os gastos no tempo.

De sem-terra a “posseiro”, o excluído vira produtor. A maioria dos sem-terra da região não tinha tido a experiência de possuir a sua própria terra e muitos trabalhavam como diarista. Assim, a dificuldade para administrar o lote é um problema que atinge a maior parte deles.

Difere muito no sucesso de uma administração da terra o fato do cara antes ter sido só peão do trecho, ou ele ter administrado, mesmo um pouquinho, o seu próprio sítio, a sua própria chacinha. Quem saiu de um processo escravagista e recebe uma terra, ele perde o rumo. A cabeça não aguenta. (Dom Tomás, ex-bispo da Diocese de Goiás, 1998)

A nossa condição de pequeno produtor e de agricultor, um sem-terra da vida, quando você pega a terra, você sabe fazer tudo e aí eu estou dizendo isso porque é a grande maioria nossa. Mas você não sabe como fazer e nem quando fazer. Eu talvez tive algum

privilégio de ter tocado uma outra coisa, mas vocês estão acompanhando os acampamentos, você estão vendo isso. Mas tem gente assim, camponês nato, faz tudo, sabe fazer tudo direitinho, mas na hora que ele pega a terra dele, ele não sabe a hora que ele tem que apartar a vaca... Dá impressão assim que eu tô exagerando, mas não, é verdade. De manhã assim ele não sabe se ele tem que primeiro arrumar a cerca do gado que entrou no mandiocal, se ele tem que limpar a roça, ele não sabe se ele tem que aplicar o recurso do PROCERA. É um problema que nós estamos enfrentando, é a falta de gerenciamento, de conhecimento, a gente sabe trabalhar mas não sabe administrar. (ex-liderança do MST na região e assentado no P. A. Rancho Grande em Goiás, 1998)

O objetivo da produção para os “posseiros” assentados em Retiro e Velho é determinado em função do projeto camponês, anteriormente referido, que motiva o seu envolvimento na luta pela terra. Ou seja, eles visam sobretudo assegurar uma vida digna para toda a família por meio do trabalho autônomo em sua própria terra, o que, num primeiro momento, corresponde ao atendimento de necessidades básicas como casa e comida.

O pessoal passava fome, passa fome no acampamento, a gente passou fome, não é brincadeira. No processo, antes do assentamento, antes do acampamento, trabalhava por dia, na verdade ganhava um pouquinho para pagar o que comeu ontem e tinha que trabalhar no outro dia... Então já estava muito bom o primeiro sonho, que era o sonho de conseguir um pedaço de terra, para ter um lugar para plantar, para dar de comer para os filhos, para ter a casa para morar porque ele não tinha e para ter a vaca. (ex-liderança do MST na região e assentado no P. A. Rancho Grande em Goiás, 1998)

Porém, o projeto de vida camponês só se realiza de fato com a fixação da família na terra. Nas condições em que eles se encontram hoje, o trabalho exclusivo no lote não tem sido capaz de garantir a sobrevivência da família em condições satisfatórias, principalmente quando os filhos tornam-se jovens e passam a ter novas necessidades de consumo. Eles estão aprendendo na prática que precisam de mais do que a simples subsistência e são muitas as estratégias desenvolvidas para atender a esta finalidade, conforme será apresentado a seguir. Observa-se uma grande distância entre o projeto de vida idealizado inicialmente e as diferentes formas de sua realização na prática.

- **O habitat nos assentamentos**<sup>221</sup>

O assentamento Retiro pertence a Goiás e o Retiro Velho a Itapirapuã. São 43 famílias distribuídas numa área de cerca de 1360 ha. O tamanho médio dos lotes nos dois assentamentos é de 31 ha, incluindo os 3ha de reserva florestal, que é formada por mata secundária na maioria dos casos. Os lotes com maiores dimensões são aqueles situados em terra de pior qualidade. Quase todos os lotes têm saída para a estrada ou o “eixão”, mas as condições de acesso não são boas. Nos períodos de chuva, a estrada fica em péssimo estado, sendo difícil a passagem até para caminhões.

Além das reservas situadas nos lotes, cada assentamento possui uma reserva legal com extensão em torno de 3ha localizada nas proximidades dos núcleos comunitários. Em cada núcleo existe um grupo escolar e uma Igreja, que no Retiro Velho é da Assembléia de Deus e no Retiro é católica - esta última ainda se encontrava em construção à época de nossa visita.

Os dois assentamentos fazem limite com catorze vizinhos entre pequenos, médios e grandes proprietários, que são, em sua maioria, parentes entre si, e estão separados pelo ribeirão Taquari, que faz divisa entre os municípios de Goiás e Itapirapuã (ver mapa). O ribeirão Taquari é afluente do Rio Vermelho que deságua no rio Araguaia. É de regime perene e muito utilizado pelo gado e para banhos, pesca e lavagem de roupa. Não observaram nenhuma mudança significativa na quantidade de peixe no rio desde que estão na área.

Os assentamentos são cortados por uma série de córregos, que também são permanentes, e suas nascentes são utilizadas, basicamente, para o gado. Nas margens de cada córrego, cerca de 40 a 50m de cada lado, a terra é boa para “trabalhar”. No P. A. Retiro Velho passam os córregos Toledo, Lobo, Estiva e “Sem nome”. O P. A. Retiro é cortado pelos córregos São Tomé (que é considerado o que tem melhor água), Macaco, Gueroba, Água Limpa, Do Bico e Natividade.

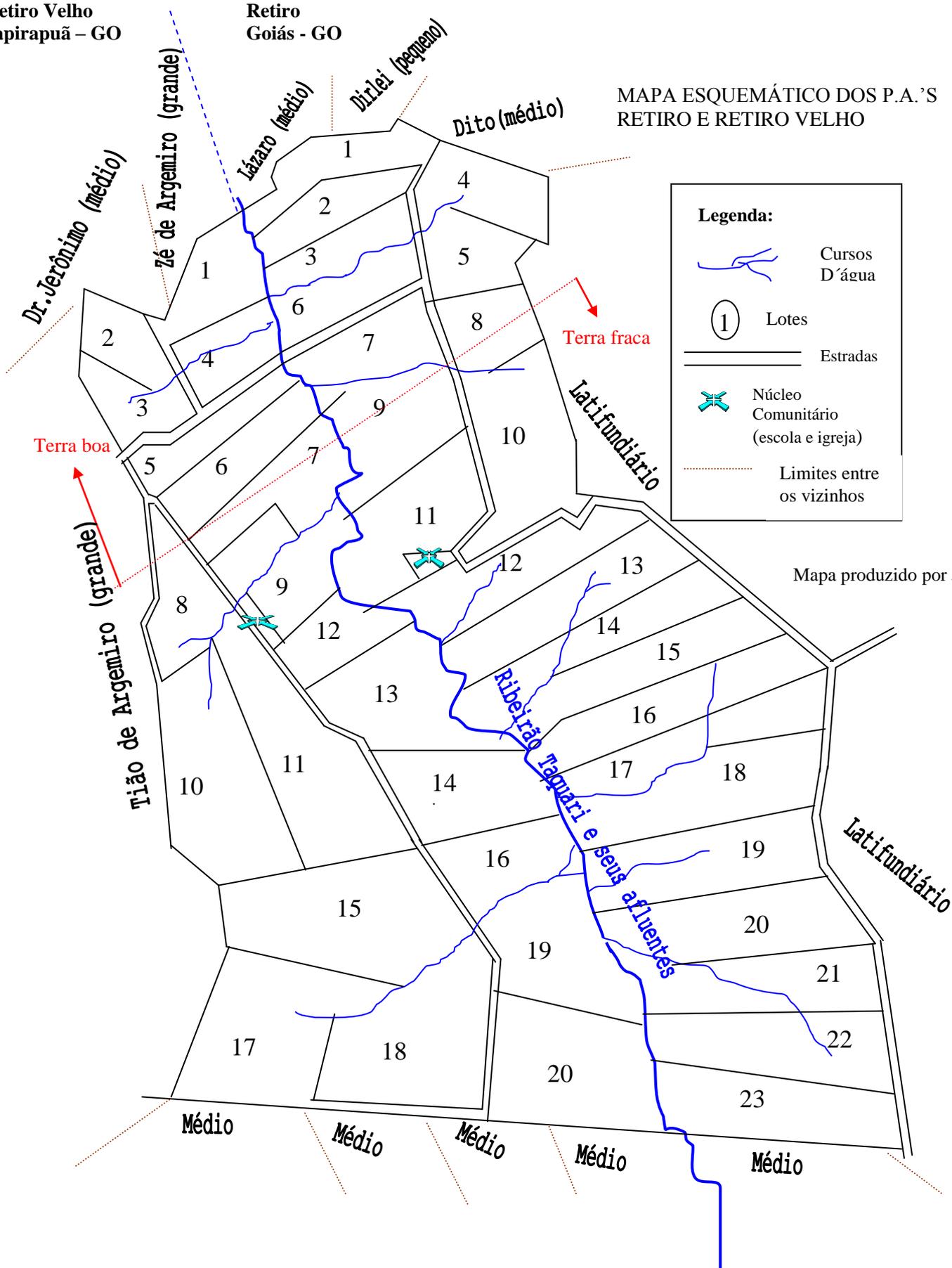
---

<sup>221</sup> A apresentação do espaço dos assentamentos que segue abaixo tem como principal referência a descrição geral da área feita pelos assentados durante a aplicação da técnica coletiva de mapeamento/DRP na área em 29/04/98.

Retiro Velho  
Itapirapuã - GO

Retiro  
Goiás - GO

MAPA ESQUEMÁTICO DOS P.A.'S  
RETIRO E RETIRO VELHO



As casas estão distribuídas de forma dispersa, mantendo uma certa proximidade em relação às vias de acesso. Ao lado ou atrás delas, variando a posição, são encontrados: um pequeno pomar, um chiqueiro de porcos, um campo de cultivo de cana forrageira e o cercado, onde é guardado o rebanho todo final de tarde. Observou-se a utilização, amplamente difundida, de vasos com flores e plantas ornamentando a frente da casa.

Elas são construídas em alvenaria e a maior parte não foi rebocada. Apenas três assentados ainda não concluíram a sua construção e continuam morando em barracos. Utilizam fogão a gás e a lenha. Este último fica na parte de trás da casa, numa área que corresponde a um prolongamento desta e que se apresenta em geral aberta. Algumas têm privada com fossa e banheiro, mas são uma minoria. Praticamente todas as casas têm filtro d'água e energia elétrica. A água para o consumo doméstico é retirada de cisternas, encontradas em todos os lotes nas proximidades das residências.

A área que foi mantida como “reserva” fornece lenha e madeira para construção de casas e feitura de cercas. Algumas vezes ela não é cercada e pode ser usada como pasto para os animais. Os campos de lavoura também podem ser encontrados em áreas abertas. O que comumente aparece cercado nos lotes são as áreas de pasto, ou seja, as terras que foram “formadas”.

A antiga fazenda desapropriada tinha sido utilizada para a extração de madeira e vinha sendo explorada de forma muito extensiva, com umas poucas cabeças de gado. Segundo eles, quando chegaram lá, a maior parte da área era ocupada por “cerradão” ou “capoeirão” e só havia mata primária em áreas muito restritas. O primeiro trabalho dos assentados em seus respectivos lotes foi o de tornar a terra apta para o cultivo.<sup>222</sup> O processo de retirada da mata secundária para preparar a terra foi realizado nas seguintes etapas: queimada, destoca e limpeza do terreno.

Quando chegamos era tudo terra bruta, cerradão. Fomos nós que limpamos tudo.  
(assentado, 1998)

---

<sup>222</sup> Etapa que corresponde ao vir-a-ser do roçado e que marca a tradicional oposição entre mato e terra de trabalho (cf. Woortmann, E. e K., 1997).

Peguei a terra sem nem um pedacinho feito. Quem pegou a terra trabalhada é só gradear e pronto. (assentado, 1998)

### - O sistema de produção

Apesar de uma experiência de roça comunitária na fase de pré-assentamento durante dois anos consecutivos e de muita discussão em torno de um projeto de agrovila, eles se instalaram em lotes individuais e a organização destes está sendo orientada pela lógica camponesa. Ou seja, os assentados constituem no lote uma unidade de produção e consumo, moradia e trabalho familiar.<sup>223</sup>

A produção é realizada com base no trabalho da família. O pai é o responsável pela gestão da unidade produtiva e conta com a “ajuda” dos filhos moços ou pequenos e da esposa, que acumula geralmente o trabalho agrícola com os serviços domésticos. Nas épocas de maior intensidade de trabalho, é frequente a “troca de dias”, o mutirão, ou mesmo o pagamento de dias de serviço a outros assentados.<sup>224</sup> O sistema de produção predominante na área baseia-se no cultivo do arroz e do milho e na pecuária. O produto agrícola é destinado basicamente à subsistência da família e ao consumo dos pequenos animais como galinhas e porcos. A atividade pecuária é voltada para o mercado.

Entende-se como sistema de produção o arranjo dos diferentes elementos da unidade produtiva no espaço e no tempo, incluindo-se aí atividades não-agrícolas como o artesanato. O sistema agrícola tal como definido tradicionalmente pela geografia<sup>225</sup> é, portanto, parte integrante do sistema de produção. Em situações como a encontrada na área estudada, os dois conceitos praticamente se confundem porque predomina a atividade agrícola nas unidades.

O preparo do solo para o plantio começa no mês de outubro e atualmente é feito pela maioria com o uso do trator. Geralmente pagam as horas/máquina de trator para

---

<sup>223</sup> Chayanov (1974) caracteriza a unidade camponesa como uma unidade de produção e consumo orientada para a satisfação das necessidades da família com o menor nível possível de auto-exploração de sua força-de-trabalho. Chayanov foi um dos primeiros estudiosos a deslocar o foco da análise do campesinato em geral para o nível da unidade doméstica, estudando a sua forma de organização interna.

<sup>224</sup> Outras questões referentes à divisão do trabalho na parcela e às formas de cooperação praticadas entre eles serão analisadas mais adiante, no item a “família e o lote”.

<sup>225</sup> Sistema agrícola, sistema de cultivo ou sistema de utilização da terra é: “A distribuição espacial e cronológica das espécies de culturas sobre toda a área cultivada, segundo determinados princípios”, sendo

gradear o solo. Não utilizam arado, apenas uma grade de disco pesada, chamada de “grade aradora”. Há nos dois assentamentos apenas um trator, de propriedade de um assentado, que é utilizado para atender às demandas entre eles e também de outros produtores da vizinhança.

Segundo os técnicos que atuam na área, a fertilidade natural do solo não é favorável a um cultivo sem adubação química e uso intensivo de calcário para a correção da acidez. O uso da adubação química é mais comum entre os assentados, porém, a correção do solo não é praticada por eles. As características físicas do solo também não são boas. A maior parte da área é de solo arenoso, com bastante pedregulhos. Apenas uma pequena faixa é de solo areno-argiloso, sem pedras e com fertilidade média.

Os “posseiros” consideram que os dois assentamentos estão, em sua maior parte, situados em área de terra ruim e apenas uma pequena porção estaria em terra boa (ver mapa). Nesta última, a lavoura é praticada ao longo dos córregos, nas nascentes, nos baixios e em solos de pedimento. Porém, na parte de terra ruim - fraca e seca -, só “dá para trabalhar” uma pequena faixa de terra na “beira dos córregos”, o restante sendo inadequado até para o plantio de capim.

O clima da região apresenta uma estação chuvosa bem marcada, entre outubro e abril, e uma estação seca ainda mais característica, entre maio e setembro. Os meses de outubro e abril são de transição entre a estação chuvosa e a seca.<sup>226</sup> O início do plantio se dá após a primeira chuva.

Para eles, os meses de maior intensidade de trabalho, de novembro a janeiro, são aqueles em que ocorre a limpa do arroz e do milho, quando é comum a prática do mutirão. No entanto, a quantidade de trabalho empregado para a capina pode variar de acordo com a qualidade da aração feita e o tipo de solo cultivado, “quando a terra é de brejo, dá muito mato”. (ver gráfico)

No mês de fevereiro, enquanto esperam pela colheita de arroz, eles se dedicam à atividade de “roçar o pasto”. Esta atividade é realizada ao longo do ano em várias etapas, nas ocasiões em que eles dispõem de mais tempo livre. Mas a maior parte do trabalho se concentra no mês de fevereiro. É bastante comum a troca de dias para a

---

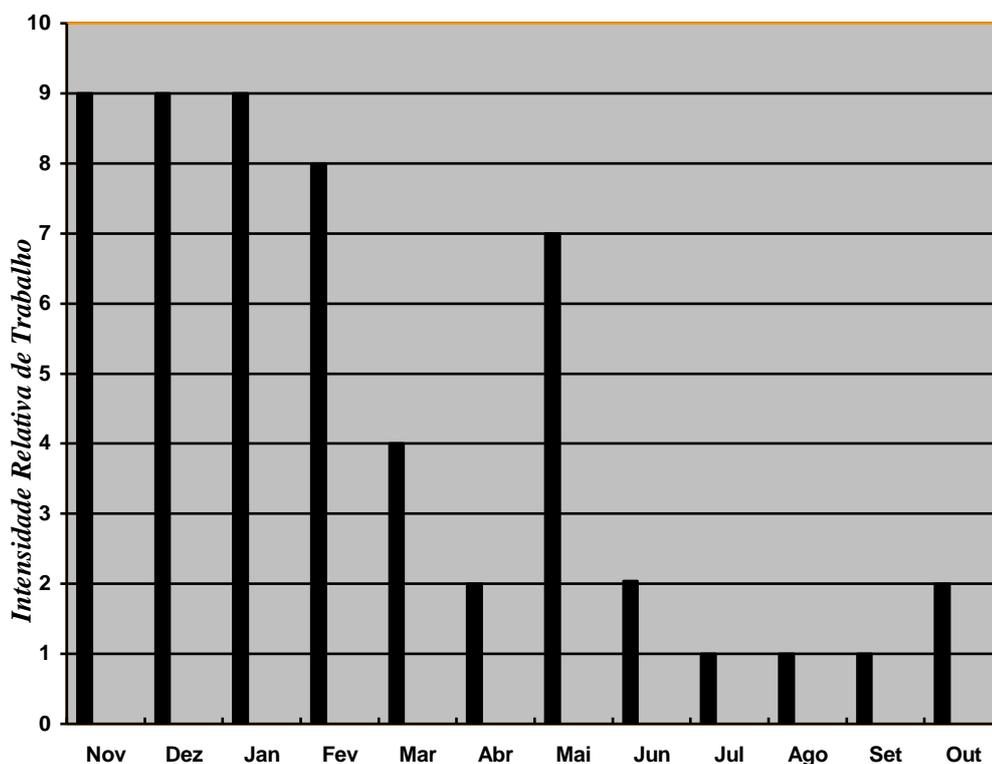
que sob espécies de culturas ficam entendidas todas as áreas de utilização como florestas, prados naturais, pastos, campos de cultura etc” (LAUR, E. apud WAIBEL, 1979:6).

<sup>226</sup> Sobre aspectos do quadro natural da região onde se localiza os assentamentos, ver Faissol (1952).

atividade de “bateção de pasto” ou a realização do mutirão. Afirmaram que, devido à grande quantidade de pedras existente no solo, a aração não foi bem feita e que, por isso, “o pasto nunca fica limpo”.

Durante a colheita do arroz em março, eles costumam trocar dias, mas muitos chegam a contratar de diaristas, que podem ser do assentamento ou de fora, elevando bastante os custos da operação. Observa-se uma tendência crescente de emprego de máquinas na fase de colheita com o objetivo de redução dos custos, paga-se o mesmo preço por hora/máquina que é cobrado para o preparo do solo.

**Gráfico 1. Calendário Sazonal: Assentamentos Retiro e Retiro Velho.**



Obs : Dados obtidos por meio da técnica coletiva Calendário Sazonal /DRP, realizada em 1/05/98.

Gráfico produzido por José Roberto Pereira.

Em abril, trabalham em serviços gerais na “propriedade” tais como quebrar o milho, roçar o pasto, colher o restinho do arroz e, nos meses seguintes, de maio a junho, fazem a colheita do milho. Esta atividade é comumente realizada pela mão-de-obra familiar e, às vezes, por meio do mutirão. Nos meses seguintes, até setembro, eles realizam as atividades consideradas mais leves, como consertar uma cerca, tratar do gado, tirar leite etc.

#### ENTRA & SAI

<i>O QUE ENTRA E DE ONDE VEM</i>	<i>O QUE TEM</i>	<b>O QUE SAI E PARA ONDE VAI</b>
1. Preparo do solo a R\$15,00/h; Furasim (100 ml/100kg de semente; cupinicida; fungicida; creolina; fórmula 4-30-10; sulfato de zinco; capina (30 dias de serviço; colheita à máquina (R\$1,00/sc ou 10 a 15% da produção) e à mão (R\$7,00/sc); plantio à máquina (R\$80,00/alqueire) e à mão (R\$150,00/alqueire). 2. Ídem ao anterior + sulfato de amônia e colheita à mão (R\$150,00 a 180,00/alq) 3. Coloca cupinicida, gradeia e planta. 4. Mão-de-obra 5. Mão-de-obra 6. Vacinas para o gado (R\$5,00/cab./ano); sal mineral .	1. Arroz 2. Milho 3. Mandioca 2. Banana 3. Cana 4. Leite 7. Porco 8. Galinha 9. Horta 10. Frutas 11. Bezerros/Vacas 12. Amendoim 13. Café 14. Queijo/Requeijão 15. Doces (???) 16. Farinha 17. Polvilho 18. Azeite de mamona 19. Algodão 20. Peixe 21. Ovos	1. Arroz de R\$ 12,00 a R\$15,00/sc de 60kg para atravessador de Itapirapuã (Mané) 2. Leite de R\$0,19/litro para Nestlé (a produção que excede à quota cai para R\$0,09/litro nas águas) 3. Galinhas de R\$3,00 a 4,00/galinha na feira em Itapirapuã, aos domingos. 4. Bezerros a R\$150,00 em média para atravessadores 5. Amendoim a R\$0,50/litro para particulares/consumidor 6. Queijo a R\$1,50/quilo para atravessador/consumidor 7. Farinha a R\$13,00/20litros para consumidor 8. Polvilho a R\$20,00 a 25,00/20 litros para consumidor 9. Azeite a R\$10,00/litro para consumidor 10. Ovos a R\$1,00/dúzia para consumidor

Obs: Dados obtidos por meio da técnica coletiva Entra e Sai /DRP, realizada em 29/04/98.

Tabela produzida por José Roberto Pereira

A produção e a produtividade do arroz e do milho são pequenas. Alguns mencionaram terem observado uma certa queda do rendimento agrícola ao longo dos

anos. Poucos têm utilizado a técnica de cobertura morta visando a manutenção da fertilidade do solo. A comercialização do arroz não compensa devido ao seu baixo preço no mercado. O atravessador paga em média R\$ 12,00 por saco de 60 kg, enquanto eles calculam ter um custo de cerca de R\$ 20,00 por saco.

Eles afirmam que se comprassem o arroz no supermercado sairia mais barato do que produzi-lo, no entanto “fica feio para o assentado comprar arroz e milho tendo terra boa para isso”, o que indica o peso que a dimensão ética tradicional tem sobre a organização da produção destes camponeses. A única “vantagem” para quem planta roça, de acordo com os assentados é a existência do crédito para custeio (PROCERINHA) no valor de R\$ 1.000, com o rebate de 50% - esta talvez seja a condição de sua viabilidade temporária nos moldes em que hoje é praticada.

O gado, seja para corte ou para leite, é a principal fonte de renda para os assentados. O rebanho é pequeno, cerca de 20 animais em média, e o tamanho do lote limita o seu crescimento. Utilizam-se pastagens plantadas e pratica-se a rotação de pastos. Segundo estes produtores, a capacidade máxima das parcelas seria de 30 cabeças. Apenas três assentados possuem rebanhos maiores, variando entre 40 e mais de 70 cabeças, e um deles aluga pasto de outros assentados.

Conforme dados do INCRA, Goiás e Itapirapuã estão incluídos na zona de pecuária 3, ou seja, apresentam um índice de lotação em unidades animais de 0,46. Isto significa que, considerando-se as condições médias de aproveitamento das áreas de pecuária nestes municípios e o tamanho dos lotes, o rebanho dos assentados deveria ter em torno de 14 cabeças. Embora estando instalados em minifúndios, eles têm conseguido produzir geralmente em níveis acima da média local a partir de um uso mais intensivo da terra.

Tal intensificação resulta sobretudo do aumento do número de animais por hectare, sem que isto implique mudanças significativas no sistema de criação tradicional na região, de caráter extensivo.<sup>227</sup> Praticamente não se produz forragem, cultiva-se apenas pequenos campos de cana forrageira, que é picada com o facão. “Todo mundo tem uma moitinha de cana para dar ao gado.” Também costuma-se soltar os animais no campo de roça para que se alimentem da palhada. O manejo das pastagens se limita à

---

<sup>227</sup> Segundo Waibel (1979), o termo extensivo quer dizer que dos três fatores da produção – terra, capital e trabalho – a terra é o principal e deve ser abundante.

prática de rotação e de limpeza do pasto. Porém, isto não tem sido suficiente para a manutenção da qualidade do pasto e da fertilidade do solo.

Muitos assentados acham que a sua unidade de produção ainda não está totalmente estruturada e funcionando a contento e planejam terminar de formar os pastos e melhorar o rebanho para ampliar a produção. É interessante observar que, alguns falam na instalação de novos pastos de forma definitiva em áreas hoje ocupadas pela lavoura, repetindo o modelo utilizado pelas grandes fazendas para a expansão da atividade pecuária na região.

Esta perspectiva de expansão da pecuária em detrimento da atividade agrícola no interior do lote é preocupante porque pode levar à especialização, aumentando a dependência do produtor em relação ao mercado. Ao mesmo tempo, este processo não está apoiado numa mudança correspondente da base técnica, no sentido de assegurar a sustentabilidade do sistema.

A produção de leite é muito modesta, não só pelo tamanho do rebanho, mas, também, pela qualidade do gado, que está mais para corte do que para leite. Logo no início, foi comprado um gado mais resistente, mestiço com zebu, com o objetivo de se aplicar os créditos do PROCERA investimento enquanto os pastos ainda estavam sendo formados. Hoje os assentados sonham com a possibilidade de obter recursos para a formação de um plantel de vacas leiteiras.

A maioria dos assentados entrega uma média de 20 litros de leite diários para a Nestlé, recebendo R\$ 0,19/litro. A produção é recolhida diariamente por um intermediário que cobra pelo frete 20% do valor recebido pelo produtor. Apesar de modesta, a renda do leite é de grande importância para o orçamento familiar, sobretudo devido ao seu caráter mensal.

A venda de bezerras e, com menor frequência, de novilhos é, por outro lado, o que assegura uma renda extra, servindo para cobrir necessidades especiais como, por exemplo, serviços médicos ou pagamento de parcelas do crédito recebido. O gado é um elemento de fundamental importância por constituir uma poupança garantida pela sua liquidez.

É a poupança, pagam em dinheiro vivo ou no cheque para 15 dias. (assentado durante a aplicação da técnica coletiva Entra e Sai/DRP, 1998)

Não comercializam em feiras da região. Eles vendem o gado, quando precisam, para outros assentados ou para intermediários que passam nos lotes. Outros produtos, como farinha de mandioca e polvilho, amendoim, azeite, requeijão, queijo, ovos e galinha, geralmente produzidos pelas mulheres, são vendidos por elas diretamente aos consumidores da cidade que os encomendam, ou para pequenos comerciantes.

Segundo cálculo dos assentados,<sup>228</sup> a média da renda monetária mensal líquida obtida por família na área é de R\$ 40,00.<sup>229</sup> Estimaram que, se calculassem o valor da produção consumida, o “gasto”, com preços semelhantes aos do supermercado, a média chegaria a cerca de R\$ 260,00, ou seja, 2 salários mínimos.<sup>230</sup> Como a renda gerada no lote é pequena, é comum, sobretudo entre os “posseiros” mais novos e os filhos moços dos mais velhos, a realização de trabalhos externos para a obtenção de renda complementar.<sup>231</sup>

#### - Limites e possibilidades da produção

As necessidades crescentes da família os empurram para o mercado e a própria forma como o Programa de Reforma Agrária é concebido, tendo como objetivo a transformação de agricultores sem terra em produtores integrados ao sistema sócio-

<sup>228</sup> Cálculo realizado na época por suas lideranças no âmbito das discussões para da Cooperativa Mista de Assentados de Goiás e Região Ltda, sobre a qual se falará no item a seguir.

<sup>229</sup> Uma pesquisa realizada pela FAO (1996) no âmbito do convênio INCRA/FAO, classificou os estabelecimentos da agricultura familiar em três estratos segundo o nível de renda monetária bruta (RMB). São eles, com suas respectivas expressões percentuais: Grupo A, com renda acima da média da unidade geográfica onde se insere, representando 26,5% do conjunto; Grupo B, entre e média e a mediana da unidade geográfica, com 23,5% e Grupo C, abaixo da mediana da unidade geográfica, com 50%. A RMB média mensal gerada pelos estabelecimentos do Grupo A é de cerca de 4,8 salários mínimos, o que corresponde a quase cinco vezes a RMB média do estrato B e mais de cem vezes a do estrato C. A área média dos três estratos oscila em torno de 20 ha. (Obs: A RMB foi calculada com base nos dados do censo agropecuário do IBGE, considerando-se as deduções dos custos de produção e sem a dedução do valor das depreciações do capital, por isso a sua definição como “bruta”.)

Segundo a revista Veja, referindo-se à situação precária da pequena propriedade rural no país, que teria levado ao abandono de 1 milhão de minifúndios na década passada: “Nas propriedades onde se consegue obter algum lucro, o resultado mensal dificilmente ultrapassa os 60 reais por mês.” (Veja, 17/05/00, ano 33, n° 20, p.49)

<sup>230</sup> O valor do salário mínimo na data da obtenção deste dado, maio de 1998, era de R\$ 130,00. A renda média gerada por uma família de beneficiários da Reforma Agrária em nível nacional no período da safra de 1990-1991, incluindo-se todas atividades desenvolvidas no lote e também outras fontes de receita como o trabalho externo ou venda de produtos não-agrícolas, foi de 3,70 salários mínimos por mês, sendo que na região centro-oeste foi de 3,85. (INCRA/FAO, 1992)

<sup>231</sup> Esta questão será retomada mais adiante, quando forem discutidas as estratégias de reprodução da família.

econômico, também contribui para isto. A atual conformação do sistema agrícola alia a produção de subsistência à produção comercial, mas a primeira também está vinculada ao mercado por meio da relação estabelecida com os recursos financeiros disponibilizados pelo PROCERA para o custeio agrícola.

O dinheiro do PROCERA é utilizado segundo a lógica camponesa e não como capital. Eles administram este recurso como pertencente a um fundo comum da unidade, que, baseando-se na fórmula do cálculo econômico proposto por Chayanov (1974), apareceria como a categoria geral renda. Assim, é comum que o dinheiro do crédito seja empregado na lavoura de subsistência ou no consumo e seja pago com a venda do gado.

Eles também têm direito ao PROCERA investimento e receberam R\$ 7.500. Em maio de 1998, estavam muito preocupados com o início do pagamento desta dívida previsto para outubro deste mesmo ano, o que era agravado pelas discussões iniciadas pelo INCRA à época sobre a emancipação dos dois assentamentos e a cobrança dos títulos.<sup>232</sup> Segundo eles, no início, a dificuldade era a luta, a resistência, hoje são as dívidas.

Não se pode esquecer que a Reforma Agrária é um programa de venda de terras em condições especiais ao público beneficiário. Portanto, em termos legais, a permanência do assentado na terra depende de sua capacidade de gerar renda suficiente para cumprir com os seus compromissos como produtor e “comprador” de terras.

Prestação de terra, PROCERINHA e PROCERA nós não temos condições de pagar... Vai ter que esperar pagar as outras coisas para depois pegar o título. (assentada, 1998)

Diz que quando faz a pesquisa e a pessoa não tem recursos para quitar as dívidas eles já vêm com um comprador para pegar a terra.(...) É a hora que corre sangue. (assentado, 1998)

Neste sentido, a alternatividade, conforme definida por Garcia (1983), ou seja, o poder de determinar uma maior ou menor inserção ao mercado segundo as conveniências, é bastante reduzida entre eles. A questão que se coloca para estes produtores que, apesar de não serem organizados pelo mercado, a ele estão submetidos desde a sua instalação, é a seguinte: considerando-se que o objetivo de sua produção é

---

<sup>232</sup> A problemática da emancipação será abordada mais adiante juntamente com outros aspectos referentes à questão territorial.

assegurar o trabalho autônomo e a unidade da família por meio da relação com a terra, qual forma de inserção no mercado é a mais viável e/ou a mais vantajosa?

Além do projeto de melhoria da atividade pecuária no lote, que pode avançar no sentido de uma progressiva especialização da unidade de produção, há outros caminhos possíveis pensados pelos assentados. Muitos consideram a necessidade de uma maior diversificação das atividades, além da melhoria da qualidade de sua produção comercial, para que consigam obter um melhor nível de renda a partir do próprio lote.

Na atual conjuntura, relacionada a uma maior abertura do mercado nacional e a mudanças no nível técnico na agricultura brasileira responsáveis por um aumento significativo da produtividade em alguns setores, observa-se uma tendência ao crescimento da qualidade dos produtos agrícolas e à queda de seus preços. Tal fato dificulta a inserção da produção destes assentados no mercado, bem como a de outros camponeses que produzem com baixa tecnificação.

Os principais fatores limitantes que afetam a produção nos lotes e que são responsáveis pelos maus resultados alcançados até o momento são, além de uma formação técnica deficiente e da baixa capitalização dos assentados, terra pequena e de má qualidade e dificuldade de acesso à área. A essas questões se somam problemas relativos à própria atuação do INCRA e da EMATER na área, dentre outras entidades envolvidas no processo.<sup>233</sup>

Eles reclamam da ausência dos técnicos do INCRA. Segundo os assentados, o trabalho do órgão no assentamento restringiu-se à fase inicial, quando foi feita a demarcação dos lotes, a instalação da rede elétrica e a construção de uma estrada de má qualidade. Só recentemente, os técnicos estariam retornando à área para a entrega dos títulos e a emancipação do grupo. Alegam que não foram concluídas todas as obras previstas no Projeto de Assentamento, faltando ainda a construção de um galpão e de um poço artesiano. Apurou-se que os recursos para a instalação do poço foram liberados pelo INCRA por meio de um convênio com a Prefeitura de Goiás, porém, esta não havia realizado a obra até então.

Também se queixam da deficiência do trabalho da EMATER e da má fé de certos técnicos, com exceção do bom desempenho apresentado pelas assistentes sociais.

---

<sup>233</sup> A própria evolução do processo de Reforma Agrária levou o Estado a aperfeiçoar alguns aspectos de sua atuação, sem contudo, alcançar uma melhora significativa em relação ao seu desempenho geral, conforme foi analisado no item 1.6 sobre a atuação do Estado.

Afirmam que os técnicos agrícolas em geral não acompanham o desenvolvimento das atividades do produtor, realizando apenas o trabalho burocrático de elaboração de projetos de financiamento, apesar de cobrarem 2% do valor destes pelos seus serviços. No entanto, algumas lideranças parecem ter acesso fácil aos técnicos, quando os procuram em seu escritório na cidade.

Muitos suspeitam do envolvimento de um técnico agrícola com fazendeiros, o que explicaria a venda de vacas em mau estado para eles, problema observado também em outros assentamentos.

São igual urubu, quando chega o PROCERA os comerciantes e os fazendeiros ficam igual aqueles abutres mesmo em cima, e o pessoal sem informação, que precisava de uma assessoria econômica, precisava de uma assessoria nisso aí. O pessoal aproveita, vende vaca velha e a EMATER fala que tá boa. (ex-agente da CPT Diocesana, 1998)

Além da resistência habitual que os camponeses oferecem à assimilação de uma saber construído num contexto social que lhes é estranho e à forma impositiva pela qual este costuma ser difundido pela assistência técnica, a reação verificada entre os “posseiros” de Retiro e Velho a certas orientações técnicas também decorre da constatação da falta de compromisso dos técnicos com a realidade dos assentamentos. Pois isto tem aumentado a desconfiança entre eles.

Um exemplo desta situação pode ser observado em relação ao emprego de agrotóxicos. Quando a EMATER elabora o projeto de financiamento, ela geralmente inclui estes produtos, que, apesar de adquiridos, muitas vezes não são utilizados, seja por simples descaso e resistência ao seu uso, seja por acreditarem que a sua aplicação pode causar problemas ambientais (alguns teriam relacionado a morte de peixes no Taquaril com o plantio de arroz, quando se utilizou veneno na preparação da semente).

Os escritórios da EMATER em Goiás e Itapirapuã, que prestam serviço aos assentamentos estudados, não foram preparados para atender à demanda crescente de assistência técnica e social gerada pelo Programa de Reforma Agrária. Eles não dispõem nem de pessoal, nem de estrutura suficientes para desempenhar esta função, pois a EMATER atualmente se encontra “sucateada”.

O que ocorre nestes escritórios assemelha-se em grande parte ao que Duarte (1998) observou em relação à atuação deste órgão no estado de Goiás como um todo. Segundo este autor, “como os recursos do órgão geralmente são escassos e as condições de trabalho são precárias, o desempenho das atividades depende muito da boa vontade do pessoal de cada escritório.” (Duarte, op. cit.:221)

Apesar dessas dificuldades, têm-se buscado formas de incrementar a renda produzida no lote, tanto individualmente como através de iniciativas coletivas. Do ponto de vista individual, o principal projeto concebido por eles para alcançarem resultados mais positivos no lote é o de investimento na melhoria da atividade pecuária, visando o aumento da produção leiteira.

As experiências coletivas são pensadas devido à constatação da necessidade de reunir esforços para poder enfrentar o mercado e ao reconhecimento de uma tendência de incentivo à formas associativas e cooperativas por parte de instituições de apoio e de empresas que atuam por meio do sistema de integração. Além desta perspectiva pragmática, os projetos coletivos também surgem como uma alternativa de inspiração ideológica, sobretudo entre as lideranças originárias do grupo de sem-terra de Goiás.

No discurso da CPT, que tem maior ressonância entre eles, a organização cooperativa surge como uma forma de resistência ao mercado perverso. Em ambos os casos, a cooperação apresenta-se como uma solução para estes produtores, diante da inevitabilidade do mercado.

Hoje para conseguir as coisas é mais em conjunto, pelos recursos, para ter como vender. Se é muito, pode exportar. (assentado, 1997)

Você tem que entrar no mercado sabendo que ele é perverso, agora, precisa de assessoria dizendo que ele é perverso, agora, trabalhar paralelo. Mas que crie alternativas para que um assentado não sacrifique o outro por causa do comércio. O comércio é assim, você sobe e o outro cai. Não! (...) Você com 23 assentamentos aqui, nessa cooperativa dos assentamentos, dá para acabar com todos os atravessadores e criar mecanismos de defesa. De defesa do mercado perverso, mas não do mercado que precisa de vender. (ex-agente da CPT, 1998)

Uma questão que foi discutida desde a fase de acampamento e que contribuiu de maneira significativa para aprofundar as diferenças e divergências no interior do grupo foi a proposta de criação de uma agrovila. Esta, contudo, não chegou a se concretizar. Na época, não havia muita clareza entre eles quanto à forma de organização que se deveria estabelecer para a realização desta experiência, nem encontraram respostas para isto junto às entidades de apoio técnico que os atendiam. Explicam a idéia de agrovila da seguinte maneira:

Inclusive aquela história da agrovila, que eu já contei pra vocês, de morar perto, de não ter essa questão da distância, de fazer tudo coletivo. Cada um cuidaria de um trabalho e dividiria com os outros. Aí, eu cuidava só dos peixes, mas eu teria galinha. Eu teria tudo. Teria frutas. E dividiria meus peixes também. Cada um cuidaria de uma coisa. E agente teria campo de futebol, a igreja, a escola, no centro da agrovila. Não deu certo e acabou gerando a divisão do grupo. Tinha essa vontade, mas a gente não entendia bem o que a gente estava querendo. (assentada, 1997)

Ao longo dos anos, eles têm analisado uma série de alternativas coletivas, porém, poucas delas foram postas em prática, como no caso da compra de um trator em grupo e da aquisição de insumos por meio da associação. Como os recursos do PROCERA são liberados para todos ao mesmo tempo, costuma-se comprar a maior parte dos insumos em conjunto nos centros de Goiânia e Jussara e os comerciantes transportam a mercadoria até o assentamento. Esta prática tem sido realizada com sucesso todo ano.

Em 1995, quinze assentados da Associação Retiro Velho se associaram para a compra de um trator, “cada um deu três novilhas”. O grupo não conseguiu se organizar, houve muitos problemas de ordem administrativa e, com o tempo, os sócios foram vendendo a sua parte. Hoje o trator pertence a um único assentado, que o aluga para os outros.

Alguns projetos discutidos, mas não realizados foram: a granja de porcos; piscicultura comunitária (integrada ao CARREFOUR); de granja de frangos (integrada à Só Frangos); projeto de abelhas para ser tocado pelo grupo de jovens sob a administração da associação; compra de um caminhão para a associação; resfriador de leite para evitar o atravessador etc. Este último começa a ser implantado agora. Foi criada a Cooperativa Vale do Taquari (COOPERVAT) e foi dado início à construção da

infra-estrutura, que inclui galpões, sede e instalação do resfriador, no primeiro trimestre de 2000.<sup>234</sup>

Acompanhamos a discussão inicial do projeto de matrizes leiteiras vinculado ao DENACOOOP. O projeto consistia no empréstimo de cinco matrizes por cinco anos, cujas crias ficariam em poder dos produtores uma vez encerrado este período. Para isso, seria necessária a construção de instalações em conformidade com o padrão exigido pelo órgão - galpão cimentado, cocheira, capineira, triturador e água fresca – com recursos dos próprio assentados, ficando ao encargo do DENACOOOP a realização do curso de preparação para o manejo desses animais. Em princípio, acharam muito sofisticado o sistema de criatório a ser adotado e se mostraram preocupados com os possíveis danos causados às matrizes e os custos e responsabilidades daí decorrentes. Decidiram que precisavam de mais informações a respeito para tomarem alguma decisão.

Outra questão que os leva a adotar uma postura de extrema cautela em relação a essas propostas seriam dúvidas quanto ao mercado potencial referente a cada atividade e ao retorno que se pode esperar delas. Citaram o exemplo do assentamento São João da Lavrinha no município de Goiás, onde foi desenvolvido um projeto de granja de porcos, que não deu certo porque não encontraram mercado para escoar a produção por um preço compensador.

Há grande resistência por parte dos assentados em adotar práticas e formas de organização da produção que escapam ao controle do saber que dominam e os submetem a um sistema de trabalho que lhes é estranho. Eles temem assumir compromissos que estejam além de suas possibilidades e rejeitam a idéia de se sujeitarem a uma rígida disciplina de trabalho. Tal situação é percebida por eles como uma forma de subordinação.

A autonomia, valor fundamental para estes camponeses, está relacionada com a condição de domínio sobre o processo de trabalho, que, por sua vez, é a base da autoridade do pai e da hierarquia na família. Precisam de tempo para testar, experimentar e verificar qual sistema de produção melhor se adequa ao seu projeto de vida.<sup>235</sup>

---

<sup>234</sup> Informação obtida por meio de correspondência com a família que nos alojou durante o trabalho de campo.

<sup>235</sup> Sobre a lógica e a simbólica da lavoura camponesa, ver E. Woortmann e K. Woortmann (1997).

Como a terra para estes “posseiros” é a base a partir da qual se estrutura um modo de vida, o retorno esperado da atividade agrícola não se restringe ao seu valor econômico, este último é pensado no contexto da reprodução da família. A decisão de investir em aumento de produção e produtividade visando o mercado e de se submeter a um novo regime de trabalho está relacionada à possibilidade de construção de um projeto para a família no lote.

Talvez o tamanho da terra seja pequeno para a sobrevivência da família, mas o que Deus ofereceu foi só essa e nós vai lutar para ficar nela. Se pudesse compraria mais terra para alojar a família completa e não desfazer o que tem. (...) Estou caçando colocação para meus filhos não saírem do ritmo da terra.(...) Já tive patrão no pé sem poder parar para tomar água. Hoje não tem outra pessoa que programe minha vida.(...) O peixe, para você não ter o prejuízo, tem que tá rente com ele. É um castigo! Mas, se tem a família no meio, tudo bem. Na granja, a minha filha pode trabalhar porque não é tão pesado, é maneiro. (assentado do P. A. Retiro, 1998)

Por trás da perspectiva de estabilidade que se delineia a partir da gradativa estruturação das unidades de produção, existe uma situação extremamente dinâmica. Os assentamentos Retiro e Velho são uma realidade social em construção, cuja diversidade e novidade dos elementos abarcados suscita uma série de questões quanto ao seu futuro. São muitos os caminhos possíveis para estes “posseiros”. Alguns desistem do assentamento como se verá mais adiante, outros permanecem lutando.

Dentre os que ficam, há aqueles cujo aprendizado político da fase anterior e a vontade de melhorar de vida os levam a uma busca incessante de meios para se firmarem na terra. Como não têm mais a assessoria das entidades que os apoiaram durante a luta, eles têm se lançado sozinhos nesta tarefa. Uma liderança enfatizou o esforço feito neste sentido e o mérito de seu trabalho e afirmou que: “o que está partindo de agora para frente é idéia nossa.”

Contam a seu favor, com o fato de estarem inseridos num contexto regional marcado significativamente pelo processo de Reforma Agrária, o que permite uma intensa troca de experiências com outros “posseiros”. Além disso, a existência de um grande número de assentados na região dá a eles maior poder de pressão, apesar de sua combatividade se manter em forma latente por grande parte do tempo.

O espírito continua de luta, então, por exemplo, de quando em quando estoura uma ocupação na prefeitura, uma reivindicação por um ônibus de estudante. O pessoal tem força. (ex-agente da CPT, 1998)

Mas o que importa é a luta. Acabou o PROCERINHA<sup>236</sup>, nós busca outras fontes. Devagarinho nós vai empurrando eles (o governo). (assentado, 1998)

Em abril de 1995, foi criada a Cooperativa Mista de Assentados de Goiás e Região Ltda visando reunir os assentados de toda a região. Dos mais de 600 assentados existentes à época,<sup>237</sup> somente 120 se associaram, sendo apenas três de Retiro e Velho. A cooperativa resultou de uma iniciativa conjunta da CPT e do MST, que se afastou mais tarde do projeto por motivo de divergências, abrindo espaço para uma maior aproximação do sindicato.

Após o seu registro, eles pleitearam os recursos do PROCERA destinados ao financiamento de cooperativas, mas não foram atendidos pelo INCRA porque não havia nenhum projeto concreto definido. Até meados de 1998, a cooperativa ainda não estava funcionando. Os planos iniciais previam a instalação de uma casa de produtos veterinários na sede da cooperativa. A organização de um sistema de comercialização de leite e de produção de derivados como queijo e outros. Citaram o exemplo do Assentamento Íris Rezende Machado em Jataí que tem cooperativa e é um assentamento modelo.

A cooperativa está meia fria. A primeira palavra que saiu foi, vamos buscar o teto do PROCERA. Acho que primeiro a gente deveria trabalhar as bases, discutir os resultados. (assentado do P. A. Retiro e associado da cooperativa, 1997)

Há adesão, mas o grande problema é você aderir a uma cooperativa quando você pensa que vai ter um retorno imediato. É você aderir a um negócio que você não tem responsabilidade com o negócio, agora, você aderir a um negócio que você vai ter um

---

<sup>236</sup> Como os assentados chamam o PROCERA de custeio.

<sup>237</sup> Ver tabela dos Projetos de Reforma Agrária em execução na Região de Goiás Velho no 1º capítulo.

compromisso, você vai levar um tempo para ter retorno econômico... Você não vai aderir a um negócio para você sugar, é para você se dedicar a ele, então o pessoal vai mais nessa linha do oportunismo. (...) Eu chego a dizer o seguinte: o melhor produto que tem é o feijão porque ele demora 3 meses. Quer dizer, eu planto ele hoje, daqui a 3 meses eu colho. É verdade! (assentado no P. A. Rancho Grande, ex-militante do MST e um dos membros da direção da cooperativa, 1998)

Como foi dito no início deste capítulo, os “posseiros” de Retiro e Velho estão aprendendo que precisam mais, porém, o processo é lento e complexo e depende, dentre outras coisas, do ponto de onde se parte. Enquanto não são definidas quais alternativas serão adotadas pela comunidade para viabilizar a reprodução da família na terra, prevalecem estratégias individuais voltadas para a sobrevivência de cada grupo doméstico, incluindo o trabalho realizado fora do lote.

## 4.2. A família e o lote

Em Retiro e Velho, cada parcela é comumente trabalhada por uma unidade familiar, que pode apresentar graus variados de corporação de acordo com cada caso.<sup>238</sup> A organização da família nestes assentamentos está relacionada com a forma de estruturação da unidade de produção e com as estratégias de reprodução social desenvolvidas pelo grupo doméstico, como se verá a seguir. Antes, porém, serão apresentadas algumas considerações gerais sobre a família na área.

A maioria dos chefes-de-família tem hoje mais de 40 anos, sendo que cerca de 40% possuem acima de 55. A média de idade entre os sem-terra quando entraram nos lotes era de 42 anos, podendo-se identificar, à época, três segmentos distintos segundo a faixa etária, cuja representatividade no interior do grupo estava assim distribuída: assentados com menos de 30 anos, cerca de 14%; entre 30 e 45 anos, 49% e com mais de 45 anos, em torno de 40%.<sup>239</sup> Apesar da entrada de novos produtores a partir da prática de transferência do lote, a proporção entre os grupos de idade, agora envelhecidos cerca de 10 anos, manteve-se semelhante.

A unidade doméstica é composta por pai-mãe e filhos na maioria das vezes. Estes últimos se apresentam em número e idade variável. Os casais mais jovens costumam ter menos filhos e estes, como são muito novos, ainda estão no lote. Entre os casais mais velhos, há bastantes casos em que parte de seus descendentes já se emancipou e não mora mais com os pais. Verificam-se situações extremas em que não há mais filhos no lote e, às vezes, também ocorre a ausência da esposa.

Existe apenas um assentado solteiro nos dois assentamentos. Mas existem quatro chefes-de-família que trabalham sozinhos em seus lotes. Todos eles possuem cerca de 60 anos e pretendem se desfazer da terra quando pararem de trabalhar. Dentre eles, encontram-se um viúvo que se queixa muito de solidão e um outro, cuja mulher, aposentada, vive entre a roça e a casa de uma filha na cidade.

---

<sup>238</sup> Um grupo corporado caracteriza-se pela existência de um conjunto de relações de cooperação entre os seus integrantes responsável pela manutenção de sua unidade, sobrevivência e reprodução social através de gerações. (cf. Brandão, op. cit.:61)

<sup>239</sup> Segundo anotações dos referidos caderninhos de Maria José.

Os outros dois têm suas esposas residindo com os filhos na cidade. Estes argumentaram que suas companheiras moraram um tempo no assentamento, mas “não se deram com a vida na roça”. Uma delas é funcionária da Prefeitura de Itapirapuã. Parece que a experiência urbana marcou a vida destas mulheres e elas não conseguem abrir mão de seu estilo de vida e suas comodidades. Nestes dois casos, elas também não participaram do acampamento, condição especial que, segundo a avaliação de pessoas da comunidade, só puderam gozar por seus maridos serem “protegidos” da irmã Zenaide.

Há um caso em que o chefe-de-família, com 48 anos em 1997, morava no lote com uma filha de 13 e um filho de 12 anos. A mulher, funcionária do estado, residia em Itapirapuã e pretendia mudar-se para o assentamento após a sua aposentadoria, prevista para o final daquele ano.

Não é raro encontrar em Retiro e Velho um grupo doméstico que reúna três gerações. Há muitos casos de moças solteiras morando com seus filhos na casa dos pais no assentamento, o que, segundo eles, também é comum “na vizinhança”. Esta nova composição vem modificar um padrão regional de residência identificado por Brandão (1986), marcado pela presença de apenas uma ou duas gerações numa mesma casa.

Em nenhuma das casas foram encontradas 3 gerações sequentes. Por outro lado, são quase comuns os casos em que uma avó mora em sua própria casa, no concentrado ou nas fazendas e é sustentada pelos filhos ou por filhos e netos. (Brandão, op. cit.:38)

Porém, quando se trata da geração ascendente, este padrão parece se manter nos assentamentos estudados. Não foram encontrados pais morando na casa de filhos. Existe no grupo uma senhora viúva que possui três filhas “posseiras” e que mora sozinha em sua casa, construída no lote de uma delas.

A alta incidência de casos de mães-solteiras na área remete a uma reflexão sobre a questão da honra para o grupo, o que será tratado aqui de forma breve por representar um exemplo didático de ajuste de padrões de comportamento e valores tradicionais a uma nova realidade social. A honra é um valor importante para eles e é concebida sobretudo como um atributo da figura masculina, podendo ser extensivo à família. Porém, a honra de um homem não depende tanto da pureza da filha quanto da esposa.

Outro elemento fundamental considerado é o seu compromisso e respeito para com os outros membros da comunidade, o que põe a honestidade como um atributo da pessoa honrada.

Os “posseiros” de Retiro e Velho, apesar de admitirem que o respeito à moça virgem deve ser preservado, reconhecem que isto já não mais acontece como antes, pois “os tempos estão mudados”. Quando a filha perde a virgindade antes do casamento, isto causa desgosto, vergonha e preocupação. Porém, causa forte constrangimento casar-se com uma mulher com sinais evidentes de sua “mácula”, como aquela que possui um filho que não é seu ou um passado desabonador que seja de conhecimento público. Tal situação atinge muito mais o homem em seu papel de macho e dominador, ameaçando potencialmente o seu status público e a sua autoridade no seio da família.

Assim, em contrapartida, a virgindade da filha é motivo de preocupação para os pais porque a sua perda pode contribuir para a permanência da filha no seio da família como dependente, ao criar dificuldades para a sua inserção no “mercado matrimonial”. De uma maneira geral, vê-se com naturalidade o casamento de meninas com cerca de 13 anos. Esta prática chega a ser bem vista por muitos pais por acreditarem que, assim, a garota será preservada de situações consideradas piores, como ter um filho sem pai, um “filho de rua”, e “ficar na casa dos pais sem destino e passar da idade de casar”. Acima de 20 anos, a mulher já é reputada velha para o casamento. Por isso, “quando casa fugido só dá encrenca se a moça for virgem”. Somente nestes casos, “os pais vão atrás de fazer um casamento no papel”.

Por outro lado, deve-se considerar que estes “posseiros” são endogâmicos e, portanto, o casamento não tem o significado de construção de alianças políticas para eles, o que, historicamente, estaria na origem da vinculação da noção de honra à pureza feminina na cultura mediterrânea, segundo Pitt-Rivers (1977).<sup>240</sup> Os pais pouco interferem na escolha do cônjuge de suas filhas.

São comuns os casamentos realizados dentro da comunidade, mas também ocorrem com frequência uniões com pessoas “de fora”. Neste caso, os parceiros são,

---

<sup>240</sup> Pitt-Rivers (op. cit.), a partir da análise de uma passagem do Genesis, desenvolve um conjunto de reflexões sobre mudanças observadas nas estratégias matrimoniais do povo judeu ao longo do tempo e o surgimento da relação entre honra masculina e pureza da mulher. Para ele, a partir do momento em que a noção de honra é relacionada à pureza feminina, o parentesco perde sua base de reciprocidade e torna-se político, egocentrado, uma competição na qual os vencedores são aqueles que guardam suas filhas e tomam as mulheres de outros grupos em acréscimo, dando em troca apenas sua proteção. Mulheres tornam-se o meio de estabelecer dominação. A competição por mulheres torna-se competição por poder.

conforme ordem decrescente de preferência, estabelecida com base nos casos de maior incidência: filhos de “posseiros” de outros assentamentos, filhos de camponeses tradicionais da região e outros. Indicando a prática de uma endogamia de classe.<sup>241</sup>

Nos assentamentos Retiro e Velho, as relações de gênero e as relações entre gerações são marcadas pela hierarquia e concentração de poder nas mãos do pai e chefe-de-família. Segundo K. Woortmann (1990), a hierarquia é um valor central da ordem camponesa e, juntamente com a honra e a reciprocidade, compõe um universo concebido holisticamente em que as pessoas são “seres relacionais constituídos pela totalidade”. (op. cit.:24)

Assim, conforme K. Woortmann (op. cit.), a família camponesa se apresenta enquanto unidade estruturada a partir da produção e das regras de transmissão da propriedade da terra, o que implica a subordinação dos projetos individuais dos filhos aos interesses do coletivo familiar. A figura do pai encarna a totalidade da família e a autoridade paterna decorre de seu controle e poder administrativo sobre a unidade de produção e de sua propriedade sobre a terra.

Porém, a ambiguidade atravessa a família. Se, por um lado, a família mantém os homens numa posição de dominação e impõe a subordinação feminina e filial, por outro, ela representa a proteção do camponês contra a sociedade que o oprime e lhe nega cidadania e é condição essencial para a realização de seu projeto de autonomia, que se opõe à sua subordinação enquanto trabalhador. “Se, perante a sociedade global, a família é uma prática de resistência, perante seus membros é a manutenção do conformismo”, conforme lembra Chauí (1989: 146).<sup>242</sup>

A maior parte dos homens é machista. Segundo declarou uma assentada, a maioria “tranca a mulher e não deixa a mulher sair para fazer trabalho nenhum.” A dominação de gênero parte da esfera doméstica, seu principal reduto. O afastamento da mulher da esfera pública surge como um desdobramento do poder do marido sobre a esposa. Quando a mulher é sozinha, ou o marido a “deixa” fazer certas coisas, a comunidade não interfere muito. Mas quando a conduta feminina desafia a autoridade

---

<sup>241</sup> Brandão (1986) identifica a relação entre parentesco e classe social nas regiões rurais do matogrosso goiano. Segundo o autor: “as famílias e os grupos de parentes se organizam - como sistemas incluídos nas classes sociais a que pertencem – através das formas pelas quais adquirem, conservam e transmitem a propriedade rural, e o *que* e o *como* produzem dentro dela.” (ibidem:28, grifos do autor)

<sup>242</sup> Neste texto, Chauí desenvolve uma reflexão sobre vários aspectos relacionados ao caráter ambíguo da família nas classes subalternas em nossa sociedade. (op. cit.:142-159).

do marido e põe em cheque a questão da dominação em si, isto gera a reprovação do grupo.

Durante a luta a mulher atingiu uma maior projeção na esfera pública, o que resultou, após muitos embates, na sua aceitação como membro efetivo de uma das associações. Contudo, são poucas as mulheres que costumam participar das reuniões, devido à interdição de seus maridos ou porque não têm interesse. Observa-se em outros assentamentos, sobretudo no Rio Grande do Sul onde há o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), a conquista de um maior reconhecimento do valor social da mulher.<sup>243</sup>

Três mulheres estão à frente da produção em seus lotes. Duas, uma viúva e outra que o marido a deixou, tocam o lote apenas com a ajuda de seus filhos, e a terceira tem o marido em casa, mas este é alcoólatra e não responde pela administração de sua parcela. Foi ela quem decidiu aderir ao grupo na fase de luta e ele “veio atrás”. Ela assumiu todas as responsabilidades do lote por meio de uma procuração e a comunidade reconhece e respeita a sua autoridade.

Quando a mulher desenvolve atividades voltadas para o mercado como a criação de frangos e porcos, a fabricação de azeite, farinha de mandioca, produtos artesanais etc. a renda gerada por seu trabalho é apropriada geralmente por ela para o seu uso no consumo da família ou, o que é menos comum, pode ficar com o marido. A produção e venda de queijo pode ser uma fonte de renda para a mulher assentada, porém, depois que os “posseiros” passaram a fornecer leite para a Nestlé, a maioria delas não tem tido mais matéria-prima para produzir o queijo.

Quando elas são funcionárias públicas, elas são mais respeitadas e administram o seu próprio salário, contribuindo de diferentes formas para a unidade de produção e consumo familiar. A relação da mulher com a renda por ela produzida depende do tipo atividade que desenvolve, da forma de organização da unidade de produção-consumo familiar e das necessidades identificadas no seio desta, bem como da definição de prioridades em cada situação, o que é comumente atributo do marido. No caso dos jovens, a renda fica para eles e compete ao pai apenas a alocação desta força de trabalho na unidade produtiva familiar, o que reflete na sua maior ou menor disponibilidade para desenvolver outras atividades fora do lote.

---

<sup>243</sup> Sobre esta questão e outras relacionadas à democratização das relações sociais no campo brasileiro, ver Navarro (1996).

Em Retiro e Velho, o envolvimento de jovens com a política afeta a relação entre gerações. A política e o parentesco operam com lógicas distintas, o que parece estar na raiz de desconfianças e competição para fazer valer diferentes capitais simbólicos. Ora, valores da ordem tradicional como a hierarquia e a autoridade paterna entram em choque com a valorização do capital político como atributo do indivíduo nos termos da ordem moderna.

Os assentados mais velhos costumam reagir criticamente em face da participação de lideranças jovens nas discussões das associações. Mas o envolvimento destes com a militância no MST<sup>244</sup> não causa maiores preocupações. Quatro jovens dos assentamentos Retiro e Retiro Velho participaram ativamente do movimento e hoje estão afastados. Eles tiveram dificuldade em se manter na militância devido à falta de recursos, pois não recebiam salário do MST.

Um deles conta que começou a militar aos 16 anos e passou dois anos e meio na direção do movimento e mais um ano fora da direção como “militante à disposição”. Morou no Maranhão durante 9 meses, período em que participou de cursos de formação promovidos pelo MST. Hoje está afastado da luta, embora ainda se veja como militante: “Sou militante, só não estou na ativa.” Ele está participando ativamente da Associação Retiro Velho e procurando organizar alternativas produtivas para os jovens no assentamento.

Apesar da já mencionada reação dos mais velhos em relação à interferência de jovens na política interna, este rapaz parece ser bem aceito por eles. O seu pai se apresenta visivelmente satisfeito e orgulhoso em relação à atuação política de seu filho na Associação. Neste caso, prevalece o sentimento de um aumento de prestígio por parte da família e, como consequência, de valorização do pai no seio do grupo.

O reconhecimento da necessidade de formação profissional, mesmo para a atividade agrícola, é cada vez maior entre os assentados, acarretando a desvalorização de saberes tradicionais. Uma mãe mencionou que “até para tomar conta de fazenda agora tem que fazer curso.” Alguns filhos de assentados estão estudando na Escola Família Agrícola de Goiás (EFA-GO),<sup>245</sup> mantida por seus pais, onde aprendem uma

---

<sup>244</sup> Como é difícil conciliar o trabalho de militância com o ofício de lavrador, parte das lideranças políticas do MST em Goiás é formada por jovens que ainda não constituíram família.

<sup>245</sup> A EFA-GO oferece curso em nível correspondente à segunda fase do ensino fundamental. Ela funciona em regime de semi-internato, os alunos alternam quinze dias na escola com quinze dias em casa, quando devem pôr em prática o que foi aprendido. A EFA-GO foi fundada por um grupo de pais com

agricultura ecológica voltada para a produção familiar. Estes jovens trazem novos conhecimentos para a família, porém a sua incorporação ainda é pouco significativa. A inovação tecnológica encontra alguma resistência no pai e chefe-de-família, que é quem dá a palavra final em relação à concepção e condução do processo produtivo.

A valorização tanto da educação escolar<sup>246</sup> e do saber técnico como da formação política de alguém da comunidade ocorre de maneira ambígua, uma vez que representa a legitimação de valores da sociedade envolvente, que desvaloriza o seu saber e lhes impõe um processo de invalidação cultural. Ao mesmo tempo em que aceitam a superioridade destas formas de conhecimento, os pais costumam rejeitá-las quando se sentem ameaçados por elas em sua autoridade e autonomia no trabalho.

#### - **Estratégias de sobrevivência da família e diferenciação social**

O INCRA procura distribuir os recursos necessários para a estruturação das unidades de produção de forma mais ou menos semelhante entre os assentados. Mas, embora este órgão compense o parceleiro que recebe uma terra de pior qualidade com um lote de maior tamanho, o tipo da terra recebida é um importante fator de diferenciação social no interior desta comunidade, como será visto logo mais.

O resultado geral alcançado foi a criação de unidades que produzem para a subsistência e para o mercado, sendo que a produção de mercadorias ocupa uma posição secundária na maioria das vezes.<sup>247</sup> A estimativa de renda monetária mensal média de R\$ 40,00 contraposta aos R\$ 260,00 correspondentes à produção consumida, bem demonstra isso.

Na medida em que a renda obtida no lote revelou-se bastante limitada, não atendendo a todas as necessidades da família, seus membros passaram a buscar outras fontes de renda. Alguns chefes-de-família trabalham fora em períodos em que há menos serviço no lote, ou em momentos de maior necessidade de dinheiro, em fazendas

---

recursos do governo francês obtidos por intermédio de um padre beneditino hoje falecido. Atualmente ela se encontra em fase de reestruturação. (Sousa, 1997:132)

<sup>246</sup> Esta questão será melhor abordada a seguir, no contexto da discussão sobre a reprodução social dos assentados.

<sup>247</sup> Galeski (1975: 9-32) define como característica básica da unidade camponesa a associação entre a produção orientada para o mercado e a economia doméstica da unidade familiar. Segundo o autor, mesmo na produção para o mercado o comportamento do produtor é determinado pela natureza dual da unidade camponesa pois o objetivo de sua produção é a renda da família e não o lucro.

próximas aos assentamentos. Segundo eles, o trabalho externo era uma prática bastante frequente entre a maioria dos “posseiros” até recentemente, quando as unidades de produção ainda estavam sendo “formadas”.

A necessidade existente nestes assentamentos de se recorrer ao trabalho externo os põe, em certo sentido, em situação semelhante à das colônias oficiais formadas com imigrantes estrangeiros em São Paulo a partir de 1870, que, segundo Martins (1986:65), se constituíram em “viveiros de mão-de-obra” para as fazendas de café. Embora criados num contexto social bastante diverso, os assentamentos acabam fornecendo mão-de-obra barata para as fazendas da região.

No entanto, diferentemente do caso anterior, este “viveiro” não se forma com o assentamento. Ao que parece, o que ocorre é apenas a sua transferência da periferia de pequenas cidades da região para o campo, onde os trabalhadores podem produzir para a subsistência, dependendo menos dos recursos gerados pelo trabalho assalariado e vivendo em melhores condições.

Os jovens que desejam ter a sua própria renda também costumam trabalhar como diaristas ou por empreitada nas propriedades vizinhas e em outros municípios da região. Mas, dada a pequena oferta de trabalho existente na área, às vezes, eles se deslocam até Goiânia, quando são levados pelo “gato”. Em face destas dificuldades, muitos foram induzidos a deixar o assentamento precocemente para conquistar a sua própria terra ou migrar para outras áreas em busca de trabalho, inclusive a capital do estado.

“Para segurar o filho tem que dar o recurso e a renda não dá para dar o recurso. Então o filho sai para trabalhar.” (assentado, 1997)

Apesar de serem desenvolvidas basicamente as mesmas atividades nos lotes, verifica-se a existência de diferentes formas de organização da unidade de produção nos dois assentamentos e a adoção de vários arranjos técnicos, que vão desde o uso exclusivo da enxada até o emprego do trator em uma série de atividades. Os principais fatores que contribuem para esta diferenciação, estão relacionados a condições específicas relativas a cada parcela de terra e a características distintas apresentadas por cada “posseiro” e sua unidade familiar. São eles:

- tamanho e qualidade da terra recebida, assim como condições de acesso à água;
- perfil do chefe-de-família: formação, nível técnico, vocação agrícola, talento para negociar etc.
- tamanho e estágio do ciclo de vida da família;<sup>248</sup>
- nível de “capitalização” quando da entrada no lote, ou seja, a existência de recursos previamente acumulados;
- existência de outras formas de obtenção de renda, além da atividade agrícola.

O tamanho do lote é pequeno e a maior parte dos dois assentamentos se encontra em área de “terra fraca”, conforme a classificação deles. Nos lotes de terra fraca é mais comum a saída dos filhos para trabalharem fora. O assentamento Retiro Velho concentra as piores terras e é onde existem lotes com maiores dificuldades de acesso à água. Por isso, é onde houve um maior número de desistência e venda de lote, concentrando cerca de dois terços dos casos.<sup>249</sup>

Muitos acreditam que os assentados que estão em “terra ruim” não resistirão por muito tempo. Em Retiro e Velho, existem parcelas que já foram transferidas várias vezes. Veja como eles se referem a estas parcelas:

Ele comprou o lote “vai-e-vém”, que fica no morro e não tem saída. (assentada, 1997)

Comprou o lote há cerca de 6 meses, é o lote que foi do Bento e já trocou de mão um punhado de vezes, é “terra ruim”. (assentada, 1997)

Nós aqui estamos na casca, em cima da pedreira. (assentado que tentou vender seu lote, mas, como o comprador não pagou, pegou-o de volta, 1997)

---

<sup>248</sup> Segundo Chayanov (op. cit.), a unidade doméstica apresenta um ciclo de vida, que envolve seu crescimento e declive. O início deste ciclo é determinado pela formação do par conjugal e sua instalação na terra e as etapas subsequentes ocorrem com o nascimento e crescimento dos filhos. Quanto mais jovem a unidade doméstica, maior o número de dependentes e maior o esforço exigido dos adultos para assegurar a subsistência do grupo. Por outro lado, na medida em que os filhos atingem idade produtiva, aumenta a disponibilidade de mão-de-obra. A unidade alcançaria o ápice de sua capacidade produtiva quando todos os seus membros chegam à idade ativa. Um novo ciclo é inaugurado quando os filhos constituem novos núcleos familiares e se desligam da unidade paterna.

<sup>249</sup> A prática de venda de lotes será analisada a seguir, no contexto da abordagem da questão territorial.

Como a experiência anterior de trabalho e trajetória de vida dos assentados é heterogênea, existem, entre eles, produtores com diferentes níveis de capacitação tanto do ponto de vista técnico como administrativo. Há os que têm tido mais dificuldade que outros para explorar o lote e obter níveis de produção razoáveis, assim como para adotar novas técnicas e administrar o conjunto das atividades.

A máquina veio para ficar, não dá para ficar sem ela, o homem que deve aprender a trabalhar com ela. (...) Eles ainda estão no tempo do trabalho braçal. (assentado, referindo-se a dois companheiros que trabalham só na enxada, durante a aplicação da técnica coletiva de Calendário Sazonal/DRP, 1998)

Hoje alguns estão com problemas para pagar o empréstimo do PROCERA.

O compromisso do banco, aquele que não tem condição de pagar, é porque não administrou bem. O dinheiro da “desmatção” tem que usar outra atividade para cobrir os gastos, não pode tirar tudo do gado. (assentado, 1998)

A idade e a disposição física e psicológica, dentre outros fatores de ordem pessoal, também influenciam o desempenho dos assentados. Foram mencionados três casos de alcoolismo no grupo, sendo o mais grave aquele que perdeu o poder sobre o lote para a sua mulher. Em todos eles, o nível de organização do lote é precário.

Foi encontrado um “posseiro” que representa um exemplo de assentado com pouca vocação para o trabalho agrícola, mesmo tendo sido agricultor e vaqueiro antes de entrar na terra. Ele mora sozinho no lote, não planta e possuía um pequeno rebanho até 1997. Quando estivemos lá no ano seguinte, ele não tinha mais gado e estava alugando o pasto. Segundo um vizinho, “ele vendeu o gado para comer porque não planta”. Dadas as circunstâncias, este assentado deverá perder o lote em breve.

O talento para negociar apresentado por alguns, que são chamados de “gambireiros” pelos demais, é um importante fator de diferenciação porque assegura maiores ganhos para o assentado e favorece uma certa acumulação, que é expressa

geralmente em gado. O “gambireiro” é percebido de forma contraditória pela comunidade: ao mesmo tempo em que a arte de negociar é, reconhecidamente, um meio para se alcançar melhores resultados econômicos, ela é condenada porque implica um ato de deslealdade através do qual alguém tira vantagem sobre o outro.<sup>250</sup>

É como diria o Tião Galinha: “quem trabalha e mata a fome, não come o pão de ninguém, quem come mais do que ganha, sempre come o pão de alguém”. (assentado, 1997)

Chamou atenção o comportamento de um “gambireiro”, que remunera o trabalho do casal de filhos que o “ajuda”. Ele está numa terra de fertilidade privilegiada e, mesmo já tendo obtido bons resultados com a produção de arroz no lote, optou por plantar apenas milho em 1998, ano que estivemos lá. A unidade possuía um rebanho de cerca de 50 cabeças, porém, 12 pertenciam ao rapaz. Este é um dos únicos casos verificados na área em que o princípio de mercado assume tal importância.

O tamanho das famílias assentadas varia muito, assim como a fase do desenvolvimento biológico em que elas se encontram, o que implica diferenças significativas quanto às suas necessidades e à disponibilidade de mão-de-obra. No entanto, nos assentamentos, assim como ocorre nas áreas onde domina a propriedade privada da terra, a produção não pode ser estendida de acordo como o número de trabalhadores da unidade doméstica, a menos que seja possível a realização de mudanças no sentido da intensificação do sistema produtivo, como tem sido tentado por alguns “posseiros”.

Com a chegada dos filhos à idade adulta é comum que eles procurem alternativas de trabalho fora do lote.<sup>251</sup> Quando isto não ocorre, o que é mais frequente com filhas mulheres que permanecem solteiras, a carga de dependentes pode se

---

<sup>250</sup> K. Woortmann (op. cit.) identifica semelhante ambiguidade em relação ao negócio entre sitiantes em Sergipe e conclui afirmando que: “Se trabalho e negócio se opõem num plano, noutro se articulam, na medida em que um é o meio para se chegar ao outro. Se, num contexto, ele nega a reciprocidade, noutro, ele garante a liberdade e ambos são princípios constituintes da honra do pai. A ambiguidade do negócio apenas espelha a ambiguidade inerente à história e os distintos meios de se usar os seus tempos.” (op. cit.:41)

<sup>251</sup> O próprio Chayanov (op. cit.) reconheceu que, quando o acesso à terra não é flexível, a compra e a venda de força de trabalho podem ser utilizadas como formas regulatórias, além da intensificação da produção.

transformar num peso para a unidade. Sobretudo nos casos em que a filha torna-se “mãe solteira” e a casa passa a abrigar três gerações, ficando “superpovoada”.

Alguns produtores possuíam um pequeno rebanho quando foram assentados, o que lhes permitiu se instalarem em melhores condições, diferenciando-se do restante do grupo desde o início do processo de assentamento. Foram identificados casos em que a mulher já trabalhava como funcionária pública e possuía a sua própria renda antes da luta, mantendo-se no emprego após o marido receber terra. A existência de uma fonte de renda de caráter regular e externa ao lote permite a realização de certos investimentos na produção e dá à unidade familiar uma maior estabilidade econômica, além da possibilidade de uma maior participação no mercado de consumo.

De acordo com o impacto em cada unidade dos fatores acima mencionados, as diversas atividades e estratégias desenvolvidas para a sobrevivência da família assentada assumem um peso específico e são articuladas de forma diferenciada. Tomando-se como referência os arranjos encontrados, observa-se que a grande maioria das unidades constitui a principal fonte de sustento do grupo doméstico residente no lote. Foram constatados, no entanto, alguns casos que indicam a existência de duas tendências contraditórias atuando no sentido de modificar o peso da unidade no contexto da renda familiar. De um lado, a unidade tende a se tornar a única fonte de renda, de outro, ela tem perdido importância e vem se transformando numa fonte secundária de recursos. Veja abaixo os três tipos identificados e alguns exemplos correspondentes.<sup>252</sup>

Produtor A: É o tipo mais encontrado nos assentamentos. Nele, a produção para a subsistência e para o mercado são importantes e o grupo doméstico residente no lote apresenta um nível de renda que permite atender às suas necessidades mínimas sem que o chefe-de-família tenha de recorrer ao trabalho externo. Isto só acontece nos momentos em que ele julga conveniente. O relativo equilíbrio entre renda gerada e necessidades da

---

<sup>252</sup> A classificação proposta acima inspira-se na tipologia desenvolvida por Galeski (op. cit.) em seu estudo sobre as unidades camponesas na Polônia. O autor considera o papel da unidade como fonte de recursos para a manutenção da família e como lugar de trabalho, identificando os seguintes tipos: (1) unidades que constituem a principal, apesar de inadequada, fonte de sustento da família; (2) unidades que são a única fonte de sustento e estão baseadas apenas em trabalho familiar (podendo apresentar um pequeno número de trabalhadores contratados nos períodos de maior intensidade de trabalho); (4) unidades baseadas no trabalho familiar e no emprego de trabalho assalariado permanente ou na maior parte do ano

família observado nesta categoria resulta, em geral, de uma melhor estruturação da unidade. Porém, também pode estar relacionado às seguintes questões:

- a existência de outras fontes de renda na família, decorrentes do trabalho externo de filhos ou da esposa etc. e
- o esvaziamento da unidade familiar com a saída dos filhos e a consequente queda das necessidades de subsistência do grupo doméstico residente no lote.

O produtor A1 trabalha no lote com a “ajuda” de um filho homem e da esposa. Planta roça somente para o “gasto”<sup>253</sup> e cultiva amendoim, cujo excedente é vendido. Possui 20 vacas e afirma que “não tem jeito de aumentar o rebanho porque as bezerras boas tem que vender para pagar o projeto”. Entrega diariamente para a Nestlé 20 litros de leite. Apesar de estar instalado em área considerada de “terra ruim”, ele não realiza trabalho externo. Vendeu recentemente uma casa que possuía em Itapirapuã e o único bem que tem hoje é a terra, que pretende deixar como herança para o filho que está com ele, pois os demais estão fora e “já tem cada um a sua renda”.

O produtor A2 tem sete filhos, um deles está no Acampamento Tamboril, próximo à cidade de Goiás. Na fase da luta, a família ficou morando “com os bichos” na terra de um cunhado e só veio quando foram assentados. Hoje reside no lote com a esposa, duas filhas moças e um rapaz. O peso do trabalho na terra recai sobre a mão-de-obra masculina. Planta roça e, quando sobra, vende o excedente em Itapirapuã. Entrega leite. Trabalhou muito fora no início, hoje não tem mais tempo nem disposição para isto, pois tem mais serviço no lote. O filho estuda mas, diferentemente das irmãs que pretendem concluir o nível médio, acha que, quando começar a pensar em casamento, vai ter que trabalhar fora para juntar dinheiro para comprar “as coisinhas” e não vai ter tempo para estudar. Sobre a relação com a terra, o produtor A2 fez a seguinte declaração, mencionando o caso de um filho que é solteiro e mora fora:

“Uma terrinha dessa para a gente que tem mais família, a renda é pouca. (...) A vontade da gente é ficar tudo reunido, mas a renda é pouca. Meu filho entrou aqui dentro quando era capoeira. Me ajudou, mas sentiu que tinha que procurar um jeito de sobreviver, um

---

e (5) produção cooperativa. Os casos encontrados em Retiro e Velho podem ser incluídos basicamente no segundo tipo desta classificação.

emprego, um servicinho fora, um acampamento. (...) A terra dá para uma vidinha muito espremida.” (assentado, 1998)

O produtor A3 mora no lote com a esposa, que é professora primária, e um casal de filhos adolescentes, que ainda está na escola. Ele divide as tarefas com o rapaz, que estuda na EFA e não está sempre disponível para ajudá-lo. Planta roça para a subsistência e também possui 20 vacas, entregando uma média de 20 litros de leite/dia. Está em “terra boa” e presta serviço esporadicamente para um pequeno fazendeiro da vizinhança. Às vezes, o seu filho também trabalha fora. Pensa em investir na produção, formar mais pastos e melhorar o rebanho, e fala em deixar a terra para os filhos.

O produtor A4 é viúvo e mora sozinho. Planta roça para o seu sustento e possui cerca de 10 vacas, fornecendo 12 litros de leite /dia. A terra é “fraca” e não é adequada para a mecanização, sendo necessário o emprego do trabalho manual desde o preparo da terra até à colheita. Segundo ele, “tá com uns três anos que não preciso mais sair para trabalhar”. Porém, disse estar cansado e pensando em vender o lote para comprar uma chácara perto da cidade.

Produtor B: A unidade encontra-se produzindo bem e alcançando bons rendimentos para os padrões locais. Apesar de plantarem para a subsistência, a produção para o mercado parece apresentar maior importância. Neste caso, quando o chefe-de-família realiza trabalho externo, costuma ter como objetivo obter recursos para investir na produção. Um bom exemplo deste tipo de unidade é aquela administrada por um assentado “gambireiro”, citado anteriormente.

O produtor B1 vive no lote com a mulher e duas filhas pequenas, que o ajudam no trabalho da roça. Tem uma unidade bem estruturada e com boa produção, apesar de estar em terra ruim. Possui um dos maiores rebanhos da área, com mais de 70 cabeças, mas algumas delas, na verdade poucas, pertencem a um irmão que não é assentado. Entrega 20 litros de leite/dia. Trabalha fora sempre que pode e a renda obtida é investida na produção. No ano passado, trabalhou quinze dias numa fazenda e comprou 12 vacas paridas com o dinheiro do pagamento. Diferentemente da época em que era empregado e gastava tudo que ganhava, agora ele está se “organizando para ficar melhor no futuro”. O dinheiro obtido pela esposa com a criação e venda de frangos é utilizado para pagar

---

<sup>253</sup> *Gasto* ou *despesa* são categorias que se referem ao consumo da família.

aluguel de pasto. Ela queixou-se desta situação e citou o caso de uma vizinha que faz tapete e colcha de retalhos e tem a sua própria renda.

O produtor B2 mora com a mulher e três filhos, dois rapazes e uma moça, que trabalham com ele. Planta roça e vende o excedente de arroz. Em 1998, plantou roça na terra de um filho, no assentamento São Carlos, município de Goiás. Tem 30 cabeças de gado, incluindo os bezerros e entrega uma média de 20 litros/dia de leite atualmente, mas já chegou a produzir 30 litros. Seu lote está localizado em “terra boa”, numa área de baixio. Pretende plantar horta irrigada em sociedade com outros dois assentados, ampliando a sua participação no mercado. Está muito satisfeito no assentamento, embora tenha reclamado do pequeno tamanho do lote: “saí do calor do fogo e tô na fresca da água.” Quer deixar a terra para os filhos.

Produtor C: A unidade não apresenta um nível de estruturação satisfatório e produz basicamente só para a subsistência. Ela não gera renda suficiente para atender às necessidades da família que, em geral, depende do trabalho externo do chefe-da-família. Os investimentos iniciais realizados com apoio do INCRA não geraram os resultados esperados e a unidade está se descapitalizando para atender às necessidades de consumo da família e/ou para o pagamento do PROCERA.

O Produtor C1 mora no lote com a mulher e duas filhas pequenas. Ele planta roça junto com a esposa e, segundo ela, “o arroz da despesa a gente tira todo ano, graças a Deus.” Não possui mais rebanho e aluga o pasto. O gado foi vendido para poderem pagar dívidas com o Banco. Ele trabalha como diarista em fazendas vizinhas e a mulher obtém alguma renda, que ela mesma administra, com a venda de porco e galinha. Pensou em trabalhar com piscicultura, mas, até então, não havia conseguido recursos para isso.

A produtora C2 é chefe-de-família, apesar de seu marido morar com ela no lote. Ele foi considerado incapacitado devido a seu problema de alcoolismo.<sup>254</sup> Dos 4 filhos homens que residem no assentamento, dois são pequenos e dois, rapazes. É ela quem está à frente do trabalho na unidade, sendo “ajudada” pelo marido ou pelos filhos. Porém, estes últimos normalmente procuram serviço fora e contribuem pouco. Um deles, às vezes, passa dias sem aparecer em casa. Sua produção é voltada para a

---

<sup>254</sup> Este caso já foi mencionado no início do capítulo, quando se tratou da questão de gênero.

subsistência, mas, como a terra é fraca e não tem água boa, não plantam nem milho nem feijão, só arroz, não sendo o suficiente para o “gasto”. Afirmou que não entrega leite porque falta mão-de-obra para a atividade de ordenha. A renda monetária da família, ela obtém com a venda de gado e sua produção de queijo, farinha de mandioca e azeite de mamona. A família tem passado muitas dificuldades e se sente como se estivesse trabalhando para os outros, porque “as vaquinhas tô devendo tudo”.

#### - **A questão da reprodução social**

Diante do que foi levantado acima referente aos atuais arranjos estabelecidos pelos “posseiros” para alcançar a sua sobrevivência e manutenção no lote, impõe-se a retomada da discussão sobre o futuro dos assentados – iniciada, da certa forma, no item que trata dos limites e possibilidades da produção - agora sob a ótica da família. Cabe refletir sobre quais seriam as perspectivas de reprodução da família na condição camponesa no contexto dos assentamentos.

Não se pode falar hoje da existência de um conjunto de práticas de reprodução social bem definido para o grupo, pois, devido à criação recente dos assentamentos Retiro e Velho, realizada há apenas cerca de dez anos, não houve ainda sequer um caso de sucessão nos lotes. Também parecem ter contribuído para tal indefinição em relação à questão a relativa debilidade que caracterizou a produção no assentamento até recentemente e suas consequências para a organização do grupo doméstico, como o seu esvaziamento. No entanto, podem-se listar as principais estratégias de reprodução adotadas pelas famílias atualmente e refletir sobre as possíveis desdobramentos que se anunciam a partir daí.

A terra é um requisito essencial para a reprodução social camponesa e a sua transmissão para a geração descendente, uma das principais faces deste processo, é o movimento que garante a consolidação do domínio deste segmento social sobre um determinado espaço, que se constitui o seu território. Porém, a emigração dos filhos dos “posseiros” de Retiro e Velho tem se verificado em tais proporções que, em certas circunstâncias, chega a comprometer a sucessão por falta de herdeiro.

A relação entre migração e formas de acesso e transmissão da terra é uma questão-chave no processo de reprodução camponesa.<sup>255</sup> Na tradição sucessória de muitos grupos camponeses do Sul, quem não herda migra para a cidade ou para novas áreas agrícolas, fato que geralmente está relacionado com a prática da unigenitura. Tal prática resulta, do ponto de vista interno à unidade de produção camponesa, da limitação da extensão da terra e da necessidade de mantê-la indivisa para assegurar a continuidade de uma condição camponesa mais confortável na área de origem.<sup>256</sup>

Brandão (1986:37-60), em seu estudo sobre o campesinato de Diolândia, distrito de Itapuranga,<sup>257</sup> identificou dois momentos distintos para o campesinato da área em que a relação entre terra e migração aparece de forma diferente: no primeiro, iniciado nos anos 40, as terras da região eram baratas, ou eram doadas pelo Estado, e a área recebeu intensos fluxos migratórios compostos por famílias camponesas; e no segundo, depois dos anos 60, quando o processo de ocupação se estabilizou e as propriedades foram sendo fracionadas entre os descendentes e compradores de terra, observou-se aos poucos uma tendência de dispersão da família em direção a outras áreas.

No primeiro período, houve muitos casos em que várias famílias, geralmente ligadas por laços de parentesco, migraram juntas para a área sob a orientação de um líder. Realizando o que Brandão denomina “migração extensa” e se instalando numa propriedade sob o domínio deste líder, que era geralmente quem havia adquirido a terra. Porém, na medida em que as fazendas foram sendo divididas e diminuídas, houve a dispersão da família, inicialmente com a saída dos irmãos da terra do proprietário e, mais tarde, com a saída também dos filhos, que vendem a sua parte na herança para o irmão que fica, ou, quando este não pode ou não quer comprar, para outros parentes ou, ainda, para estranhos.

Este autor ressalta a necessidade de se considerar também os fatores externos à unidade camponesa para compreender este processo, ou seja, as mudanças verificadas na economia local tais como a incorporação de novos sistemas de trabalho voltados para uma maior integração ao mercado e o surgimento de processos de expropriação e de concentração fundiária, com a valorização das terras na área. (cf. Brandão, op. cit.:49)

---

<sup>255</sup> Sobre a tradição migratória do campesinato brasileiro, ver a introdução.

<sup>256</sup> Sobre parentesco e herança entre camponeses colonos do Sul, ver E. Woortmann (op. cit.).

<sup>257</sup> Que supõe ser passível de generalização para as áreas rurais do matogrosso goiano em geral.

Buscando-se fazer um paralelo entre o processo analisado por Brandão (op. cit.) e o caso aqui estudado, pode-se dizer que: a ocupação realizada pelos sem-terra vinculou-se a um movimento de migração formado por familiares e pessoas de origens diversas, cujo resultado foi a fixação das famílias nos dois assentamentos. No entanto, como estes já se formaram numa área de terras valorizadas, num espaço que se apresenta desde o princípio organizado de forma fragmentada, sendo constituído por lotes de extensão limitada, a tendência à dispersão da família se coloca desde a sua origem, sendo reforçada pela influência de outros fatores, como se verá a seguir.

Em Retiro e Velho, há os filhos que saem de casa ainda solteiros em busca de trabalho na região ou em Goiânia e os que ficam ajudando o pai. Neste caso, fica geralmente apenas um filho homem, acompanhado ou não de algumas irmãs. Este parece ser o herdeiro potencial do lote, ao menos, enquanto a decisão do casamento não o empurra para as fileiras dos sem-terra. Assim, verifica-se a existência de três práticas complementares e/ou contraditórias entre si: a emigração, a preparação para a unigenitura<sup>258</sup> e a ocupação de terras (que é entendida como um caso específico de migração que permite a reprodução camponesa em outras terras)

Nos primeiros anos do grupo nos assentamentos, observou-se a saída de muitos jovens da área, sobretudo do sexo masculino, devido às grandes dificuldades que marcaram a fase de instalação. Além disso, eles já vinham sendo preparados para construir o seu próprio destino como um projeto individual desde antes da luta e o investimento de seus pais em seus estudos, constituía uma importante estratégia da família neste sentido. Segundo relatam, muitos assentados chegaram a trocar a roça pela cidade quando seus filhos eram pequenos, para que estes pudessem estudar.

A preocupação com os estudos dos filhos permanece na fase de acampamento. Quando eles ainda estavam alojados fora da terra o “grupo de mulheres” reivindicou a construção de uma escola no assentamento. Esta reivindicação pode estar relacionada ao fato de uma das mais expressivas lideranças femininas deles ser professora e, inclusive, ter contribuído para o setor de educação do MST no estado. Mas também se deve à existência entre eles da percepção de que a criação de uma escola na área representaria um fator de fixação na terra, dada a sua importância para as famílias em geral.

---

<sup>258</sup> Prática que estabelece um só herdeiro para a terra da família.

Hoje os “posseiros” têm consciência das dificuldades existentes para que os seus filhos permaneçam no lote e continuam a defender a importância da escola para garantir a eles melhores perspectivas de vida. Um pai expressou claramente este pensamento ao afirmar que “se a criança quiser estudar é mais importante do que ajudar na roça (...) para que sofram menos que nós que não tem estudo”. Porém, muitos filhos não demonstram interesse pela escola e os rapazes normalmente deixam os estudos antes das moças para trabalhar. Desta forma, estas parecem estar se preparando melhor para uma possível vida futura na cidade.

Valorização semelhante da educação escolar foi encontrada por Brandão (op. cit.) em Diolândia.

O filho agora “gasta mais do que põe”, porque estuda cada vez por mais tempo. (...) O tamanho da propriedade já não garante para os pais a certeza de que todos estarão em segurança no futuro, porque não haverá mais terras suficientes para o trabalho de todos os filhos e, em certos casos, para sequer uma venda futura compensadora. (Brandão, op. cit.:50)

A forte valorização da educação escolar entre eles, está relacionada com o estabelecimento de um novo tipo de relação do filho com a família. Os jovens contribuem menos para a produção familiar, têm mais tempo para estudar e maior autonomia para decidir sobre o seu destino. Tal situação constitui mais um fator que não tem favorecido a construção de um projeto familiar relativo à transmissão da posse do lote na área, que se imponha sobre os seus membros, influenciando seus projetos individuais.

O desejo da maioria dos pais é de se manter na parcela, deixando-a de herança para os filhos quando pararem de trabalhar. Mas seus herdeiros estão abandonando a unidade familiar em busca de alternativas de trabalho no campo ou na cidade, com o seu próprio consentimento. Poucas famílias têm reagido a isto e estão buscando formas de diversificar a sua atividade produtiva para manterem os filhos no lote.

Os filhos de “posseiros” que permanecem na área até o momento do casamento casam-se geralmente entre si e vão acampar, repetindo o exemplo de luta de seus pais. Eles se juntam a outros “novos” sem-terra e ocupam terras na região, reproduzindo, de

certa forma, a lógica que marcou a história do avanço da fronteira agrícola no país. Porém, agora, a direção do impulso migratório destes camponeses foi invertido e a “fronteira” está sendo aberta por dentro das cercas.

Na história do campesinato brasileiro, sua trajetória migrante aparece, em diversos momentos, relacionada diretamente com uma série de ações estratégicas desenvolvidas pelo Estado, como as políticas de imigração e colonização, que visam assegurar o controle estatal sobre o processo migratório para lograr determinar a sua direção espacial e significado social. Hoje são os sem-terra que têm dado a direção e o sentido deste processo.

A perspectiva de reprodução social da família camponesa através de gerações implica uma demanda continuada por mais terras. O que gera a necessidade de uma ação permanente do Estado no sentido de promover e/ou viabilizar ajustes na estrutura fundiária, uma vez que estes sujeitos sociais permaneçam sem capacidade de participar do mercado de terras.

Esta questão atinge a maioria dos assentados em todo o país e o Ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, reconheceu publicamente este fato recentemente, admitindo tratar-se de um problema de grande relevância, como se pode ver neste trecho publicado na revista *Veja*.

Para os novos proprietários, a reforma agrária parece não ter fim. Como a renda nos lotes é muito baixa – felizes são os que tiram mais de 100 reais por mês -, o dinheiro não é suficiente para manter famílias grandes. Quando os filhos chegam à idade adulta e se casam, precisam sair em busca de novas terras. Resultado: entram na fila do MST outra vez. Trata-se de um efeito não previsto inicialmente. “O surgimento da segunda geração dos sem-terra é o fenômeno social mais importante desde a criação do MST, no começo da década de 80”, diz o ministro Jungmann. (*Veja*, 26/04/00, ano 33, nº 17, pp. 38-39)

A segunda geração de sem-terra da área estudada encontra-se numa faixa etária bem abaixo da primeira. Alguns são tão jovens que se utilizam do casamento para alcançar emancipação antes de atingir a maioridade e poder ter direito a receber uma parcela de terra num assentamento da Reforma Agrária. A antecipação do casamento também está relacionada a mudanças no comportamento sexual observadas na

sociedade em geral e que, no caso do campesinato analisado, é responsável pelo aumento de gestações não planejadas e da prática de “casar fugido”, conforme visto anteriormente.

Paradoxalmente, enquanto, por um lado, formam-se novas gerações de sem-terra e cresce a demanda por novas “posses”, por outro, esvazia-se a terra da família no assentamento de origem e muitos “posseiros” não vêm conseguindo fazer o seu sucessor. As deficiências do Programa de Reforma Agrária em vigor contribuem de forma decisiva para acelerar o ritmo de produção do “exército de sem-terra” ao estimular a saída precoce dos filhos de assentados da terra de seus pais.

### 4.3. A comunidade e o assentamento como território

A forma de *apropriação* da terra em Retiro e Velho reflete a lógica da unidade de produção familiar camponesa e é igualmente orientada pelo princípio de reciprocidade que rege a relação entre as famílias no interior da comunidade de assentados. Por outro lado, o *domínio* do grupo sobre o espaço dos assentamentos,<sup>259</sup> que é também controlado pelo INCRA, estabelece limites claros na relação entre eles e os de fora. É com base neste poder que eles decidem sobre o acesso de um novo membro à terra dos assentamentos e sua conseqüente entrada para a comunidade.

Por tudo isso, pode-se dizer que os assentamentos Retiro e Velho constituem um território camponês em construção. Entende-se *território* como o espaço de reprodução da existência de uma sociedade ou grupo social, formado com base em um contrato social firmado entre os seus membros e definido a partir de *relações de apropriação e domínio*.<sup>260</sup> A seguir serão analisados alguns aspectos referentes à relação entre os assentados no interior da comunidade e a questão do controle territorial por eles exercido no espaço dos assentamentos.

As ramificações da família vão tecendo a estrutura social da comunidade e passam a assegurar a unidade do grupo, além de definir novas alianças com os de fora. Como disse uma assentada, “aqui quase todo mundo é compadre um do outro.”<sup>261</sup> As redes de afinidade que são criadas no assentamento ultrapassam aos poucos os limites impostos pelos laços de parentesco pré-existentes. Procura-se constituir a comunidade como uma grande família, para o que foram, de certa forma, preparados na fase de acampamento.<sup>262</sup>

---

<sup>259</sup> Trata-se de um domínio de fato sobre a terra, apesar de ainda não possuírem o seu domínio no sentido jurídico do termo, ou seja, a sua propriedade legal.

<sup>260</sup> Sobre o conceito de território adotado, ver a introdução.

<sup>261</sup> As relações de compadrio são firmadas na comunidade por ocasião dos ritos religiosos do batismo, da crisma e do casamento, sendo o primeiro deles o que estabelece um vínculo mais importante. Há também o “batismo de fogueira”, realizado em torno da fogueira de São João, que simboliza um compromisso de amizade entre as partes envolvidas.

<sup>262</sup> Aqui, da mesma forma que na reflexão desenvolvida no capítulo sobre o acampamento, vê-se uma clara relação com o pensamento desenvolvido por Levi-Strauss (op. cit.) sobre a família, que atribui a ela o papel de formação de grupos, situados entre o indivíduo e a sociedade.

Imagina assim, isso num assentamento pequeno, o pai e a mãe, dois votos, mais a filha e o esposo, quatro, mais uns dois, seis, isso é quase... Você está entendendo? E aí você tem mais um compadre aqui outro ali. Mas o que falta é a consciência mesmo. Então tinha esse problema, e o que a gente fazia? E esse problema surgiu no nosso assentamento e era uma experiência que a gente estava vivendo. Na Retiro a gente tentava dizer isso, “lá, nós somos uma outra família”. (ex-liderança do MST que participou da luta do grupo da Retiro e Velho e hoje é assentado no P. A. Rancho Grande no município de Goiás, 1998)

Porém, esta nova armação social também pode promover divisões no grupo, que se revelam de maneira mais evidente em situações de conflito e nas manifestações de diferentes formas de cooperação. Apesar de toda a comunidade permanecer ligada por laços de solidariedade, parentes e vizinhos recebem um tratamento diferenciado. Não se vive mais numa situação de *communitas* e eles se tornam cada vez menos iguais.

Neste novo período da luta, ocorre a revalorização dos laços de parentesco pré-existentes, o que se constitui em outro fator favorável ao surgimento de divisões entre eles. No momento de criação da segunda associação, o seu fundador recebeu apoio do cunhado e compadre e do genro deste último, dentre outros que o seguiram.

Um outro elemento que contribui para a segmentação da comunidade é a religião. A maioria do grupo é católica, mas há também um pequeno grupo de evangélicos que, aos poucos, tem crescido numericamente com a conversão de algumas pessoas da comunidade. No início houve desentendimentos entre os dois grupos e hoje a convivência é pacífica.

No entanto, verificam-se algumas diferenças de conduta entre eles e a mais significativa delas diz respeito à relação de compadrio. Os evangélicos, diferentemente dos católicos, não valorizam este vínculo. Segundo uma assentada que frequenta a Assembléia de Deus, entre eles não há o costume de “fazer compadre”.<sup>263</sup> Mas a solidariedade entre os irmãos de Igreja é de grande importância.

Negócio de comadre hoje não está adiantando nada... Hoje batiza e amanhã vira para outra religião... Eu chamo ela de comadre, mas ela não me chama de comadre.

---

<sup>263</sup> Ou seja, entre eles não existe comumente o hábito de estabelecer relações de compadrio.

(assentada referindo-se a uma comadre convertida há pouco tempo para o culto evangélico, 1998)

A sociabilidade no interior da comunidade é marcada pelo princípio de reciprocidade e pela adoção de práticas características do campesinato brasileiro como a trocas de dias, de serviços e de produtos e o mutirão. Estas formas de cooperação são realizadas sobretudo nos momentos de “precisão”, observados seja nas atividades produtivas, seja na vida doméstica. A categoria “ajuda” expressa bem o significado que estas práticas têm para os “posseiros” de Retiro e Velho.<sup>264</sup>

A troca de dias e de serviços é comum entre a mão-de-obra masculina, ocorrendo com maior frequência entre as famílias mais jovens e numerosas. Um “posseiro” idoso, que trabalha sozinho em sua parcela, relatou que, às vezes, tem vontade de ajudar um companheiro e não pode, o que também aconteceria com outros, favorecendo o isolamento deles. A troca de produtos verifica-se entre as mulheres, que permutam os excedentes de seu trabalho na horta, no quintal ou na cozinha, como verduras, ovos e doces.

Organiza-se mutirão comumente para roçar pasto ou para a “bateção” de pasto, para a capina, a construção de casas e quando alguém está doente. Na citação abaixo, uma assentada explica a diferença entre mutirão e “surpresa”, outra forma de cooperação encontrada na região.<sup>265</sup>

Desde de quando eu era pequena, mesmo quando a gente trabalhava na fazenda dos outros, tinha o cumpadre, tinha o vizinho, tinha um ou outro meeiro, que morava na fazenda do vizinho, que a gente falava: ‘Oh!, dia vinte e cinco é mutirão de fulano.’ E tinha outra coisa que não era mutirão. Eles falavam assim: ‘surpresa!’. Eu estava com a minha roça suja, mas, não chamei ninguém. Às vezes, porque eu não estava tendo as coisas, tava sem jeito. Aí, eles se organizavam por lá, já traziam o feijão cozido, traziam uma lata de carne. Chegava todo mundo bem de madrugada, cinco horas, quatro horas. Chega um tanto de pessoas cantando e aí o dono da casa já tinha que se levantar porque sabia que ia limpar o arroz, ou colher o milho. Alguma coisa tinha que ser feita. A gente

<sup>264</sup> Esta categoria é de fundamental importância para compreender o universo relacional camponês e foi identificada em outras regiões no Brasil por autores como Woortmann, K. (op. cit.), Garcia Jr. (1989) etc.

<sup>265</sup> A “surpresa” também é denominada de terno, traição e auxílio em outras regiões do Brasil, conforme Pereira (2000:145).

olhava aqueles vizinhos que estavam com dificuldade, sem jeito de chamar o outro pra trabalhar. Porque quando a gente chama, é mutirão, tem que ter comida o dia inteiro à vontade e à noite tem baile. (assentada, 1997)

Mas, diferentemente do conceito tradicional de mutirão acima expresso, que é composto pelo trabalho em grupo seguido de festa, aqui ele também pode acontecer sem a festa. Nestes casos, ele corresponde a uma prática de ajuda mútua realizada de forma coletiva e difere da “surpresa” porque resulta da iniciativa do próprio interessado. O mutirão também pode ser organizado para se realizar trabalhos de interesse comunitário. Presenciamos a realização do mutirão sem festa em duas ocasiões: uma colheita de milho feita por jovens que se reuniram para ajudar um vizinho e um mutirão para a limpeza da área comunitária do P. A. Retiro, onde se localiza um grupo escolar e a igreja católica (em construção à época).

Também houve o caso de uma “surpresa” em uma de nossas visitas à área. Uma assentada estava doente de cama fazia algum tempo e, um dia, ela recebeu a visita de um grupo de mulheres formado por comadres e vizinhas, acompanhadas de suas filhas, pequenas ajudantes. Estas puseram em ordem o serviço de casa que estava acumulado e até fabricaram sabão para o consumo da família.

A festa parece estar relacionada com o número de pessoas que se pretende reunir. Quando tem uma “brincadeira” depois, “pinga” e comida, o anfitrião consegue juntar bastante gente. Mencionaram o caso de um “posseiro” de religião evangélica que convidou as pessoas para um mutirão em seu lote, reunindo quase trinta, e não ofereceu “pinga”. No ano seguinte, ele só conseguiu juntar a metade.

Sem afetar o princípio de reciprocidade que rege as relações sociais na comunidade, o dinheiro circula internamente em algumas ocasiões específicas, funcionando de forma semelhante a uma retribuição em espécie que pode até assumir um caráter distributivo. Como no pagamento pelo serviço de alguém, quando não se pode retribuir em trabalho. “Às vezes o companheiro quer ganhar um ‘troquinho’, aí a gente paga o peão para *ajudar* (no serviço)”, relatou um assentado que vive sozinho no lote. Possivelmente deve haver uma relação entre este uso do dinheiro pelos “posseiros” e a existência de uma maior disponibilidade de recursos financeiros entre eles quando são liberados os créditos do PROCERA.

O assalariamento para o grupo tem características semelhantes à situação identificada por K. Woortmann entre sítiantes de Sergipe.

Ainda que se trate, objetivamente, de uma relação de compra e venda de força de trabalho (que, nem por isso, transforma o comprador em capitalista, ou o vendedor em proletário), ela é representada – significada, pode-se dizer – através de uma categoria que expressa a reciprocidade entre iguais. Neste contexto, *ajuda* não pode significar a relação com o *outro*, mas apenas com o *vizinho*, um igual. Constituindo-se o assalariamento como *ajuda*, elude-se a precisão daquele que se assalaria. (Woortmann, K., 1990)

Fora da produção, os momentos de reunião e convívio social são poucos. O lazer das pessoas da comunidade ocorre geralmente nos finais de semana e se restringe a ir à missa, participar de ou assistir ao jogo de futebol, visitar o vizinho e, esporadicamente, fazer um passeio a Itapirapuã ou ir a alguma festa. Em certas ocasiões o lazer proporciona o contato com “gente de fora” dos assentamentos.

O lazer aqui é arrumar a casa, apartar a vaca e assistir uma televisãozinha. Os jovens saem mais. Se fosse empregado e tivesse um bom salário, a gente saía para passear nos fins de semana. Mas, só que a gente nunca teve. (assentada, 1998)

Alguns relacionam o hábito de assistir a televisão, adquirido após a instalação da rede elétrica no assentamento, há cerca de 3 anos, com o fato de as pessoas estarem se reunindo menos.<sup>266</sup> “O povo sai menos de casa para encontrar os outros.” Além de afetar a sociabilidade, a TV tem difundido novos valores em relação à sexualidade, estética etc. o que tem tido um impacto significativo entre a população mais jovem e pode ser constatado pela maneira de portar-se e vestir-se dela.

Observa-se a participação diferenciada segundo o sexo e a idade nas atividades de lazer. A mulher vai para a missa, acompanhada ou não pelo marido, todo quarto sábado do mês, se for católica, e aos domingos, se for da Assembléia de Deus – o pastor

---

<sup>266</sup> Quando a energia chegou, a maior parte das famílias logo comprou aparelho de TV e antena parabólica.

é assentado em Retiro Velho. Ela visita a casa de vizinhos quando tem tempo e vai para Itapirapuã fazer compras quando tem dinheiro. Algumas aproveitam a passagem na cidade para ir na casa de parentes que moram lá, confirmando-se a tendência de reabilitação das relações de parentesco anteriores à formação do grupo.

Quando eles partem para a terra, partiram os primeiros grupos, os 8 primeiros grupos, você via assim brigas muito fortes; familiares, irmãos contra irmãos, e irmão que é pobre, que veio da fazenda, que não aceitou o outro irmão ir, que não aceita até hoje. Hoje já tá aceitando um pouco porque recebe umas abóbora e estas coisas que não recebia. (ex-agente da CPT Diocesana, 1998)

Os homens possuem maior mobilidade. Visitam um ou outro vizinho e vão para a “rua” com frequência. Também saem, às vezes, para caçar ou pescar. Em Itapirapuã tem um bar que eles costumam ir sem as suas esposas. As reuniões das associações também são consideradas uma boa oportunidade para encontrar as pessoas e pôr a conversa em dia. Porém, elas têm sido pouco frequentes.

Os homens mais jovens jogam bola aos domingos no campo de futebol situado no assentamento Retiro Velho. Algumas mulheres costumam acompanhar o marido, pai ou irmão e fazem parte da assistência. Ocasionalmente eles recebem times de outros assentamentos ou da cidade para uma partida. Os jogadores de Retiro e Velho também são convidados para jogar em outros lugares.

As festas são raras na área estudada e os jovens costumam ir a festas em outros lugares. Houve casos em que eles alugaram caminhão para levá-los. Porém, certas vezes alguns jovens realizam no próprio assentamento pequenas reuniões. A festa mais animada e que reúne um maior número de pessoas, inclusive de “fora”, é a de casamento.

Tivemos o privilégio de participar da festa comemorativa dos 10 anos de luta do grupo, realizada em 2 de maio de 1998. Houve fogos, discurso e muita música, além de partidas de truco. Tinha gente de todas as idades, de crianças a idosos, e também algumas pessoas de Itapirapuã. Não foi registrada a presença de nenhum político, nem representante da Igreja ou do MST. Foi oferecida uma galinhada preparada na casa do

festeiro com o material doado pela comunidade. Um pequeno grupo de rapazes passou nas casas recolhendo arroz e frango nas vésperas da comemoração.

Apesar de certas formas de lazer proporcionarem o contato com pessoas de outras comunidades rurais e também da cidade, estas são sempre vistas como “gente de fora”. A comunidade representa uma unidade encapsuladora que protege os seus integrantes, distinguindo-os dos outros, e o assentamento, um espaço de reciprocidade que se opõe ao mundo de “fora” e, mais especificamente, à “rua”.

Para os “posseiros” de Retiro e Velho, a “rua”, ou a cidade, é o espaço do mercado, onde se depende do dinheiro para tudo e onde os pais não têm tempo para a família e os filhos pequenos estão expostos a maiores perigos. Chama a atenção a preocupação com a violência na cidade, tendo em vista que a vivência urbana da maioria dos assentados aconteceu em pequenas cidades da região, sobretudo Goiás, Itapirapuã e Itapuranga.

A família dentro da terra é melhor que o filho cair na vida da rua, no mundo. Na rua os pais são mais atarefados e os meninos ficam deixados, não têm um comando especial junto. (pai assentado e ex-morador da cidade de Goiás, 1998)

Aqui tem mais sossego. Tudo na cidade é comprado e aqui não (...) Era muita preocupação na cidade com os filhos pequenos na rua. Os amigos deles, muitos viraram mala. (mãe assentada e ex-moradora da cidade de Itapirapuã, 1998)

Porém, as dificuldades para a organização da produção e as frustrações daí decorrentes relacionadas à imensa expectativa gerada durante a luta no sentido de uma mudança de vida radical, dentre outras questões, inclusive de caráter pessoal - como caso de doença na família -, têm levado alguns “posseiros” a venderem o seu lote, deixando o assentamento. Fato que, devido às proporções alcançadas, tem preocupado o grupo, seja por suas consequências para a vida em comunidade, seja pelo fato de comprometer a sua imagem em face da opinião pública, por se tratar de uma prática que descaracteriza o processo de Reforma Agrária.

Falar sobre os casos de venda de lote é um tabu entre eles. Só obtivemos acesso a determinadas informações sobre esta prática após sermos identificados como merecedores de sua confiança.

A Igreja dizia: “não pode vender”. Hoje nosso nome tá feio. (assentado, 1998)

Desde o início do assentamento, cerca de 12 “posseiros” venderam os seus lotes, representando um percentual superior a 25%. Em estudo realizado pela FAO em 1991 sobre a realidade do processo de Reforma Agrária no país, calculou-se para a amostra trabalhada um índice médio de desistência em torno de 22%, podendo chegar a 40% em alguns assentamentos na região norte, onde o modo de vida e sistema de produção estão relacionados a uma tradição migratória acentuada. (cf. Romeiro et al., 1994:59-64)

A venda de lotes implica a saída de famílias da comunidade e a entrada de pessoas de “fora”. Tal mobilidade dificulta o processo de consolidação dos laços intra-comunidade que asseguram a constituição do assentamento como espaço de reciprocidade. Muitas vezes, eles tentam convencer o companheiro a mudar de idéia e desistir da venda, mas nem sempre conseguem. Neste caso, eles procuram interferir na escolha do novo parceleiro por intermédio das associações para reduzir o impacto desta mudança e evitar que a chegada de um novo membro possa afetar a organização social do grupo.

A cada novo caso de desistência de lote é realizada uma reunião para decidir a posição da comunidade, considerando-se as características do potencial comprador. Há entre eles uma preocupação no sentido de selecionar alguém com condições de se integrar bem na comunidade. Sempre que possível, escolhe-se um parente ou conhecido. O espaço de reciprocidade formado no assentamento não deve ser “invadido” por estranhos, pessoas que não respeitem as normas de convivência do lugar.

Como o comprador precisa ser alguém com recursos suficientes para pagar pelo lote, os próprios “posseiros” estão excluídos hoje deste mercado, assim como seus filhos que constituem família, impossibilitados de permanecerem no seio da comunidade. O comprador é em geral alguém em condições econômicas melhores que a dos sem-terra, que pôde escolher não se submeter ao sofrimento da fase de acampamento.

Uma assentada conta que seu marido quis acampar com o grupo desde o começo, mas ela não concordou e por isso eles tiveram de comprar um lote no assentamento. Segundo ela, os seus pais sofreram muito quando acampados e ela trazia as coisas para eles. Quando ela concordou em comprar a terra, a situação já era outra: “Já tava totalmente diferente, as terras já estavam cortadas, tudo tinha seus donos já”.

Em sua seleção, a comunidade também acata a determinação do INCRA que define que o lote deve ser trabalhado pelo parceleiro e sua família e não por terceiros. Eles não desejam ter em seu território indivíduos que representem uma ameaça para a Reforma Agrária, por investirem na compra de terra como um negócio e utilizarem o lote para explorar o trabalho alheio. Houve um caso de expulsão, quando os assentados denunciaram formalmente ao INCRA que o comprador era comerciante na cidade e havia posto no lote um agregado.

Como o assentado não possui a propriedade da terra, ele vende o direito ao lote. Segundo o INCRA, ele vende as benfeitorias aí realizadas e deve abater do valor cobrado o montante de suas dívidas como assentado, que deverão ser assumidas por seu sucessor. Para a realização da transação pela via legal, é exigida uma série de documentos tais como o termo de desistência do cedente, declaração de débitos junto ao banco e ao INCRA, relação de benfeitorias com o respectivo valor, declaração da associação dos assentados e ata de aprovação do candidato pela comunidade etc.

A participação da associação neste processo, encaminhando ao INCRA o nome do candidato a parceleiro, concede um caráter formal ao controle que o grupo exerce sobre o seu território. Verifica-se aí um jogo de dupla legitimação, em que a autoridade da associação é respaldada pelo INCRA e esta, por sua vez, observa os critérios por ele estabelecidos para a seleção do novo beneficiário. Porém, em Retiro e Velho, há casos em que o comprador, embora admitido pela comunidade, ainda não regularizou a sua situação junto ao INCRA.

Conforme o Contrato de Assentamento assinado pelo “posseiro” quando de sua entrada no lote, ele não pode realizar qualquer transação envolvendo a parcela sem a prévia autorização do INCRA. Mas a venda tem acontecido em muitos casos à revelia

deste órgão. Este procedimento, apesar de proibido, acaba sendo validado pelo INCRA *a posteriori*, como se explicou no segundo capítulo.<sup>267</sup>

Vale ressaltar a diferença existente entre a substituição de um membro da comunidade na fase de assentamento e o que acontecia antes, quando eles ainda estavam acampados. Se nos dois períodos é o grupo que decide quem entra e quem sai, agora esta prática assume um novo significado porque ela é mediada pelo processo de apropriação da terra. A inclusão de um novo membro no assentamento passa por um ato de compra e venda de lote que é submetido ao controle territorial da comunidade, apoiado pelo INCRA.

Apesar do curto período de existência dos assentamentos Retiro e Velho, cerca de 10 anos, algumas tendências começam a se delinear. Caso as dificuldades atuais dos “posseiros” em seus lotes perdurem ou até se agravem com a cobrança do título e a emancipação, esta forma de “transmissão” da terra observada atualmente, caracterizada por uma transação entre um que sai e outro que entra na comunidade, poderá se manter. Tal processo representará uma renovação do público beneficiário da Reforma Agrária de caráter perverso, pois se dá em detrimento dos mais empobrecidos. É preciso se pensar formas de se conter esta tendência.

É em meio a este quadro complexo e dinâmico que se verifica a recampesinização destes assentados e a formação de seu território. De um lado, tem-se a estruturação crescente de sua comunidade relacionada com o estabelecimento de relações de parentesco, que unem simbolicamente famílias de origens diversas, e das relações de cooperação anteriormente referidas. Sendo a prática de transferência de lotes um fator complicador, ao ser responsável pela renovação de parte dos membros da comunidade.

De outro lado, tem-se a fixidez da forma espacial do assentamento, que requer o ajuste do grupo e suas práticas de produção e reprodução social a suas limitações, levando à construção de uma família esvaziada. Uma vez definida por meio de discussões entre os beneficiários e junto ao INCRA a maneira de parcelamento do P. A., quando optaram pela demarcação de lotes individuais, tal forma espacial deve ser mantida, estando vetados quaisquer tipos de fracionamento ou remembramento das parcelas. A comunidade dá vida a este espaço e suas leis cristalizam uma determinada

---

<sup>267</sup> Como uma exceção à regra, a partir do final de 1997, foram adotadas medidas no sentido de inibir tal prática no Rio Grande do Sul.

forma de relação com a terra, contribuindo para a coesão, sobrevivência e reprodução social do grupo.

O espaço do assentamento representa para os “posseiros” estudados a libertação da miséria e da exploração a que estavam submetidos como trabalhadores sem terra e a liberdade do trabalho autônomo. Contudo, ele também representa o seu enquadramento às regras do INCRA e da comunidade, que se combinam compondo a “lei” do lugar. Raffestin (1993) fala do território como uma “prisão” que os homens constroem para si. O assentamento é contraditoriamente um espaço de libertação e uma nova forma de “aprisionamento”.

#### 4.4. As relações com a sociedade envolvente

Os assentamentos Retiro e Velho não estão isolados, uma complexa rede de relações sociais os liga à sociedade envolvente, como ocorre em geral com a maior parte das comunidades rurais no Brasil.<sup>268</sup> Porém, diferentemente de um campesinato tradicional, estes “posseiros” detêm uma trajetória que os capacita politicamente, criando a possibilidade de uma inserção diferenciada na sociedade local. Ao longo do texto foram apresentadas diversas questões sobre a rede de relações estabelecida pelo grupo e a seguir pretende-se tratar deste assunto de maneira articulada.<sup>269</sup>

As relações com os proprietários da vizinhança constituem sobretudo relações de trabalho. A convivência é pacífica e os assentados afirmam que hoje a situação está mudada e não há mais a mesma discriminação que enfrentaram no princípio. Em alguns casos, verificam-se iniciativas por parte de certos representantes do poder local no sentido de uma maior aproximação em relação aos assentados, o que comumente ocorre nos períodos eleitorais, gerando críticas e a reação contrária de alguns deles. Chegou-se a ouvir de um “posseiro” um depoimento sobre o assédio de lideranças da UDR de Itapirapuã, que o teriam chamado para se filiar ao seu sindicato, já que agora ele deveria estar do lado dos pequenos proprietários.<sup>270</sup>

Em relação aos camponeses pequenos proprietários que moram nas cercanias dos assentamentos, tem se observado na maioria das vezes uma relação amistosa e, em alguns casos, tem acontecido até casamento entre os filhos. Pareceu particularmente interessante as relações de amizade e cooperação estabelecidas entre os “posseiros” e uma família camponesa cuja propriedade faz limite com o Assentamento Retiro, sugerindo a possibilidade de expansão futura do território camponês que se forma na área dos P. A. 's Retiro e Velho.

---

<sup>268</sup> A questão do isolamento de comunidades rurais no Brasil foi refutada por autores como Cândido (1977) e Queiroz (1973). Esta última chamou atenção para uma tendência à complexificação das relações do campo com a cidade ainda na década de 70. (Queiroz, 1978)

<sup>269</sup> A partir da análise da inserção social do grupo e da rede de relações que ele estabelece com a sociedade em geral, pode-se ter uma idéia inicial do impacto regional causado pela criação destes assentamentos. Porém, uma abordagem mais detalhada desta problemática exigiria o aprofundamento de uma série de aspectos, inclusive com dados quantitativos quanto à produção, análise dos fluxos etc. o que poderá ser feito em outra oportunidade.

<sup>270</sup> Sobre outros aspectos referentes à atuação dos grandes proprietários junto aos assentados, ver o primeiro capítulo.

Esta família descende de colonos da Colônia Uvá e comprou terra na área quando o grupo ainda estava na fase de pré-assentamento. A propriedade tem cerca de 12 ha e não é dotada com muita terra de lavoura, possui cinco vacas próprias e mais algumas que são criadas em regime de parceria. Moram até hoje num barraco de madeira e sonham em um dia poder construir a sua casa. Segundo o filho mais velho, se pudessem venderiam a terra para “comprar uma posse e passar para o lado deles”. Eles são de tal forma integrados à comunidade, que realizam troca de dias, mutirão e até mesmo plantio em parceria em terra de um assentado. Além disso, são sócios da Associação Retiro e Velho, embora não participem das reuniões e não tenham sido beneficiados até hoje por nenhum projeto dirigido ao público do assentamento, situação que deverá mudar quando os assentamentos forem emancipados e os assentados deixarem de constituir uma categoria especial de produtor.

A cidade mais próxima é a de Itapirapuã, que fica a cerca de 7 km da área, para onde eles se deslocam com certa frequência, mantendo maiores vínculos e estabelecendo relações de complementaridade. É uma cidade de pequeno porte, cuja população era em 1991 de 6.276 habitantes.<sup>271</sup> Ela apresenta a seguinte infra-estrutura de serviços, que é utilizada pelos assentados: a Prefeitura, uma escola que oferece o ensino fundamental completo, um posto de saúde que conta com 3 médicos, o escritório da EMATER, uma agência do Banco do Brasil, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, igreja católica e evangélica, mercadinho, açougue, bares e lanchonetes, posto telefônico etc.

Cerca de quinze famílias do grupo moravam lá antes de serem assentadas e possuem parentes na cidade. Afirmaram que, no início, a população local achava que eles eram bandidos, mas “hoje eles valorizam os posseiros” e não há problema de relacionamento entre eles. Nas ocasiões em que se esteve em Itapirapuã, inclusive quando da realização de uma festa organizada pela igreja no mês de maio, pôde-se observar a existência de um ambiente de certa cordialidade entre os “posseiros” e a população da cidade.

É em Itapirapuã onde eles costumam comprar os bens de consumo imediato de que necessitam. Como apresentam maior disponibilidade financeira do que a maioria dos pequenos produtores do município, são bem vistos pelos comerciantes. É também nesta cidade que vendem produtos como queijo, porco, galinha, farinha de mandioca,

polvilho, azeite de mamona e arroz, dentre outros produzidos no assentamento. A venda é feita diretamente ao consumidor ou a pequenos comerciantes locais.

Dirigem-se para a cidade de Goiás quando necessitam de produtos e serviços um pouco mais especializados. Alguns jovens de Retiro e Velho estudam nesta cidade, seja na Escola Família Agrícola, em regime de semi-internato, seja no ensino médio. Neste último caso, ou se utilizam do ônibus escolar mantido pela Prefeitura de Itapirapuã, deslocando-se diariamente, ou se mudam para Goiás em caráter temporário, instalando-se em casa de parentes ou, o que acontece com algumas moças, moram em “casa de família”, onde trabalham como empregadas domésticas.

Esta cidade, apesar de historicamente importante, tendo sido a capital do estado até o início dos anos 30, encontra-se hoje em decadência, desempenhando apenas o papel de centro local.<sup>272</sup> Quando precisam tratar com o INCRA, quando buscam atendimento médico mais qualificado ou, por exemplo, desejam comprar insumos agrícolas por melhores preços, dirigem-se para Goiânia. Os jovens que procuram empregos urbanos também vão para a capital.

Já foram procurados por comerciantes de Itapirapuã para o fornecimento de hortaliças e alguns pensam em desenvolver um plantio irrigado destes produtos. Porém, eles se queixam do pequeno tamanho do mercado local e afirmam que, para obter uma renda satisfatória, seria necessário produzir para um mercado maior, como o de Goiás, Goiânia ou, até mesmo, de Brasília, e comercializar os produtos de forma coletiva. Esta questão tem sido bastante discutida pelo grupo, que tem analisado uma série de projetos a serem conduzidos de forma coletiva por meio de uma associação ou cooperativa.<sup>273</sup>

A localização dos assentamentos numa região onde existem muitos municípios de marcada tradição agrícola e a proximidade de importantes centros consumidores são fatores favoráveis ao desenvolvimento da produção comercial nestes assentamentos. Há, inclusive, interesse por parte de grandes empresas capitalistas que atuam na região a partir do sistema de integração em trabalhar com os assentados. Muitos dos projetos discutidos pelo grupo estão relacionados com estas empresas, como é o caso dos

---

<sup>271</sup> Segundo dados do Censo Demográfico do IBGE de 1991.

<sup>272</sup> Segundo estudos do IBGE sobre a área de influência das cidades, realizados em 1993, que considera os bens e serviços disponíveis nos centros urbanos e sua centralidade em relação a outros municípios, Goiás ocupa o nível hierárquico mais baixo, sendo classificado como “centro de zona”. Porém está subordinada diretamente à área de influência de Goiânia, sem se vincular a centros de nível intermediário como Anápolis.

projetos de criação de peixe, que se vincularia a uma Cooperativa de Produtores de Rubiataba, que, por sua vez, fornece para a rede de supermercados Carrefour, e o projeto de granja de frangos, que poderia ser integrado à Perdigão, ou à Só Frango. Vale lembrar que o principal produto comercial destes assentados é o leite, que é fornecido para a Nestlé.

Além das relações acima referidas, travadas, ora pelo grupo, ora pelos assentados individualmente, ou por suas famílias, existem ainda as relações com os outros assentados e com grupos de sem-terra acampados em que eles aparecem como uma categoria social distinta e sujeito político.

Apesar do baixo grau de mobilização hoje apresentado pela comunidade de Retiro e Velho, o grupo possui importantes lideranças que participam com frequência de discussões com outros assentados. Há no município de Goiás, onde se concentram 21 assentamentos, um grupo de lideranças politicamente mais atuante e que tem procurado discutir alternativas para os assentamentos.

Foi a partir destas discussões que surgiu a idéia de criação da Cooperativa Mista de Assentados de Goiás e Região Ltda., fundada em 1995 e ainda fora de atividade.<sup>274</sup> Na última eleição para prefeito em 1996, estas lideranças articularam com os assentados o apoio ao candidato da oposição. Como este saiu vitorioso, representantes dos sem-terra foram nomeados para ocupar importantes cargos na Secretaria da Agricultura e isto resultou na agilização de alguns convênios realizados entre a Prefeitura e o INCRA e numa maior sensibilidade no tratamento de questões do interesse dos camponeses em geral. Em 1997, estavam encaminhando em conjunto a negociação em torno do valor do título cobrado pelo INCRA, os prazos e a forma de pagamento.

Em todo esse processo analisado acima sobre a atuação política dos assentados, é de importância fundamental o papel desempenhado pelas lideranças, figuras-chave na relação dos assentados com as diversas instituições com as quais se relacionam. De uma maneira geral, por efeito de uma série de fatores, mas, sobretudo, devido ao processo de invalidação cultural que caracteriza a inserção deste segmento social na sociedade, os camponeses se sentem despreparados para estabelecer uma relação em termos de

---

<sup>273</sup> Sobre os projetos coletivos, ver trecho referente aos limites e possibilidades da produção, no item sobre “Organização da Produção” deste capítulo.

<sup>274</sup> Ver trecho acima que trata dos limites e possibilidades da produção.

igualdade com os representantes da ordem social dominante, como os técnicos do INCRA ou o gerente do banco, por exemplo.

Dá reconhecem a importância da função de mediação na atuação de suas lideranças políticas. Segundo uma assentada, as principais qualidades que um líder deve ter são: “responsabilidade, talento para cobrar as coisas, saber andar e trazer recursos para o grupo.” A dificuldade para compreender como funcionam os mecanismos institucionais a que estão submetidos é tal que se ouviu a seguinte declaração de um líder de Retiro e Velho: “a gente demora muito para compreender a Reforma Agrária, agora que eu estou entendendo umas coisas...”

A vivência da luta e da prática democrática no interior do grupo resulta num aprendizado importante e que não pode ser negligenciado. Esta experiência coloca os assentados em condição bastante diferenciada em relação aos outros camponeses, sobretudo do ponto de vista político. Contudo, é preciso procurar entender o processo e enxergar também as suas limitações. Há uma grande dificuldade entre eles para compreender os processos e mecanismos legais e sua lógica, o que tem levado ao distanciamento da base em relação aos processos decisórios.

Há hoje o entendimento de que é preciso negociar e reivindicar, que não devem ficar parados esperando, que é possível se alcançar importantes conquistas a partir da mobilização política. Mas alguns continuam percebendo suas reivindicações como uma obrigação do Estado na linguagem moral da “ajuda” e “precisão” e não na lógica do direito no sentido moderno. O aprendizado realizado ao longo da trajetória de luta é, de certa forma, traduzido com base em valores e representações incorporados no *habitus* destes sujeitos. A mudança social tem ritmos variados, mas é um processo contínuo, embora nem sempre perceptível.

### IIIª PARTE: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste trabalho, buscou-se compreender os meandros dos processos de *luta pela terra e luta na terra* vividos pelas famílias assentadas em Retiro e Velho, especialmente as questões relacionadas à forma de organização social e espacialização do grupo nestas duas fases. Procurou-se apreender esta problemática a partir de uma perspectiva multidimensional, considerando as dimensões histórica, política e, sobretudo, cultural da vida social. Seguem abaixo algumas lições retiradas deste estudo que, acredita-se, também se aplicam à realidade de uma série de outros grupos de sem-terra/assentados encontrados no Brasil, cuja trajetória de luta se assemelha bastante com a destes sem-terra/“posseiros”.

A *luta pela terra* hoje existente no país constitui, de um modo geral, mais um capítulo da história do campesinato brasileiro, movido pelo conflito entre a *territorialidade capitalista* e a *territorialidade camponesa* inaugurado com a criação da Lei de Terras que dá origem ao mercado de terras no Brasil. Mas as novidades observadas neste momento são muitas, a começar pelo processo de *recampesinização* verificado, que representa a negação da uniformidade do processo de proletarianização em curso no campo, demonstrando que a possibilidade de *recriação camponesa*, não se esgota com a expropriação e migração destas pessoas para a cidade.

A campesinidade é recriada em novas condições no contexto dos assentamentos, com base em novas experiências adquiridas na passagem destes trabalhadores pela cidade e na vivência da luta. O próprio início da luta, com as ações de ocupação de terras, expressa uma ruptura com a ordem social caracterizada pela dominação clientelista dos grandes proprietários e o surgimento de uma mentalidade radical que afirma o direito à vida e à dignidade acima de qualquer outro direito.

O despertar destes sujeitos é instigado pela *ação conscientizadora* de agentes de mediação. A ação da igreja católica, mediador de importância central na história das lutas camponesas das últimas décadas na região estudada, baseia-se um *discurso político-religioso libertador* que permite aos sem-terra reinterpretar as raízes de seu sofrimento e sua vida errante. A teologia da terra reúne elementos modernos e

tradicionais e, por isso, atua de forma eficiente, porém grandemente contraditória, na passagem dos sem-terra para a condição de assentados da Reforma Agrária.

A emergência da identidade de sem-terra e a luta para tornarem-se donos de terra representam um movimento que é vivido como um “*processo ritual*” por seus protagonistas. Em uma vida feita de passagem como a dos camponeses sem terra, sempre migrando em busca de melhores condições de vida, o desejo de se estar realizando a *derradeira travessia para uma vida de fartura*, dá à luta pela terra uma dimensão ritual, conferindo-lhe grande força e intensidade. O espaço do *acampamento* é construído como um lugar de afastamento da vida cotidiana, onde se vive um “tempo de encantamento” marcado pela igualdade e comunhão entre os companheiros de luta, que se encontram irmanados na partilha de um ideal comum.

A entrada na terra os remete de volta à vida cotidiana e eles descobrem que *é preciso continuar lutando*. Os ex-sem-terra, agora assentados, estão realizando a difícil tarefa de transformar o seu projeto de vida em realidade. Há os que desistem, mas há também os que ainda não “depuseram as armas”, e estes são a maioria.

A construção do espaço do assentamento envolve intensos conflitos e ambiguidades, dentre eles, destaca-se a contradição entre o projeto camponês dos sem-terra e a proposta de Reforma Agrária do Estado, concebida como um processo de ressocialização de seus beneficiários segundo parâmetros modernos. No entanto, com base no modo de vida que está sendo estruturado no interior deste espaço, pode-se dizer que os assentamentos estudados constituem um *território camponês em formação*.

A concretização da política de Reforma Agrária tem se dado a partir de uma série de ajustes que se contrapõem à visão fetichizada da técnica que caracteriza a sua concepção idealizada. Além das dificuldades referentes ao funcionamento da própria máquina do Estado, a implementação desta política depende, de maneira fundamental, dos embates travados nos diversos níveis do campo de lutas formado em torno da questão agrária.

A deficiente estruturação da produção no interior destes assentamentos em decorrência da falta do apoio técnico necessário, a ausência de mecanismos de regulação para o mercado de terras que dêem prioridade à reprodução da propriedade familiar e a tendência de esvaziamento das unidades produtivas com a evasão dos jovens, dentre outras questões, são importantes limites identificados no processo

analisado, que levantam muitas dúvidas quanto ao seu futuro. Acredita-se, contudo, que o *aprendizado político* adquirido na experiência da luta constitui um importante trunfo de que dispõem estes camponeses para enfrentar os novos desafios que se apresentam e assegurar novas conquistas.

**BIBLIOGRAFIA**

- ABRAMOVAY, Ricardo et al. (1997). Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil in *Tendências recentes: Como vai? População Brasileira*, ano II, nº 2. Brasília, setembro.
- ALAVI, Hamza (1976). *Las clases campesinas y las lealtades primordiales*. Barcelona, Editorial Anagrama.
- AMADO, Janaína (1980). *Movimentos sociais no campo: a revolta de Formoso, Goiás - 1948-64*. Rio de Janeiro, PIPSA. (mimeo.)
- ANDRADE, Manuel C. de (1980). *A terra e o homem no Nordeste*. 4 ed., São Paulo, LECH Ltda.
- BAILEY, Kenneth D. (1978). *Methods of social research*. Nova York, Free Press.
- BECKER, Howard S. (1994). *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo, HUCITEC.
- BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas (1985). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis, Vozes.
- BERTRAN, Paulo (1978). *Formação econômica de Goiás*. Goiânia, Oriente.
- \_\_\_\_\_ (1988). *Uma introdução crítica à história econômica do centro-oeste do Brasil*. Brasília/Goiás, Codeplan/UCG.
- BOSCHI, Renato R. (1983). *Movimentos sociais e institucionalização de uma ordem*. Rio de Janeiro, IUPERJ. (mimeo.)
- BOURDIEU, Pierre (1977). *Outline of a theory of practice*. Nova York, Cambridge University Press.

- \_\_\_\_\_ (1980). *Le sens pratique*. Paris, Les Éditions de Minuit.
- \_\_\_\_\_ (1989). *O poder simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro, Difel/Ed. Bertrand Brasil.
- BRANDÃO, Carlos R. e RAMALHO, José R. (1986). *Campesinato Goiano: três estudos*. Goiânia, Ed. da UFG.
- CÂNDIDO, Antônio (1977). *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo, Duas Cidades.
- CARDOSO, Ruth (1983). “Movimentos sociais urbanos e a constituição de novos atores políticos” in Almeida, Maria Hermínia T. (org.), *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasiliense.
- \_\_\_\_\_ (org.) (1986). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CARNEIRO, Maria Esperança F. (1986). *A revolta camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia, Ed. da UFG.
- CASTRO, Iná E. de et al. (orgs.) (1995). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- CHAUÍ, Marilena (1980). *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo, Moderna. (coleção contemporânea)
- \_\_\_\_\_ (1989). *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. 3 ed., São Paulo, Brasiliense.
- CHAYANOV, Alexander V. (1974). *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires, Ed. Nueva Visión.
- CIRNE LIMA, Ruy (1954). *Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas*. 2 ed., Porto Alegre, Livraria Sulina.

- COSTA, Rogério H. da (1995). *“Gaúchos” no Nordeste: modernidade, des-territorialização e identidade*. São Paulo, Depto. de Geografia da USP. (tese de doutorado)
- CPT – Secretariado Nacional (org.) (1997). *A luta pela terra: a comissão pastoral da terra 20 anos depois*. São Paulo, Paulus.
- DA MATTA, Roberto (1977). “Centralização, estruturas e o processo ritual”, in *Anuário Antropológico/77*, pp. 327-335. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- DA SILVA, Francisco C. T. et al. (orgs.) (1998). *Mundo rural: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro, Campus.
- D’INCAO, Maria Conceição e ROY, Gérard (1995). *Nós, cidadãos: aprendendo e ensinando democracia*. São Paulo/Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Doimo, Ana M. (1995). *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará:ANPOCS.
- DUARTE, Élio G. (1998). *Do mutirão à ocupação de terras: manifestações camponesas contemporâneas em Goiás*. São Paulo, Depto. de História da USP. (tese de doutorado)
- DUMONT, L. (1992a). *Ensaio sobre o individualismo: uma perspectiva antropológica sobre a ideologia moderna*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- DUMONT, L. (1992b). *Homo hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações*. São Paulo, Edusp.
- ÉLIS, Bernardo (1975). *Caminhos dos Gerais*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_ (1977). *O Tronco*. 5 ed., Rio de Janeiro/Brasília, José Olympio/MEC.

- ESTERCI, Neide (1994). “Assentamentos rurais: um convite ao debate” in *Reforma Agrária*, v. 22, nº 3, pp. 4-15. Campinas, ABRA.
- ETGES, Virgínia E. (1991). *Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo*. Santa Cruz, Ed. FISC.
- EVERS, Tilman (1984). “Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais” in *Novos Estudos Cebrap*, v. 2, nº 4, pp.11-22. São Paulo.
- FERNANDES, B. M. (1986). *A judicialização da Reforma Agrária*. Recife, 10<sup>o</sup> Encontro Nacional de Geógrafos – AGB. (texto apresentado na mesa redonda sobre “A questão agrária hoje”)
- \_\_\_\_\_ (1996). *MST: formação e territorialização em São Paulo*. São Paulo, Hucitec.
- FERREIRA, Brancolina (1994). “Estratégias de intervenção do Estado em áreas de assentamento: as políticas de assentamento do Governo Federal” in Medeiros, Leonilde et al. (org.), *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo, Ed. Unesp.
- GALESKI, Boguslaw (1975). *Basic concepts of rural sociology*. Manchester, Manchester University Press.
- GARCIA Jr., Afrânio R. (1983). *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_ (1989). *O Sul: caminho do roçado; estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo/Brasília, Marco Zero/UNB.
- GASQUES, José G. e CONCEIÇÃO, Júnia C. (2000). “A demanda de terra para a Reforma Agrária no Brasil” in Leite, Pedro S. et al. (orgs.), *Reforma Agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília, Paralelo 15 / NEAD / Ministério do Desenvolvimento Agrário.

- GEERTZ, Clifford (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, LTC.
- GEHLEN, Ivaldo (1983). *Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado: o caso da Fazenda Sarandi*. Porto Alegre, Depto. de Sociologia da UFRGS. (dissertação de mestrado)
- GENNEP, Arnold V. (1960). *The rites of passage*. London, Routledge and Kegan Paul.
- GOMES, Iria Z. (1995). *A recriação da vida como obra de arte: no assentamento, a desconstrução/reconstrução da subjetividade*. São Paulo, Depto. de Sociologia da USP. (tese de doutorado)
- GOMES, Paulo C. da C. (1996). *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- GÖRGEN, Frei Sérgio A. e STÉDILE, João Pedro (orgs.) (1991). *Assentamentos: a resposta econômica da Reforma Agrária*. Petrópolis, Vozes.
- GRZYBOWSKI, Cândido (1991). *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis, Vozes/FASE.
- GUIMARÃES, Maria T. C. (1988). *Formas de organização camponesa em Goiás (1954-64)*. Goiânia, Cegraf/UFG. (coleção Teses Universitárias; 47)
- HARVEY, David (1996). *Justice, nature and geography of difference*. Oxford, Blackwell Publishers Ltd.
- KLAUSMEYER, A. e RAMALHO, L. (ORG.) (1990). *Introdução a metodologias participativas*. Rio de Janeiro, SACTES/DED ABONG.
- KRISCHKE, Paulo e MAINWARING, Scott (orgs.) (1986). *A Igreja nas bases em tempo de transição: 1974-1985*. Porto Alegre/São Paulo, L&PM/CEDEC.

- KRISCHKE, Paulo e SCHERER-WARREN, Ilse (orgs.) (1987). *Uma revolução no cotidiano?* São Paulo, Brasiliense.
- LANNA, Marcos P. D. (1995). *A dívida divina: troca e patronagem no Nordeste brasileiro*. Campinas, Ed. da Unicamp.
- \_\_\_\_\_ (1996). “Reciprocidade e hierarquia” in *Revista de Antropologia/ 39*, n. 1, pp. 111-143. São Paulo.
- LEFÉBVRE, Henri (1973). *La survie du capitalisme*. Paris, Ed. Anthropos.
- \_\_\_\_\_ (1974). *La production de l'espace*. Paris, Ed. Anthropos.
- \_\_\_\_\_ (1980). *Une pensée devenue monde: faut-il abandonner Marx?* Paris, Fayard.
- \_\_\_\_\_ (1986). *Le retour de la dialectique*. Paris, Messidor/Éditions Sociales
- LEACH, Edmund (1971). *Pul Eliya: a study of land tenure and kinship*. Cambridge, Cambridge University Press.
- LEVI-STRAUSS, Claude (1986). *O olhar distanciado*. Lisboa, Edições 70.
- LISBOA, Teresa K. (1988). *A luta dos sem terra no oeste catarinense*. Florianópolis, Ed. da UFSC.
- LOPES, José S. L. (1988). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro/ São Paulo, UFRJ-PROED/ Marco Zero.
- MACEDO, Carmem C. (1982). “Algumas observações sobre a questão da cultura do povo” in Valle, Edênio e Queiroz, José J. (orgs.), *Cultura do povo*. 2 ed., São Paulo, EDUC, pp. 34-39.

- MARQUES, Marta I. M. (1994). *O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira-PB*. São Paulo, Depto. de Geografia da USP. (dissertação de mestrado)
- MARTINS, José de S. (1973). *Imigração e crise no Brasil agrário*. São Paulo, Pioneira.
- \_\_\_\_\_ (1975). *Capitalismo e tradicionalismo*, São Paulo, Livraria Pioneira Ed.
- \_\_\_\_\_ (1981). *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
- \_\_\_\_\_ (1986a). *A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”*. São Paulo, HUCITEC.
- \_\_\_\_\_ (1986b). *O cativo da terra*. 3ed., São Paulo, HUCITEC.
- \_\_\_\_\_ (1989). *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo, HUCITEC.
- \_\_\_\_\_ (1993). *A chegada do estranho*. São Paulo, HUCITEC.
- \_\_\_\_\_ (1997). “A questão agrária brasileira e o papel do MST” in Stédile, João P., *A Reforma Agrária e a luta do MST*. Petrópolis, Vozes.
- MEDEIROS, Leonilde S. de (1989). *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro, FASE.
- MEDEIROS, Leonilde S. et al. (org.) (1994). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo, Ed. UNESP.
- MEDEIROS, Leonilde S. e LEITE, Sérgio (1999). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro, UFRGS/CPDA.

MESQUITA, Z. e BRANDÃO, C. R. (orgs.) (1995). *Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências*. Porto Alegre/ Santa Cruz do Sul, Ed. UFRGS/Ed. UNISC.

MIRAD/INCRA (1987). *Política de assentamento*. Brasília, INCRA.

MOTTA, Marisa V. (1983). “Conhecimento camponês e forças produtivas: a fazenda goiana”, in *Anuário Antropológico/81*, pp. 157-163. Fortaleza/Rio de Janeiro, Ed. UFC/Tempo Brasileiro.

NAVARRO, Zander (1996). *Políticas públicas, agricultura familiar e os processos de democratização em áreas rurais brasileiras*. Caxambu, XX Encontro Anual da ANPOCS. (texto apresentado no GT 17 sobre “Processos Sociais Agrários”)

NISBET, Robert A. (1977). “Comunidade” in Foracchi, Marialice M. e Martins, José de S., *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro, LTC.

\_\_\_\_\_ (1986). “As idéias-unidades da sociologia” in Martins, José de S., *Introdução crítica à sociologia rural*. 2 ed, São Paulo, HUCITEC.

NOVAES, Regina R. (1997). *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro, Graphia.

NOVAES, Sylvia C. (1990). *Jogo de espelhos: imagens da representação de si através dos outros*. São Paulo, Dep. de Antropologia Social da USP. (Tese de Doutorado)

OLIVEIRA, A. U. de (1986) *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo, Ática. (série princípios)

\_\_\_\_\_ (1988). *A geografia das lutas no campo*. São Paulo, Contexto/EDUSP. (coleção repensando a geografia)

- \_\_\_\_\_(1992). *A agricultura brasileira: desenvolvimento e contradições*. São Paulo, Departamento de Geografia da USP. (mimeo.)
- \_\_\_\_\_(1996). *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo, Contexto. (coleção caminhos da geografia)
- ORTIZ, Renato (1994). *Pierre Bourdieu*. 2 ed., São Paulo, Ática. (coleção grandes cientistas sociais)
- PALACÍN, Luís e MORAES, Maria Augusta de S. (1994). *História de Goiás*. Goiânia, Universidade Católica de Goiás.
- PALACÍN, Luís et al. (1995). *História de Goiás em documentos: I. Colônia*. Goiânia, Ed. da UFG.
- PALMEIRA, Moacir (1976). “Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na ‘plantation’ tradicional” in *Annales du Congrès International des Americanistes* (Congrès du Centenaire). Paris.
- PALMEIRA, Moacir e LEITE, Sérgio (1998). “Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas” in Costa, Luiz Flávio C. e Santos, Raimundo, *Política e Reforma Agrária*. Rio de Janeiro, Mauad.
- PAOLI, Maria C. (1988). “Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: espaço, tempo e classe na História Operária Brasileira” in Lopes, José S. L., *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro/ São Paulo, UFRJ-PROED/ Marco Zero.
- PENNA, Maura (1992). *O que faz ser nordestino: identidades sociais, interesses e o “escândalo” Erundina*. São Paulo, Cortez.
- PEREIRA, José Roberto (1997). “O método qualitativo nas ciências sociais”, in *Questões de metodologia da pesquisa*. Brasília, Edunb. (coleção textos universitários)

- \_\_\_\_\_ (1998). *Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador – DRPE: metodologia*. Brasília, INCRA. (mimeo.)
- \_\_\_\_\_ (2000). *De camponeses a membros do MST: os novos produtores rurais e sua organização social*. Brasília, SOL/UNB. (tese de doutorado)
- PESSOA, J. DE M. (1997). *A revanche camponesa: cotidiano e história em assentamentos em Goiás*. Campinas, Depto. de Ciências Sociais da Unicamp. (tese de doutorado)
- PITT-RIVERS, Julian (1977). *The fate of Shechem or politics of sex: essays in the anthropology of the Mediterranean*. Cambridge, Cambridge University Press.
- POLETTO, Ivo (1997). “A terra e a vida em tempos neoliberais. Uma releitura da história da CPT” in Secretariado Nacional da CPT, *A luta pela terra: a comissão pastoral da terra 20 anos depois*. São Paulo, Paulus.
- POULANTZAS, Nicos (1981). *L'État, le pouvoir, le socialisme*. 2 ed. Paris, Presses Universitaires de France.
- PRADO Jr., Caio (1948). *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 3 ed., São Paulo, Brasiliense.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. de (1973). *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
- \_\_\_\_\_ (1978). *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo, LCT/EDUSP.
- \_\_\_\_\_ (1988). “Relatos orais: do ‘indizível’ ao ‘dizível’” in Simson O. (org.), *Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)*. São Paulo, Vértice.
- RAFFESTIN, Claude (1993). *Por uma geografia do poder*. São Paulo, Ática.

- RAPCHAN, Eliane S. (1993). *De identidades e pessoas: um estudo de caso sobre os sem terra de Sumaré*. São Paulo, Depto. de Antropologia da USP. (dissertação de mestrado)
- ROMEIRO, Adhemar et al. (orgs.) (1994). *Reforma Agrária: produção, emprego e renda; o relatório da FAO em debate*. Petrópolis, Vozes.
- ROSA, Maria Luíza A. (1984). *Dos Bulhões aos Caiado*. Goiânia, Universidade Católica de Goiás.
- SADER, Eder (1988). *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SADER, M. Regina C. de T. (1986). *Espaço e luta no Bico do Papagaio*. São Paulo, Depto. de Geografia da USP. (tese de doutorado)
- SANTOS, José V. T. dos (1989). "Lutas agrárias e cidadania" in Viola, E., Scherer-Warren, I. e Krischke, P. (orgs.), *Crise política, movimentos sociais e cidadania*. Florianópolis, Ed. UFSC.
- \_\_\_\_\_ (1993). *Matuchos: exclusão e luta, do Sul para a Amazônia*. Petrópolis, Vozes.
- SCHERER-WARREN, Ilse (1987). *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis, Ed. UFSC.
- SCOTT, James C. (1985). *Weapons of the Weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven, Yale University Press.
- SEABRA, Odete C. de L. (1996). "A insurreição do uso" in Martins, José de S., *Henri Lefébvre e o retorno da dialética*. São Paulo, HUCITEC.
- SILVA, José G. da (1987). *Caindo por terra*. São Paulo, Busca Vida.

- \_\_\_\_\_ (1996). *A Reforma Agrária Brasileira na virada do milênio*. Campinas, Ed. ABRA.
- SIMONETTI, Mirian Claudia L. (1999). *A longa caminhada: (re)construção do território camponês em Promissão*. São Paulo, Depto. de Geografia da USP. (tese de doutorado)
- SHANIN, Teodor (1972). *The awkward class: political sociology of peasantry in a developing society: Russia 1910-1925*. London, Oxford University Press.
- \_\_\_\_\_ (1979). *Campesinos y sociedades campesinas*. México, Fondo de Cultura Económica.
- SOUSA, Regina Sueli de (1997). *Ordem e contra-ordem: o processo político constitutivo do MST na especificidade do assentamento Rio Vermelho*. Brasília, Depto. de Serviço Social da UNB. (dissertação de mestrado)
- SOUZA, Marcelo José L. de (1995). “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento” in Castro, Iná Elias de et al. (orgs.), *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil.
- STÉDILE, João Pedro (org.) (1997). *A Reforma Agrária e a luta do MST*. Petrópolis, Vozes.
- STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo M. (1999). *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- TARELHO, Luiz Carlos (1988). *Da consciência dos direitos à identidade social: os sem terra de Sumaré*. São Paulo, Depto. de Psicologia da PUC-SP. (dissertação de mestrado)
- \_\_\_\_\_ (1989) “O Movimento Sem Terra de Sumaré: espaço de conscientização e de luta pela posse de terra” in *Terra Livre: território e cidadania*, nº 6, pp. 93-104. São Paulo, AGB/Marco Zero.

- TAUSSIG, Michael T. (1980). *The Devil and commodity fetishism in South America*. Chapel Hill, The University of North Carolina Press.
- TELLES, Vera S. *A experiência do autoritarismo e práticas instituintes: os movimentos sociais em São Paulo nos anos 70*". São Paulo, FFLCH/USP. (dissertação de mestrado)
- THOMPSON, Edward P. (1981). *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro, Zahar Ed.
- TRIVIÑOS, Augusto N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo, Atlas.
- TUAN, Yi-Fu (1983). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo, DIFEL.
- TURNER, V. W. (1974). *O processo ritual*. Petrópolis, Vozes.
- \_\_\_\_\_ (1982). *From ritual to theatre: the human seriousness of play*. New York, PAJ Publications.
- \_\_\_\_\_ (1988) *The anthropology of performance*. New York, PAJ Publications.
- VASCONCELOS, Lauro de (1991). *Santa Dica: encantamento do mundo ou coisa do povo*. Goiânia, CEGRAF.
- WAIBEL, Leo (1979). *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. 2 ed., Rio de Janeiro, IBGE.
- WEBER, Max (1997). "Os três tipos de dominação legítima", in Cohn, Gabriel, *Weber*. 6 ed., São Paulo, Ática. (coleção grandes cientistas sociais)
- WHITESIDE, Martin (1994). *Diagnóstico (Participativo) Rápido Rural: manual de técnicas*. Moçambique, Comissão Nacional do Meio Ambiente.

WOORTMANN, Ellen e WOORTMANN, Klaas (1997). *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília, Edunb.

WOORTMANN, Ellen (1998). “Homens de hoje, mulheres de ontem: gênero e memória no seringal”, in *Memória: Anais do I Seminário e da II Semana de Antropologia da Universidade Católica de Goiás*. Goiânia, UCG.

WOORTMANN, Klaas (1990). Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral, in *Anuário Antropológico/87*, pp. 11-73. Brasília/Rio de Janeiro, Edunb/Tempo Brasileiro.

ZALUAR, Alba (1985). *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo, Brasiliense.

#### **DOCUMENTOS:**

##### **- MST:**

CONCRAB/MST (1994). “Questões práticas sobre cooperativas de produção”. (coleção cadernos de formação, no. 21)

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, julho de 1996, entrevista com José de Souza Martins.

##### **- CPT**

CPT (1983). *CPT: pastoral e compromisso*. Petrópolis, Vozes/CPT.

SOUZA, Marcelo de B. (1985). *A bíblia e a luta pela terra*. Petrópolis, Vozes/CPT. (coleção da base para a base)

- **INCRA:**

INCRA (1997). *Índices básicos*. Brasília, INCRA.

INCRA/DPO (1998). *Norma de assentamento/ nº 001/ 98*. Brasília, INCRA.

FAO/INCRA (1996). *Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico*.  
Brasília, INCRA.

FAO/INCRA (1992). *Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de  
Reforma Agrária*. Brasília, INCRA.